



cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2020

Dossier temático

INDÚSTRIA E OPERÁRIOS NOS SÉCULOS XIX E XX

coordenação Magda de Avelar Pinheiro



A revista **Cadernos do Arquivo Municipal** é editada semestralmente pelo Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Portugal, com o objetivo de divulgar o acervo à sua guarda. Publica texto científicos, originais, inéditos e inovadores, no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, Arte e Arquitetura, sujeitos a arbitragem científica. O conteúdo da revista é de âmbito internacional e é dirigido a estudantes e investigadores, assim como ao público em geral.



cadernos do arquivo municipal

FICHA TÉCNICA

Cadernos do Arquivo Municipal

ISSN 2183-3176

2ª série nº 13 janeiro - junho 2020

<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/>

Periodicidade semestral

Direção

Helena Neves

Coordenação Científica do Dossier Temático

Magda de Avelar Pinheiro

Coordenação Editorial

Marta Gomes

Conselho Editorial

Marta Gomes (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Campos (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Nuno Gomes Martins (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal)

Sandra Cunha Pires (Arquivo Municipal de Lisboa/CML, Portugal;

ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Apoio à edição

Denise Santos

Fernando Matos

Publicação

Arquivo Municipal de Lisboa

Edição

Câmara Municipal de Lisboa | Direção Municipal da Cultura | Departamento de Património Cultural | Divisão de Arquivo Municipal

Conceção Gráfica

Joana Pinheiro

Comunicação

Pedro Cordeiro

Susana Santareno

Capa

Fumigação de cortiça, Junta Nacional dos Resinosos, Alentejo, Artur Pastor.

Prova em papel de revelação baritado, 13x18 cm, [ca 1960].

PT/AMLSB/ART/022316



Contactos

Arquivo Municipal de Lisboa

Rua B ao Bairro da Liberdade lote 3 a 6 - 1070-017 Lisboa

Telefone: 213 807 100

E-mail: am.cadernos@cm-lisboa.pt

Conselho Científico

André Pinto Dias Teixeira (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa e Universidade dos Açores; Departamento de História, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (FL-Faculdade de Letras, Porto, Portugal; Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Dejanirah Silva Couto (Section Sciences Historiques et Philologiques, École Pratique des Hauts Études, França)

Hélder Alexandre Carita Silvestre (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Jorge Manuel Rios da Fonseca (CHAM-Centro de Humanidades, FCSH, Universidade de Lisboa e Universidade dos Açores, Portugal)

José Manuel Louzada Lopes Subtil (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

Julio Cerdá Diaz (Universidad Carlos III de Madrid; Ayuntamiento de Arganda del Rey, Servicio de Archivos y Gestión Documental, Espanha)

Maria Fernanda Baptista Bicalho (Departamento e Programa Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Brasil)

Maria Raquel Henriques da Silva (IHA-Instituto de História da Arte, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal; Departamento de História da Arte, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Silvio de Almeida Toledo Neto (DLCV-Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil)

Teresa Leonor Magalhães do Vale (ARTIS-IHA-Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal)

Cadernos do Arquivo Municipal é uma revista com arbitragem científica (*peer review*) referenciada e indexada nos seguintes repositórios/bases de dados internacionais:

CAPES

DOAJ

ERIH PLUS

Google Scholar

Catálogo LATINDEX (nº de Fólio 23733)

SciELO

SHERPA/RoMEO



cadernos do arquivo municipal

JANEIRO - JUNHO 2020

Dossier temático

INDÚSTRIA E OPERÁRIOS NOS SÉCULOS XIX E XX

coordenação Magda de Avelar Pinheiro

Comissão Externa de Avaliadores

1.º semestre 2020

Ana Mouta Faria (CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Ana Villanueva (IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP-Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Daniel Ribeiro Alves (IHC – Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

João Rosa Vieira Caldas (CERIS – Civil Engineering Research and Innovation for Sustainability, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal)

Jorge Fernandes Alves (Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal)

José Maria Amado Mendes (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal; Departamento de História, Artes e Humanidades, Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)

José María Cardesín Díaz (GET – Group of Territorial Studies, Faculdade de Sociologia, Universidade da Coruña, Espanha)

José Pedro Monteiro (CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal)

Manuel Villaverde (Câmara Municipal de Loures, Portugal; IHA – Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, Portugal)

Maria da Conceição Meireles Pereira (Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal; CEPES - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Universidade do Porto; Fundação Eng. António de Almeida, Portugal)

Maria Eugénia Miranda Afonso Vasques (CIAC-Centro de Investigação em Artes e Comunicação, Universidade do Algarve, Portugal)

Maria João Vaz (CIES-IUL, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Maria Luísa Brandão Tiago de Oliveira (Departamento de História, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal; CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal)

Michel Cahen (CNRS – Centre National de la Recherche Scientifique, Sciences Po Bordeaux, França; EHEHI-École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques, Casa de Velázquez, Madrid, Espanha)

Pierre Marie (CES – Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal)

Editorial	9
Helena Neves	
DOSSIER TEMÁTICO Indústria e operários nos séculos XIX e XX	
Introdução Indústria e trabalhadores no período contemporâneo	11
Magda de Avelar Pinheiro	
As habitações operárias em Lisboa, na segunda metade do século dezanove	17
Workers' housing in Lisbon in the second half of the nineteenth century	
Clara Vieira	
A habitação das “classes laboriosas”. Espaços de residência operária na Lisboa do final do século XIX	41
The housing of the “working classes”. Lisbon’s residence spaces in the late nineteenth century	
Ana Alcântara	
Igualdade, Justiça e Fraternidade. A identidade dos operários tabaqueiros de Lisboa (1860-1936)	63
Equality, Justice and Fraternity. The identity of the Lisbon tobacco workers (1860-1936)	
Rui Manuel Brás	
A representação do trabalho fabril na literatura socialista portuguesa. Da fundação do Partido Socialista Português à Primeira República (1875-1910)	85
The representation of fabril work in the portuguese socialist literature. From the foundation of the Portuguese Socialist Party to the First Republic (1875-1910)	
Beatriz Peralta García	
Patrimônio, indústria e cerveja: olhares sobre a antiga Cervejaria Antartica em Joinville/SC, Brasil	97
Heritage, industry and beer: looks at the old Antarctic Brewery in Joinville/SC, Brazil	
Tiago Castaño Moraes	
Entre a autogestão e o controlo operário: os casos da Setenave e Sogantal durante o período revolucionário português (1974–1975)	123
Between self-management and workers’ control: the cases of Setenave and Sogantal during the Portuguese revolutionary period (1974–1975)	
Jorge Filipe Figueiredo Fontes e Pamela Peres Cabreira	
ARTIGOS	
Um palacete, dois projetos: Palacete Mendonça (1900 e 1902)	137
One Palace, two projects: Mendonça Palace (1900 and 1902)	
Júlia Zurbach Varela	
DOCUMENTA	
Luz e sombra: 100 imagens do mundo operário no limiar do século XX	153
Nuno Martins	
RECENSÕES	
CONGRESSO HISTÓRICO INTERNACIONAL, 2, Guimarães, 2017 – <i>As cidades na história: sociedade: atas.</i>	
Guimarães: Câmara Municipal, 2019. vol. 3 – <i>Cidade industrial.</i>	255
Susana Serrano Abad	
TORRES, Eduardo Cintra – <i>A greve geral de 1903 no Porto: um estudo de história, comunicação e sociologia.</i> Porto: Afrontamento, 2018.	259
Paulo E. Guimarães	

EDITORIAL

Helena Neves

O número dos *Cadernos do Arquivo Municipal* que agora se publica apresenta-se num novo formato com a finalidade, não só, de permitir a um maior número de investigadores a publicação dos seus estudos, como também de procurar corresponder ao que é atualmente expectável por parte das revistas científicas indexadas e em acesso aberto.

Assim, a partir de agora, com eventual exceção para números especiais, cada número da revista irá incluir um *Dossier Temático*, assim como uma secção de *Artigos* que reunirá um conjunto de textos extra tema, propostos para publicação. Em ambas as secções, os artigos serão sujeitos ao processo de *double blind peer-review*, para o qual continuaremos a contar com a colaboração da comunidade científica nacional e internacional.

Por outro lado, passa a ser possível submeter artigos sem referência a fontes do Arquivo Municipal de Lisboa. Esta mudança surge devido à cada vez maior internacionalização dos *Cadernos* permitindo que autores de língua estrangeira e/ou afiliados em centros de investigação de outros países possam também divulgar os seus trabalhos científicos nesta revista.

A *Documenta* vai continuar a apresentar uma seleção de documentos do acervo do Arquivo Municipal, relacionados preferencialmente com o *Dossier Temático* do número onde se insere, e a *Varia* vai reunir, em exclusivo, artigos de divulgação (sem *peer-review*) destas fontes. Estas secções são o veículo por excelência de disseminação do acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, beneficiando da crescente exposição internacional da revista.

É, portanto, este novo formato que apresentamos no número 13, cujo *Dossier* sobre indústria e operários nos séculos XIX e XX, resultou do desafio lançado, há cerca de dois anos, à Professora Doutora Magda de Avelar Pinheiro, a quem deixo uma palavra de especial apreço por ter aceitado assegurar a sua coordenação científica.

Processo histórico transformador do mundo, a industrialização apresenta uma complexidade que não se esgota nas dinâmicas económica, política e social. É disso testemunho a seleção de artigos agora publicada.

Sabemos que as cidades incorporam na sua paisagem, física e social, inúmeros vestígios de um passado industrial, com maior ou menor visibilidade nas contínuas transformações urbanas. Disso mesmo nos dá testemunho a *Documenta* que, não esgotando a diversidade de fontes disponíveis para o estudo da temática, revela 100 imagens deste passado documentado no acervo do Arquivo Municipal de Lisboa.

Na nova secção *Artigos* é publicado um texto científico sobre a atribuição exclusiva da autoria do projeto do Palacete Mendonça, em Lisboa, ao arquiteto Ventura Terra. Neste artigo, as fontes do Arquivo contribuem de forma significativa para a argumentação, desvendando que o projeto original é do arquiteto Rafael da Silva Castro.

O número conta, finalmente, com duas resenhas de livros recentemente publicados, um dos quais teve por base as atas do 2.º Congresso Histórico Internacional, *As cidades na história: sociedade - Cidade industrial* que contém uma interessante diversidade temática, enquanto o segundo aborda, na perspetiva da história social e da comunicação social, a greve geral de 1903 na cidade do Porto.

Agradece-se a todos os investigadores que contribuíram para esta edição.

INTRODUÇÃO

Indústria e trabalhadores no período contemporâneo

Magda de Avelar Pinheiro

Este número dos Cadernos do Arquivo Municipal responde a um apelo de comunicações sobre a cidade industrial e os seus trabalhadores no período contemporâneo. No dealbar do século XIX, Lisboa já era a maior cidade portuguesa há muito tempo, e se o seu ritmo de crescimento não lhe permitiu seguir os ritmos Europeus, a sua supremacia em termos nacionais saiu reforçada. Os seus limites foram alargados nos anos oitenta do século XIX e precisados no início do século XX, quando a suburbanização já se afirmava. Em 2003 a metrópole, em gestação desde os anos setenta, traduziu-se numa nova entidade legal sem, porém, anular o poder dos municípios reafirmado após Vinte e Cinco de Abril de 1974. É sobre a história deste espaço que incide a maior parte dos artigos.

O estudo da cidade industrial e da sua complexidade social tem beneficiado do intenso florescimento da História Urbana que se verificou desde os anos oitenta do século XX, com um epicentro nitidamente situado no mundo anglo-saxónico onde os estudos urbanos se desenvolveram mais rapidamente¹. Na tradição francesa, que Portugal seguiu de forma predominante até à integração europeia, a história urbana, e em particular a história das cidades no mundo contemporâneo, teve um desenvolvimento mais lento. No entanto, o atraso foi rapidamente ultrapassado sendo de salientar os contributos de Alain Faure, Jean-Luc Pinol e Annie Fourcaut², esta última especializada no estudo das *banlieues* e do *habitat* operário.

A expansão da História Urbana afirmou-se em comunidades de historiadores cada vez mais interligadas através da participação em projetos e programas universitários comuns ou colóquios como os organizados em Lisboa por associações internacionais, como a Associação Europeia de História Urbana ou a Comissão Internacional para a História da Cidade³. As equipas tornaram-se também progressivamente mais interdisciplinares sendo de salientar neste domínio o projeto subjacente ao livro *L'Aventure des mots de la ville a travers le temps, les*

¹ RODGER, Richard – *O futuro do passado urbano: novas direcções para a história urbana britânica?*. *Ler História*. N.º48 (2005), p. 187-204. Número especial: Cidades e espaços urbanos.

² FAURE, Alain – *Les premiers banlieusards*. Paris: Creaphis, 1991. p. 284; PINOL, Jean-Luc – *Le monde des villes au XIX siècle*. Paris: Hachette, 1991. p. 230; FOURCAUT, Annie – *Bobigny banlieue rouge* e FOURCAUT, Annie – *La banlieue em Morceaux*. Paris: Creaphis, 2000. p. 335.

³ Frédéric Vidal é um caso especial pois foi devido a um projeto europeu de ensino comum que este investigador veio estudar para Lisboa. VIDAL, Frédéric – *Les habitants d'Alcântara: histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20^e siècle*. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2006.

langues, les sociétés, de Christian Topalov, Lorent Coudroy de Lille, Jean-Charles Depaule e Brigitte Martin com participação de historiadores, geógrafos, antropólogos e sociólogos incluindo portugueses e brasileiros⁴.

Para o progresso das problemáticas utilizadas pelos historiadores portugueses também contribuíram estudos mais precoces de geógrafos, sociólogos e antropólogos, de que salientarei em particular Teresa Barata Salgueiro, António Firmino da Costa, Luís Vicente Baptista e Graça Índias Cordeiro por os seus estudos serem relevantes para o tema aqui abordado⁵.

A própria História da Industrialização evoluiu significativamente enfatizando a importância do mercado e dos mercados urbanos no processo de industrialização⁶. Uma nova visão das relações entre o campo e a cidade, e entre esta e os mundos coloniais, emergiu⁷. Luminosos capítulos em livros como os da dupla Paul Hohemberg and Lyn Hollen Lees, *The making of urban Europe* e *Cities and the making of Europe*, ajudaram a uma mudança de paradigma que revalorizou não só o papel da pequena indústria e dos artesãos como também salientou a existência de deslocamentos periódicos de trabalhadores entre cidades ou entre a cidade e o campo⁸. A industrialização e desindustrialização apareceram como duas faces da mesma moeda considerando-se o carácter regional e a excecionalidade da concentração dos trabalhadores em grandes fábricas. As cidades portuárias também foram objeto de estudos que enfatizaram a importância e as especificidades das indústrias que lhes estão associadas⁹. O estudo das chamadas indústrias urbanas, que se expandiram em relação com o crescimento urbano fazendo face à modernização dos modos de vida de populações em crescimento, como as indústrias dos transportes urbanos, da produção e distribuição alimentar, da distribuição de água a domicílio, da produção e distribuição de eletricidade, gás e calor foram equacionados¹⁰.

A emergência do uso de imagens como fonte para a história, magistralmente estudada por Francis Haskell, foi particularmente frutuosa na História Urbana¹¹. A importância da fotografia para a história das classes populares em Lisboa foi abordada por Nuno Pinheiro, tendo já sido alvo de ampla publicação por Maria Filomena Mónica e António Barreto¹².

A primeira industrialização contemporânea de Lisboa foi objeto de estudo em teses de doutoramento de Valentim Alexandre, Nuno Luís Madureira, e de mestrado de Jorge Manuel Pedreira¹³. Francisco Santana publicou um precursor artigo sobre a introdução da máquina a vapor em Portugal na Revista *Arqueologia e História*, em 1984, estabelecendo a sua introdução na fábrica do Bom Sucesso em Lisboa nos anos vinte de Oitocentos¹⁴. Miriam Halpern Pereira, partindo da documentação das Cortes Constituintes, analisou as expectativas dos *Negociantes*,

⁴ TOPALOV, Christian [et al.], dir. – *L'aventure des mots de la ville a travers le temps, les langues, les sociétés*. Paris: Laffont, 2010. p.1489.

⁵ SALGUEIRO, Teresa Barata – *Uma geografia urbana*. Porto: Afrontamento, 1992. p. 433; COSTA, António Firmino da – *A sociedade de bairro*. Oeiras: Celta, 1999. p. 539; BAPTISTA, Luís Vicente – *Cidade e habitação social*. Oeiras: Celta, 1999. p. 224. CORDEIRO, Graça Índias – *Quotidiano, memória e representação no Bairro da Bica*. Lisboa: Etnográfica, 1997.

⁶ MATHIAS, Peter; DAVIS, John A., ed. – *The first industrial revolutions*. Blackwell: Oxford, 1989. p. 175; VERLEY, Patrick – *La Revolution Industrielle, 1760-1870*. Paris: MA, 1985. p. 270.

⁷ A emergência do conceito de proto-industrialização foi também fundamental. KRIEDELTE, Peter; MEDICK, Hans; SCHLUMBOHM, Jürgen – *Industrialization before industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

⁸ LEES, Andrew; LEES, Lyn Hollen – *Cities and the making of Modern Europe, 1750-1914*. Boston: Cambridge UP, 2007. p. 13-69 e 300.

⁹ International Commission for the History of Towns – *Towns and communications, communication between towns*. Lecce: Salento U.P., 2011. vol. II, p. 404.

¹⁰ MATOS, Ana Cardoso de; COSTA, Fernando – *As imagens do gás, as companhias de gás e electricidade e a produção e distribuição de gás em Lisboa*. Lisboa: Fundação EDP, 2005. p. 256.

¹¹ HASKELL, Francis – *History and its images: art and the interpretation of the past*. Yale: Yale University Press, 1983.

¹² BARRETO, António – *Retrato da Lisboa popular, 1900*. Lisboa: Presença, 1983. p. 173; PINHEIRO, Nuno – *O teatro da sociedade, fotografia e representação social no espaço privado e no público*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, 2006. p. 240.

¹³ ALEXANDRE, Manuel Valentim – *Os sentidos do Império*. Porto: Afrontamento, 1993. p. 837; MADUREIRA, Nuno Luís – *Mercado e privilégios: a indústria portuguesa entre 1750 e 1834*. Lisboa: Estampa, 1997. p. 514; PEDREIRA, Jorge Miguel – *Indústria e atraso económico*. Lisboa: [s.n.], 1986. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

¹⁴ SANTANA, Francisco – A introdução da máquina a vapor em Portugal. *Arqueologia e História*. Série X Vol. I/II (1) (1984/88), p. 203-209.

fabricantes e artesãos no primeiro liberalismo¹⁵. Já Maria de Fátima Bonifácio, em artigo publicado na revista *Análise Social*, comparou a industrialização de Lisboa e do Porto após o triunfo do Liberalismo¹⁶. A industrialização no século XIX foi estudada por David Justino no primeiro volume da sua tese de doutoramento¹⁷.

Ao mesmo tempo, os estudos sobre planeamento e arquitetura urbanas, centrados nos edifícios notáveis e na autoria, foram evoluindo procurando integrar as transferências internacionais de modelos, a história da construção e a dos edifícios comuns.

O acesso alargado a grandes massas de documentos que a informatização permite abriu a porta às novas tecnologias de tratamento das fontes. As novas metodologias de estudo do espaço proporcionadas pela georreferenciação e pelos SIGS também se afirmaram. Na Península Ibérica vários projetos incluíram investigadores portugueses que, em torno de Luís Espinha da Silveira no IHC-UNL, utilizaram esta nova metodologia.

A capacidade acrescida de deslocação a colóquios internacionais, a internacionalização das equipas de investigação e mesmo a realização, em Lisboa, no Porto e noutras cidades, de colóquios das associações internacionais de História Urbana proporcionaram um desenvolvimento muito substantivo da disciplina¹⁸. Este desenvolvimento abrangeu todos os períodos históricos incluindo os séculos XIX e XX.

Cadeiras de licenciatura, seminários de mestrado ou doutoramento, seminários interdisciplinares de investigadores abordaram os temas urbanos e as suas vertentes, sendo de salientar o conjunto de seminários publicado sob o título de *De pé sobre a terra* por Joana Dias Pereira e Bruno Monteiro.

O número 13 dos Cadernos do Arquivo Municipal dedicado à indústria e operários nos séculos XIX e XX reflete, sem dúvida, essa renovação.

Desde logo, o tema da habitação operária está presente em dois artigos deste número utilizando metodologias e fontes muito diversas. Ambos vêm atualizar e aumentar o nosso conhecimento sobre a habitação das classes trabalhadoras. Maria Clara Bracinha Vieira explora a documentação do Arquivo Municipal e o seu largo conhecimento presencial dos prédios de Lisboa, num estudo minucioso dos espaços habitados pelas classes trabalhadoras comparando-os com os espaços habitados pelas classes altas. O seu estudo enfatiza ainda a importância das circulações internacionais de pessoas e modelos neste processo. No seu artigo, as teorias e práticas do planeamento urbano são associadas ao nascimento de um *zoning* social.

Ambos os estudos referem a relevância das perceções das doenças, associadas às classes populares para a compreensão das mutações da habitação operária. Ana Alcântara estuda a localização da habitação operária utilizando a metodologia dos sistemas de informação geográfica para fazer mapas que mostram essa localização.

A problematização sofisticada na abordagem da ideologia e das práticas das organizações operárias caracteriza o estudo dos tabaqueiros que nos é aqui apresentado por Rui Brás. Este artigo foge a uma *vulgata* que reduz o movimento operário a uma genealogia dos movimentos marxistas e mesmo leninistas desvalorizando paralelamente uma parte das práticas e discursos oriundos do mundo operário. A atenção dada à importância das operárias nos movimentos reivindicativos é outro dos elementos a salientar neste estudo.

¹⁵ PEREIRA, Miriam Halpern – *Negociantes, fabricantes e artesãos: entre velhas e novas instituições*. Lisboa: Sá da Costa, 1991. p. 530.

¹⁶ BONIFÁCIO, Maria de Fátima – Lisboa, bastião do proteccionismo (pautas, política e indústria nos anos 30-40 do século passado). *Análise Social*. Vol. XXVI Nº112-113 (3º 4º 1991), p. 515-535.

¹⁷ JUSTINO, David – *A formação do espaço económico nacional*. Lisboa: Vega, 1988. vol. I, p. 407.

¹⁸ Nomeadamente os colóquios da European Association for Urban History, em 2014, e da International Commission for the History of Towns, em 2015, Guimarães e as Cidades do Tempo, em 2017.

Beatriz Peralta Garcia traz-nos uma visão inovadora da cultura operária na segunda metade do século XIX, um mundo ainda muito pouco estudado na sua riqueza e pluralidade. Salienta a importância do teatro e das novelas que divulgaram a vida operária na sociedade portuguesa ultrapassando o nível lisboeta, mas dando-lhe relevo. Neste domínio muito fica ainda por estudar. Orfeões, sociedades filarmónicas e grupos de teatro foram fundamentais no nascimento de uma cultura através da qual as classes populares procuravam não só ultrapassar as carências do ensino e do acesso à cultura das elites como dar a conhecer a sua situação.

Introduzindo o aspeto comparativo, o artigo de Tiago Castaño de Moraes dá-nos a conhecer a importância dos emigrantes europeus para o desenvolvimento da indústria alimentar e seu progresso no Sul do Brasil. Fazendo uma larga panorâmica da importância da construção das vias férreas no desenvolvimento do mercado no sul do Brasil incide sobretudo na modernidade tecnológica da *Cervejaria Catharinense*, em Joinville, e na sua precoce utilização da energia elétrica. O autor também se debruça sobre o contexto operário e sua divisão em dois ramos, o dos luso descendentes e o dos descendentes de alemães, que dificultava a existência de um movimento social único. Refere ainda as greves no período da Primeira Guerra Mundial e a intervenção estatal do período de Gertúlio Vargas. Sauda que o fecho da fábrica após a fusão de várias empresas produtoras de cerveja brasileiras se tenha traduzido na classificação do edifício como património industrial.

A história da indústria e do operariado fabril em Lisboa não se pode reduzir a uma cidade cujos limites foram alargados em 1885 e, desde 2003, se constituiu como metrópole legal. Desde meados do século XIX que na Margem Sul floresceu a pequena e a grande indústria. Grandes conglomerados, como a CUF e os Estaleiros Navais presentes nas duas margens do Tejo, conheceram lutas operárias mesmo durante o Estado Novo. Assim aconteceu com a greve geral de 1943 para a qual as fontes fotográficas são particularmente relevantes¹⁹. Com a política de industrialização acelerada após a Segunda Guerra Mundial, a indústria pesada desenvolveu-se ainda mais na península de Setúbal assim como no eixo Lisboa-Vila Franca de Xira²⁰. A instalação da Siderurgia Nacional em Paio Pires veio afirmar uma presença da grande indústria anteriormente representada sobretudo pelo complexo industrial da CUF no Barreiro. Nos finais dos anos sessenta (1966), os estaleiros da Lisnave em Margueira abriram e, beneficiando da crise dos transportes no Canal de Suez, tornaram-se um grande empregador. Paralelamente assistiu-se a um florescimento da cultura operária e, mais tarde, dos movimentos influenciados pelo anarcosindicalismo, pelo socialismo e finalmente pelo marxismo-leninismo nas suas diferentes vertentes. Os estaleiros navais da Lisnave e da Setenave foram particularmente notáveis pelas lutas que, nalguns casos mesmo antes do 25 de Abril, aí se desenvolveram. Estudos precoces de sociólogos, como o de Vasco Pulido Valente, sobre os conserveiros de Setúbal ou de Marinús Pires de Lima, sobre a Lisnave, desbravaram o tema que, no presente número, se encontra representado pelo artigo de Jorge Filipe Figueiredo Fontes e Palmela Peres Cabreira sobre o movimento operário na empresa Setenave de Setúbal durante o chamado “verão quente” e no período que se lhe seguiu²¹. Este artigo não se limita a analisar o desenrolar do processo revolucionário na Setenave, mas também descreve as lutas pela autogestão e controlo operário das mulheres, na Sogantal, no distrito de Setúbal.

Este número sobre a indústria e os operários inclui ainda, na rubrica *Documenta*, com o título *Luz e sombra: 100 imagens do mundo operário no limiar do século XX*, um conjunto de imagens reunidas por Nuno Gomes Martins, que é também o autor do texto que as introduz. Nunca será demais salientar a importância do acervo fotográfico do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa para o estudo do operariado e da indústria. Este conjunto deve ser

¹⁹ SILVA, José Miguel Leal da - 60 anos depois... as fotografias da greve de 1943. In 60º ANIVERSÁRIO DA GREVE DE 1943 NO BARREIRO, Barreiro, 2003 - *Comunicações*. Barreiro: Câmara Municipal, 2005.

²⁰ PINHEIRO, Magda - The making of a metropolis in a developing country: Lisbon, 1950-2000. In NILSSON, Lars, ed. - *The coming of the post-industrial city: challenges and responses in Western European Urban Development since 1950*. Stockholm: Stads-Och Kommunhistoriska Institutet, 2011. p-135-147.

²¹ VALENTE, Vasco Pulido - Os conserveiros de Setúbal, uma elite operária. *Análise Social*. Vol. XIII Nº 67-68 (1981), p. 615-678; LIMA, Marinús Pires de e outros - A ação operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos. *Análise Social*. Vol. XIII Nº 52 (4º 1977), p. 829-899.

complementado com a pesquisa nos arquivos dos municípios da área metropolitana e nos seus museus. Não podemos também deixar de salientar a importância dos acervos sobre os trabalhadores industriais das empresas de serviços urbanos, da Central Tejo ou de transportes como a CP. Devemos, por fim, referir a importância dos trabalhadores das manufaturas e arsenais dos ministérios da Guerra e da Marinha no contexto lisboeta. Os arquivos de todas estas entidades têm numerosas fontes indispensáveis ao estudo dos movimentos sociais, desde a aurora do Liberalismo até ao Estado Novo.

Magda de Avelar Pinheiro, CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 1649-026 Lisboa, Portugal. magda.pinheiro@iscte-iul.pt

PINHEIRO, Magda de Avelar – Indústria e trabalhadores no período contemporâneo.
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 11-15.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/02_intro.pdf

DOSSIER TEMÁTICO

As habitações operárias em Lisboa, na segunda metade do século dezanove

Workers' housing in Lisbon in the second half of the nineteenth century

Clara Vieira

RESUMO

Durante a segunda metade do século dezanove, as epidemias que assolaram Lisboa e a instalação de fábricas nas zonas periféricas da cidade, decorrentes do desenvolvimento industrial, levaram à alteração do modo de habitar na capital. Enquanto a população das classes média e alta temeu ser atingida pelas epidemias que atribuía à falta de condições de salubridade dos bairros pobres, a mão-de-obra recém-chegada instalou-se nas imediações dos locais de trabalho, alastrando os bairros degradados e criando novas áreas de habitat insalubre. A resposta dos poderes públicos e em particular do município, através de novas leis, regulamentos sanitários e planos de expansão urbanística da cidade, foi alterar as relações entre os seus habitantes, criando um zonamento por níveis económicos e aprofundando as diferenças entre a base da pirâmide social e a classe média.

PALAVRAS-CHAVE

Habitação / Urbanidade / Zonamento / Operariado

ABSTRACT

During the second half of the nineteenth century, the epidemics that plagued Lisbon and the installation of factories in the peripheral areas of the city attracting labor, led to the change in the way of inhabiting the capital. While the population of the middle and upper classes feared to be affected by diseases that attributed the lack of health conditions in poor neighborhoods, newcomers settled in the vicinity of workplaces, sprawling areas of unhealthy habitat and creating new ones. The response of public authorities and in particular the municipality, through new laws, health regulations and urban expansion plans of the city, will change relationship between its inhabitants, creating zoning areas by social levels, and deepening the differences between the base of the social pyramid and the middle class.

KEYWORDS

Housing / Urbanity / Zoning / Workers

INTRODUÇÃO

Para se ter uma ideia de como habitavam as classes baixas em Lisboa durante o século dezanove, não basta olhar para os edifícios que chegaram aos dias de hoje, nem mesmo consultar os textos da época sobre o assunto, ou os que desenvolveram as teorias que lhes deram origem. É preciso comparar esses fogos com as habitações construídas no mesmo período para os outros grupos sociais, pois é pela confrontação com os que ocupam posições acima e os que lhes são inferiores que cada classe social se posiciona.

Pela análise das tipologias arquitetónicas de um número considerável de edifícios datados com rigor, é possível encontrar padrões de conduta. Esses padrões traduzem a forma como os habitantes, os promotores e os construtores oitocentistas da capital conceberam e materializaram a hierarquia social na produção de habitação.

Para efetuar tal tarefa, foi imprescindível recorrer ao arquivo digital da Câmara Municipal de Lisboa, sem o qual não seria possível realizá-la. Os projetos apresentados à Câmara Municipal desde meados da década de 1830 e organizados em volumes de obra a partir dos anos de 1880 permitem conhecer as características interiores e exteriores de cada edifício e as transformações introduzidas ao longo do tempo. Também no que respeita ao exterior dos imóveis, as fotografias disponíveis no mesmo arquivo digital complementam a caracterização.

Como metodologia para a realização deste estudo, foram analisados alguns dos projetos de pátios e de vilas construídos em Lisboa durante o período considerado, designadamente a sua localização, o número de fogos, a divisão do espaço interior e a área de cada fogo, e foram identificadas as entidades promotoras. Seguidamente, foram estabelecidas comparações com edificações construídas no mesmo período para outras classes sociais, daí ressaltando as características que as diferenciavam, e posicionando as habitações do operariado no conjunto edificado de Lisboa.

ESTADO DA ARTE

Em França, Roger-H. Guerrand publicou, em 1967, *Les origines du logement social en France*¹, onde descreve, numa perspetiva histórica, as condições das habitações operárias, em França, durante o século dezanove, elenca os vários tipos de alojamento social, quer promovidos pelo Estado, quer de iniciativa privada, e localiza-os.

Em Portugal e sobre o alojamento do operariado em Lisboa, há a referir os trabalhos de José-Augusto França e os estudos pioneiros nesta área feitos por Maria João Madeira Rodrigues², em 1979, e Teresa Barata Salgueiro³, em 1981, bem como o levantamento dos pátios e vilas por Nuno Teotónio Pereira⁴, em 1994/1995.

Em 1987, foram feitos novos levantamentos por João Couceiro, com vista à elaboração do Plano de Salvaguarda dos Pátios e Vilas de Lisboa⁵.

¹ GUERRAND, Roger-Henri – *Les origines du logement social en France*. [Paris]: Editions Ouvrières, 1967.

² RODRIGUES, Maria João Madeira – Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. 3ª Série Nº 84 (1979).

³ SALGUEIRO, Teresa Barata – Habitação operária em Lisboa. *Revista Arquitetura*. Nº 143-4 (1981), p. 74-77.

⁴ PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*. V. XXIX Nº127 (3º 1994), p. 509-524. PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

⁵ COUCEIRO, João – *Levantamento de vilas e pátios de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1987.

Em 1995, N.T. Pereira e I. Buarque publicam *Habitação operária*⁶, em 1997, P. A. Teixeira e Rui. M. Matos apresentam a comunicação *Teorias e modelos de habitação operária: o caso de Lisboa, 1880-1920*⁷ e, em 1999-2002, destacam-se os trabalhos de Filipa Antunes⁸.

Mais recentemente, outros estudos foram realizados, onde foi abordada a questão do alojamento operário na Lisboa oitocentista. É o caso de *História da transformação de Lisboa na época da industrialização*⁹, de Frédéric Vidal, publicado em 2006, do estudo tipológico da Vila Berta¹⁰, da autoria de Sónia Ildefonso, em 2008, a dissertação de mestrado de Maria Margarida de Almeida Reis e Silva, em 2013, *Pátios e vilas da zona ribeirinha oriental: materialidade, memória e recuperação urbana*¹¹, e algumas teses de doutoramento, a primeira, *Habitação social em Portugal: da intenção de inserção ao sentimento de exclusão*¹², de Joana Ribeiro Martins, de setembro de 2014, *Espaços da Lisboa operária, trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade*¹³, de Ana Ramos Alcântara, de março de 2019, e *História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes de habitação, construídos na cidade de Lisboa desde o início do século XVIII até à década de 1930*¹⁴, de Maria Clara Bracinha Vieira, de junho de 2019.

Ainda em 2019, foi divulgado o artigo *A proto-habitação social na cidade de Lisboa: uma leitura integrada da vila operária no contexto urbano atual*, de Sónia Ildefonso, Rita Machete, Ana Paula Falcão e Teresa Heitor¹⁵.

OS SURTOS EPIDÉMICOS E A QUESTÃO DA HIGIENE NA CIDADE

Os estereótipos sobre a cidade de Lisboa, que tiveram origem nos relatos de viajantes estrangeiros durante o século dezoito, não só influenciaram os que visitaram a cidade durante o século dezanove como foram incutidos nos próprios habitantes, que os continuavam a citar em finais do século, quando a realidade era já muito diferente.

⁶ PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

⁷ TEIXEIRA, Paula Alexandra; MATOS, Rui Manuel – Teorias e modelos de habitação operária: o caso de Lisboa. In COLÓQUIO TEMÁTICO O MUNICÍPIO DE LISBOA E A DINÂMICA URBANA, SÉCULOS XVI-XIX, 1, Lisboa, 1995 – *Actas das Sessões*. Lisboa: CML, 1995. p. 179-210.

⁸ ANTUNES, Filipa – *Habitação operária: pátios e vilas de Lisboa, a experiência da cidade operária industrial* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2002. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. [Consult. 18/03/2020]. Disponível na Internet: <https://desenhosofona.files.wordpress.com/2014/11/habitac3a7c3a3o-lx-pc3a1tios-e-vilas.pdf>

⁹ VIDAL, Frédéric – *Les habitants d'Alcântara: histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle*. Villeneuve d'Ascq: Ed. Presses Universitaires du Septentrion, 2006.

¹⁰ ILDEFONSO, Sónia – *Vilas operárias em Lisboa: emergência de novos modelos de habitar: o caso da Vila Berta*. Lisboa: [s.n.], 2008. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

¹¹ SILVA, Maria Margarida de Almeida Reis – *Pátios e vilas da zona ribeirinha oriental: materialidade, memória e recuperação urbana* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa. [Consult. 05/12/2019]. Disponível na Internet: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6967>

¹² MARTINS, Joana Ribeiro – *Habitação social em Portugal: da intenção de inserção ao sentimento de exclusão* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 1989. p. 47-60. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Lusíada. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/11067/1167>

¹³ ALCÂNTARA, Ana Ramos – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2019. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. [Consult. 05/01/2020]. Disponível na Internet: https://run.unl.pt/bitstream/10362/68125/1/TESE_Dout_AAAlcantara.pdf

¹⁴ VIEIRA, Maria Clara Bracinha – *História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes, de habitação, construídos na cidade de Lisboa de inícios do século XVIII até à década de 1930* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2018. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa. [Consult. 08-01-2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18809>

¹⁵ ILDEFONSO, Sonia [et al.] – A proto-habitação social na cidade de Lisboa: uma leitura integrada da vila operária no contexto urbano atual, urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* [Em linha]. Curitiba. 11 (2009). [Consult. 05/01/2020]. Disponível na Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100205&tlng=pt

Quando H. C. Anderson chegou a Lisboa em 1866, ficou surpreendido por encontrar uma cidade de ruas “largas e limpas, de casas confortáveis com as paredes cobertas por azulejos brilhantes de desenhos azuis sobre branco; as portas e janelas de sacada, pintadas a verde ou a vermelho”¹⁶, contrariando as descrições de anteriores viajantes, que relatavam uma cidade suja, com matilhas de cães sem dono deambulando pelas ruas e o permanente risco de se ser assaltado e morto por bandidos¹⁷. É claro que Anderson se referia a uma área restrita da cidade, a da Baixa e do Chiado, onde morava uma classe média ou média-alta, e onde estavam instaladas lojas de ourives da prata e do ouro, e os escritórios de abastados negociantes como os do seu amigo O’Neill.

Se tivesse tomado o caminho dos bairros mais antigos como os de Alfama, Mouraria, ou mesmo o do Bairro Alto, do Carmo ou do Mocambo, ou o das zonas industriais periféricas como Alcântara, Xabregas, ou Arroios, teria contactado com uma realidade bem diferente. No centro, havia ainda prédios antigos, com estrutura de madeira, num estado de degradação tal que ameaçavam desabar, restos das ruínas provocadas pelo terramoto e montes de entulho por toda a parte. Às barracas improvisadas que, desde o sismo, se iam mantendo, foram acrescentadas muitas outras, nas zonas periféricas, edificadas pela mão-de-obra recém-chegada à capital. No entanto, a situação tinha melhorado nos últimos vinte anos, graças ao esforço do município.

Na cidade de Lisboa, durante a guerra civil e no período que se seguiu, houve surtos epidémicos de cólera e de tifo que devastaram a população, constatando-se picos populacionais negativos em 1840 e também na década de 1850, o que levou a uma redução acentuada do número de habitantes. Estima-se que, em 1821, a média de habitantes por fogo fosse de 4,1, descendo para 3,7 em 1853¹⁸. Estas epidemias, que atingiram toda a cidade, independentemente das condições socioeconómicas dos habitantes de cada bairro, marcaram profundamente a população. Por isso, a partir de 1834, o principal objetivo do município foi o de melhorar as condições de higiene da cidade.

Durante o período em que D. Miguel governou o país, os poderes da Câmara Municipal de Lisboa foram muito diminuídos, mas, no fim da guerra, o município ganhou novas competências e, apoiando-se nelas, o vereador Joaquim Bonifácio determinou a demolição das inúmeras barracas e ruínas que permaneciam na cidade desde o terramoto¹⁹. Para tal, através do Edital de 20 de fevereiro de 1836, foram consignadas regras relativas à edificação e reedificação na cidade, voltando a Câmara Municipal a ter o poder de inspeção ou de fiscalização de obras particulares e de demolição de barracas, e obrigando à apresentação de projeto aos particulares que queriam construir²⁰. Foi nesse contexto que, alguns anos depois, os desenhos e planos das diferentes obras passaram a ficar à guarda do Arquivo Municipal de Lisboa.

Logo em 1837, o presidente da Câmara mandou que fosse elaborado um plano de reedificação e embelezamento da cidade, mas tal plano nunca foi feito, e só em 1852 foi criada a Repartição Técnica, com delegação de competências para a aprovação de projetos.

Desde cedo que os responsáveis municipais perceberam que a higienização da cidade obrigava à instalação de esgotos que realmente funcionassem, mas as dificuldades técnicas, somadas às financeiras, faziam avançar muito lentamente a sua construção. Havia já alguns troços de encanamentos de esgoto, na Baixa, por exemplo, e a partir de 1834, a Câmara começou a intimar os particulares a construírem encanamentos parciais que ligassem aos encanamentos gerais, na rua dos Bacalhoeiros, na rua das Canastras, na rua da Mouraria/rua dos Cavaleiros, na

¹⁶ ANDERSEN, H. C. – *Uma visita em Portugal em 1866*. Lisboa: Câmara Municipal, 1971. p. 43.

¹⁷ RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional, [1981]. vol 1.

¹⁸ RODRIGUES, Teresa – Lisboa: das longas permanências demográficas à diversidade social. In JORNADA DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA DE LISBOA, Lisboa, 2008 - *Actas*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008. p. 8.

¹⁹ FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008. p. 524.

²⁰ SILVA, Raquel Henriques da – *Lisboa romântica: urbanismo e arquitetura, 1777-1874*. Lisboa: [s.n.], 1997. p. 78. Tese de doutoramento em História de Arte apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

de São Marçal e na Praça das Flores, tudo zonas onde foram urbanizados pequenos troços de rua. Mas a verdade é que houve erros de conceção como, a título de exemplo, na secção dos ductos, na instalação de pias de despejo não sifonadas e no uso de manilhas de grés, material permeável, além de que, não havendo uma rede de água a funcionar, os esgotos ficavam frequentemente obstruídos.

Quanto à construção de uma rede de abastecimento de água que abrangesse toda a cidade e servisse todos os prédios, estava ainda distante a sua concretização. Na década de 1850, ainda a Câmara promovia a construção de chafarizes.

Em 1858, a vereação solicitou a um engenheiro da Câmara, P. J. Pézerat, francês de nascimento mas há longos anos a trabalhar no país, a apresentação de um projeto de melhoramento dos esgotos existentes e também a identificação das principais causas do mau funcionamento. Em 1860, Pézerat foi a Paris ver, *in situ*, as obras de renovação urbana promovidas pelo barão Haussmann, e foi, certamente, o que lá viu que fundamentou o seu *Mémoire sur les études d'amélioration et embellissements de Lisbonne*, onde não só aponta as principais causas do mau funcionamento dos esgotos como, muito para além disso, expõe uma conceção de cidade em que as várias camadas sociais habitariam zonas diferentes, em tipologias habitacionais específicas, e em que o espaço público iria adquirir nova importância.

Em 1865 foi publicada a Lei de 31 de dezembro de 1864, que estabeleceu regras para a construção de edifícios, visando melhores condições de salubridade quer no interior dos fogos, quer no espaço público, tais como a altura das fachadas em função da largura do arruamento, a obrigatoriedade de encaminhamento das águas dos telhados para as condutas de esgoto dos edifícios e o chanfro das arestas dos cunhais dos prédios de esquina, entre muitas outras. Também são introduzidas disposições que, por um lado, facilitam as expropriações e, por outro, obrigam os proprietários dos terrenos a edificá-los.

O CRESCIMENTO DA CIDADE

Durante o período que decorreu entre 1840 e 1870, Lisboa cresceu, essencialmente, pela regularização e pelo alargamento das antigas estradas e caminhos de acesso à cidade, fazendo a ligação entre as áreas centrais e as que se tinham desenvolvido em zonas marginais e pela urbanização de terrenos que tinham ficado por edificar, embora já envolvidos por zonas consolidadas. Pequenas áreas foram edificadas nesse tempo, como a que envolve a Praça da Alegria, a que se situa entre a Lapa e a calçada da Estrela, a da rua de Santa Isabel, ou a que envolve a atual praça do Príncipe Real, e houve também a intenção de criar um novo bairro no aterro da Boa Vista e a de abrir uma rua desde Santos até à calçada da Estrela, mas não era ainda um urbanismo que abrangesse grandes áreas de expansão e definisse zonamentos.

Por esta altura, nos bairros mais antigos, viviam essencialmente pessoas de níveis económicos baixos em casas pequenas e degradadas, mas também havia algumas grandes casas ainda habitadas por famílias da antiga aristocracia, enquanto nos novos arruamentos habitavam famílias de classe média-alta, lado a lado com barracas e com modestos edifícios do século anterior, ou com modernos palacetes de “capitalistas”, numa grande mistura social como relata, em 1836, um viajante estrangeiro, escrevendo que

o grande inconveniente é estar tudo misturado: enquanto na maior parte das cidades europeias as classes sociais habitam zonas diferentes, aqui os palácios e hotéis estão espalhados tanto pelo interior da cidade como pelos seus locais mais afastados, incluindo colinas e vales, o que torna impossível visitar várias pessoas num só dia²¹.

²¹ PAULINO, Maria Clara – *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Porto: CITCEM, 2013. p. 212. De acordo com o relato de Gustav Adolf Heeringer.

Entretanto, foi nesses anos que se implantaram e se desenvolveram novas indústrias que, pelas técnicas de produção e considerável número de operários, representaram grandes investimentos.

Até aos anos de 1820, as oficinas estavam espalhadas pela cidade ocupando pequenos espaços por entre as áreas residenciais e, mesmo num bairro construído de raiz como o da Baixa, havia estâncias de madeira, serralheiros, caldeireiros, fundidores, canteiros, e muitas outras atividades ligadas à construção civil. Mas, a partir da década de 1840, as atividades oficinais sofrem transformações e se algumas simplesmente desaparecem, outras modernizam-se, crescem, tornam-se grandes empresas e começam a fixar-se em zonas específicas da periferia. É o caso da indústria metalo-mecânica, pois se a esmagadora maioria das grandes obras em metal eram importadas do estrangeiro, há casos como o da fábrica de José Pedro Colares, que começou a laborar em 1809 como serralharia e caldeiraria de cobre, numa pequena oficina. Em 1840 tinha já trinta trabalhadores, número que, em 1863, subiu para duzentos e trinta e, na década de 1880, tinha a capacidade técnica de produzir máquinas a vapor²². Esta fábrica, que viria a ser a Companhia Perseverança, começou por estar localizada na rua Augusta e foi, mais tarde, instalada no largo do Conde Barão. Outra importante indústria de obras em ferro, a Fábrica Vulcano, ficaria lá perto, no Boqueirão do Duro. A Empresa Industrial Portuguesa, fundada em 1874, instalou-se na avenida 24 de Julho e, em 1881, tinha já duzentos operários, passando a 463 em 1890²³.

Outras indústrias vão surgir e instalar-se na proximidade, como a Companhia Lisbonense de Iluminação a Gaz, na rua da Boavista, a Parry & Son, na rua 24 de Julho, e a Companhia Previdente, na rua do Instituto Industrial.

O Calvário e Alcântara foram zonas industrializadas onde houve, nos anos de 1820, várias fábricas de estampanaria em tecidos de algodão²⁴ e onde, nas décadas de 1870 e 1880, foram instaladas as oficinas da Companhia de Carris de Ferro a Santo Amaro, a Fábrica Cabrinha, pertencente à Companhia Lisbonense de Estampanaria e Tinturaria de Algodões, e a manufatura de lãs. Também em Alcântara se instalou a fábrica da União Fabril, situada na rua das Fontainhas.

Para oriente, desenvolveu-se uma extensa zona industrial, de Xabregas a Sacavém, onde logo no primeiro quartel do século dezanove se implantaram fábricas de estampanaria de chitas, mais tarde as manufaturas do tabaco, inseridas na Companhia Nacional do Tabaco, e, para além dessas, uma fábrica de sabão, uma moagem a vapor, e outras mais.

Para norte, foi em Arroios, uma área da cidade onde proliferaram pequenas oficinas e também algumas fábricas de média dimensão, como a Fábrica Portugal localizada no Regueirão dos Anjos, que produzia camas de ferro e tinha 98 trabalhadores, e as fábricas de Cerveja Leão e dos Lanifícios de Arroios, ambas de consideráveis dimensões.

Além da zona ribeirinha e do vale de Arroios, surgiram novas fábricas de materiais para a construção civil, como as de produção de azulejos – a Fábrica Roseira, em 1832, na rua de Santa Apolónia, a Fábrica Constância às Janelas Verdes, fundada em 1836 e a Fábrica Lamego, no largo do Intendente, fundada em 1849 para produzir objetos de loiça e que, a partir de 1863, se dedicou ao fabrico de azulejos – e as cerâmicas de produção de tijolos e de telhas, como as da rua Possidónio da Silva e a Empresa de Cerâmica de Lisboa, fundada em 1879 em Alcântara, que, em 1883, estava instalada na rua Saraiva de Carvalho, e em 1905 no Campo Pequeno, já com o nome de Companhia da Fábrica Cerâmica Lusitânia.

Toda esta atividade industrial necessitava de mão-de-obra, e atraiu para a capital gente de todo o país, vindo a provocar, já no final do século, um enorme êxodo rural.

²² MÓNICA, Maria Filomena – Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934). *Análise Social*. V. XVIII N° 72-73-74 (3º 4º 5º 1982), p. 1242.

²³ VIDAL, Frédéric – *Les habitants d'Alcântara: histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle*. Villeneuve d'Ascq: Ed. Presses Universitaires du Septentrion, 2006. p. 72.

²⁴ PEDREIRA, Jorge Miguel – Indústria e negócio: a estampanaria da região de Lisboa, 1780-1880. *Análise Social*. V. XXVI N°112-113 (3º 4º 1991), p. 544.

O AUMENTO POPULACIONAL E A INSUFICIÊNCIA DE HABITAÇÕES

A população de Lisboa duplicou entre 1864 e 1900 e esse acréscimo, essencialmente constituído por mão-de-obra não qualificada de jornaleiros rurais, não tinha onde se alojar. Algumas das antigas casas nobres já degradadas e os conventos abandonados foram procurados pelos industriais para a instalação das suas fábricas e outras foram divididas em pequeníssimas habitações, sem quaisquer condições de habitabilidade, que eram alugadas aos trabalhadores. Mas a grande maioria dos operários fabris vivia em barracas não muito afastadas dos locais de trabalho, em Xabregas, “para os lados da Ajuda e de Alcantara”²⁵ e, a partir de finais da década de oitenta, no Casal Ventoso.

Em 1858, Pézerat tinha proposto que os bairros antigos de Alfama e Mouraria fossem arrasados e construídos de novo, com “ruas largas e bem alinhadas, praças arborizadas e edifícios em boas condições higiénicas”, e considerava que para concretizar tal tarefa, era preciso “construir *cités ouvrières* aonde além de pequenas habitações para acomodar a população trabalhadora se estabeleçam casas de banho e lavadouros”²⁶.

Cinco anos depois, não se tendo concretizado a sua ideia, Pézerat propôs dois bairros novos, “um para famílias abastadas entre o Caminho Novo, a Calçada da Estrela e as ruas da Bela Vista e do Quelhas; outro para as classes operárias entre a estrada de Entremuros, a rua de São João dos Bencasados e de Santo Ambrósio até à morta dos terramotos”²⁷.

Assim, nasceu a intenção do zonamento em Lisboa, ideia contrária ao que sempre se fizera na cidade, um bairro da Lapa até à Estrela para as classes média-alta e alta, e um outro, no que chamamos hoje Campo de Ourique, para as classes baixas.

Em 1865, no seu *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, diante da impossibilidade de financiamento de tão profundas alterações na capital, Pézerat defendeu a construção de novos bairros para habitação das classes sociais com disponibilidade económica, deixando os locais onde antes moravam, que passariam a ser habitados por pequenos comerciantes, artífices e operários, integrados numa classe média/baixa, e passando os mais pobres, que constituíam um subproletariado, a habitar nos velhos bairros da colina do Castelo, no Bairro Alto ou no Mocambo. Observava ele que, desta forma, ficaria resolvido o problema habitacional dos pobres e que o município já não teria que se preocupar em promover bairros especiais para alojar esta classe, considerando mesmo que essa ideia de defender a construção de bairros novos para quem não os podia pagar era uma utopia absurda, porque nenhum empreendedor estaria disposto a comprometer os seus capitais em construções que não lhe trouxessem lucro²⁸.

No entanto, por certo que Pézerat conhecia pelo menos uma das *cités* operárias francesas, a *Cité Napoléon*, situada na rua Rochechouard, em Paris, que tinha sido edificada em 1851, por iniciativa de Louis-Napoléon, retomando uma proposta do Parlamento datada de março de 1848, de construção de familistérios para melhoramento das condições habitacionais do operariado das grandes cidades manufactureiras. Em 1849 é criada uma sociedade com capital próprio para promover esse tipo de construções. Esta decisão surgiu pela necessidade de controlar o operariado e as classes baixas de Paris, que se tinham revoltado em 1848, levantando barricadas e exigindo melhores condições de vida.

²⁵ CHAGAS, Pinheiro – Casas salubres e baratas. *A Ilustração Portuguesa*. Nº 1 (27 de agosto de 1888), p. 3.

²⁶ SILVA, Raquel Henriques da – *Lisboa romântica: urbanismo e arquitetura, 1777-1874*. Lisboa: [s.n.], 1997. p. 426. Tese de doutoramento em História de Arte apresentada à Universidade Nova de Lisboa.

²⁷ *Idem*, p. 427.

²⁸ *Idem*, p. 428.

Para os decisores políticos franceses, a causa da rebelião estava no facto de a população sem recursos viver amontoada em espaços sem condições de higiene, muitas vezes ocupando caves húmidas onde proliferavam as doenças. Para além disso, o operariado era constituído por muitos homens que, vindos do campo, permaneciam na cidade separados das suas famílias, sem o controle que estas sobre eles exerciam. Assim, para os bem-pensantes desse tempo, havia uma relação de causa e efeito entre a falta de salubridade das casas e a falta de moral de quem as habitava, “n’uma acumulação insalubre e imoral”²⁹.

A *Cité Napoléon* acabou por ser a única construída ao abrigo do referido programa³⁰ e, ainda assim, não foi completada. Eram edifícios onde deveriam morar seiscentas pessoas, divididos por duzentos fogos e que ocupavam todo um quarteirão, uns blocos bordejando os arruamentos e outros no espaço central. Cada bloco habitacional tinha quatro pisos e, no seu interior, longas galerias de distribuição, ligadas por escadas e cobertas por clarabóias, sendo toda a ossatura em ferro. Nas extremidades de cada galeria ficavam as pias de despejo. No pátio, havia um fontanário que abastecia todos os residentes. Apesar de se tratar de habitações para operários, as fachadas sobre a via pública tinham alguma monumentalidade, desde logo pelas pesadas cornijas que separavam os andares e pelo imponente portal de acesso ao pátio interior.

Mas algumas características do empreendimento tornaram-no pouco atrativo para os moradores, nomeadamente pela constante vigilância exercida sobre os seus movimentos, já que nas zonas comuns e, particularmente, nas galerias, qualquer um vigiava a vida dos outros, e também pela obrigatoriedade de respeitar as horas de recolher, mas, acima de tudo, pelos valores elevados das rendas que nem todos podiam pagar.

Antes dos franceses, já os ingleses tinham enfrentado a questão das condições de alojamento das classes trabalhadoras e publicado obras sobre o assunto. Numa dessas publicações, o autor, Henry Roberts, arquiteto, analisou várias habitações populares no Reino Unido e concluiu sobre as condições mínimas consideradas aceitáveis para residência, como áreas, volumes e pés-direitos, ventilação, iluminação, etc., propondo vários projetos de diferentes tipologias e adaptados a diversas situações³¹. Para além disso, organizou um regulamento de uso do espaço que não se limitava às zonas comuns dos prédios, mas também às zonas privadas dos fogos, impondo comportamentos e justificando-os pela necessidade de assegurar as condições de higiene e salubridade.

O ZONAMENTO SOCIAL

Foi a necessidade de precaver epidemias como a da cólera, que assolou Lisboa em 1834 e 1855, e a da febre-amarela, em 1857, que esteve na base da proposta de zonamento da cidade tendo em vista a separação física das classes sociais, como se da instalação de um cordão sanitário psicológico entre a classe média-alta e a classe baixa se tratasse.

Embora não estivesse cientificamente comprovado que as doenças se desenvolviam nos núcleos de pobreza e que daí se transmitiam aos bairros chiques³², a verdade é que foi nas zonas de maior densidade populacional, nos bairros mais antigos onde residiam os que tinham piores condições de vida, que as epidemias vitimaram

²⁹ BASTOS, Teixeira – *Habitações operárias*. Lisboa: Secção editorial da Companhia Nacional Editora, 1898. p. 47.

³⁰ GUERRAND, Roger-Henri – *Les origines du logement social en France*. [Paris]: Editions Ouvrières, 1967. p. 12-14.

³¹ ROBERTS, Henry – *The dwelling of the laboring classes, their arrangement and construction*. London: Society for Improving the Condition of the Labouring Classes, [1851].

³² SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da – O Imaginário social das epidemias em Portugal no século XIX. *Lusíada: História*. Lisboa. II Série Nº 1 (2004), p. 122. “Em 1857 a ineficácia parece, paradoxalmente, total (...). Porém, passado o período mais grave, assistimos à recuperação da capacidade de resposta do Estado liberal e ao predomínio de um discurso ético e científico que se coaduna com a vontade de criar uma nova ordem social mais equilibrada em que as medidas higienistas se unem ao desígnio de salvação pública, de moralidade política e de criação de estruturas assistenciais inerentes à construção do Estado Providência.”

maior número de pessoas³³. Assim, a crença de que eram os mais pobres que propagavam a doença difundiu-se rapidamente e, em meados do século dezanove, traduziu-se na ocupação zonada do solo.

É claro que esse conceito não era novo, mas nunca tinha sido realmente posto em prática em Lisboa. Na conceção dos prédios pombalinos da Baixa, foi previsto que as diversas classes sociais se distribuíssem pelos fogos de maior e de menor área e também por pisos consoante as suas capacidades económicas, que as famílias de classe média ocupassem o primeiro andar, as de classe média-baixa o segundo e o terceiro, e nas águas-furtadas vivessem os menos abonados.

Quanto ao interior dos fogos de tipologia pombalina, a organização do espaço obrigava à mistura social, uma vez que os donos da casa e os seus criados, para se deslocarem entre as salas e a cozinha, atravessavam obrigatoriamente os quartos de dormir, o que pressupõe ter havido grande intimidade entre todos eles. Mas, a partir dos anos de 1840, os projetos das habitações a construir para as famílias de classe média-alta introduzem um corredor longitudinal, de empena a empena, que separa a zona de serviço da zona familiar, ficando os criados confinados à zona das traseiras e completamente separados da família que servem³⁴.

O corredor generaliza-se, nestes meados do século dezanove, por ser entendido como um fator de salubridade e segurança, criando uma barreira entre as pessoas de diferentes estratos sociais, que habitavam a mesma casa. Tal como na cidade se procurou definir zonas para as diversas classes sociais, também nas habitações foram definidas áreas separadas, de estar e de serviço, criando circuitos que evitavam o convívio permanente entre patrões e criados.

A EDIFICAÇÃO DE PÁTIOS E VILAS DESTINADOS A OPERÁRIOS

Na zona ocidental da cidade, uma das primeiras vilas operárias construídas em Lisboa e localizada na rua Primeiro de Maio, n.ºs 13-71, foi a que a Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonense edificou em 1873³⁵, para alojamento dos seus operários.



Figura 1 Vila da Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonense. Os edifícios de 1873, formam a correnteza de dois pisos, em segundo plano. O prédio de esquina, em primeiro plano, tem projeto de 1890³⁶. Fotografia de João Veríssimo.

³³ ESTRELA, Paulo Jorge – Medalha da febre amarela. Lisboa agradecida à devoção humanitária. *Lusíada: História*. N.º 3 (2006), p. 129.

³⁴ VIEIRA, Maria Clara Bracinha – *História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes, de habitação, construídos na cidade de Lisboa de inícios do século XVIII até à década de 1930* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2018. p. 226-237. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa. [Consult. 08-01-2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18809>

³⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*. V. XXIX N.º 127 (1994, 3.º), p. 520.

³⁶ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), Obra 9871, Proc. 3597/DAG/PG/1890, vol. 1, tomo 1, p. 2, Rua Rodrigues de Faria, 105.

São cinco os edifícios iniciais, de loja e primeiro andar, cada um com uma caixa de escada central e dois fogos por piso, formando uma frente de rua (Figura 1). Na fachada principal, as janelas rasgadas alternam com as de peito e uma platibanda em balaustrada faz o coroamento do conjunto. No interior, cada fogo tem uma área bruta de cerca de 45m², dividida por três compartimentos, uma sala com janela para a rua, um quarto interior e uma cozinha com janela para as traseiras. Abrigava 49 famílias, das quais 18 moravam nos dois prédios de três pisos que tornejam para a atual rua Rodrigues Faria, onde cada habitação tinha de 4 a 8 compartimentos.

Na proximidade, fica a rua Possidônio da Silva que, no passado, se chamou da Fonte Santa, e foi local de oficinas e fábricas de cerâmica. O proprietário de uma dessas empresas fundada em 1882, José Joaquim de Almeida Junça, mandou edificar, em 1887, no próprio pátio da fábrica, uma correnteza de habitações (Figura 2) para os seus operários, usando na construção os tijolos que produzia.

Trata-se de uma construção de dois pisos, sendo o primeiro andar servido por uma galeria corrida, exterior. Tem 21 fogos de três divisões, sendo uma delas a cozinha, e mais três habitações sem chaminé. A divisão interior remete para a das habitações anteriores ao século dezoito, com compartimentos dispostos em profundidade, com um quarto interior e um estreito corredor a ligar a sala de entrada à cozinha. A área bruta por fogo é de cerca de 25m². No projeto, as pias de despejo estão encastradas na face exterior da parede da fachada, com acesso pela

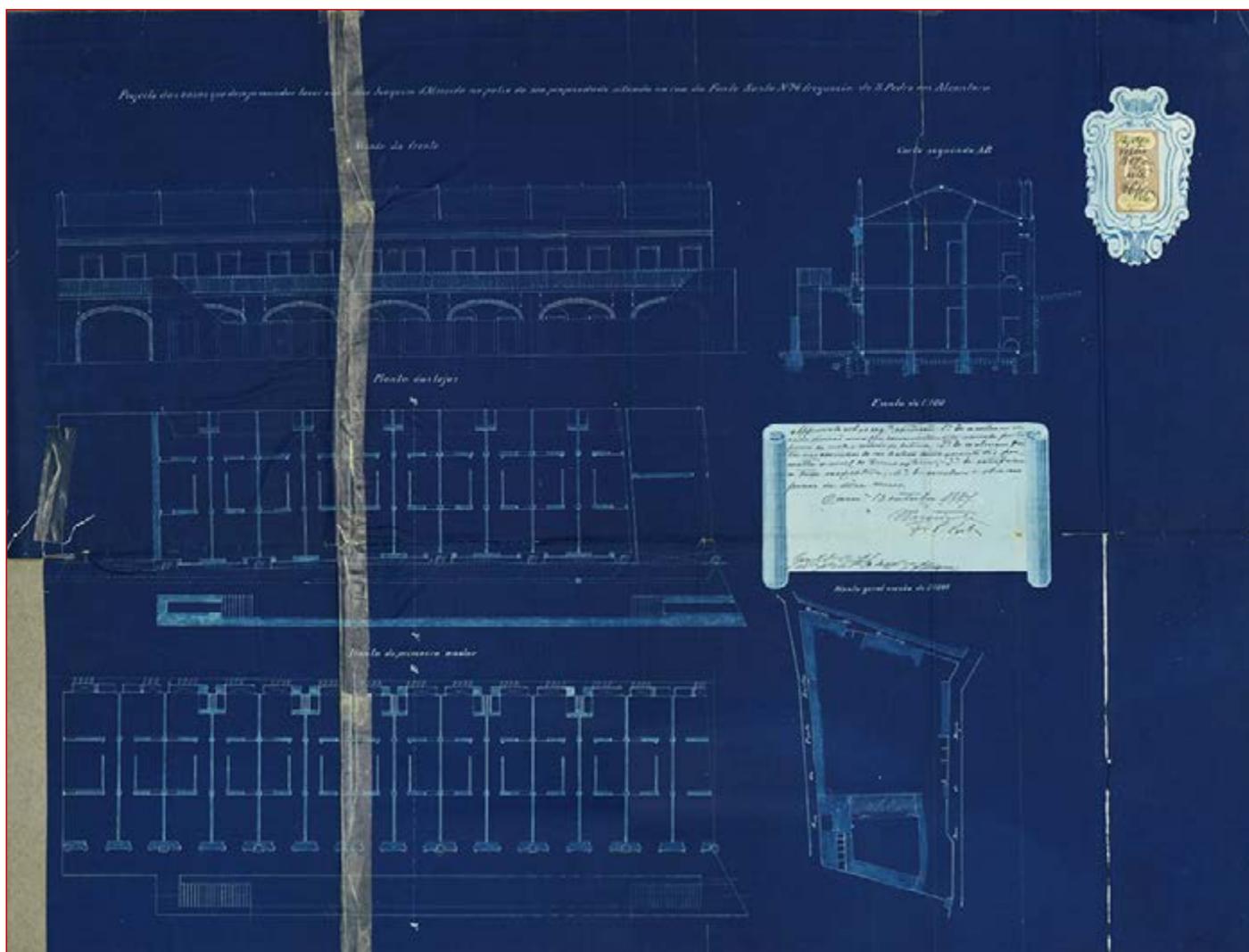


Figura 2 O pátio do Junça, na rua Possidônio da Silva, 90³⁷. Projeto de 1887.

³⁷ AML, Obra 13159, Proc. 5202/1^aREP/PG/1887, vol. 1, tomo 1, p. 2, Rua Possidônio da Silva, 90/Pátio do Junça, 2-29.

galeria. Nas condições de aprovação, a Câmara Municipal de Lisboa impõe “recolher-se em cada divisão uma pia convenientemente reservada por tapume de modo a servir de latrina”³⁸.

Mais tarde, em 1893, será o mesmo Junça a mandar edificar a Vila do Tijolo, do lado oposto da rua, prédio inovador do ponto de vista construtivo e exibindo na fachada principal as possibilidades ornamentais do tijolo. No entanto, a qualidade das pequenas habitações da vila destinada aos operários não é substancialmente melhor do que as existentes no pátio, apenas mais um quarto interior, num total de 30m² de área bruta por fogo³⁹.

Desde o início da década de setenta que um plano de extensão da cidade começou a ser preparado, sendo a zona que vai de Arroios à Cruz do Tabuado uma das primeiras a ser edificada. O método para a sua realização pressupunha o traçado de um plano de urbanização pela Repartição Técnica da Câmara Municipal de Lisboa, seguindo-se a aquisição ou a expropriação amigável dos terrenos pelo município, a definição de lotes e a sua venda em praça a quem os quisesse edificar.

O processo decorreu durante mais de vinte anos, mas, logo em 1884, foi apresentado à Câmara um projeto para a construção de três prédios (Figura 3), localizados no largo do Cruzeiro de Arroios, no local onde ficava o jardim da velha casa nobre da família Manoel de Vilhena, já então vendido para edificação.



Figura 3 O largo de Arroios em 1904-1911⁴⁰. À direita estão representados os prédios destinados à classe média, com os seus quintais, formando a frente nascente da rua e, atrás, o Pátio Carlos Dias.

³⁸ AML, Obra 13159, Proc. 5202/1^aREP/PG/1887, vol. 1, tomo 1, p. 2, Rua Possidónio da Silva, 90/Pátio do Junça, 2-29.

³⁹ AML, Obra 20469, Proc. 8208/1^aREP/PG/1891, p. 2, Rua Possidónio da Silva, 19-33.

⁴⁰ VIEGAS, Inês Morais; TOJAL, Alexandre Arménio Maia, dir. – *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911, levantamento Silva Pinto, folha 11K*. Lisboa: Câmara Municipal 2005. p. 145 (AML, PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/05/03).

Os três edifícios formavam a frente de rua e foi nas traseiras, a um nível inferior, onde anteriormente ficavam o pomar e a horta da casa nobre, que o promotor imobiliário António Carlos Dias construiu um pátio com cerca de oitenta pequenas habitações organizadas em quatro correntezas, definindo arruamentos. Esse local, no miolo do quarteirão, ficava abaixo do nível de todas as ruas que o envolviam e era, por esse motivo, insalubre e impróprio para a construção, já que ficava inundado à primeira chuvada.

Segundo Norberto Araújo, este Pátio Dias data de 1883⁴¹, tendo sido edificado dois anos antes dos prédios da frente de rua. Era destinado à habitação dos operários que trabalhavam nas fábricas existentes em Arroios, pois só a vizinha Companhia de Lanifícios de Arroios tinha cerca de 300 trabalhadores⁴², e também aos operários da construção civil que estavam a erguer o novo bairro de Dona Estefânia.

O Pátio Carlos Dias foi edificado para rendimento, não por filantropia. Construindo pequenas casas para arrendar aos operários de Arroios, foi rentabilizado o interior de um quarteirão que, de outra forma, só traria despesas. Os investidores na construção de prédios nas novas áreas de expansão da cidade recorriam muitas vezes a empréstimos bancários da Companhia Geral do Crédito Predial Português, o banco vocacionado para a concessão de créditos ao imobiliário⁴³, eurgia retirar mais-valias do empreendimento por forma a cobrir os juros.

Uma outra Vila Dias será construída em 1888 pelo mesmo António Carlos Dias, na proximidade da fábrica de fiação de Xabregas, certamente para alugar aos operários que aí trabalhavam. Localizada no beco dos Toucinheiros, também ela ocupou um terreno desapropriado para a construção, entalado entre a encosta íngreme de uma colina e o paredão de suporte da via-férrea. Mas se esta última vila se inseria numa zona essencialmente fabril, já o pátio de Arroios estava no centro de uma urbanização destinada inicialmente a uma classe média-alta.

Mais tarde, já no início do século vinte e quando a zona já tinha sofrido uma desvalorização, novos pátios serão edificados no interior dos quarteirões desse mesmo Bairro D. Estefânia, como a Vila Luz, o Pátio do Duarte, ou o Pátio Estefânia, e no Bairro Açores, que lhe é contíguo, foram construídas a Vila Paulo, a Vila Mendonça, e muitos outros pátios de menores dimensões.

Exemplo de uma vila construída na zona para rentabilização de um interior de quarteirão é a Vila Celarina (Figura 4), localizada na rua da Escola do Exército, no limite do bairro.

Em 1885, o promotor imobiliário Manuel Francisco de Almeida Brandão apresentou um projeto⁴⁴ para edificar uma frente de rua constituída por três edifícios de três pisos, destinados a famílias da classe média. Num deles, está representado um arco para acesso ao interior do quarteirão.

⁴¹ ARAÚJO, Norberto de – *Peregrinações em Lisboa: Livro IV*. Lisboa: Edições Vega, 1993. p. 83.

⁴² PISTOLA, Renato da Silva – *Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da 1ª República*. Lisboa: [s.n.], 2009. p. 23. Dissertação de mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

⁴³ TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias da habitação em Portugal 1880-1940. *Análise Social*. V. XXVII Nº 115 (1992, 1º), p. 69.

⁴⁴ AML, Obra 21046, Proc. 526/1ªREP/PG/1884, p. 2, Rua da Escola do Exército, 32.

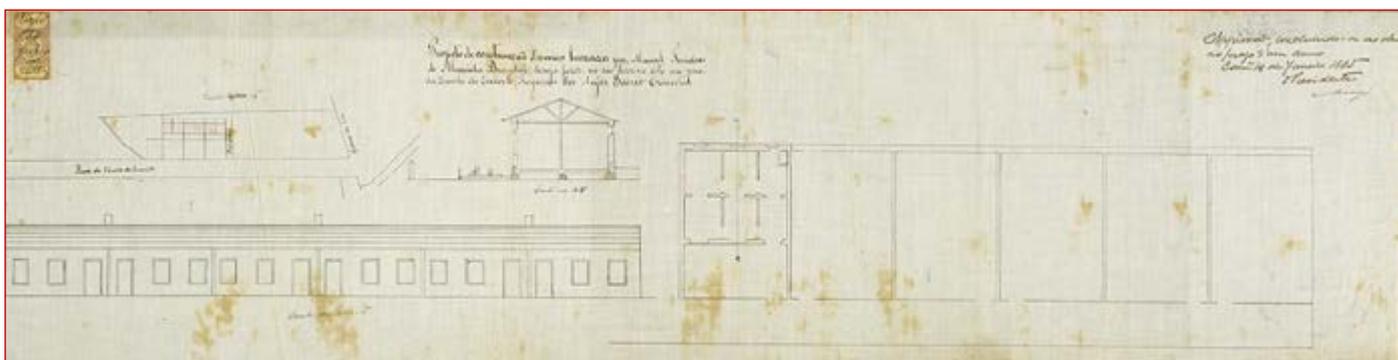


Figura 4 Projeto da Vila Celarina datado de 1884⁴⁵.

Num outro processo, o mesmo requerente apresenta um projeto de ocupação do logradouro por uma correnteza de casas de um só piso, a Vila Celarina, que ele refere como “projeto de construção de umas barracas”⁴⁶. O termo barraca era usado neste período para designar uma pequena construção de um só piso, mesmo sendo em pedra e cal.

A já referida Vila Dias (Figura 5) do beco dos Toucinheiros, foi inicialmente concebida com 40 edifícios de dois pisos e dois fogos por piso, num total de 160 habitações.

No projeto inicial, todos os fogos eram iguais, cada qual com uma área bruta de cerca de 30m², composta por três divisões das quais uma, a das traseiras, era a cozinha. Não havia logradouros, pelo que, em cada cozinha, estava representada uma pia de despejo. No exterior, sensivelmente a meio da Vila, havia um poço que, presume-se, servia para o abastecimento de água a todos os moradores.

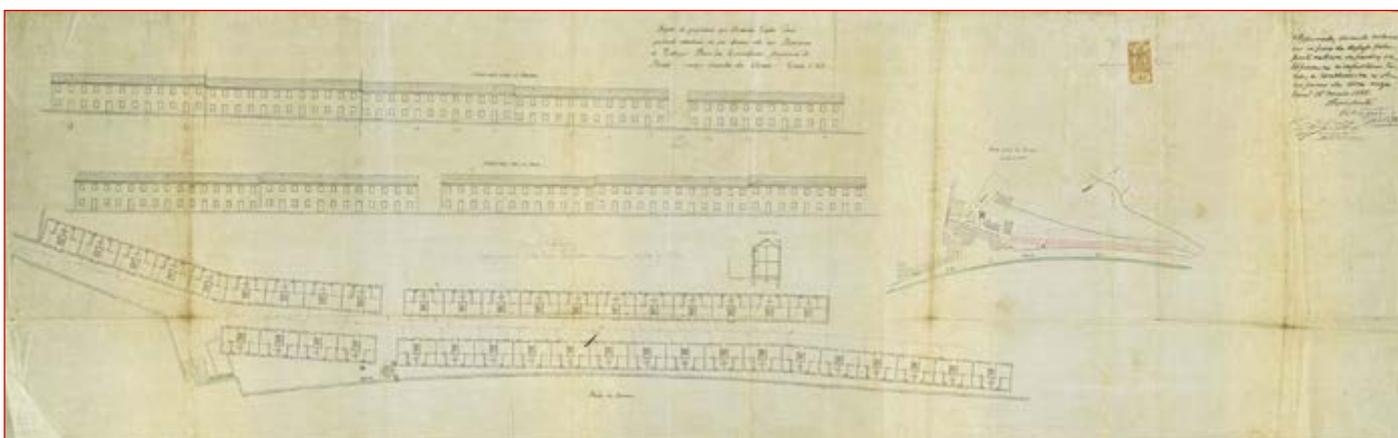


Figura 5 Primeiro projeto da Vila Dias, datado de 1888⁴⁷.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ AML, Obra 21046, Proc. 526/1^aREP/PG/1884, p. 2, Rua da Escola do Exército, 32.

⁴⁷ AML, Obra 41157, Proc. 2158/1^a REP/PG/1888, vol. 1, Vila Dias, 11-14/Beco dos Toucinheiros, 12B.

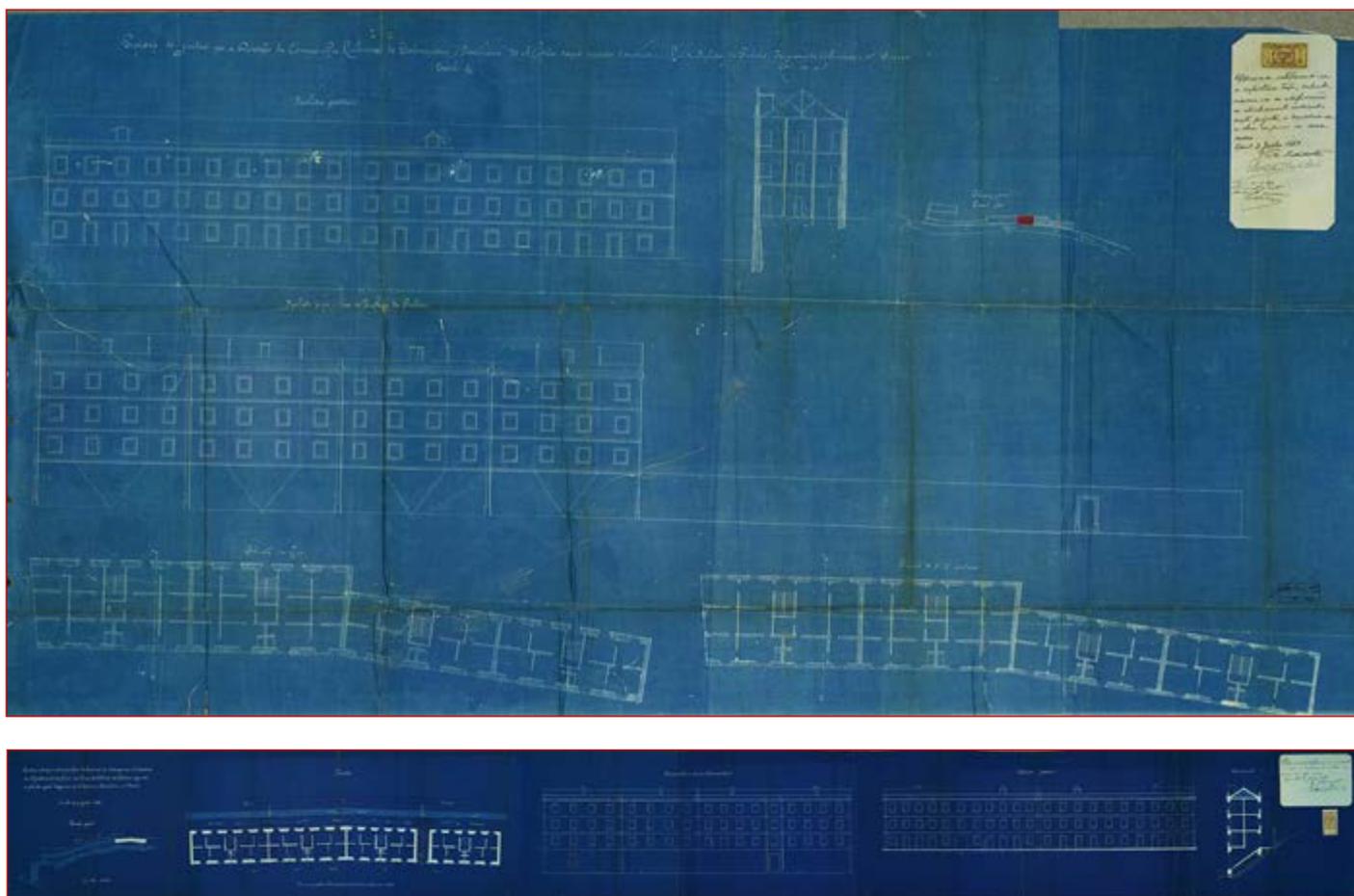


Figura 6 Em cima, o projeto de quatro edifícios da Vila Cabrinha, datado de 1889⁴⁸. Em baixo, o projeto de ampliação da Vila, com data de 1891⁴⁹.

No ano seguinte, seria a Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões, já instalada em Alcântara, a submeter à Câmara um projeto da Vila Cabrinha (Figura 6) para a construção de 4 prédios em banda, de rés-do-chão e dois andares, com dois fogos por piso. Dois anos depois, entra um outro projeto de edificação, para o prolongamento do conjunto.

No primeiro projeto, estão representadas duas tipologias de fogos, uma de seis divisões, com uma área bruta de cerca de 67m², e outra de quatro divisões, de 45m². Na primeira, o compartimento com maior área é a cozinha, na segunda, todas as divisões têm áreas aproximadas. Não estão representadas pias de despejo nem os traçados de esgoto.

O segundo projeto, de edifícios também com três pisos, apresenta só fogos de quatro divisões, idênticos aos anteriormente edificados.

Ao todo, havia doze fogos de seis divisões e de 67m² de área bruta, equivalentes ao que então se construía para a classe média-baixa, em bairros como o de Campo de Ourique ou o do Casal do Rolão, e mais trinta e seis fogos com 45m² de área dividida por quatro compartimentos.

⁴⁸ Obra 26532; Vol. 1; Tomo 1; p. 2: Pátio do Cabrinha (Rua Fábrica da Pólvora), 25-27 / Rua Fábrica da Pólvora, 143. Proc. 5113/1^a REP/PG/1889.

⁴⁹ AML, Obra 19868, Proc. 2896/1^a REP/PG/189, p. 2, Pátio do Cabrinha (Rua Fábrica da Pólvora), 1-3/Rua Fábrica da Pólvora, 143.

No início da década de 1890, a construção dos novos bairros nas zonas de expansão da cidade ia em bom andamento na Estefânia, no Bairro Barata Salgueiro e em Campo de Ourique e estava a iniciar-se no Bairro Camões e no Casal do Rolão.

Neste Casal do Rolão, situado acima do largo do Calvário e bem próximo das fábricas de Alcântara, o proprietário de um talhão pouco profundo e com frente para duas ruas constrói um primeiro prédio na condição de deixar o espaço remanescente como jardim. No entanto, logo de seguida, em 1892, apresenta outro projeto para construir um segundo edifício nessa área inicialmente destinada a jardim, deixando entre as duas fachadas menos de três metros de distância, quando os dez metros era já o que se praticava nos prédios vizinhos. Esse projeto, localizado na rua Pedro Calmon n^{os} 10-16, é o de uma vila, com dois pisos acima do solo, um terceiro em cave, águas furtadas e com uma galeria de distribuição central e coberta. Estão definidos oito fogos por piso, com duas, três ou quatro divisões, com áreas brutas que se estimam de 25m², 36m², ou 48m².

MEDIDAS DESTINADAS A PROMOVER HABITAÇÕES A PREÇOS BAIXOS

Nuno Teotónio Pereira estimou que, em 1902, existissem em Lisboa mais de duas centenas de vilas operárias⁵⁰; no entanto, em 1988, no levantamento promovido pela Câmara Municipal, foram listados 1200 pátios e vilas. Esse número de habitações era, ainda assim, muito insuficiente para alojar todos os recém-chegados da província que vinham para trabalhar na indústria e na construção dos novos bairros. Se em 1864 a cidade tinha cerca de 164000 habitantes, em 1900 tinha 336000.

As condições de alojamento dos operários e dos trabalhadores que vinham do campo para a cidade eram muito precárias, mas, só a partir do início da década de 1880, os poderes públicos começam a tomar medidas para melhorar a situação. A Lei de 17 de maio de 1880, regulada no ano seguinte, estabelece a isenção de contribuição predial durante cinco anos aos prédios urbanos a construir em Lisboa e no Porto, na condição de serem arrendados por valores inferiores aos do mercado. Em 1888, esse prazo de isenção é estabelecido para dez anos⁵¹.

Em 1883, Fontes Pereira de Mello e Hintze Ribeiro submeteram à Câmara dos Deputados uma proposta de lei para a promoção de construção de casas económicas, que propunha a concessão, pelo governo, de várias benesses à empresa que, em Lisboa, procedesse à construção de casas destinadas à habitação das “classes laboriosas e menos abastadas” e não aplicasse rendas superiores aos 50\$000 reis anuais, benesses como a isenção de contribuição predial durante vinte anos, a isenção de contribuição de registo dos terrenos ou o uso das madeiras das matas nacionais para a construção. Como contrapartida, a empresa deveria assegurar o cumprimento de todas as condições de higiene e segurança. Esta proposta nunca chegou a ser aprovada.

Em 1884, será Augusto Fuschini a apresentar uma nova proposta de isenção de contribuição predial durante vinte anos a todas as empresas que se constituíssem com a finalidade de construir habitações económicas, mas também essa moção não teve aprovação⁵². Neste caso, as empresas ficariam obrigadas a alugar as casas com uma renda nunca acima de 8% do seu valor real, a transmitir aos inquilinos a posse das casas em determinadas condições e, também, a “construir à beira das ruas, pelo menos até dois terços de superfície, prédios de um só pavimento, com jardim de seis metros, e isolados uns dos outros pelo menos 1,20m; no terço restante, casas agrupadas com igual porção de metros para jardins, prédios de mais de um andar”⁵³.

⁵⁰ PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*. V. XXIX N^o 127 (1994, 3^o), p. 511.

⁵¹ BASTOS, Teixeira – *Habitações operárias*. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1898. p. 25.

⁵² *Idem*, p. 30.

⁵³ *Idem*, p. 36-37.

Cada bairro deveria ser constituído por quinhentos prédios e, num deles, instaladas, no rés-do-chão, lojas de cooperativas de consumo que vendessem géneros alimentícios e vestuário, e no andar, uma caixa económica de socorro mútuo.

O arquiteto Adães Bermudes irá diferentemente defender a formação de sociedades anónimas para a edificação de casas económicas, mas sem o auxílio do Estado. Nos bairros por elas construídos, haveria habitações independentes e outras coletivas e especiais, tendo as primeiras entre duas e nove divisões, destinadas a um ou mais moradores, as segundas seriam constituídas por dois grandes edifícios de três pisos, “destinados a alojar nas melhores condições de hygiene, moral, independencia e economia, operários celibatários de ambos os sexos”⁵⁴ e as especiais, que serviriam para alojar as cooperativas de consumo e todos os equipamentos, desde os banhos e lavadouros públicos até aos hospitais, seguindo em parte os modelos da cidade operária de Fourier⁵⁵.

Todas estas ideias de habitação para o proletariado foram, por um lado, inspiradas nas obras teóricas publicadas nos outros países europeus onde a industrialização se tinha processado há mais tempo, mas também nos poucos exemplos dos pátios e das vilas já então existentes em Lisboa.

AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS HABITAÇÕES DESTINADAS AO OPERARIADO E AS DESTINADAS À CLASSE MÉDIA

A maior parte das vilas foi construída de modo a preencher o espaço interior dos quarteirões, mas outras tomaram a forma de prédios com fachada para a rua. Ainda assim, o que mais se construiu foram barracas nos logradouros dos prédios ou no miolo dos quarteirões. Como, nos novos bairros, o traçado retilíneo dos arruamentos exigia grandes movimentos de terras e a formação de enormes taludes para vencer os desníveis dos terrenos acidentados, o interior dos quarteirões ficou a níveis de um ou dois pisos abaixo dos da rua. Foi nesses espaços, onde o sol não incidia e as águas facilmente se acumulavam, que foi construída a maioria das vilas operárias e dos pátios de casas baratas, mas insalubres, que os próprios promotores designavam por barracas.

Para além das habitações em pátios nos interiores dos quarteirões ou em vilas com fachada para a rua, foram construídos bairros para a classe média-baixa, constituída por empregados de comércio, pequenos artesãos e militares de baixas patentes, por exemplo. É o caso do Bairro Açores, situado na encosta do Alto de Arroios, o bairro de Campo de Ourique e o do Casal do Rolão. O primeiro, localizado entre as atuais ruas Pascoal de Melo, Dona Estefânia e calçada de Arroios, foi edificado em pequenos talhões, a partir dos inícios da década de 1880. As habitações tinham, em média, uma área bruta de 77m², inferior aos 83m² das de Campo de Ourique, mas ligeiramente superior aos 69m² das do Casal do Rolão. No entanto, se comparada aos 122m² de média de áreas brutas dos fogos do vizinho Bairro Estefânia, ou aos 244m² no Bairro Barata Salgueiro, na mesma década de 1880, fica claro que o Bairro Açores se destinava a uma classe social baixa que mal se distinguia da classe operária.

Neste Bairro Açores, muitos dos fogos tinham áreas brutas de 40 a 50m² e algumas casas em pátios, áreas entre os 26 e os 40m². Não havendo grandes diferenças de área, o que as distingue realmente é a organização do espaço interior. As plantas das casas em pátios ou em vilas não têm corredor, enquanto as casas dos edifícios destinados à camada social média-baixa têm-no, mesmo que seja de muito reduzidas dimensões e roube área aos compartimentos. Outra distinção era o facto de as habitações em pátio estarem no miolo do quarteirão, vigiadas pelos moradores dos prédios envolventes e sem acesso direto ao espaço público. Tal localização, só por si, tornava-as objeto de segregação social.

⁵⁴ *Idem*, p. 43.

⁵⁵ GUERRAND, Roger-Henri – *Les origines du logement social en France*. [Paris]: Editions Ouvrières, 1967. p. 140-146.

Foi ainda edificado o bairro operário dos Barbadinhos, por iniciativa de uma Companhia Comercial Construtora, criada em 1890 como sociedade anónima de responsabilidade limitada. Adquiriu o terreno e submeteu à Câmara um projeto de traçado de seis ruas. Tinha como objetivo construir casas de um ou dois pisos com logradouros de áreas generosas e boa exposição solar, destinadas a operários que vivessem em família. Para os que vivessem isolados, pretendia construir um prédio separado, com uma galeria de distribuição central e uma cozinha comum, seguindo o modelo do falanstério.

Escreveu Teixeira Bastos que as casas eram “tão confortáveis e atraentes que tem sido procuradas, não exclusivamente por operários, mas também por pessoas de outras classes”⁵⁶. Não obstante, a maioria dos moradores eram operários da Fábrica de Tabacos.

Em 1898, estavam já edificados 44 prédios nas ruas Afonso Domingos e Machado de Castro, que tinham mais de 200 inquilinos, e a escola da Sociedade Protetora dos Asilos da Infância, que dava a educação a 200 crianças.

Diz ainda Teixeira Bastos que a Companhia Comercial Construtora se dispunha a vender as casas aos locatários, tanto a pronto como a prestações, mas que, em 1898, só tinha vendido duas.

Analisando os processos de edificação, constata-se que os primeiros projetos, de 1897 a 1900, são só de rés-do-chão e que, embora sejam de pedra e cal, são designados por barracas. Só a partir de 1901 foram apresentados pedidos para ser acrescentado um primeiro andar.

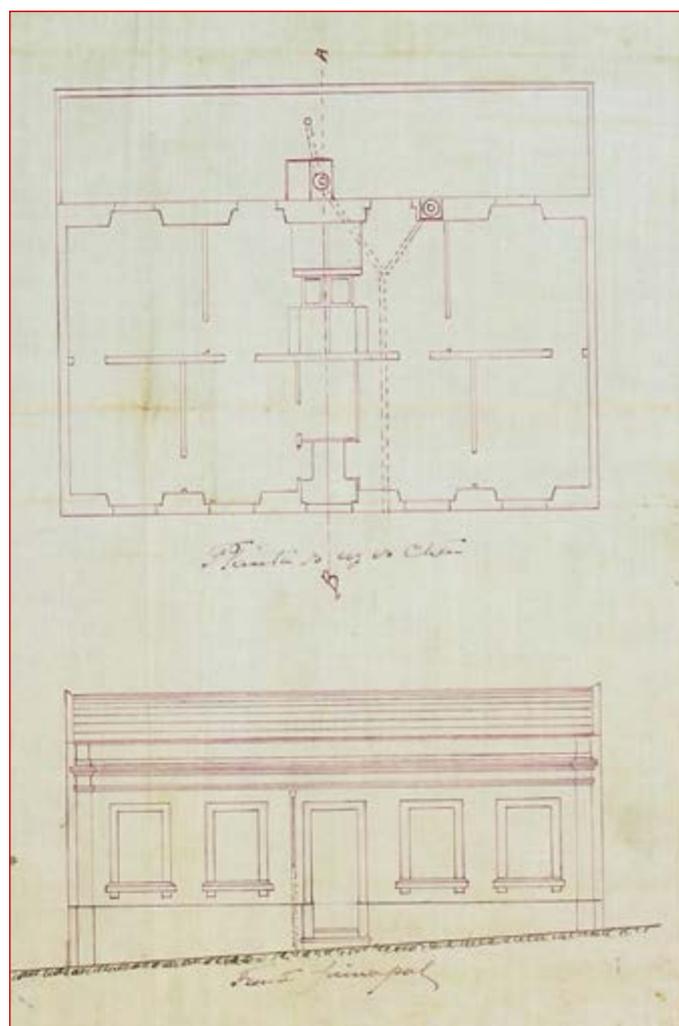


Figura 7 Planta e alçado de um edifício do bairro operário dos Barbadinhos, com data de 1899⁵⁷.

⁵⁶ BASTOS, Teixeira – *Habitações operárias*. Lisboa: Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1898. p. 50.

⁵⁷ Pormenor do projeto. AML, Obra 15942, Proc. 4460/DAG/PG/1899, vol. 1, tomo 1, p. 2, Rua Bartolomeu Costa, 3.

Neste período, o que mais vezes ocorre são fachadas de três vãos e um só fogo por piso, mas há também casos de dois fogos por piso e fachadas de cinco vãos (Figura 7).

A média das áreas brutas das habitações deste bairro dos Barbadinhos, edificadas na década de 1890, ronda os 57m², cada um tem 5 divisões e, na maioria dos casos, não tem corredor. Na década de 1900, a média das áreas das habitações então edificadas sobe ligeiramente para os 60m² e o número de fogos com corredor e sem corredor equivale-se. Na década seguinte passa para os 86m² e a grande maioria dos projetos apresenta um corredor, adotando uma disposição do espaço idêntica à dos fogos destinados à classe média-baixa edificados noutros bairros, com duas divisões com janelas para a rua, um quarto interior, a cozinha e a casa de jantar, estes dois últimos compartimentos com janelas para as traseiras. É nessa altura que o bairro operário deixa de o ser.

Nos novos bairros de Lisboa, iniciados na década de 1880, só o de Barata Salgueiro não teve pátios operários no interior dos quarteirões, com a Repartição do Serviço de obras da autarquia a evitá-lo, por se destinar às classes altas.

Esse posicionamento do município torna-se claro já no início do século vinte, quando se inicia a construção na zona das Avenidas Novas. Num despacho negativo, datado 1904 e assinado pelo engenheiro Diretor Geral, a um pedido de ampliação de um pátio já existente no interior de um quarteirão com frente para a avenida Fontes Pereira de Melo, este fundamenta-o escrevendo que “o que convem é fazer desaparecer todos os pateos que existem em Lisboa, principalmente quando encravados n’um bairro tão importante como aquele de que se tracta”⁵⁸.

A área bruta média das habitações em vilas ou em pátios, projetadas nas décadas de 1880 e 1890, era de 35m², com uma média de 3,6 divisões por fogo, enquanto nos edifícios projetados, no mesmo período, para o Bairro Barata Salgueiro e destinados à classe média-alta, era de 258m² e o número de divisões por fogo era, em média, de 12,4⁵⁹. Numa habitação deste bairro cabiam 7,3 habitações operárias.

Quanto às condições sanitárias, na década de 1890, em 100% dos projetos dos fogos do Bairro Barata Salgueiro havia traçado de esgotos, em 42% estava representada pelo menos uma casa de banho com latrina e banheira e, em 85%, havia uma pia de despejos na varanda. Nas habitações operárias em pátios e em vilas nos novos bairros da cidade, no mesmo período, só em 70% dos fogos está representado o traçado dos esgotos e, desses, nenhum tinha casa de banho, mas apenas uma pia de despejos no pátio ou na varanda/galeria de acesso.

O Conselho de Saúde e Higiene Pública, entidade da Câmara Municipal de Lisboa, emitia parecer sobre os projetos particulares nos anos 1880; no entanto aprovou os projetos da grande maioria dos pátios, não impondo melhores condições de habitabilidade e tendo como maior preocupação que não se vissem da rua, para não desvalorizarem a imagem da cidade.

Em 1901, é publicado o Regulamento Geral de Saúde e, em 1903, o Regulamento de Salubridade das Construções Urbanas, que determinam as condições sanitárias mínimas que os novos edifícios deveriam cumprir.

Durante os trinta anos seguintes continuou a construção de pátios, de vilas e, mais tarde, de bairros sociais, mas a esmagadora maioria dos recém-chegados irá formar enormes áreas de construções precárias e clandestinas, feitas de materiais recuperados das obras, essencialmente tábuas e pedaços de chapa ondulada, em locais periféricos e não infra estruturados, aumentando os bairros de barracas já existentes e criando muitos outros que só irão desaparecer no final dos anos de 1990.

⁵⁸ AML, obra 2153, Proc. 241/1^a REP/PG/1904, vol. 1, tomo 1, p. 5, Rua Tomás Ribeiro, 19/Vila Pinto, 1.

⁵⁹ VIEIRA, Maria Clara Bracinha – *História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes, de habitação, construídos na cidade de Lisboa de inícios do século XVIII até à década de 1930* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2018. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa. [Consult. 08/01/2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18809> Anexo, p. 328-331.

CONCLUSÃO

Durante as duas primeiras décadas do século dezanove, os artesãos e os trabalhadores das oficinas existentes em Lisboa viviam nas casas antigas que resistiram ao sismo de 1755, nas águas furtadas dos prédios reconstruídos e, sobretudo, nas inúmeras barracas que proliferavam na cidade, tanto nas zonas periféricas como nos logradouros e nos chãos, ainda por reedificar, dos bairros centrais. Os homens solteiros podiam, em certos casos, viver na casa dos mestres ou nas próprias oficinas e os criados e criadas de servir viviam em casa dos patrões, partilhando da intimidade familiar. O espaço disponível para cada um era certamente diminuto, já que as casas antigas onde moravam eram exíguas e nelas coabitavam, frequentemente, mais do que uma família.

Ricos e pobres viviam nos mesmos bairros, em estreita vizinhança.

A partir de finais da década de 1830 e em consequência dos surtos epidémicos que assolaram a cidade, espalhou-se a ideia, entre as classes média e alta, de que os mais pobres, pelas más condições de vida, como o excesso de habitantes num mesmo fogo, a falta de higiene e a má alimentação, seriam os que mais facilmente poderiam contrair as doenças e difundi-las por toda a sociedade.

Assim, logo na década de 1840, nas habitações construídas para as classes média e alta, foi concebido um longo corredor que atravessava todo o fogo e separava a zona de serviço, onde os criados trabalhavam e dormiam, do resto da casa, servindo esse espaço como um cordão sanitário no imaginário dos moradores.

Quanto ao planeamento urbanístico, a partir da década de 1850 discutiu-se a possibilidade de zonamento da cidade, criando zonas específicas para as diferentes classes sociais, que não só as manteriam separadas, como seriam diferenciadas pela dimensão e qualidade das respetivas habitações e do espaço urbano. Na década seguinte, a ida a Paris do engenheiro municipal Pézerat contribuiu para um melhor conhecimento dos planos de Haussmann e influenciou a tomada de medidas que então se iniciaram, como a produção de legislação urbanística e a execução de planos setoriais para a expansão da cidade.

Depois de uma primeira e irrealista proposta de demolição dos bairros de Alfama e Mouraria, Pézerat propôs remeter o proletariado e o sub-proletariado para essas zonas e que fossem construídos novos bairros para as classes média e alta.

Mas, entretanto, várias indústrias se foram instalando na periferia da cidade, fábricas que precisavam e atraíam mão-de-obra e à volta das quais iam surgindo novas barracas. Nos meios intelectuais progressistas defendia-se a construção de bairros operários, falanstérios e familistérios, tendo por modelos os que se tinham edificado noutros países europeus, e alguns capitalistas proprietários de grandes indústrias promoveram, junto às suas fábricas, pequenos conjuntos habitacionais designados por vilas operárias.

Durante a década de 1880, a cidade expandiu-se e iniciou-se a construção dos novos bairros de arruamentos retilíneos e de traçado ortogonal, para o que foi necessário proceder a grandes movimentos de terras, criando altos taludes por onde se estendiam as ruas. Por isso, no interior dos quarteirões que ficavam muito abaixo do nível dos arruamentos, alguns promotores imobiliários viram na construção de vilas operárias uma oportunidade de negócio.

As áreas das habitações construídas nesses espaços remanescentes eram mínimas, mas o que realmente as caracterizava como alojamento operário era a inexistência de corredor. Destinando-se o fogo a ser habitado só por operários e trabalhadores rurais recém-chegados à capital, não faria sentido a existência de um corredor como separador de classes sociais. Nas habitações em pátios promovidas pelas entidades patronais é, essencialmente, o facto de existir ou não um corredor que diferencia as habitações dos operários pouco qualificados, das destinadas aos mestres, tendo estas últimas, em geral, maiores áreas e um maior número de divisões.

Quanto à relação de qualidade das habitações projetadas para os operários e a que, no mesmo período, foi concebida para a classe média-alta, concluiu-se que, em média, as primeiras tinham áreas 7,3 vezes inferiores e não tinham instalações sanitárias. O estigma de segregação social aprofundava-se ainda pelo facto estarem no interior do quarteirão.

Durante as últimas duas décadas do século dezanove, o fosso entre a qualidade da habitação projetada para o operariado e a que foi projetada para a classe média-alta tinha-se aprofundado.

A construção de um bairro destinado às “classes laboriosas”, cuidadosamente planeado, não melhorou as condições de alojamento dos operários não qualificados, já que poucos foram os que aí se instalaram, tendo sido, em vez disso, habitado por uma classe média baixa.

Para além da falta de qualidade, as habitações promovidas pelas entidades patronais, pelos promotores imobiliários e pelo Estado foram também muito insuficientes para instalar todos os que afluíam à capital, levando à proliferação de vastos bairros de barracas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa

Obra 21046, Proc. 526/1ªREP/PG/1884, p. 2, Rua da Escola do Exército, 32.

Obra 9871, Proc. 3597/DAG/PG/1890, vol. 1, tomo 1, p. 2, Rua Rodrigues de Faria, 105.

Obra 13159, Proc. 5202/1ªREP/PG/1887, vol. 1, tomo 1, p. 2, Rua Possidónio da Silva, 90/Pátio do Junca, 2-29.

Obra 20469, Proc. 8208/1ªREP/PG/1891, p. 2, Rua Possidónio da Silva, 19-33.

Obra 41157, Proc. 2158/1.ª REP/PG/1888, vol. 1, Vila Dias, 11-14/Beco dos Toucinheiros, 12B.

Obra 26532, Proc. 5113/1.ªREP/PG/1889, vol. 1, tomo 1, p. 2, Pátio do Cabrinha (Rua Fábrica da Pólvora), 25-27/Rua Fábrica da Pólvora, 143.

Obra 19868, Proc. 2896/1.ª REP/PG/189, p. 2, Pátio do Cabrinha (Rua Fábrica da Pólvora), 1-3/Rua Fábrica da Pólvora, 143.

Obra 15942, Proc. 4460/DAG/PG/1899, vol. 1, tomo 1, p. 2, Rua Bartolomeu Costa, 3.

Obra 2153, Proc.241/1ªREP/PG/1904, vol. 1, tomo 1, p. 5, Rua Tomás Ribeiro, 19/Vila Pinto, 1.

IMPRESSAS

ANDERSEN, H. C. – *Uma visita em Portugal em 1866*. Lisboa: Câmara Municipal, 1971.

AGUIAR, Joaquim António – *Inquérito industrial de 1881: segunda parte, visita às fábricas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

CHAGAS, Pinheiro – Casas salubres e baratas. *A Ilustração Portuguesa*. Nº 1 (27 de Agosto de 1888).

LISBOA. Câmara Municipal – *Synopse dos principaes actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa em 1851: parte I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1852.

PAULINO, Maria Clara – *Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850*. Porto: CITCEM, 2013.

PÉZERAT, Pierre Joseph – *Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne*. Lisbonne: Imp. Franco-Portugais, 1865.

ROBERTS, Henry – *The dwelling of the laboring classes, their arrangement and construction*. London: Society for Improving the Condition of the Labouring Classes, [1851].

RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal 1798-1802*. Lisboa: Biblioteca Nacional [1981]. vol 1.

VIEGAS, Inês Morais; TOJAL, Alexandre Arménio Maia, dir. – *Levantamento da planta de Lisboa: 1904-1911, levantamento Silva Pinto, folha 11K*. Lisboa: Câmara Municipal 2005.

Decreto de 31 de dezembro de 1864, título III, secção I: do plano de edificações e reedificações de Lisboa, medidas gerais para se levar a efeito e prescrições de polícia. In *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

ESTUDOS

ALCÂNTARA, Ana Ramos – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2019. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. [Consult.05/01/2020]. Disponível na Internet: https://run.unl.pt/bitstream/10362/68125/1/TESE_Dout_AAalcantara.pdf

ANTUNES, Filipa – *Habitação operária: pátios e vilas de Lisboa, a experiência da cidade operária industrial* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2002. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. [Consult. 18/03/2020]. Disponível na Internet: <https://desenhofonofona.files.wordpress.com/2014/11/habitac3a7c3a3o-lx-pc3a1tios-e-vilas.pdf>

ARAÚJO, Norberto – *Peregrinações em Lisboa: livro IV*. Lisboa: Edições Vega, 1993.

BASTOS, Teixeira – *Habitações operárias*. Lisboa: Secção editorial da Companhia Nacional Editora, 1898.

CASCÃO, Rui – O quadro material: entre paredes. In MATTOSO, José, dir. – *História da vida privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011. p. 21-55.

COUCEIRO, João – *Levantamento de vilas e pátios de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal 1987.

DIAS, Joaquim Mendonça – *Roteiro cultural dos pátios e vilas da sétima colina*. Lisboa: Contexto, 1994.

ESTRELA, Paulo Jorge – Medalha da febre amarela: Lisboa agradecida à devoção humanitária. *Lusíada: História*. Nº 3 (2006).

FERREIRA, Vítor Matias – *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.

FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: urbanismo e arquitetura*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

- FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa: história física e moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- GUERRAND, Roger-Henri – *Les origines du logement social en France*. [Paris]: Editions Ouvrières, 1967.
- MÓNICA, Maria Filomena – Indústria e democracia: os operários metalúrgicos de Lisboa (1880-1934). *Análise Social*. V. XVIII Nº 72-73-74 (3º, 4º, 5º 1982), p. 1231 - 1277.
- ILDEFONSO, Sónia – *Vilas operárias em Lisboa: emergência de novos modelos de habitar: o caso da Vila Berta*. Lisboa: [s.n.], 2008. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- ILDEFONSO, Sonia [et al.] – A proto-habitação social na cidade de Lisboa: uma leitura integrada da vila operária no contexto urbano atual, urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana* [Em linha]. Curitiba. 11 (2009). [Consult.05/01/2020]. Disponível na Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692019000100205&lng=pt
- MARTINS, Joana Ribeiro – *Habitação social em Portugal: da intenção de inserção ao sentimento de exclusão* [Em linha] Lisboa: [s.n.], 1989. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Lusíada. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet: <http://hdl.handle.net/11067/1167>
- PEDREIRA, Jorge Miguel – Indústria e negócio: a estampanaria da região de Lisboa, 1780-1880. *Análise Social*. V. XXVI Nº112-113 (3º 1994), p. 537-559.
- PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*. V. XXIX Nº127 (1994, 3º), p. 509-524.
- PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- PINHEIRO, Magda – *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A esfera dos livros, 2011.
- PISTOLA, Renato da Silva – *Alcântara, a evolução industrial de meados do século XIX ao final da 1ª República*. Lisboa: [s.n.], 2009. Dissertação de mestrado em História, apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.
- RODRIGUES, Maria João Madeira – Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. 3ª Série Nº 84 (1979).
- RODRIGUES, Teresa – Lisboa: das longas permanências demográficas à diversidade social. In JORNADA DE DEMOGRAFIA HISTÓRICA DE LISBOA, Lisboa, 2008 – *Actas*. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses, 2008.
- SALGUEIRO, Teresa Barata – Habitação operária em Lisboa. *Revista Arquitetura*. Nº 143-4 (1981), p. 74-77.
- SALGUEIRO, Teresa Barata – *A cidade em Portugal: uma geografia urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- SILVA, Álvaro Ferreira da – A construção residencial em Lisboa: evolução e estrutura empresarial (1860-1930). *Análise Social*. V. XXXI Nº 136-137 (2º 3º 1996), p. 599-629.
- SILVA, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da – O imaginário social das epidemias em Portugal no século XIX. *Lusíada: História*. Lisboa. II Série Nº 1 (2004), p. 96-125.
- SILVA, Maria Margarida de Almeida Reis – *Pátios e vilas da zona ribeirinha oriental: materialidade, memória e recuperação urbana* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea apresentada

ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa. [Consult. 05/12/2019]. Disponível na Internet: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6967>

SILVA, Raquel Henriques da – *Lisboa romântica: urbanismo e arquitetura, 1777-1874*. Lisboa: [s.n.], 1997. Tese de doutoramento em História de Arte apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias da habitação em Portugal 1880-1940. *Análise Social*. V. XXVII Nº 115 (1º 1992), p. 65-89.

TEIXEIRA, Paula Alexandra; MATOS, Rui Manuel – Teorias e modelos de habitação operária: o caso de Lisboa. In COLÓQUIO TEMÁTICO O MUNICÍPIO DE LISBOA E A DINÂMICA URBANA, SÉCULOS XVI-XIX, 1, Lisboa, 1995 – *Actas das Sessões*. Lisboa: CML, 1995. p. 179-210.

VIDAL, Frédéric – *Les habitants d'Alcântara: histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du 20e siècle*. Villeneuve d'Ascq: Ed. Presses Universitaires du Septentrion, 2006.

VIEIRA, Maria Clara Bracinha – *História das tipologias arquitetónicas de edifícios correntes, de habitação, construídos na cidade de Lisboa de inícios do século XVIII até à década de 1930* [Em linha]. Lisboa: [s.n.], 2018. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa. [Consult. 08/01/2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/18809>

Submissão/submission: 30/01/2020

Aceitação/approval: 24/04/2020

Maria Clara Bracinha Vieira – CIES Centro de Investigação e Estudos de Sociologia,
Instituto Universitário de Lisboa, 1649-026 Lisboa, Portugal. claravieira_583@hotmail.com

VIEIRA, Clara – As habitações operárias em Lisboa, na segunda metade do século dezanove.
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 17-39.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/03_habitacoes.pdf

DOSSIER TEMÁTICO

A habitação das “classes laboriosas”. Espaços de residência operária na Lisboa do final do século XIX

The housing of the “working classes”. Lisbon’s residence spaces in the late nineteenth century

Ana Alcântara

RESUMO

No período final do século XIX o desenvolvimento industrial de Lisboa vai potenciar o crescimento demográfico e urbano da cidade. Estes fenómenos advêm do incremento das «classes laboriosas», nomeadamente as arroladas à produção fabril e ofical, mas também do surgimento de núcleos habitacionais com diferentes tipologias. Os «pátios» e outros aglomerados residenciais, resultantes do aproveitamento de edifícios e espaços integrados na rede urbana preexistente, incorporavam comunidades social e laboralmente heterogéneas. As «vilas» e «bairros» operários, que por estarem integrados no espaço da fábrica e/ou pertencerem a um proprietário industrial, abrigavam comunidades de cariz bastante mais homogéneo, concebendo-se, assim, espaços sociais e urbanos diversos na Lisboa operária de então.

Este artigo foca-se, portanto, na identificação dos espaços de habitação das «classes laboriosas» existentes em Lisboa na última década de Oitocentos, analisando, simultaneamente, a sua localização urbana, a distribuição de moradores por esses espaços e as suas condições de habitabilidade.

PALAVRAS-CHAVE

Lisboa / Habitação / Operariado / Século XIX

ABSTRACT

In the late 19th century, Lisbon’s industrial development will enhance the city’s demographic and urban growth. These phenomena arise from the increase of the “working classes”, namely those related to factory production, but also from the emergence of housing units with different types. The “patios” and other residential settlements, resulting from the reuse of buildings and spaces integrated in the pre-existing urban network, incorporated heterogeneous communities. The “vilas” and “neighbourhoods” of the working-class, because integrated in the factory space or belonging to an industrial owner, housed much more homogeneous populations. Thus, diverse social and urban spaces appear in the working-class Lisbon of that time.

This article, therefore, focuses on identifying the housing spaces of the “working classes” existing in Lisbon in the last decade of the 1800s, analysing its urban location, the distribution of residents in these areas and their living conditions.

KEYWORDS

Lisbon / Housing / Working class / 19th century

De Lisboa sei dizer (...) que (...) os operários de pequena indústria, os das obras e serviços municipais, de envolta com gente pobre, que se emprega nos mais variados misteres, arrastam vida miserável em residências infectas. (...) [É] este calvário do operariado: a habitação¹.

Na última década do século XIX, Lisboa cresceu em espaço construído e em número de habitantes. A reconfiguração social da capital, o grande polo de atração do Reino onde em 1890 se concentrava mais de 6% da população portuguesa, fez-se à custa de «novos lisboetas»² que vão, em larga medida, incrementar as classes trabalhadoras, nomeadamente a operária, resultado de uma forte migração rural.

Este artigo ocupa-se dos espaços de habitação das «classes laboriosas» lisboetas na última década do século XIX. Pretende-se caracterizar as tipologias e as condições de habitabilidade dos aglomerados residenciais destas comunidades, a sua implantação urbana e a distribuição dos moradores por esses espaços.

A ideia do território como elemento indispensável ao entendimento das relações sociais e humanas e a conceção de que toda a ação humana pressupõe uma localização num determinado espaço-tempo³ conduziram a que a variável espacial - o «onde» - assumia um papel fundamental neste artigo. Sendo, assim, primordiais para esta investigação estatísticas, inquéritos, relatórios e estudos, que se debruçaram sobre a situação social e habitacional das «classes laboriosas» da capital e que nos permitem localizar estes espaços na então cidade de Lisboa⁴.

As crescentes preocupações sanitárias características do período final de Oitocentos e a consciência de que as deficientes condições de habitabilidade eram causa de uma maior incidência de variadas doenças, como a tuberculose, entre a população operária⁵ terão estado na origem da realização, pelo Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, do *Inquérito aos pateos de Lisboa*.⁶ Constituindo um inventário de «pátios» e «vilas» lisboetas no final do século XIX⁷, nele foi registado o nome, localização e proprietário de cada um destes aglomerados habitacionais, assim como o seu número de fogos e de habitantes. Ao incluir, também, referências à existência ou não de vidraças nas janelas, de latrinas ou pias, de canalização, da forma de escoamento das águas pluviais e despejos e do tipo de pavimento das habitações, serve para avaliar a conservação e salubridade destes espaços, categorizando-os como “bom”, “em mau estado, mas reparáveis” ou “em estado condenável”. Assim, os relatórios anexos às duas partes deste inquérito tinham como objetivo “indicar as obras de saneamento indispensáveis”⁸ aos da segunda categoria e recomendavam, também, a demolição dos “que se encontra[va]m em deploráveis condições hygienicas e em tal estado de ruína, dificilmente reparável”⁹. Toda a informação que nele se encontra torna o *Inquérito aos pateos de Lisboa* imprescindível a este trabalho.

¹ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912), p. 24-25.

² RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995; SILVEIRA, Luís N. E. [et al.] – Caminhos-de-ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. *Ler História*. Nº 61 (2011), p. 7-39.

³ LEFEBVRE, H. – *The production of space*. Maiden: Blackwell Publishing, 2007.

⁴ Ver lista de Fontes.

⁵ CASCÃO, Rui – O crescimento demográfico: ritmos e factores. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. vol. 5, p. 425-439; MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.

⁶ *Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, 1903-1905.

⁷ O trabalho de levantamento que originaria o *Inquérito aos pateos de Lisboa* foi feito entre 1897/99 e a sua publicação só aconteceu em 1902 e 1905.

⁸ *Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, 1905. p. 4.

⁹ *Idem*, p. 3.

Embora incontornável, enquanto repositório de informação relativa ao habitar das «classes laboriosas» lisboetas desta época, o *Inquérito aos pateos de Lisboa* não abarcou todas as formas residenciais destas populações. Ficaram de fora estruturas mais ou menos precárias construídas em terrenos abandonados ou baldios, a ocupação de ruínas sem a intervenção e/ou conhecimento dos proprietários, os alugueres de quartos ou partes de casas e alojamentos coletivos e/ou sazonais como as «casas de malta». É de referir, também, que esta fonte denota alguma sub-representação dos núcleos habitacionais localizados nas zonas mais periféricas da cidade, nomeadamente, no eixo Santa Apolónia/Madredeus e Alcântara/Junqueira. A ausência de referência a espaços residenciais emblemáticos desta época, como o pátio do Fiúza em Alcântara ou o pátio Marialva em Marvila, revela que a “comissão [que] comporta[va] pessoal tecnico competente, (...) um representante da Camara Municipal e (...) delegado de saúde”¹⁰ levou a cabo um levantamento mais exaustivo e minucioso nos bairros históricos e mais centrais da cidade¹¹. Este facto conduziu a que o estudo e caracterização dos “typos de habitações populares”¹² lisboetas deste período fosse coadjuvado com outras fontes e documentos. É o caso do projeto-lei, não aprovado, onde o deputado Augusto Fuchini¹³, para além de elencar as “más condições de salubridade da cidade de Lisboa (...) [e] as condições de vida das classes proletárias da capital”¹⁴, identifica as poucas soluções de habitação operária que se deviam aos “esforços (...) das nossas indústrias”¹⁵ e sugere soluções e benesses fiscais que levassem “as poderosas companhias ou grandes industriais a compreende[r] a conveniência de facultarem a habitação (...) aos seus operários (...) com rendas assás económicas”¹⁶. Ou outros relatórios e estudos¹⁷ com detalhadas exposições tanto de “antigos pateos (...) [como de] quarteirões de casas (...) construídas de propósito”¹⁸.

Estas informações associadas aos licenciamentos, processos de obras e pedidos de novos arruamentos depositados no *Fundo de Urbanismo e Obras e Processos de Obras* do Arquivo Municipal de Lisboa permitiram identificar, localizar e proceder à caracterização de núcleos de habitação, onde moraria a população operária lisboeta, cuja ocupação pode ser confirmada na década entre 1890 e 1900.

O extenso e minucioso levantamento de “formas de habitação pluri-familiar [e] estudo sistemático dos diferentes tipos de construção correspondendo às sucessivas épocas e às classes e estratos da população a que se destinavam”¹⁹, levado a cabo pelo arquiteto Nuno Teotónio Pereira, assim como o inventário realizado pela Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas da Câmara Municipal de Lisboa²⁰, que visava a salvaguarda de alguns deste espaços, constituem, no âmbito desta investigação, fontes secundárias atuais que permitem colmatar falhas e imprecisões das fontes da época.

¹⁰ *Idem*, p. 4.

¹¹ O *Inquérito aos pateos de Lisboa* contabilizou 233 «pátios» lisboetas, sendo que estes representam 79% da totalidade dos núcleos de habitação identificados.

¹² MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909. p. 237.

¹³ FUSCHINI, Augusto – *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres (Projecto de lei apresentado à Camara dos Senhores Deputados em 16 de Maio de 1884)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.

¹⁴ *Idem*, p. 3.

¹⁵ *Idem*, p. 18.

¹⁶ *Idem*, p. 20.

¹⁷ AZEVEDO, António – *Habitações operárias em Portugal: relatório Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905; SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912); MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.

¹⁸ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912), p. 25.

¹⁹ PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene, fot. – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995. p. 8.

²⁰ *Plano de pormenor e salvaguarda: pátios e vilas*. Lisboa: Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas da Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

«PÁTIOS», «VILAS» E «BAIRROS» LABORIOSOS

Pateos de Lisboa – recintos irregulares, onde se aglomeram habitações e casinhotos, de capacidade limitada, construção defeituosa, sem luz nem arejamento²¹. (...) Tudo o que é necessário à vida – o ar, o sol, o espaço, falta nestas habitações²².

A estrutura urbana de Lisboa, no final do século XIX, assenta ainda nos bairros antigos com elevada densidade populacional e diversidade social. Espaços verdadeiramente interclassistas, onde, em andares acrescentados às construções pré-existentes e nas traseiras de prédios e quarteirões, habitavam pessoas que chegavam à procura de trabalho e de melhores condições de vida.

O desenvolvimento do processo industrializador de Lisboa e decorrente aumento das comunidades operárias na última década de Oitocentos²³, associado às campanhas de obras públicas de embelezamento e renovação urbana²⁴, que levaram a necessidades crescentes de mão-de-obra e ao intensificar do afluxo de populações à capital, conduziram ao aumento da procura de residência por «novos lisboetas» que laboravam na indústria e, também, nas obras públicas e serviços. Dada a incapacidade da estrutura urbana em albergar o crescimento demográfico da capital e a quase ausência de resposta estatal à necessidade habitacional das «classes laboriosas», a busca de soluções residenciais para o operariado foi deixada aos privados. Foi dos/as próprios/as, dos patrões e de outros proprietários que surgiram iniciativas de construção e/ou adaptação de espaços para habitação dos novos efetivos populacionais.

As primeiras respostas assentaram na ocupação de espaços livres da urbe tradicional, anterior ao terramoto de 1755, e de edifícios devolutos, através da sobreocupação de velhas construções. Aproveitam-se caves, conventos das extintas ordens religiosas e palácios desocupados ou em ruínas, que foram repartidos em pequenos fogos²⁵. Por outro lado, desponta o aproveitamento dos espaços desocupados nas partes de trás de ruas e nos logradouros de prédios, através da construção de conjuntos habitacionais mais ou menos precários e pensados para albergarem muita gente em pouco espaço.

A localização dos diferentes tipos de núcleos de habitação das «classes laboriosas» na última década do século XIX (ver Figura 1) – «pátios», «vilas operárias» e «bairros operários» – revela uma disseminação em toda a extensão da cidade realmente urbanizada à época, com maior concentração nos bairros históricos e nas áreas da periferia onde crescia a atividade industrial. Simultaneamente, assinala-se uma ausência quase total na Baixa comercial da cidade e na extensão mais ruralizada da capital.

²¹ MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909. p. 82.

²² *Idem*, p. 88.

²³ ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa.

²⁴ BARATA, Ana – *Lisboa «caes da Europa»: realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930)*. Lisboa: Edições Colibri, 2010; RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista*. Lisboa: Assembleia Distrital de Lisboa, 1979; SILVA, Raquel Henriques da – *Os últimos anos da Monarquia: desenvolvimento urbanístico: os novos bairros*. MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 405-424.

²⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene, fot. – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995. p. 262-263.

QUADRO 1 Resumo da informação relativa a núcleos de habitação operária (1890-1900)

Total de núcleos habitacionais	295
Total de «bairros»	9
Total de «vilas»	31
Total de «pátios»	255
Total de núcleos onde é conhecido nº de moradores	243
Total de moradores conhecido	13171
Total de fogos conhecido	3164

Fonte: ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa. p. 104.

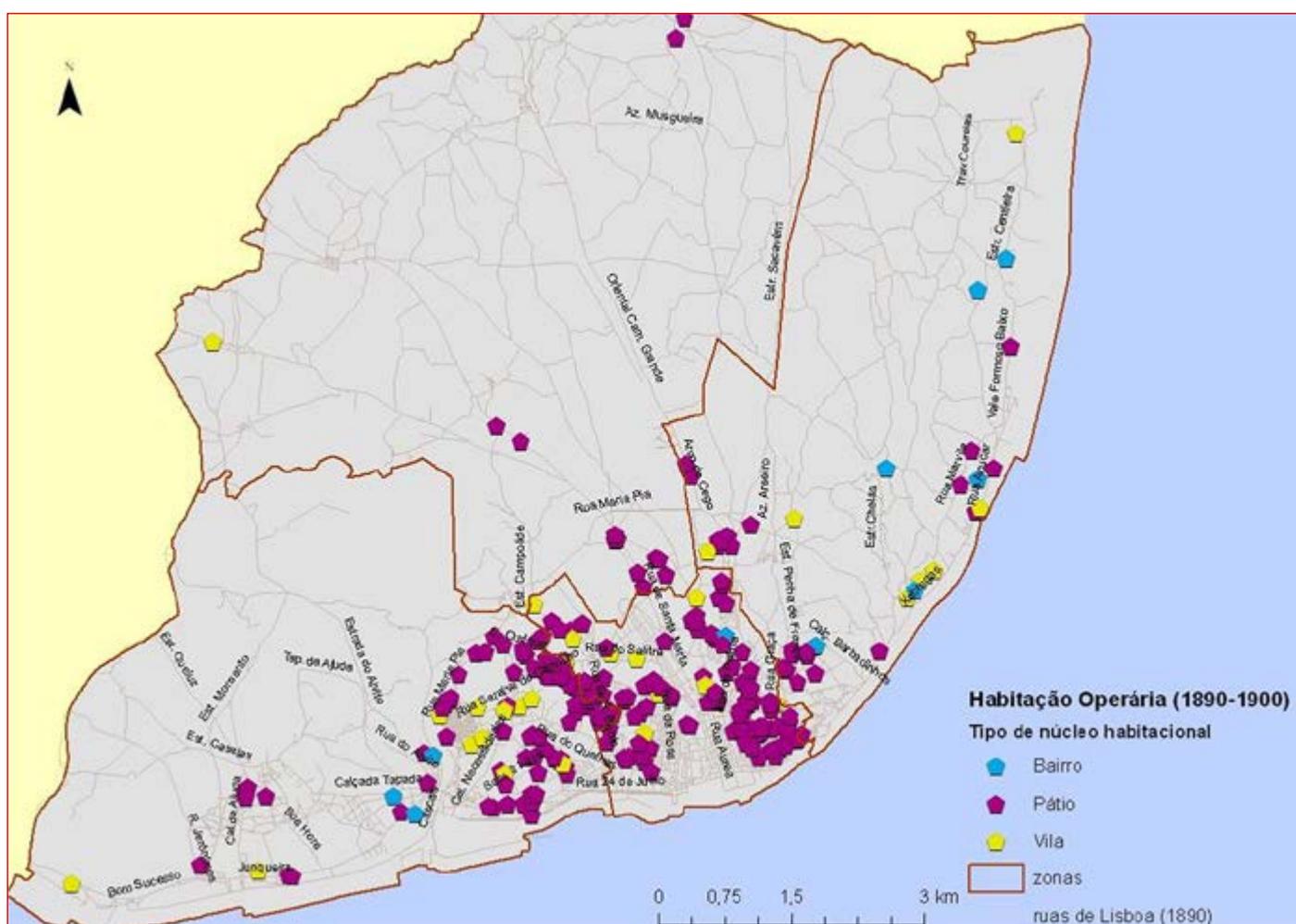


Figura 1 Dispersão dos núcleos de habitação das «classes laboriosas», quanto ao seu tipo. ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa. p. 105.

A solução habitacional mais frequente entre as «classes laboriosas» assentava fundamentalmente, como evidente na Figura 1, na tipologia «pátios». Agrupamentos de residências resultantes de construções mais ou menos precárias edificadas em traseiras de prédios e quarteirões ou de reaproveitamentos de construções anteriores constituíam-se como ilhas integradas na malha urbana histórica. Construções não planeadas que integravam

o sistema nuclear urbano da cidade tradicional e que estavam espacialmente relacionados com a implantação fabril na cidade em 1890²⁶.

O aumento da densidade populacional nas últimas décadas do século XIX e o esgotamento das capacidades de absorção de novos habitantes em «pátios» e casas dos bairros tradicionais conduziu à edificação de «vilas» de diferentes géneros, conforme a necessidade, espaço livre e disponibilidade financeira dos proprietários/construtores. A construção das «vilas» especificamente destinadas a habitação operária por iniciativa dos proprietários industriais configurava uma solução economicamente proveitosa. Para além do cunho filantrópico, oferecia, aos empregadores, renda resultante do aluguer das casas e gerava uma dependência entre habitação e local de trabalho. Ou seja, agrupava trabalhadores/as de baixo rendimento salarial ao mesmo tempo que aumentava a dependência destes/as face à fábrica, reduzindo, assim, a mobilidade no emprego e as reivindicações laborais. Ainda assim, e como se verá mais à frente, eram “habitação coletiva, num espaço relativamente humanizado e relativamente salubre”²⁷ se comparado com os aproveitamentos de espaços nos bairros setecentistas ou com os «pátios». A territorialidade das «vilas operárias», a amarelo na Figura 1, acontecia nas imediações das novas áreas de implantação industrial a oriente e a ocidente do centro e só, pontualmente, penetrava na malha urbana mais central.

Os «bairros operários» eram, em modelo, idênticos às «vilas». Exigiam, no entanto, maiores recursos para a obra, já que constituíam conjuntos urbanísticos edificados em mais que um quarteirão, onde as preocupações construtivas incluíam, também, o espaço exterior coletivo. Os «bairros», a azul na Figura 1, surgem essencialmente em zonas de crescimento industrial como Alcântara e, em maior quantidade, na zona oriental de Lisboa. Nesta última, localiza-se o único “bairro operário”²⁸ edificado de raiz em Lisboa no final de Oitocentos, o Bairro Operário dos Barbadinhos²⁹.

Para além dos «pátios», «vilas» e «bairros», representados na Figura 1, existiam ainda «bairros de barracas» construídos com “todo o lixo da cidade”³⁰ e as «casas de malta». Por «casas de malta» entendiam-se alojamentos coletivos usados, essencialmente, pela população masculina que trabalhava por temporada. Eram, portanto, locais de pernoita destinados a trabalhadores temporários e/ou acabados de chegar à capital, onde se alugava “um espaço (...) – geralmente uma cama e um prego para pendurar a roupa”³¹. Estas moradias coletivas, os “subterrâneos (...) para os lados da Ajuda e de Alcântara”³², as “barracas de madeira aglomerada [e] (...) de latas de petróleo”³³ do Casal Ventoso ou as furnas de Monsanto faziam, também, parte da realidade habitacional das «classes laboriosas» lisboetas deste período. Por passarem despercebidas na teia urbana, por terem um carácter mais precário e/ou por se localizarem afastados das «zonas nobres» da capital, fugiam dos olhares públicos do final do século XIX, mais investidos no processo de monumentalização de Lisboa³⁴. Assim, embora referidas na imprensa e documentação da época, não eram indicadas as suas localizações exatas, não nos permitindo a sua representação cartográfica.

²⁶ ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n.], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa.

²⁷ RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista*. Lisboa: Assembleia Distrital, 1979. p. 41.

²⁸ Arquivo Municipal de Lisboa (AML), [Construção de ruas no bairro Operário dos Barbadinhos. 1890-05-09 – 1893-02], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00775.

²⁹ Em 1890, a Companhia Comercial Construtora apresenta à Câmara Municipal de Lisboa o projeto para a sua construção no terreno entre a calçada dos Barbadinhos e a rua do Vale de Santo António.

³⁰ BRANDÃO, Raúl – *Os operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984. p. 312.

³¹ MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909. p. 237 (citando *O Século*, nº 6321, agosto de 1899).

³² *A Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Typ. Do Diário Ilustrado. 1ª Série (27/08/1888), p. 3.

³³ BRANDÃO, Raúl – *Os operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984. p. 311.

³⁴ BARATA, Ana – *Lisboa «caes da Europa»: realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930)*. Lisboa: Edições Colibri, 2010; MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909; RODRIGUES, Maria João Madeira – *Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista*. Lisboa: Assembleia Distrital, 1979; SILVA, Raquel Henriques da – Os últimos anos da Monarquia: desenvolvimento urbanístico: os novos bairros. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

MORADORES NA CIDADE DAS «CLASSES LABORIOSAS»

Percorram-se em Lisboa os bairros onde de preferência residem os operários, como, por exemplo a Alfama, esses restos immundos da cidade velha, ou a freguesia de Santos-o-Velho, algumas ruas em que se acumula uma parte considerável da população laboriosa; e o que se vê?³⁵

A distribuição dos núcleos de habitação «laboriosa», na Figura 1, permite afirmar que Lisboa, no final do século XIX, ainda não apresentava uma segregação espacial classista muito vincada, própria de uma cidade moderna industrial. As comunidades operárias não estavam enraizadas num só espaço da cidade. Ocupavam os bairros históricos e antigos do centro – nas margens da Baixa comercial e industrial onde trabalhavam – e as envolências das fábricas das zonas industriais periféricas em afirmação nesta época³⁶. Foi, certamente, a procura de proximidade aos locais de trabalho que potenciou o surgimento das grandes aglomerações de

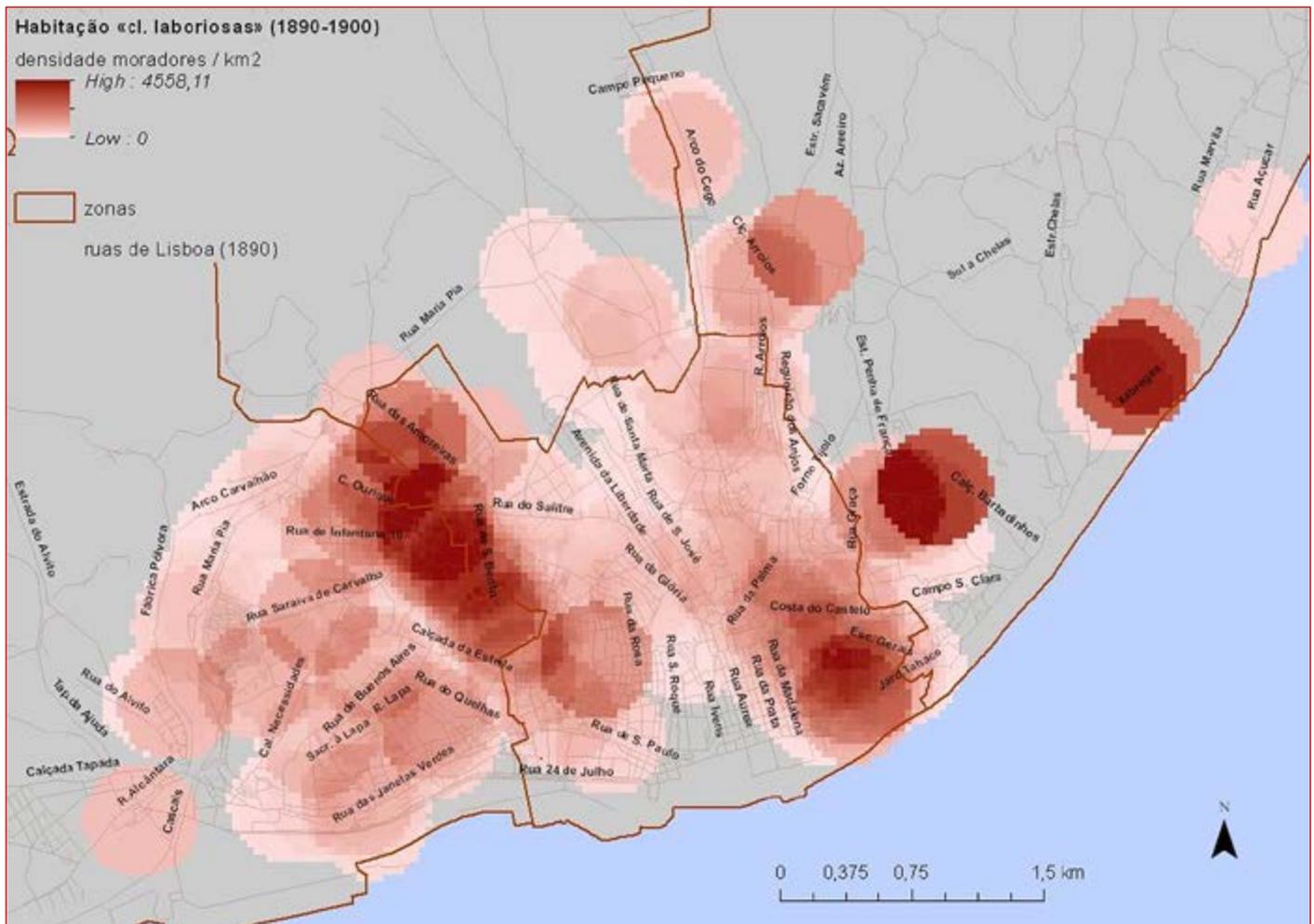


Figura 2 Densidade de moradores em núcleos de habitação das «classes laboriosas», identificados como habitados entre 1890 e 1900. ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa. p. 111.

³⁵ BASTOS, Teixeira – *Habitacões operárias*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898. p. 3.

³⁶ ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa.

moradores das «classes laboriosas» em territórios de «fronteira» entre a velha cidade central e os novos polos de desenvolvimento industrial que cresciam para oriente e para ocidente.

Apesar das limitações das fontes³⁷, a identificação do número de residentes nos núcleos de habitação identificados (Quadro 1) permitiu calcular manchas de densidade de moradores³⁸ das «classes laboriosas» no território lisboeta (ver Figura 2). Observam-se aglomerados habitacionais com mais inquilinos em redor do centro histórico, localizados no que se pode identificar como faixas de «fronteira» entre a zona central e a oriental (ver Figura 4) e entre a zona central e a ocidental (ver Figura 6) e em pontos muito circunscritos no polo industrial da Lisboa oriental. Existia, especificamente, uma clara intensificação da densidade nos eixos urbanos Alfama/Mouraria, Sapadores/Barbadinhos, Amoreiras/S. Bento e Xabregas.

A acumulação das gentes «laboriosas» na área de Alfama/Castelo/Mouraria, com maior intensidade em Alfama, resulta do elevado número de «pátios» desta área motivado “pela proximidade do arsenal do exército e suas dependências, pelas fábricas de tabaco, de botões, de chumbo. E oficinas de caminho de ferro, [que se] presta[vam] às conveniências de milhares de operários de ambos os sexos que lá habitam”³⁹. Ou seja, a área mais central da cidade por ter rendas mais altas⁴⁰ e menos espaço disponível tornava-se habitacionalmente inacessível para as classes mais desfavorecidas da população. Os/as trabalhadores/as das fábricas e oficinas aí instaladas viveriam em redor, nos becos, vielas e calçadas de Alfama, Mouraria, Castelo, Bairro Alto ou em redor da rua Direita dos Anjos. De facto, no perímetro delimitado pela rua da Mouraria, Costa do Castelo, rua das Cruzes da Sé, calçada de São Vicente e travessa das Mónicas – uma das manchas de maior densidade de moradores das «classes laboriosas» na Figura 2 – existia uma densa rede de núcleos habitacionais de múltiplas dimensões que se encaixava entre os espaços industriais da Baixa e da rua da Palma e os da rua dos Caminhos de Ferro/rua de Santa Apolónia⁴¹.

O bairro de Alfama – retratado pelo fotógrafo Joshua Benoliel na Figura 3 – e a Mouraria eram caracterizados pela imprensa de época como “habitações de miséria”⁴² e foram sentenciados, por vários projetos nunca efetivados da edilidade lisboeta⁴³, ao desaparecimento. Onde a pressão urbanística permitia, os «pátios» surgiam e agregavam-se, transformando-se em amontoados de pequenos alojamentos colados uns aos outros que não contemplavam as componentes fundamentais de escoamento de águas e/ou esgotos.

Nos territórios a oriente da área central da cidade, com ocupação de solo de cariz ainda eminentemente rural, a existência de espaço desocupado, as poucas construções preexistentes e os terrenos mais baratos potenciaram a construção e transformação de edificado para habitação de comunidades industriais. Estes fatores conduziram à elevada densidade de moradores no eixo Sapadores/rua da Bela Vista à Graça/calçada dos Barbadinhos, que se observa na Figura 2, muito influenciada pelos setecentos e vinte moradores do Bairro Operário de Barbadinhos⁴⁴ (ver Figura 4) – “a maioria (...) composta de operários da Fábrica de Tabacos”⁴⁵. Assim como, pelas cento e

³⁷ As diversas fontes consultadas permitiram identificar o número de moradores de 82% dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» registados (Quadro 1).

³⁸ Para cartografar a densidade de moradores das «classes laboriosas», optou-se por calcular a densidade de pontos por quilómetro quadrado, sendo cada ponto valorizado conforme o número total de habitantes em cada núcleo (agregado de habitações - «pátio», «vila» ou «bairros») referenciado nas fontes. Assim, na Figura 2, as zonas com manchas mais escuras representam áreas onde se concentravam as moradas de maior número de pessoas.

³⁹ VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna: elementos históricos da sua evolução*. Lisboa: Typographia de Gazeta de Lisboa, 1900. vol. I, p. 62.

⁴⁰ ALVES, Daniel – Geocoding thousands of fiscal records. *Digital Humanities and History* [Em linha]. (julho 2016). [Consult. 27/01/2020]. Disponível na Internet: <https://dhhistory.hypotheses.org/123>

⁴¹ ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa.

⁴² *Ilustração Portuguesa*. Lisboa. 2ª Série (15/07/1922), p. 55.

⁴³ BARATA, Ana – *Lisboa «caes da Europa»: realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930)*. Lisboa: Edições Colibri, 2010. p. 176.

⁴⁴ AML, [Construção de ruas no bairro Operário dos Barbadinhos. 1890-05-09 – 1893-02], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00775.

⁴⁵ BASTOS, Teixeira – *Habitações operárias*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898. p. 5.

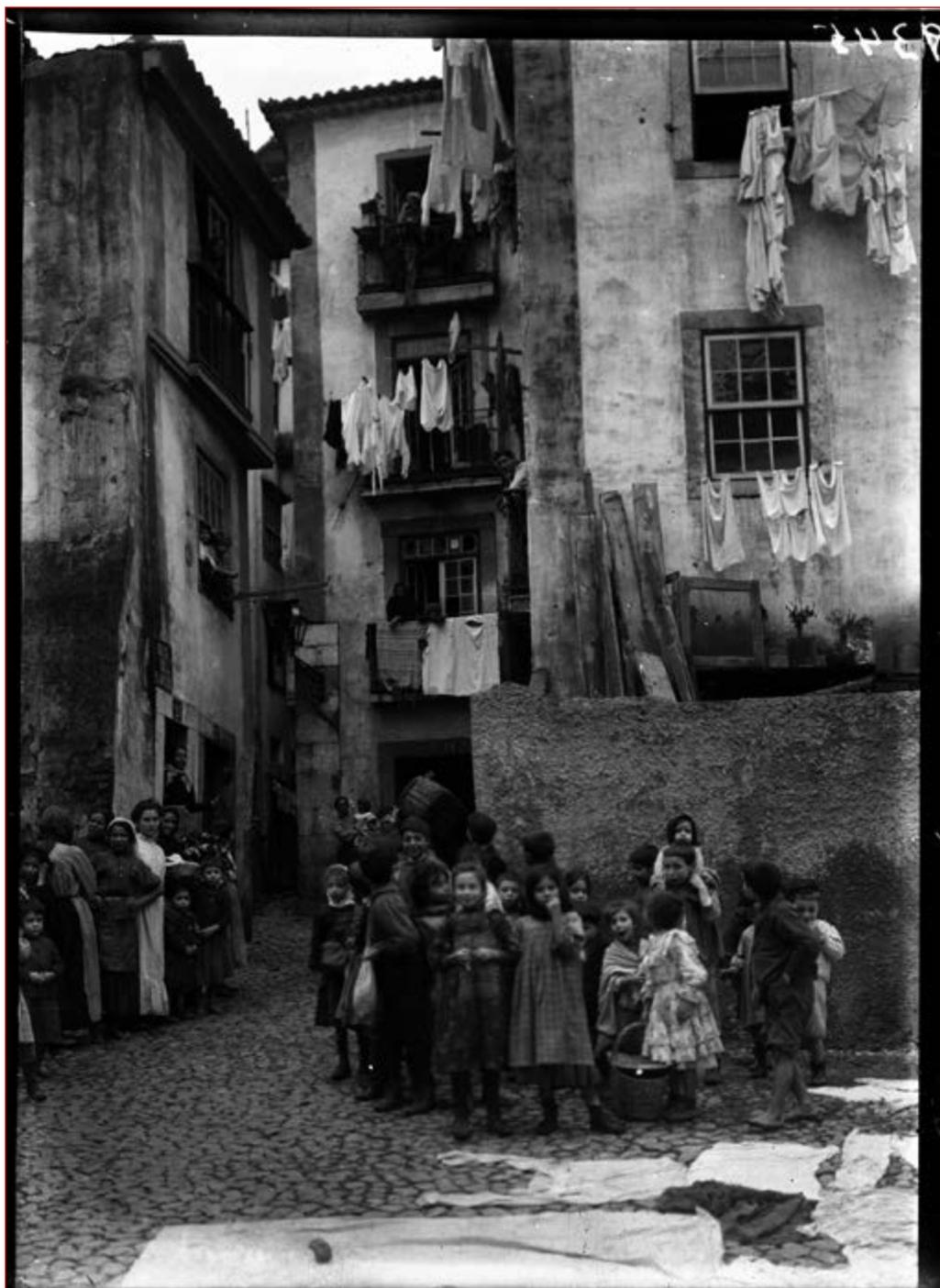


Figura 3 Crianças em Alfama, Joshua Benoiel, [190-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBHAH/PCSP/004/JBN/001538.

noventa e seis pessoas que viviam no pátio Sousa, da rua Nossa Senhora da Glória, e pelos cento e cinquenta habitantes do pátio dos Peixinhos da rua de Sapadores. A forte densidade populacional na rua de Xabregas mostra a importância da vila Dias – que no decénio de 1890 era casa para cerca de quatrocentas pessoas⁴⁶ – e do bairro da «Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas» – que as fontes indicavam albergar seiscentos e trinta e quatro operários/as da fábrica nos primeiros anos do século XX⁴⁷.

⁴⁶ *Plano de Pormenor e salvaguarda: pátios e vilas*. Lisboa: Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas da Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

⁴⁷ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912).

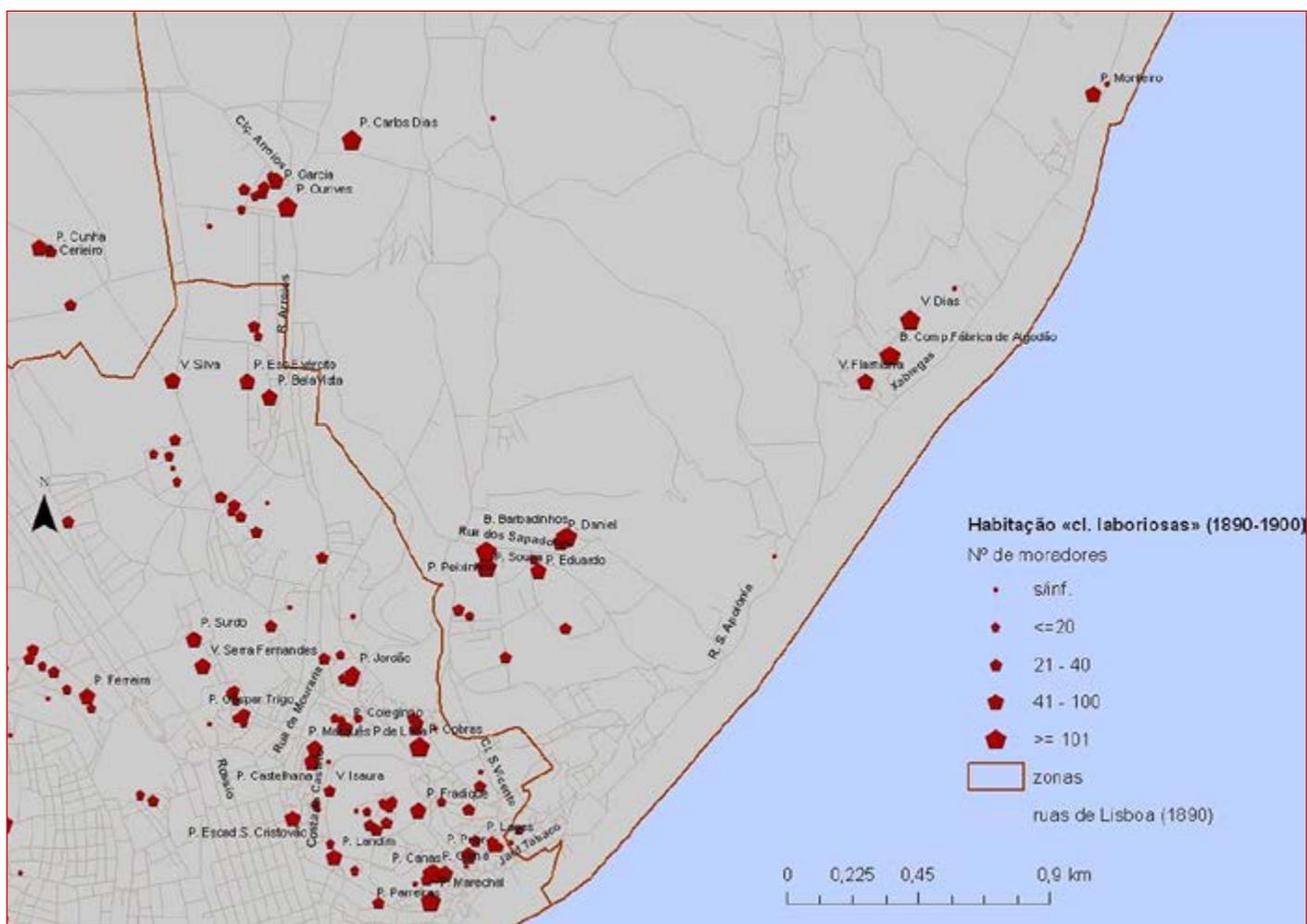


Figura 4 Núcleos de habitação das «classes laboriosas» (dimensionados por total de moradores) nos eixos Alfama/Castelo/Mouraria, Sapadores/rua da Bela Vista à Graça/calçada dos Barbadinhos e Xabregas. ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa. p. 114.

O “desolador caminho marginal da cidade, rua da Bica do Sapato, Calçada de Santa Apolónia, da Cruz da Pedra, da Madre de Deus (...) era reduzido a um sudário de coisas tristes e indignas”⁴⁸, muito marcado pelas casas que surgiam para lá dos portões de ferro de velhos palácios ou antigos conventos abandonados, num processo de ocupação de terras e ruínas no tecido semirrural da cidade. O pátio do Colégio em Marvila, o pátio da Matinha no Braço de Prata e o pátio do Beirão foram edificados nas ruínas e hortas de antigas quintas pelos/as operários/as de saboarias, fábricas de curtumes, de tijolos ou cortiça da zona oriental da cidade.

Outras soluções habitacionais improvisadas foram também ensaiadas por empresas ou fábricas para albergar os seus empregados. Como, por exemplo, a «Fábrica de lanifícios de J. Pedro de Matos» num antigo palácio de Chelas onde a “residência senhorial, noutras eras ocupada pelos favorecidos da sorte, [era] quasi exclusivamente habitada por proletários”⁴⁹, a vila Maria Luísa ou o pátio do Black em Xabregas. Na vila Maria Luísa, “em lugar das velhas sementeiras de cereais [que existiam na antiga Quinta Leite de Sousa, a direção da «Fábrica de fiação e tecidos Oriental» mandou] semear de pequeninos prédios, armados como casitas de pombos, onde habitam famílias pobres”⁵⁰. O pátio do Black revelava outro cuidado no aproveitamento de uma antiga casa agrícola, com a «Companhia de Fabrico de Algodão de Xabregas» a justificar as opções da empresa pela “necessidade de fornecer habitação barata, confortável e higiénica aos que tem por única fortuna o produto do seu trabalho quotidiano”⁵¹.

⁴⁸ BOTELHO, Francisco de Paula – *Melhoramentos urgentes de Lisboa e Porto: plano geral*. Lisboa: J. A. Rodrigues, 1907. p. 58.

⁴⁹ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912), p. 54.

⁵⁰ VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna: elementos históricos da sua evolução*. Lisboa: Typographia de Gazeta de Lisboa, 1900. vol. I.

⁵¹ *Catálogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. vol II, p. 93.



Figura 5 Vila Dias, Alberto Carlos Lima, [191-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000883.

Também a construção de raiz de «vilas» por iniciativa de industriais e empresários, essencialmente ligados aos têxteis, caracterizou a evolução urbana da faixa marginal oriental de Lisboa no final de Oitocentos (ver Figuras 1 e 3). A vila Dias, construída em 1888 com o intuito de abrigar cerca de quatrocentas⁵² pessoas, é o exemplo último da edificação de residências operárias por iniciativa particular. A sua configuração uniforme virada para um espaço interior coletivo, retratado com alguns dos habitantes na Figura 5, separava os moradores das principais vias de comunicação, determinando “o isolamento destes operários de outros núcleos habitacionais e de outras classes sociais”⁵³.

O desenvolvimento e a afirmação dos territórios mais ocidentais de Lisboa como polo industrial adveio da instalação de pequenas e médias estamarias logo nos primeiros anos do século XIX, nomeadamente em Alcântara, criando a necessidade de espaços de residência para a crescente mão-de-obra. Nesta área, os núcleos de habitação «laboriosa» prolongavam-se ao longo das vias de acesso às concentrações fabris, afastando-se dos espaços de trabalho fabril e oficinal à medida que os terrenos iam encarecendo por efeitos da procura para instalação de novas unidades de produção⁵⁴.

⁵² MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909. p. 236.

⁵³ FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 83.

⁵⁴ ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n.], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa.

Também a concentração industrial de Alcântara favoreceu a de núcleos de habitação em áreas específicas. A falta de enquadramento estatal e os terrenos abandonados e/ou vazios potenciou um crescimento habitacional desestruturado através da instalação de «pátios» e de outras formas de habitação ainda mais precárias, que terão escapado aos registos coevos, junto à rua Maria Pia e Arco do Carvalhão. Os onze «pátios», com trezentos e oito moradores em oitenta e cinco fogos, que foram identificados ao longo destas ruas decorreram, na sua maioria, da iniciativa privada e pontual de pequenos investidores que procuravam, desta forma, um investimento de retorno fácil através das rendas cobradas. Os fracos recursos empregues nas construções resultavam em “obra de fancaria (...) [que] lhes dá, pouco tempo depois de concluídas e habitadas, um aspeto asqueroso”⁵⁸. Este terá sido o caso dos pátios do Alexandre, do Cid e do Mafra que, no *Inquérito aos pateos de Lisboa*, estão adjetivados como “velhos pardieiros” ou “velhas (barracas)”⁵⁹.

Na mesma encosta dos Prazeres, resultado da autoconstrução e não integrado nos arruamentos oficiais, irrompe neste final de Oitocentos o “Casal Ventoso, (...) casaria apinhada ou dispersa, do cemitério dos Prazeres ao caneiro de Alcântara”⁶⁰. Este bairro de “casebres podres que se sucedem em declive”⁶¹, que surge retratado na Figura 7 já no final dos anos 30 do século XX, por ter escapado à inventariação, cartografia e mesmo registo fotográfico da época, não foi cartografado neste trabalho.

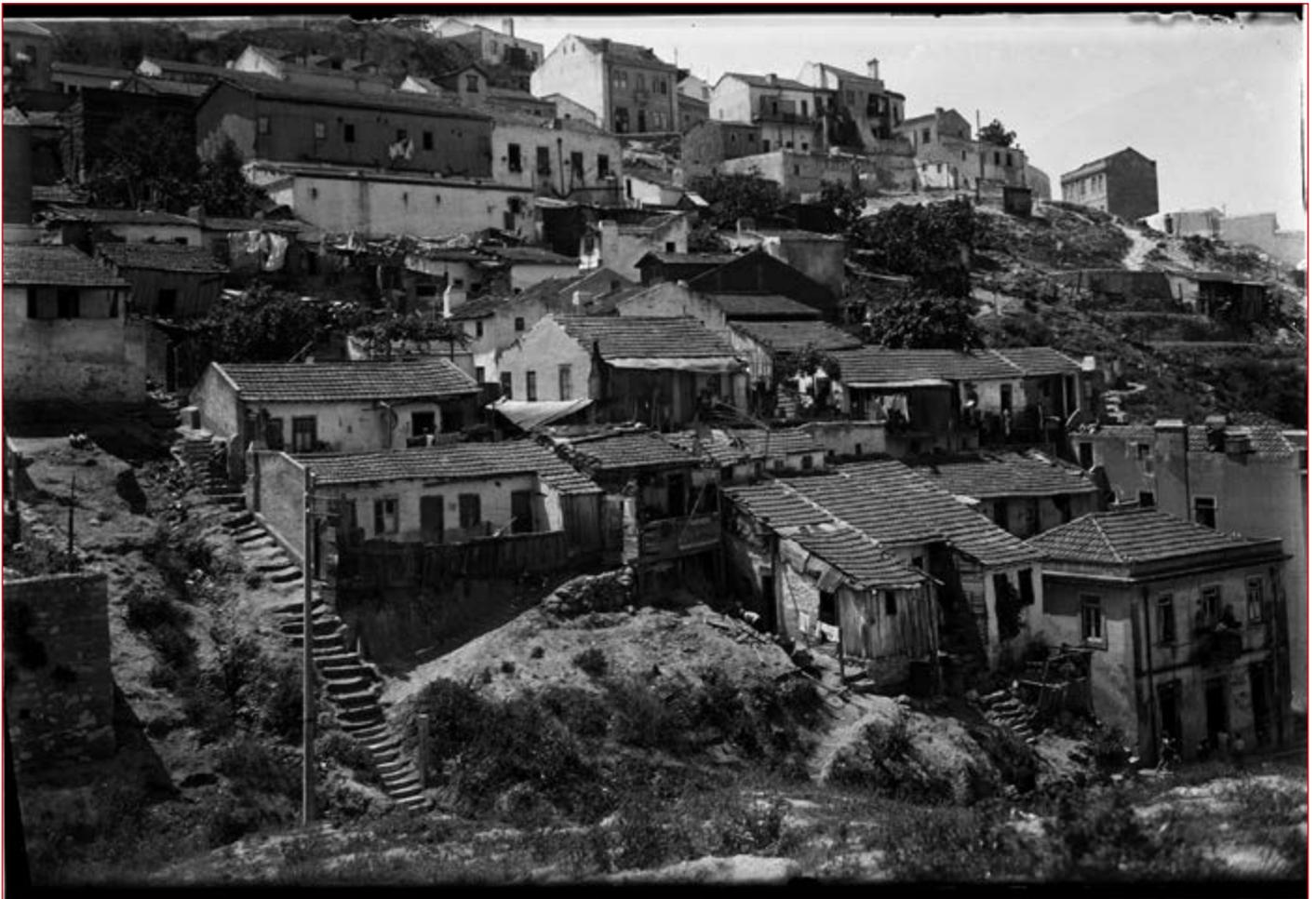


Figura 7 Casal Ventoso, Eduardo Portugal, 1939. AML, PT/AMLSB/POR/023221.

⁵⁸ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912), p. 25.

⁵⁹ *Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, 1905.

⁶⁰ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912), p. 25.

⁶¹ BRANDÃO, Raúl – *Os operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984. p. 311.

Do outro lado da ribeira de Alcântara, área dominada pela indústria têxtil, ergueram-se os primeiros alojamentos operários concretizados por donos das fábricas. Em 1873, foi construído no Calvário o bairro da «Fábrica de Tecidos Lisbonense» (propriedade da «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense»)⁶² representado na Figura 6. Era uma correnteza de habitações que alojavam quarenta e nove famílias dos “operários mais antigos e distintos”⁶³, nas traseiras do estabelecimento fabril. Na rua da Fábrica da Pólvora, “a «Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodões» fez levantar, em 1885”⁶⁴, o bairro do Cabrinha (ver Figura 6) para albergar oitenta e quatro famílias operárias⁶⁵. Construído “numa época em que ainda não se tinham lançado os fundamentos da teoria dos micróbios e a higiene não passava das mais rudimentares noções,”⁶⁶ este bairro não era mais que a “acumulação de gente”⁶⁷ que trabalhava na indústria das redondezas. Nesta mesma zona, também, palácios e conventos desocupados foram subdivididos em habitações operárias, como o pátio das Flamengas (ver Figura 6) na rua São Joaquim ao Calvário (atual rua 1^o de Maio), resultado da adaptação de dependências do antigo convento das Flamengas.

CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

Semelham-se a gaiolas, com viveiros, / As edificações somente emadeiradas (...) / E o fim de tarde inspira-me; e incomoda! (...) / Vazam-se os arsenais e as oficinas; / Reluz, viscoso, o rio; apressam-se as obreiras; (...) / E apinham-se num bairro aonde miam gatas, / E o peixe podre gera focos de infecção!⁶⁸

Este retrato do quotidiano lisboeta, por Cesário Verde, revela a pobreza, a sobrelotação e a falta de condições de higiene das habitações operárias na cidade. O mesmo exprime Caeiro da Matta quando refere a fragilidade física e as taxas de mortalidade das populações trabalhadoras como “consequências da hyperpopulação (...) [,] das defeituosas condições da habitação”⁶⁹ e da falta de saneamento na capital.

O “caneiro de Alcântara foi afamado como umas das cousas mais dignas de lástima e mais repugnantes da capital”⁷⁰, fazendo dos surtos de febre tifoide algo recorrente, nomeadamente, entre trabalhadoras/es da “Companhia Lisbonense de estamparia e tinturaria de algodões [cujo] aspecto (...) denuncia[va] bem (...) o meio em que viv[ia]m”⁷¹. Também o “duplo renque de casebres, de singela madeira e taipa, mal armados, immundos, quasi sem beiraes, sem fôrros, sem vidraças (...) [com] piso, talhado no terreno natural”⁷² da travessa da Ilha do Grilo, entre Xabregas e Marvila, descrito por Abel Botelho no romance *Amanhã*, revela as condições habitacionais operárias lisboetas na última década do século XIX.

⁶² FUSCHINI, Augusto – *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres (Projecto de lei apresentado à Camara dos Senhores Deputados em 16 de Maio de 1884)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884. p. 18.

⁶³ *Idem*, p. 20.

⁶⁴ MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909. p. 104.

⁶⁵ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para Operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912), p. 51.

⁶⁶ *Idem*, p. 50.

⁶⁷ *Idem*, p. 51.

⁶⁸ VERDE, Cesário – *O livro de Cesário Verde*. Lisboa: Editorial Minerva, [1952]. p. 94-95.

⁶⁹ MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909. p. 89.

⁷⁰ VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna: elementos históricos da sua evolução*. Lisboa: Typographia de Gazeta de Lisboa, 1900. vol. I, p. 18.

⁷¹ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912), p. 51.

⁷² BOTELHO, Abel – *Amanhã*. 1^a ed. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1901. p. 28-29.

Quadro 2 - Resumo da informação relativa às condições de habitabilidade dos núcleos habitacionais

Condições de habitabilidade	Nº de núcleos habitacionais ⁷³ (%) ⁷⁴			Total
	«pátio»	«vila»	«bairro»	
Bom	55 (25%)	8 (53,5%)	3 (60%)	66 (28%)
Mau	84 (38,5%)	4 (26,5%)	2 (40%)	90 (38%)
Condenável	79 (36,5%)	3 (20%)	0 (0%)	82 (34%)
Total	218 (100%)	15 (100%)	5 (100%)	238 (100%)

Fonte: ALCÂNTARA, Ana – Op. cit., p.142.

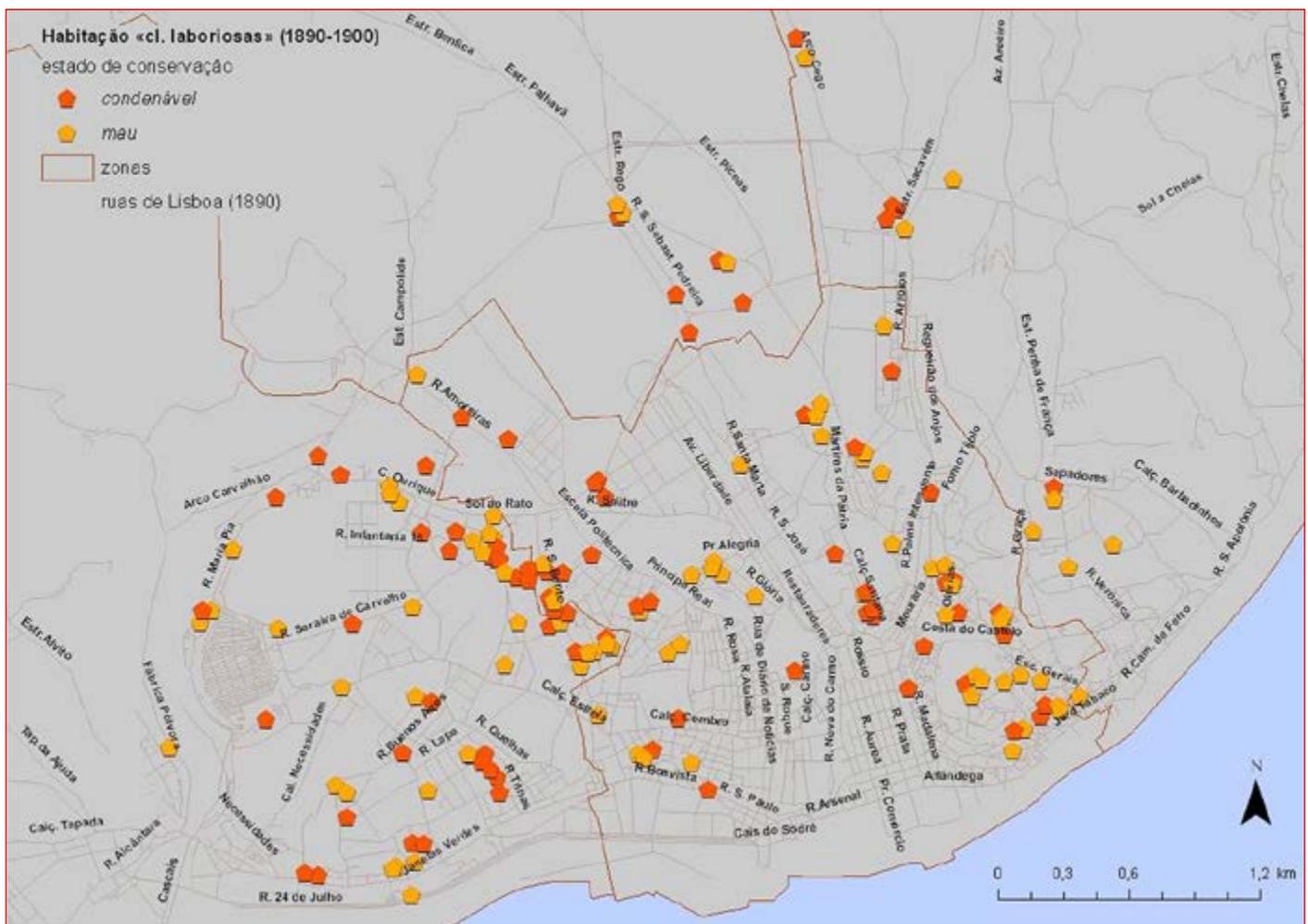


Figura 8 Localização dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» classificados como «mau» e «condenável» estado de conservação. ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa. p. 142.

⁷³ Estes valores referem-se à agregação do número de núcleos de habitação das «classes laboriosas» para os quais as fontes indicam as condições de habitabilidade. Como as fontes não permitiram saber esta informação relativa cinquenta e sete (19%), estes valores referem-se ao universo classificado - 238 núcleos.

⁷⁴ Refere-se aos valores percentuais dos núcleos de habitação de cada tipo classificados em cada nível de condições de habitabilidade.

Os «pátios», «vilas» e «bairros», para os quais se encontram dados referentes às condições de habitabilidade⁷⁵, classificados como “em mau estado” e “em estado condenável”, representam 72% do total das duzentas e trinta e oito construções visitadas pelos agentes do Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria⁷⁶ e da Secretaria da 3ª Circunscrição dos Serviços Technicos da Indústria⁷⁷ (Quadro 2).

A análise espacial da sua territorialização mostra, como representado na Figura 8, que as débeis condições de salubridade habitacional se distribuíam por toda a malha urbana lisboeta da década de 1890. Apesar das habitações em “estado de ruína, dificilmente reparável”⁷⁸ (a laranja escuro na Figura 8) pontilharem várias áreas da cidade, abarcando praticamente todo o território de disseminação dos núcleos habitacionais das «classes laboriosas» (ver Figura 1), as maiores concentrações de «pátios» e «vilas» em estado irremediável situavam-se na calçada de Santana, junto ao Rossio, na faixa Rato/São Bento, principalmente entre a travessa de Santa Quitéria e a parte norte da rua de São Bento, e na Madragoa, nomeadamente na rua das Trinas do Mocambo (atual rua das Trinas). Na “colónia operária (...) [que era a] rede emaranhada de travessas estreitas e tortuosas e de becos imundos e sem saída”⁷⁹ do eixo Alfama/Mouraria havia, segundo as fontes coevas, proporcionalmente mais núcleos de habitação passíveis de atingirem “condições razoáveis para serem habitados, se lhes fizerem as convenientes reparações”⁸⁰. Já a análise espacial das condições habitacionais no troço entre a rua do Sol ao Rato e a praça de São Bento indica uma proporção idêntica entre residências com hipótese de recuperação e os “casinhotos sem a mínima condição higienica”⁸¹ cuja “velhice, (...) defeitos de construção ou desleixo nas reparações”⁸² já deixara sem arranjo possível.

Os núcleos de habitação “em bom estado”⁸³ de conservação representavam 28% do universo habitacional das «classes laboriosas» (Quadro 2). A sua territorialização (ver Figura 9) mostra que estes se localizavam, fundamentalmente, na faixa urbana entre a Costa do Castelo e a rua da Madalena, na confluência da rua de Arroios com a estrada de Sacavém (atual rua Alves Tordo) e o Arco do Cego e em redor do largo do Rato. Estas concentrações, em áreas de terrenos com valores inflacionados pela proximidade à principal área comercial da cidade ou aos eixos de crescimento urbano planeado – como a avenida Rainha Dona Amélia (atual avenida Almirante Reis) – revela que a melhor qualidade habitacional estava, naturalmente, associada a um maior investimento por parte dos proprietários e/ou construtores.

“LISBOAS OPERÁRIAS”: DIFERENTES ESPAÇOS E COMUNIDADES

A crescente população operária em Lisboa do final do século XIX habitava, essencialmente, construções improvisadas integradas na malha urbana pré-existente. Eram os «pátios», quase sempre com más condições de salubridade e, maioritariamente, construídos na última década de Oitocentos⁸⁴, o tipo de habitação predominante.

⁷⁵ As fontes consultadas não possibilitaram o levantamento das condições de habitabilidade para cinquenta e sete (19%) dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» inventariados.

⁷⁶ *Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, 1905.

⁷⁷ SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912).

⁷⁸ *Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, 1905. p. 3.

⁷⁹ BASTOS, Teixeira – *Habitações operárias*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898. p. 63.

⁸⁰ *Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, 1905. p. 3.

⁸¹ VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna: elementos históricos da sua evolução*. Lisboa: Typographia de Gazeta de Lisboa, 1900. vol. I, p. 62.

⁸² *Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, 1905. p. 3.

⁸³ *Ibidem*.

⁸⁴ ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n.], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa.

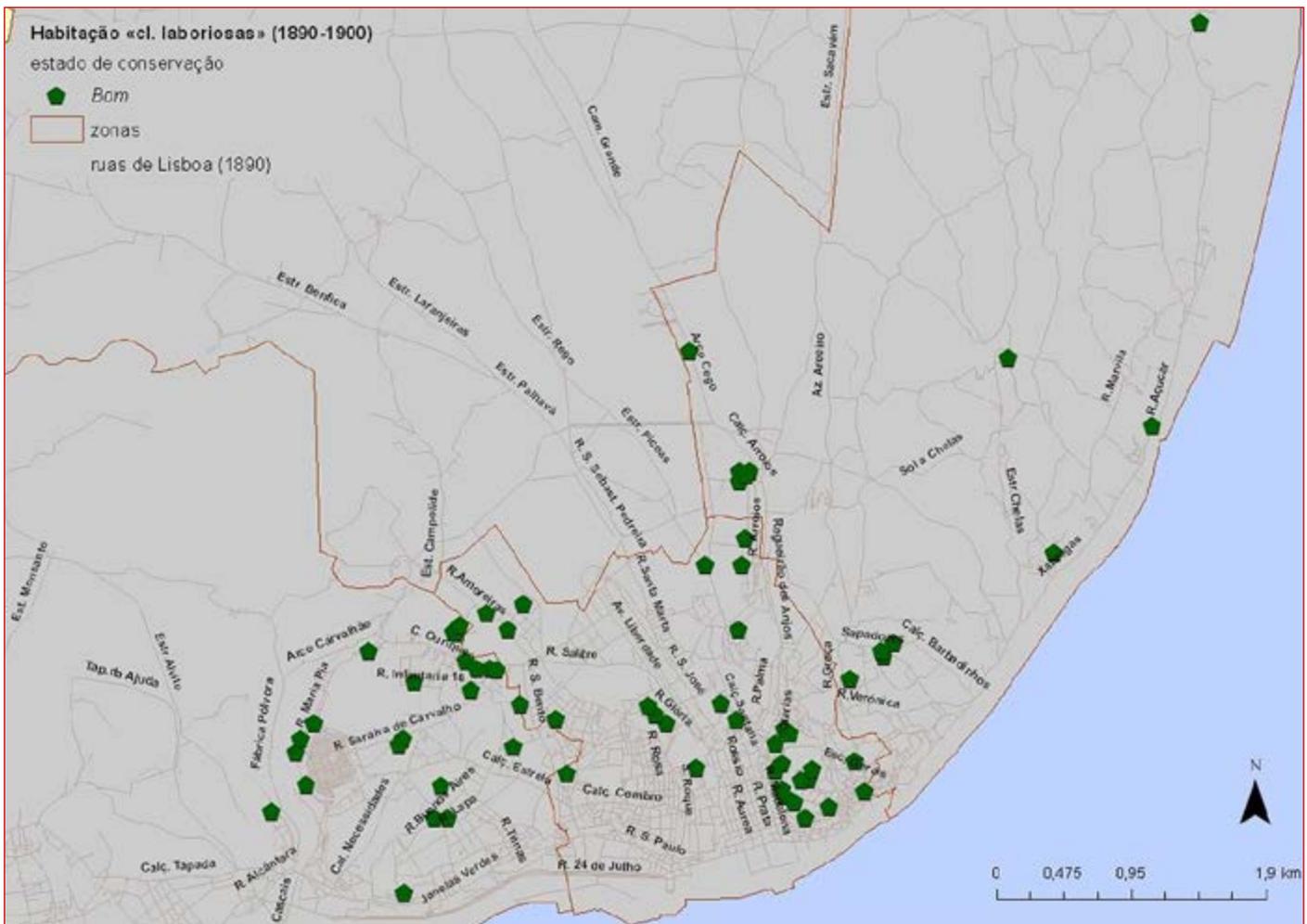


Figura 9 Localização dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» classificados como em “bom” estado de conservação. ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa. p. 144.

A dispersão destes núcleos habitacionais indica que, embora existissem em toda área urbanizada da capital, as comunidades «laboriosas» agregaram-se em determinados espaços. Fundamentalmente em «lugares de fronteira» entre a zona mais central da cidade e os territórios oriental e ocidental da capital, no eixo Alfama/ Mouraria e Sapadores e na faixa Amoreiras/São Bento, e em Xabregas.

O eixo urbano Alfama/Mouraria até Sapadores, espaço habitacional de trabalhadores/as fabris e oficinais empregados na Baixa, na rua da Palma e na envolvente a Santa Apolónia, que viveriam em constante contacto com a «cidade burguesa» que se afirma e alarga neste período, seria um espaço operário bastante heterogéneo, com grande diversidade social e laboral. Na faixa Amoreiras/São Bento morava, certamente, muita da mão-de-obra dos estabelecimentos industriais que se instalavam nos arredores, como no Bairro Alto, Amoreiras ou Campo de Ourique. Assim como o operariado do eixo industrial da rua de São Paulo/rua da Boavista/rua 24 de Julho, área com elevada densidade de mão-de-obra operária⁸⁵ e poucas residências das «classes laboriosas». A forte concentração de habitantes «laboriosos» nestas áreas – Amoreiras/São Bento e Alfama/Mouraria/Sapadores – e a densidade intermédia de moradores que se localizava entre elas atestam a importância da zona mais central da cidade como um dos grandes dormitórios operários lisboetas deste período e, por isso, um espaço social propiciador à formação de uma identidade de classe entre o operariado aí residente no final do século XIX.

⁸⁵ *Ibidem*.

Xabregas, com uma grande concentração de operários/as habitando «pátios» e «vilas» construídos por iniciativa de proprietários industriais, representa o surgimento do subúrbio industrial em que a zona oriental lisboeta se transformará no século XX. A sobreposição territorial entre núcleos habitacionais e espaços de trabalho industrial neste território enformou comunidades cada vez mais homogêneas e um tipo de vivência operária segregada socialmente dos outros espaços urbanos. Já Alcântara, uma área mais precocemente “vencionada à indústria, desde a implantação da Fábrica da Pólvora Seca, no século XVIII, e da fábrica de curtumes de 1810”⁸⁶, configurou uma mistura entre soluções habitacionais vocacionadas para as «classes laboriosas» – que tanto incluíam «pátios» e «vilas» resultantes da transformação de antigos espaços rústicos e/ou conventuais, como «vilas» e «bairros» construídos para comunidades fabris específicas. O crescimento industrial e, subsequentemente, a concentração de populações operárias nas zonas de Xabregas/Beato/Braço de Prata e Alcântara conduziu a uma nova organização do espaço urbano. Os tipos e disposição dos núcleos de habitação das «classes laboriosas» aí localizados, pouco documentados nas fontes para zona ocidental, mas comprovados para a zona oriental, potenciaram um maior isolamento destas comunidades operárias. As características dos seus espaços de habitação e a proximidade geográfica aos locais de trabalho tenderão a uma crescente segregação dos vários grupos sociais. Deste modo, também em Lisboa se verificou a tendência de “crescimento urbano das cidades europeias desde 1880 [que] originou, novos bairros operários diferentes dos bairros populares”⁸⁷, que se converteram em centros de uma “intensa vida comunitária surgida da sobreposição das esferas de trabalho, consumo, ócio e da ação colectiva”⁸⁸ localizados nas periferias urbanas.

Na década de 1890, em Lisboa, este processo de afirmação das periferias industriais como espaços únicos de trabalho fabril e habitação operária ainda estava a dar os primeiros passos. Grande parte das comunidades «laboriosas» habitava os espaços de fronteira entre a zona central, que estava em processo de perda de preponderância como polo de produção oficinal e fabril, e as zonas periféricas – oriental e ocidental – que se iam afirmando como núcleos industriais e de agregação proletária.



⁸⁶ RODRIGUES, Maria João Madeira – Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital. 3ª Série Nº 84 (1979), p. 19. Separata.

⁸⁷ BANALES, José Luis Oyon – Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espácio urbano, 1900-1950. *Historia contemporânea*. 24 (2002).

⁸⁸ CRONIN, J. E. – Labor insurgency and class formation: comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe. In CRONIN, J. E.; SIRIANI, C., coord. - *Work, community and power: the experience of labor in Europe and America, 1900-1925*. Philadelphia: Temple University Press, 1983.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

MANUSCRITAS

Arquivo Municipal de Lisboa

- [Abertura de ruas no bairro dos Castelinhos. 1895-07-30 – 1900-10-17], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00274.
- [Abertura de ruas no bairro dos Castelinhos. 1898-06-27], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00259.
- [Alargamento da travessa do Mato Grosso. 1899-10-30 – 1926-10-26], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00822.
- [Construção da rede da canalização de esgoto no bairro do Calvário. 1892-08-22], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/03076.
- [Construção de ruas no bairro Operário dos Barbadinhos. 1890-05-09 – 1893-02], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00775.
- [Construção de ruas no bairro Tavares. 1901-03-11 – 1915-01-18], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00772.
- [Escritura de expropriação. 1897-06-11], PT/AMLSB/CMLSB/AGER-N/02/08331.
- [Expropriação na rua dos Sapadores. 1893-05-06 – 1896-08-28], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00411.
- [Planta do bairro de Santo Amaro. 1891-12-30], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00778.
- [Planta do bairro do Calvário. 1904-05-05 – 1904-06-16], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/01358.
- [Projecto de alargamento e retificação dos alinhamentos do largo do Conde Pombeiro e da rua de Santa Bárbara. 1905-06-02 – 1913-07-16], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00464.
- [Projecto do novo bairro a Santo Amaro no Casal do Rolão. 1887-06-30 – 1891-06-15], PT/AMLSB/CMLSB/UROB-PU/09/00314.
- Casal Ventoso, Eduardo Portugal, 1939, PT/AMLSB/POR/023221.
- Crianças em Alfama, Joshua Benoiel, 190-, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001538.
- Vila Dias, Alberto Carlos Lima, 191-, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000883.

IMPRESSAS

- A Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Typ. do Diário Ilustrado. 1ª Série (27/08/1888).
- AZEVEDO, António – *Habitações operárias em Portugal: relatório Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905.
- BASTOS, Teixeira – *Habitações operárias*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1898.
- BOTELHO, Francisco de Paula – *Melhoramentos urgentes de Lisboa e Porto: plano geral*. Lisboa: J. A. Rodrigues, 1907.
- FUSCHINI, Augusto – *Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres (Projecto de lei apresentado à Camara dos Senhores Deputados em 16 de Maio de 1884)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1884.
- Ilustração Portuguesa*. Lisboa. 2ª Série (15/07/1922).
- Inquérito aos pateos de Lisboa*. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, 1903.

Inquérito aos pateos de Lisboa. Lisboa: Conselho dos Melhoramentos Sanitários do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria, 1905.

Inquérito industrial de 1890. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria, Direcção Geral do Commercio e Industria, 1891.

MATTA, J. Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.

Plano de pormenor e salvaguarda: pátios e vilas. Lisboa: Divisão de Reabilitação Urbana dos Pátios e Vilas da Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

SIMÕES, J. de Oliveira – Contribuição para o estudo das casas para operários. *Boletim do Trabalho Industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional. Nº 66 (1912).

ESTUDOS

ALCÂNTARA, Ana – *Espaços da Lisboa operária: trabalho, habitação, associativismo e intervenção operária na cidade na última década do século XIX*. Lisboa: [s.n], 2019. Tese de Doutoramento em História na especialidade de História Contemporânea, apresentada à Universidade NOVA de Lisboa.

ALVES, Daniel – Geocoding thousands of fiscal records. *Digital Humanities and History* [Em linha]. (julho 2016). [Consult. 27/01/2020]. Disponível na Internet: <https://dhhistory.hypotheses.org/123>

BANALES, José Luis Oyon – Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950. *História contemporânea*. 24 (2002), p. 11-58.

BARATA, Ana – *Lisboa «caes da Europa»: realidades, desejos e ficções para a cidade (1860-1930)*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

BOTELHO, Abel – *Amanhã*. 1ª ed. Porto: Lello & Irmãos Editores, 1901.

BRANDÃO, Raúl – *Os operários*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984.

CASCÃO, Rui – O crescimento demográfico: ritmos e factores. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. vol. 5, p. 425-439.

Catálogo da Exposição Nacional das Industrias Fabris. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889. vol. II.

CRONIN, J. E. – Labor insurgency and class formation: comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe. In CRONIN, J. E.; SIRIANI, C., coord. – *Work, community and power: the experience of labor in Europe and America, 1900-1925*. Philadelphia: Temple University Press, 1983.

FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

LEFEBVRE, H. – *The production of space*. Maiden: Blackwell Publishing, 2007.

PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene, fot. – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.

RODRIGUES, Maria João Madeira – Tradição, transição e mudança: a produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa: Assembleia Distrital. 3ª Série Nº 84 (1979). Separata.

RODRIGUES, Teresa – *Nascer e morrer na Lisboa Oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.

SILVA, Raquel Henriques da – Os últimos anos da Monarquia: desenvolvimento urbanístico: os novos bairros. In MOITA, Irisalva, coord. – *O livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 405-424.

SILVEIRA, Luís N. E. [et al.] – Caminhos-de-ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. *Ler História*. Nº 61 (2011), p. 7-39.

VERDE, Cesário – *O livro de Cesário Verde*. Lisboa: Editorial Minerva, [1952].

VIDAL, Angelina – *Lisboa antiga e Lisboa moderna: elementos históricos da sua evolução*. Lisboa: Typographia de Gazeta de Lisboa, 1900. vol. I e II.

Submissão/submission: 28/01/2020

Aceitação/approval: 27/03/2020

Ana Ramos Alcântara, ESE-IPS – Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Setúbal, 2914 – 504 Setúbal /
IHC-FCSH NOVA – Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa, Portugal. anaralcantara@gmail.com

ALCÂNTARA, Ana – A habitação das “classes laboriosas”: espaços de residência operária na Lisboa do final do século XIX.
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 41-61.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/04_laboriosas.pdf

DOSSIER TEMÁTICO

Igualdade, Justiça e Fraternidade. A identidade dos operários tabaqueiros de Lisboa (1860-1936)

Equality, Justice and Fraternity. The identity of the Lisbon tobacco workers (1860-1936)

Rui Manuel Brás

RESUMO

■ Aceitando a perspectiva de William Sewell de que todas as relações sociais são discursivas, mas que nunca se esgotam na sua discursividade, propomo-nos abordar a identidade própria dos operários tabaqueiros de Lisboa no seio da classe operária. Fá-lo-emos através das fontes escritas disponíveis, como os jornais da época, operários ou burgueses, e dos textos escritos por e sobre os tabaqueiros, entre os anos 60 do século XIX e a primeira década do Estado Novo. Destacar-se-ão, necessariamente, os artigos publicados no órgão dos manipuladores de tabacos, o jornal *A Voz do Operário*. Através desta abordagem, pretendemos mostrar a relevância que tem o estudo dos vários segmentos dentro da classe operária, para uma análise que, contra quaisquer intenções totalizantes, vá para lá do conceito de uma classe unitária com mera existência teórica, para uma classe em que os operários se dispersavam em várias direções.

PALAVRAS-CHAVE

Identidade / Classe Operária / Tabacos / Socialismo / Política

ABSTRACT

Accepting William Sewell's perspective that all social relations are discursive, but that they are never exhausted in their discourse, we propose to address the specific identity of Lisbon's tobacco workers within the working class. We will do this through the available written sources, such as the newspapers of the time, workers or bourgeois, and the texts written by and about tobacco workers, between the 1860s and the first decade of the *Estado Novo*. The articles published in the tobacco workers' newspaper *A Voz do Operário* (The Workers Voice), will necessarily stand out. Through this approach, we intend to show the relevance of the study of the various segments within the working class, for an analysis that, against any totalizing intentions, goes beyond the concept of a unitary class with a mere theoretical existence, to a class in which the workers were torn in multiple directions.

KEYWORDS

Identity / Working Class / Tobacco / Socialism / Politics

PROLEGÓMENOS

Numa época em que o mundo do trabalho e os movimentos sociais têm vindo a sofrer alterações profundas nas suas características, continua a fazer sentido o estudo da História operária. Uma das virtudes da História é, precisamente, a de dar uma perspetiva alargada sobre os problemas humanos, contribuindo não apenas para a compreensão do passado, mas também para a identificação de caminhos possíveis no presente. Analisar a proletarização e os seus efeitos na vida dos indivíduos por ela afetados permite-nos perceber como se construiu a identidade da classe operária, quais os rumos de ação que seguiu para satisfazer os seus interesses e como se manifestou no plano político. Com este artigo, focado numa parcela relevante da classe operária de Lisboa – os tabaqueiros –, pretendemos contribuir para um estudo da classe operária livre de (pre)conceitos que reduzem a História operária à análise de um caminho único, teleológico, que não tem em consideração as diferentes experiências no seio da classe operária, as quais levam a diferentes escolhas e, necessariamente, a diferentes caminhos¹.

Aceitando a perspetiva de William Sewell² de que todas as relações sociais são discursivas, mas que nunca se esgotam na sua discursividade, propomo-nos abordar a identidade própria dos operários tabaqueiros de Lisboa no seio da classe operária. Fá-lo-emos através das fontes escritas disponíveis, como os jornais da época, operários ou *burgueses*, e dos textos escritos por e sobre os tabaqueiros, entre os anos 60 do século XIX e as primeiras décadas do Estado Novo. Destacar-se-ão, necessariamente, os artigos publicados no órgão dos manipuladores de tabacos, o jornal *A Voz do Operário*. Na análise das palavras, tomamos a linguagem como construtora de identidade, dos interesses, das intenções e das ações dos operários, e não apenas como reflexo dessas mesmas dimensões. Por isso, consideramos que os textos são locais de produção de significado e não meras fontes de informação. No entanto, temos a consciência de que a linguagem, pela sua natureza, revela, mas também esconde, tal como pode ser desordenada e mesmo contraditória.

Para alcançarmos o nosso objetivo, dividimos o artigo em três partes: os pilares da construção da identidade dos tabaqueiros de Lisboa, as ações levadas a cabo para satisfazerem os seus interesses e as formas de envolvimento político. Através desta abordagem, pretendemos mostrar a relevância que tem o estudo dos vários segmentos dentro da classe operária, para uma análise que, contra quaisquer intenções totalizantes, vá para lá do conceito de uma classe unitária com mera existência teórica, para uma classe em que os operários se dispersavam em várias direções.

PELA IGUALDADE, PELA JUSTIÇA E PELA FRATERNIDADE

Não havendo um discurso de ofício semelhante ao de outros setores operários, como os sapateiros, por exemplo, devido às características próprias ao regime de produção dos tabacos, a proletarização foi sentida pelos tabaqueiros como a afirmação de um sistema baseado no egoísmo e na concorrência entre os próprios operários³. Foi através da associação que os trabalhadores dos tabacos acresceram as suas capacidades de cristalização identitária e representaram a sua autonomia cultural. Fosse sob o formato de associação de socorros mútuos,

¹ Para o conceito de classe como formação social e cultural, cf. THOMPSON, E. P. – *The making of the english working class*. London: Penguin Books, 1991. p. 8-11.

² SEWELL, William – *Toward a post-materialist rhetoric for labor history*. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University of Illinois Press, 1993. p. 33.

³ Para uma abordagem à transição do idioma de ofício para o idioma de classe nos sapateiros de Lisboa, cf. BRÁS, Rui Manuel – *Formas institucionais e sistemas de valores: as associações de sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*. Oeiras: Celta Editora, 2004, em especial o capítulo 4, da parte II.

como a Associação União Fraternal dos Operários da Fabricação de Tabacos, fundada em 1863, fosse sob a égide de diferentes associações *de classe*⁴, em particular a Associação de Classe dos Manipuladores de Tabacos de Lisboa (ACMT), os tabaqueiros desenvolveram, à semelhança de outros ofícios, a ideia de solidariedade como suporte para ultrapassarem as dificuldades quotidianas, como o desemprego, a doença, a inabilidade ou a morte. Neste sentido, essas associações exprimiam a comunidade moral deste grupo operário, ao unir os seus sócios através do auxílio mútuo e de laços que se prolongavam para lá da morte. Esta função da associação de *ensinar* e reforçar a solidariedade entre os operários, e de definir a identidade, era essencial para a defesa perante o inimigo – o Capital. Só através da união na associação, os tabaqueiros teriam a capacidade para defrontar semelhante poder e prosseguir o caminho da sua emancipação:

a união pela associação, só ela pode, e só ela tem força de terminar essa árdua guerra do capital com o trabalho e promover a nossa emancipação que tanto precisamos. Mas para isso é mister a *União*, é mister que todos se unam pelos sagrados laços da inseparável fraternidade, que se alistem debaixo da nossa bandeira, porque ela tem por divisa a igualdade, fraternidade e justiça⁵.

A igualdade, a fraternidade e a justiça eram os conceitos inscritos na bandeira associativa.

A igualdade entre todos os Homens, porque todos podem ser úteis à sociedade humana. Por maioria de razão, os operários, os detentores da força de trabalho, hábeis, criadores de riqueza, não deveriam ser desconsiderados por aqueles que, por uma razão ou por outra, enriqueceram com o seu trabalho. O trabalho, libertado pelo Iluminismo dos constrangimentos ideológicos a que tinha estado preso, era finalmente entendido como motor da Humanidade:

a classe operária desempenha um importante papel no teatro do mundo porque dela derivam todas as outras. É fora de toda a dúvida que é pelo trabalho que o homem se nobilita e immortaliza, porque é ele que constitui a riqueza e a opulência das nações. É o trabalho a causa primordial de todo o movimento e a mola real da civilização e do progresso, porque é ele que põe em prática a ciência humana, a qual, sepultada na mente não era mais de que uma fantasia e um ideal irrealizável⁶.

Seguindo o discurso comum a outros setores da classe operária, os tabaqueiros reproduziam a ideia de que o trabalho era sinónimo de criatividade e emanação do sublime, como argumento para a defesa dos seus interesses em nome da justiça. Numa sociedade dominada pelas relações de produção e por uma visão do mundo em que a produção desempenha um papel central, os operários eram “mártires da burguesia”⁷ e o capitalismo era visto como um sistema onde a justiça não podia existir. Baseado na concorrência que podia levar ao encerramento de fábricas, à falta de trabalho e à degradação da condição dos operários, como os manipuladores de tabacos cedo compreenderam, desde 1865, com o fim do monopólio e a liberalização da produção, o capitalismo levava ao egoísmo e à imoralidade. Contra a injustiça, enfim, deveria prevalecer a fraternidade, último pilar da trindade acima referida. Uma ideia de fraternidade marcada pelo género, em que predominava a conceção masculina de solidariedade e de comunidade, assente na codificação da atividade pública como essencialmente masculina e numa distinção de género que representava a mulher como um ser emocional, fraco e dependente⁸. Para os autores dos textos publicados na imprensa operária coeva, a presença das mulheres na indústria era implementada pelos proprietários das fábricas como uma manobra para tentar enfraquecer a capacidade de resistência dos operários.

⁴ Em Portugal, as *associações de classe* conjugavam a função de socorro mútuo e a função sindical. Muitas vezes nascidas a partir de associações mutualistas, evoluíram no sentido de se tornarem verdadeiros sindicatos. A Associação de Classe dos Manipuladores de Tabacos de Lisboa foi fundada no início de 1880, em estreita relação com o jornal *A Voz do Operário* e a sociedade de instrução e beneficência com o mesmo nome.

⁵ Divagações. *A Voz do Operário*. Nº 80 (24-4-1881), p. 2.

⁶ BRAZ PACHECO, Custódio – Os operários. *A Voz do Operário*. Nº 1 (11-10-1879), p. 3.

⁷ Manipuladores de tabaco: as transferências de manufaturas. *A Voz do Operário*. Nº 1073 (20-5-1900), p. 1.

⁸ Cf. AMINZADE, Ronald – Class analysis, politics, and french labor history. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University Illinois Press, 1993. p. 103-104.

Aqueles viam “na horrorosa ignorância das mulheres plebeias, e na sua fragilidade, um ótimo instrumento para escarnecerem e zombarem com os operários. E a prova é que as companheiras ainda são mais exploradas, calando-se elas sempre em face de tão vil despotismo”⁹. A concorrência provocada pela crescente introdução de mão-de-obra feminina nas fábricas de tabaco fazia com que se tornasse imperativo o acolhimento das operárias sob a égide da associação¹⁰. Só assim poderiam ultrapassar as limitações impostas pelo género e seguir um rumo correto na defesa dos interesses de todos os que trabalhavam nesta indústria, naturalmente sob a liderança dos homens, já que as mulheres eram “esse sexo frágil”, que servia os patrões como “uma arma terrível com que têm combatido os nossos direitos”¹¹. Se neste artigo datado de 1880 se percebe uma clara dicotomia entre homens e mulheres, sublinhando a ameaça que elas representavam para os “nossos direitos”, ou seja, os direitos específicos dos homens como verdadeiros produtores de tabaco, dezasseis anos mais tarde, na sessão comemorativa do aniversário da ACMT, realizada a 3 maio de 1896, o dirigente associativo Joaquim José da Rocha mostrava-se preocupado com a situação dos tabaqueiros, um setor operário onde o número de homens era cada vez mais reduzido e questionava: “O que será das mulheres sem o apoio do sexo forte?” Segundo ele, era importante que as operárias comesçassem a integrar os corpos gerentes da associação “para se irem iniciando nos trabalhos associativos, para, se um dia se acharem sós, sem o apoio dos homens, saberem conduzir-se na associação”¹². Esta sugestão, se bem que reafirmando a conceção de fraternidade marcada pelo género, abre a porta à participação das mulheres nos órgãos dirigentes da associação. Essa abertura é uma necessidade decorrente do peso feminino na mão-de-obra e na associação: de facto, entre 1892 e 1896, 74% da mão-de-obra feminina fazia parte da ACMT¹³. Se em 1872, não sabemos por que motivo, excecionalmente uma operária presidiu à assembleia realizada em 13 de dezembro, decorrendo a reunião “dentro do normal respeito” por parte dos participantes, os quais incluíam muitas mulheres que usaram da palavra para elogiar a associação¹⁴, só muito mais tarde se verificou a integração preconizada por Joaquim José da Rocha, pois foi durante a 1ª República que foram eleitas as primeiras delegadas suplentes¹⁵. Esta demora institucional não impediu que as mulheres lutassem pelos direitos dos operários em geral, se bem que, segundo o discurso associativo, no êxito tivessem sido sempre enquadradas pela associação liderada pelos homens:

As manipuladoras de tabaco têm de há muito respeitado a linha de conduta aconselhada pelos seus companheiros nas diferentes evoluções por que tem passado a classe para reivindicar os seus direitos. Elas têm-se manifestado contra a usurpação de garantias adquiridas com sacrifício e perseverança, pactuando nos protestos e reclamações justas que se têm evidenciado coletivamente. Podem ficar certas de que, enquanto seguirem os seus companheiros como até

⁹ Companheiro V – Os manipuladores de tabaco. *O Pensamento Social*. Nº 42 (02-02-1873), p. 3.

¹⁰ Segundo os dados do inquérito realizado, em 1887, nas fábricas de tabaco, em Lisboa, havia 3008 manipuladores de tabaco, sendo 835 homens (27,8%) e 2173 mulheres (72,2%). PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direção Geral do Comércio e Indústria – *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos e situação dos respetivos operários*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

¹¹ *A Voz do Operário*. Nº 15 (17-1-1880), p. 1.

¹² O aniversário da Associação de Classe dos Manipuladores de Tabacos. *A Voz do Operário*. Nº 863 (10-5-1896), p. 2. Uma posição em contradição com o que era praticado na União Fraternal que, à semelhança de outras associações de socorros mútuos, excluía as mulheres, conforme estatuído no artigo 3º dos seus estatutos. Cf. Estatutos da Associação União Fraternal dos Operários da Fabricação dos Tabacos. *A Voz do Operário*. Nº 266 (30-11-1884), p. 3.

¹³ Cálculos próprios, cruzando os dados relativos aos números oficiais de operários na indústria com os dos associados na ACMT, patentes nos respetivos relatórios e contas anuais publicados em *A Voz do Operário*. Para o caso francês, Christophe Charle apresenta 55% de sindicalizados nos setores dos tabacos e fósforos, ambos públicos. Cf. CHARLE, Christophe – *Histoire sociale de la France au XIX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1991. p. 304-305. Em Marselha, no ano de 1891, 40% das operárias dos tabacos estavam sindicalizadas, segundo TILLY, Louise – Women’s collective action and feminism in France, 1870-1914. In TILLY, Louise; TILLY, Charles, ed. – *Class conflict and collective action*. Beverly Hills; Londres: Sage Publications, 1981. p. 225.

¹⁴ Segundo o articulista, as operárias intervenientes salientaram que “só a associação afastará do seio das nossas famílias a fome, a nudez e a prostituição!” *O Pensamento Social*. Nº 36 (22-12-1872), p. 3-4.

¹⁵ A primazia coube à Associação de Classe do Pessoal dos Tabacos, na qual aparecem as primeiras mulheres escolhidas como delegadas, se bem que ainda suplentes: Olímpia dos Santos e Maria Gracinda Donas. Logo no ano seguinte, 1915, esta passou a delegada efetiva. Na Associação de Classe dos Manipuladores de Tabacos, a mais antiga, as mulheres entraram para cargos nos corpos gerentes apenas em 1918: Amélia Maria dos Santos foi eleita 1ª secretária da mesa da Assembleia Geral. Entre 1914 e 1926, dezoito mulheres ocuparam cargos de responsabilidade nas associações de tabaqueiros. Esta tendência crescente não seria contrariada nos primeiros anos do Estado Novo: nas direções dos sindicatos nacionais de 1933 e 1936, encontramos doze mulheres, quatro delas antigas dirigentes da ACMT. Porém, com a exceção de Ana Maria Josefa e Ana Moreira, diretoras no Sindicato Nacional dos Operários Manipuladores de Tabaco do Distrito de Lisboa, em 1933, as mulheres habitualmente exerciam funções como tesoureiras, vogais ou, no máximo, vice-presidentes da mesa da assembleia geral. (Dados compilados a partir de várias fontes, e organizados em base de dados pelo investigador).

aqui e compreenderem que a causa dos trabalhadores se resume nos sublimes princípios de ‘um por todos e todos por um’, ser-lhes-ão respeitados os seus direitos e regalias pela lealíssima defesa imposta com ardor e interesse que se deve prodigalizar a todas as causas justas que se pretendam amesquinhar; de contrário, voltariam de novo aos horríveis tempos da miséria extrema, aos ignóbeis vexames por que passaram e a todas essas deploráveis situações de sacrifícios e martírios¹⁶.

O discurso construía uma identidade dos tabaqueiros marcada pelo género, não obstante as mulheres dominarem quantitativamente os efetivos operários na indústria. Sob a liderança dos dirigentes associativos, exclusivamente masculinos, tinha sido possível obter conquistas e melhorar as condições de trabalho e de vida. De outra forma, nada teriam conseguido, dado que esta não seria a esfera própria das mulheres, o que condicionava a sua capacidade de liderança e de combate à miséria.

Este discurso, se bem que mantendo-se influenciado pelo género ao longo do período em análise, acabou por ser moderado, não apenas pelo crescente número de mulheres na mão-de-obra fabril, mas também pelo carácter combativo e interventivo que as operárias demonstraram. O seu poder de iniciativa fez-se sentir no meio associativo e nos locais de trabalho desde muito cedo: em novembro de 1872, formou-se uma comissão paritária de cinco cigarreiros e cinco cigarreiras para reunir com o visconde da Horta e discutir a redução do pagamento do fabrico de diversos tipos de cigarro. Na sequência desta luta, em que os operários rejeitaram o aumento que lhes era proposto, porque no acordo não era incluído o trabalho feminino, um charuteiro escreve que os operários da Lisbonense haviam praticado

o mais sublime exemplo de fraternidade! É porque estes companheiros conhecem perfeitamente que a mulher, como operária, tem os mesmos direitos e os mesmos deveres que o homem, como operário. Vejam neste ato as nossas irmãs de trabalho de quantos sacrifícios somos nós capazes, para que os seus direitos sejam respeitados por esses exploradores, que todo o seu fim é matar-nos à fome, zombando a todos os momentos de nós, ora tirando-nos o pão da boca, ora prostituindo as nossas filhas, muitas vezes vítimas da sua ignorância – e da miséria!¹⁷

Ao enaltecer o sacrifício dos operários, o autor não deixa de também sublinhar a igualdade de direitos e de deveres para todos os que compunham a mão-de-obra fabril. Naturalmente, subjacentes a estas palavras estão preocupações de ordem económica, em particular a preferência pela contratação de mulheres, a quem as fábricas pagavam menos do que aos homens, e o aumento do risco de desemprego para estes, mas parece-nos importante que se assuma uma ideia de fraternidade inclusiva, envolvendo operários e operárias.

Se através do discurso verificamos a delineação de uma conceção de fraternidade diversa da que encontramos noutros setores operários, também na prática se afirma o papel ativo das mulheres na associação e nos locais de trabalho, quer em conjunto com os seus companheiros de fábrica, quer de forma autónoma. A definição das mulheres como frágeis, submissas e facilmente manipuladas pelos patrões, ou seus representantes, e incapazes de, por si, lutarem contra o que percebiam como injustiça, parece ser contrariada pelas diversas ações de iniciativa feminina. Exemplos disso são a recusa das operárias de substituírem os charuteiros, ganhando um salário inferior ao dos homens, mantendo-se no trabalho em que estavam¹⁸; a paragem espontânea do trabalho na fábrica de Xabregas, em 1873, contra a admissão de duas ex-operárias da Regalia, numa altura em que era recusado trabalho a operários e operárias daquela fábrica, logo seguida pela greve das cigarreiras da Regalia contra a má qualidade do papel, que prejudicava a manipulação. A atitude das operárias, porém, seria criticada pelos dirigentes associativos, nomeadamente da Fraternidade Operária que, numa reunião mantida nessa mesma noite, as demoveram da ação por ser inconveniente¹⁹, a luta das charuteiras da Lisbonense contra a suspensão de

¹⁶ A solidariedade e fraternidade das manipuladoras de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1075 (3-6-1900), p. 2.

¹⁷ Carta de um charuteiro. *O Pensamento Social*. Nº 29 (3-11-1872), p. 3.

¹⁸ *O Pensamento Social*. Nº 35 (15-12-1872), p. 3.

¹⁹ *O Pensamento Social*. Nº 40 (19-1-1873), p. 1-2.

oito companheiras, em 1877²⁰; a greve das operárias da fábrica de Xabregas, em 1881, contra a substituição do mestre da oficina de charutos finos por um mestre alemão²¹; a paralisação das operárias da mesma fábrica, três meses depois, contra a diferença de pagamentos pelo mesmo trabalho em duas fábricas da mesma empresa, a Companhia Nacional de Tabacos²²; a iniciativa das cigareiras da Regalia, em 1882, exigindo melhor tabaco para manipular, convidando os cigareiros que as acompanhassem na luta²³ e a integração de mulheres na comissão operária durante a greve da mesma fábrica Regalia, naquele ano. Para lá das ações no local de trabalho, e sendo raros os testemunhos escritos por operárias, é importante que se registre este apelo de uma cigareira da fábrica Luso-Britânica, em defesa da igualdade de pagamento para trabalho igual:

Porque nos pagam mais barato a nós? Pois não temos tanta precisão? De certo que temos, e é tanta maior injustiça quanto às nossas companheiras charuteiras se lhes paga pelo mesmo preço que aos charuteiros. Isto porque o seu trabalho tem tanto valor como o deles, assim como o nosso comparado com o dos cigareiros; portanto temos igual direito à paga, pertence-nos a mesma justiça, e aos srs. industriais pertence-lhes o mesmo dever para connosco, e não abusar da nossa fraqueza²⁴.

A vida associativa não podia, portanto, ficar indiferente à força numérica e à capacidade interventiva das mulheres nesta indústria, influenciando decisivamente os interesses que as associações operárias defenderam junto dos patrões e dos poderes públicos, como veremos adiante. Em suma, o papel das operárias dos tabacos terá sido, na nossa opinião, importante, não no desempenho de cargos associativos, não na elaboração do discurso patente nas publicações operárias, até porque a larga maioria era analfabeta²⁵, mas sim de modo informal, fazendo com que a marca dominante do género masculino tivesse de ser moderada no discurso e na prática.

A construção da identidade dos tabaqueiros assentou em três pilares – a igualdade, a justiça e a fraternidade. Se, nos casos da igualdade e da justiça, o discurso dos tabaqueiros não difere do de outros setores operários, já o conceito de fraternidade teve de ser infletido no que ao carácter de género diz respeito. Predominando nos textos a assunção da superioridade do homem sobre a mulher, detetamos, porém, alguma incoerência nesse discurso, motivada pela supremacia numérica das mulheres na mão-de-obra e pela intervenção ativa destas na vida associativa e nas lutas quotidianas nos locais de trabalho. Ao contrário do propalado carácter submisso e frágil, as operárias tabaqueiras revelaram um espírito combativo e mobilizador, por diversas vezes demonstrando a sua autonomia em relação à associação. Quer tenham sido enquadrados pela associação, quer tenham tido formas e estruturas que revelam alguma dificuldade por parte dos dirigentes associativos para controlar os protestos dos tabaqueiros, esses combates foram travados em nome da justiça e da igualdade, contra um sistema económico, social e político considerado responsável pela degradação do operário enquanto ser humano.

OS TABAQUEIROS, “PROLETÁRIOS MORAIS”

Os protestos que mencionamos anteriormente, bem como outros a que nos referiremos mais à frente, mostram que os interesses dos tabaqueiros eram, em muitos aspetos, semelhantes aos de outros setores da classe operária. Como proletários, sentiam a fragilidade da sua condição derivada da precariedade do que tinham para oferecer

²⁰ V. – Manipuladores de Tabacos. *O Protesto*. Nº 124 (Dezembro 1877), p. 3.

²¹ *A Voz do Operário*. Nº 95 (7-8-1881), p. 2; *A Voz do Operário*. Nº 97 (21-8-1881), p. 2; Xabregas. *A Voz do Operário*. Nº 98 (28-8-1881), p. 4.

²² Xabregas. *A Voz do Operário*. Nº 111 (27-11-1881), p. 1.

²³ *A Voz do Operário*. Nº 119 (22-1-1882), p. 3.

²⁴ Uma companheira cigareira – *O Pensamento Social*. Nº 40 (19-1-1873), p. 2.

²⁵ De acordo com José Bento de Oliveira, dirigente da Associação de Classe dos Operários Manipuladores de Tabaco (depoimento nº 4), em 1887, as operárias tabaqueiras eram quase todas analfabetas. Cf. PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direção Geral do Comércio e Indústria – *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos e situação dos respetivos operários*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

– os seus braços – e sofriam com a incerteza do emprego. Assim, as preocupações dos operários das fábricas dos tabacos de Lisboa, particularmente entre os anos 60 e os anos 80 do século XIX, centraram-se em questões relacionadas com o local de trabalho e a ameaça ao emprego.

Apesar de trabalharem numa das mais rentáveis indústrias nacionais, os operários tabaqueiros contavam-se, até aos anos 90 do século XIX, entre os trabalhadores mais pobres de Lisboa²⁶. Os baixos salários auferidos, fosse no período do contrato, fosse durante o período de liberalização do fabrico, assim como a perda dos postos de trabalho levaram os operários a tomar medidas extremas em diversas ocasiões, que refletem a fragilidade da sua situação. Em 1874, por exemplo, operários charuteiros que haviam sido dispensados requereram licença para pedir esmola²⁷; nove anos depois, vinte e seis operárias cigarreiras da fábrica de Xabregas entregaram uma petição à Rainha, pedindo uma esmola²⁸; em 1887, as operárias empacotadoras da fábrica Vasco da Gama, afetadas pela fusão das fábricas, foram ao Palácio da Ajuda pedir esmola²⁹. O recurso à esmola do público em geral, ou da família real, ou ainda a ocupação dos desempregados em outras tarefas, como a construção, não solucionava os problemas dos operários³⁰. Como escrevia Alves Roque, em 1883, as esmolas apenas minoravam a carência de trabalho e de salário³¹, pelo que se tornariam necessárias outras formas de pressão sobre os patrões e os poderes públicos.

O repertório de ações coletivas levadas a cabo pelos tabaqueiros incluiu, desde logo, a greve³², das quais damos conta em síntese, no Quadro 1. Foram greves de duração variável, mas relativamente longas, com destaque para a de fevereiro de 1920 (80 dias), também abrangendo um número de operários variável, e com motivações predominantemente salariais, ou contra os despedimentos. Apenas a greve na Regalia, em 1882, e que terminou em derrota para os operários, visava contestar a substituição de cigarreiros por mulheres. Aliás, das nove greves referenciadas, apenas em três os operários foram total ou parcialmente bem-sucedidos, reflexo do fraco poder de negociação evidenciada por este setor da classe operária face aos patrões e aos interesses estabelecidos.

²⁶ Maria Filomena Mónica definiu a indústria dos tabacos como a “jóia da Coroa do capitalismo português”. MÓNICA, Maria Filomena – *O tabaco e o poder: 100 anos da Companhia dos Tabacos de Portugal (COTAPO)*. Lisboa: COTAPO; Quetzal Editores, 1992. p. 90.

²⁷ *Diário de Notícias*. Nº 2985 (30-5-1874), p. 1.

²⁸ *A Voz do Operário*. Nº 203 (16-9-1883), p. 2. Em resposta à petição, a Rainha determinou um dia para as operárias irem ao Governo Civil receber o seu donativo: 26 libras por ordem da Rainha e 13\$000 rs do Governador Civil. Cf. Barreiras de Xabregas. *A Voz do Operário*. Nº 205 (30-9-1883), p. 3.

²⁹ Coisas da fusão das fábrica de tabacos. *A Voz do Operário*. Nº 375 (2-1-1887), p. 1.

³⁰ Em 1865, o secretário de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria, João Crisóstomo de Abreu e Sousa, publicou duas portarias dando preferência aos despedidos da Fábrica de Xabregas na admissão de trabalhadores para a construção da estrada de Loures a Torres Vedras e noutras obras a cargo da Intendência das Obras Públicas do distrito de Lisboa, na contratação por parte da Provedoria da Real Casa Pia de Lisboa de trabalhadores para as obras do aterro e na construção do muro de cais em frente ao mosteiro dos Jerónimos. *O Português*. Nº 4402 (8-1-1865), p. 1.

³¹ ALVES ROQUE. *A Voz do Operário*. Nº 206 (7-10-1883), p. 1-2.

³² Os tabaqueiros, assim como os tipógrafos do jornal *A Revolução de Setembro*, terão sido dos primeiros a utilizar esta forma de luta em Portugal, em 1852.

QUADRO 1
Movimentos grevistas nas fábricas de tabacos de Lisboa (1871-1920)³³

Data	Setor/fábrica	Causa	Número de grevistas	Resultado	Duração
5 Dezembro 1871 a)	Fábricas Regalia, Xabregas e Luso-Britânica (cigarreiros, principalmente)	Salários	?	Derrota	15 dias
Janeiro 1873 b)	Fábrica de Xabregas	Salários	1004	Vitória	4 dias
Fevereiro 1873 c)	Fábrica Luso-Britânica (oficinas dos cigarros)	Métodos de trabalho/salários	135	Derrota	30 dias
2 Junho 1874 d)	Fábrica de Xabregas	Despedimento	c. 600	Derrota	6 dias
Fevereiro 1882 e)	Fábrica Regalia	Mão-de-obra feminina	200	Derrota	35 dias
Abril 1887 f)	Fábrica Revendedora	Condições de trabalho	?	Vitória	?
Novembro 1887 g)	Fábrica Lusitânia	Condições de trabalho	?	?	?
Março 1911 h)	Fábricas Lisbonense e Xabregas (jornaleiros)	?	?	?	?
20 Dezembro 1917 i)	Fábricas Lisbonense e Xabregas (jornaleiros e “pessoal moderno”)	Subsídio	?	Vitória (UON)	19 dias
27 Abril 1918 j)	Fábricas Lisbonense e Xabregas	Salários	c. 1500	Vitória parcial	40 dias
4 Fevereiro 1920 k)	Fábricas Lisbonense e Xabregas (setores de “ofício” e “pessoal moderno”)	Salários/despedimentos		Derrota	80 dias

Fontes: a) *A Revolução de Setembro*. N.º 8846 (8-12-1871); b) *O Pensamento Social*. N.º 40 (19-1-1873); c) *O Pensamento Social*. N.º 42 (2-2-1873); d) *Diário de Notícias*. N.º 2989 (3-6-1874); e) *A Voz do Operário*. N.º 121 (5-2-1882); f) *O Protesto Operário* (17-4-1887); g) *O Protesto Operário* (6-11-1887); h) *A Voz do Operário*. N.º 1639 (26-3-1911); i) *A Voz do Operário*. N.º 1964 (30-12-1917); j) *A Voz do Operário*. N.º 1969 (5-5-1918); k) *A Batalha*. N.º 360 (27-2-1920).

Para lá da greve e de protestos com ou sem o abandono dos postos de trabalho, como os exemplos dados anteriormente, várias vezes protagonizados por mulheres e não estruturados pelas associações, os tabaqueiros recorreram a concentrações seguidas de manifestações pelas ruas da cidade, à formação de comissões com vista a entabular negociações com os patrões das fábricas, ou para levar as suas preocupações e reclamações a outros níveis do poder. Fosse qual fosse o tipo de ação levada a cabo, a justificação tinha por base a questão da justiça e da moral. Os tabaqueiros são um exemplo do conceito de proletários morais, cunhado por Donald Reid, isto é, trabalhadores cujas práticas morais individuais ou coletivas lhes permitiriam triunfar sobre a degradação e a penúria³⁴. Assim, as suas ações visavam combater um sistema injusto e imoral, que privava os operários de direitos fundamentais e, no limite, do próprio direito à vida:

A natureza dá-nos vida, por conseguinte temos o direito de viver, ela que nos dá esse direito, ela e só ela tem o mesmo direito de no-la tirar. Não temos ódio a classes ou homens; eles obram unica e exclusivamente debaixo das praxes da organização atual que tudo isso lhe permite. Queremos uma nova organização baseada na justiça e na razão que

³³ Às greves referidas no Quadro 1, devemos acrescentar a greve geral dos tabaqueiros pela melhoria dos salários, em novembro de 1886, as greves dos tabaqueiros da fábrica de Xabregas, de fevereiro de 1895 e de novembro de 1897, e a dos tabaqueiros da Companhia Nacional, em agosto de 1907, referidas por Carlos da Fonseca, cujos motivos, amplitudes e resultados não puderam ser confirmados em fontes primárias. Cf. FONSECA, Carlos – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, [s.d.]. vol. IV, p. 155-156, 161.

³⁴ REID, Donald – Reflections on labor history and language. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University Illinois Press, 1993. p. 49.

tenha por fim a perfeita distribuição da riqueza social produzida por todas as coletividades de que se compõem os seres humanos³⁵.

Nestas linhas, escritas em 1896, exprime-se um programa de cariz socialista, isto é, rejeitando o individualismo inerente ao capitalismo, assente em princípios como a associação, a igualdade, a justiça e o orgulho da força produtiva e o direito natural, mas rejeitando o ódio de classes. A sociedade socialista seria cooperativa e coletivista, em alternativa à competitividade e ao individualismo que caracterizavam a sociedade capitalista. Os operários tabaqueiros consideravam possível garantir a justiça social através de meios que não implicavam a violência ou o confronto radical entre classes sociais. Esta linha de pensamento materializou-se na prática, mesmo quando recorriam a formas de luta mais duras. O seu objetivo era assegurar as melhores condições possíveis para os operários, utilizando para esse fim todos os meios ao seu alcance, independentemente do seu carácter de classe. Os patrões deviam fazer o que estava moralmente certo e os operários responderiam da mesma forma. Em 1887, apelava-se à Companhia Nacional de Tabacos:

deve harmonizar o capital trabalho com o capital monetário, porque a aristocracia de um não é inferior à aristocracia do outro, e repartindo com aqueles que os ajudam a enriquecer não faz mais do que o seu dever, é preciso que se fraternize o capital com o trabalho, e cesse essa exploração assaz indigna que outra coisa não é mais do que um odioso que já há muito devia ter acabado³⁶.

Retomando o tema da nobreza do trabalho, e colocando ao mesmo nível o Capital e o Trabalho, fazia-se a apologia da conciliação das classes. Esta perspetiva seria repetida em 1895, agora já de novo sob o monopólio, em documento enviado ao Conselho de Administração da Companhia dos Tabacos de Portugal (COTAPO): “A classe dos manipuladores de tabaco tem o maior respeito pelo digníssimo Conselho de Administração e pela lei, e o seu mais ardente desejo consiste em harmonizar quanto possível os interesses do capital com os do trabalho”³⁷. Não havia sonhos de expropriações, nem sequer de partilhas de riqueza com os operários. Desejava-se a igualdade e a justiça sem tirar nada a ninguém, mas dando aos que trabalhavam aquilo a que tinham direito por Natureza. À semelhança de outros setores operários, os tabaqueiros de Lisboa lutavam contra a pressão para transformar os seres humanos em meros servidores da economia, numa sociedade dominada pelas relações de produção e por uma visão do mundo em que a produção desempenhava um papel central. Nesse quadro, os operários cedo perceberam a relevância política e económica da indústria dos tabacos, adaptando o seu discurso e as suas ações a essa especificidade, rejeitando levar à prática uma ideia de luta de classes. Fazendo uso de uma retórica em que sublinhavam o carácter ordeiro e respeitador destes trabalhadores, aliaram-se a todos aqueles que os poderiam ajudar a conquistar os direitos que consideravam legítimos, independentemente da classe de onde viesse esse apoio.

Um dos meios a que os tabaqueiros recorreram para chamar a atenção para a sua situação e afirmar o seu carácter moral foi a imprensa não operária. Dessa forma, alcançavam uma audiência mais vasta que, ao simpatizar com a sua causa, poderia exercer pressão sobre os poderes públicos. Logo em 1863, numa carta publicada pelo jornal *O Português*, expunham as suas queixas e apelavam à intervenção do governo “em favor dos que tiveram só a intenção de obterem melhor salário” e que, após uma assembleia no Campo de Santa Clara, tinham atravessado “parte desta capital na melhor ordem possível” em direção à casa do ministro da Fazenda, que recebeu um operário portador da representação aprovada naquela reunião. O comentário do responsável pelo artigo reforçava a ideia de que as reclamações eram “bem justas e dignas de ser atendidas” e sublinhava o facto de o ministro ter recebido enquanto “intermediário” “aqueles deserdados da fortuna, que buscaram o patriotismo numa conjuntura difícil”³⁸. Ao optar por um comportamento ajustado ao cumprimento da lei e da

³⁵ A situação do operariado perante as classes superiores. *A Voz do Operário*. Nº 882 (20-9-1896), p. 1.

³⁶ Monopólio do tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 380 (6-2-1887), p. 1.

³⁷ Classe de manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 801 (3-3-1895), p. 1.

³⁸ *O Português*. Nº 4052 (31-10-1863), p. 1.

ordem, os tabaqueiros punham a opinião pública do seu lado, pelo que insistiam neste ponto, alguns dias mais tarde, aquando da deslocação de tropas de Cavalaria e da Guarda para junto das instalações fabris de Xabregas. Numa nova carta dirigida à imprensa, reafirmavam:

os operários não pedem mais do que pão para poderem subsistir, e não lhes é possível viver tão desgraçadamente e suas famílias. Se os seus inimigos os querem excitar à desordem, estão perfeitamente enganados porque eles hão-de mostrar ao público desta capital, que são pacíficos, e que o ato em que incorreram foi filho da desesperação³⁹.

No ano de 1870, mesmo sob a ameaça e o cerco da fábrica Regalia por tropas, os operários que haviam entregado um pedido “nos termos mais respeitosos e no livre uso do direito de petição”, contra a nova tabela de salários para os charuteiros, mantinham o seu propósito de “afastar de si qualquer má impressão que o caso produzisse no espírito público”. Não queriam “ser tidos por desordeiros ou exigentes do que não seja legal ou razoável dentro dos limites da ordem e do respeito que mutuamente se devem todas as classes”. Se o fizessem, prejudicariam “as suas reputações como homens”, mas também poderiam afetar o seu futuro quando “hajam de procurar trabalho noutra estabelecimento”⁴⁰.

Um ano mais tarde, na sequência da derrota da greve da Regalia, explicava-se que os operários haviam decidido pôr fim ao protesto “côncios de terem procedido com a dignidade própria de operários civilizados, que souberam advogar os seus interesses com ordem e moderação”. Ao mesmo tempo, agradeciam à imprensa “a maneira atenciosa por que foram tratados, e bem assim ao Governador Civil e comissário Rangel”⁴¹. Os tabaqueiros enalteciam o seu comportamento e o de todos aqueles que haviam mantido uma atitude considerada justa. Eles eram proletários morais, dispostos ao sacrifício, mas seguros de que a justiça chegaria mais tarde ou mais cedo, sem haver necessidade de recorrer a meios violentos: “Paciência! Um dia mais no Calvário, crucificados pela fome, pelo frio, pelo vilipêndio; e a ressurreição, essa obra assombrosa que nós preparamos com os nossos males, fará tremer a terra! Sim, fará!”⁴², escreviam como reação à recusa dos patrões em recuar nos despedimentos na Regalia. Enquanto estes tinham um comportamento imoral, os tabaqueiros recorriam ao simbolismo cristão para reforçar a representação da sua realidade quotidiana. Também nos momentos de celebração da vitória, os operários manifestavam o seu carácter moral:

Somos vencedores, mas fraternais, e havemos de sê-lo sempre, perdoando áqueles que, sendo nossos inimigos, só nos queriam aniquilar e cavar a nossa ruína, sem se lembrarem que podíamos ainda ganhar uma vitória, com a qual abatêssemos a sua altivez e principiássemos a despedaçar os grilhões da escravidão... Honra aos proprietários da fábrica que reconhecendo que eram iludidos e que os operários só reclamavam o que era de justiça (...)⁴³.

Sem triunfalismo, ou afirmação de ódio de classe, os tabaqueiros optavam por um caminho que divergia do escolhido por outros setores operários, não conciliadores com os “inimigos”. Isso não impediu que, no seio dos manipuladores de tabacos, houvesse quem, num ou outro momento, usasse uma retórica mais agressiva, como Damásio da Graça, em 1887, numa diatribe contra o monopólio:

Se os poderes constituídos não atenderem às nossas justas reclamações; então nós que sempre temos sido sossegados e bastante moderados em todos os nossos atos, nós que sempre temos sido prudentes e ordeiros, não hesitaremos nem um instante em recorrermos aos meios extremos, e acabarmos com a prudência, com a tolerância e com todo o respeito à lei, e servir-nos-emos dos meios violentos que deixam de ser crime para se tornarem em virtudes⁴⁴.

³⁹ *O Português. Secção noticiosa*. Nº 4058 (7-11-1863); Boato falso. *Jornal do Trabalho*. Nº 67 (6-11-1863), p. 4.

⁴⁰ Questão operária. *Diário de Notícias*. Nº 1678 (14-8-1870), p. 1.

⁴¹ *Diário de Notícias*. Nº 2138 (21-12-1871), p. 2.

⁴² *O Pensamento Social*. Nº 40 (19-1-1873), p. 1-2.

⁴³ *O Pensamento Social*. Nº 42 (2-2-1873), p. 4.

⁴⁴ GRAÇA, Damásio da – Abaixo o monopólio. *A Voz do Operário*. Nº 380 (6-2-1887), p. 1.

Porém, a atitude dominante não foi a do confronto, preferindo-se buscar na opinião pública e noutros aliados a força que os operários admitiam não ter no contexto em que viviam. Ao longo do período em análise, a defesa dos interesses dos tabaqueiros exerceu-se sempre dentro dos limites de que acima demos exemplos, acentuando-se durante e após o regime de *régie*⁴⁵. Entre 1888 e 1891, não houve conflitos de maior dimensão, até porque muitas das reclamações que tinham apresentado anteriormente foram satisfeitas com a intervenção do governo e, muito em particular, pela administração liderada por Oliveira Martins⁴⁶. Nesses anos, desaconselhavam-se ações precipitadas, ou exigências descabidas que pusessem em causa o que havia sido garantido. Assim:

Nós aconselhamos aos operários a máxima cordura, e aplaudimo-los pelo seu procedimento ordeiro, no sábado (22); mas também lhes lembramos, que quando se julguem lesados ou ofendidos, junto da Companhia há um fiscal do governo, que há-de atender às reclamações dos operários. E depois do fiscal há o sr. Ministro da Fazenda, há o parlamento, e ainda há mais a quem podem reclamar justiça, quando dela careçam⁴⁷.

É significativo que não se sugira qualquer ação incluída no repertório tradicional de luta operária. Tal terá a ver, necessariamente, com a gestão estatal, mas corresponde no essencial à opção por uma via de diálogo transversal às classes, uma via pragmática que tinha como objetivo central a defesa da dignidade das condições de vida e de trabalho dos tabaqueiros. Esta opção foi também importante para que estes operários não apresentassem apenas reclamações relacionadas com as relações de produção no local de trabalho, mas que fugissem ao reducionismo próprio de muitas associações e sindicatos que tendiam a focar os trabalhadores no consumo. Ou seja, os sindicatos, em diversos contextos, afastavam-se dos problemas relacionados com a comunidade, a família ou o género, para centrarem a resistência operária apenas nas questões materiais⁴⁸. As associações de tabaqueiros souberam ir para lá dessas questões e desenvolveram reclamações relacionadas com outros aspetos do dia a dia, satisfazendo as necessidades de todos, e especificamente das mulheres. Foram importantes as lutas pelo direito à reforma paga e à assistência médica fora do local de trabalho, garantidas durante o período da *régie*, pelo estabelecimento de uma farmácia privativa, criada pela Companhia dos Tabacos de Portugal em 1894, pela criação de creches junto às fábricas⁴⁹. Esta foi uma luta que se arrastou ao longo de vários anos, que teve uma primeira experiência em 1910, a qual terminou por aparente falta de adesão das operárias⁵⁰ e apenas se concretizou durante o Estado Novo, em 1936⁵¹. Associada à importância das mulheres nesta indústria, está ainda a construção de uma maternidade da Companhia, em funcionamento no ano de 1931, com uma adesão crescente por parte das operárias⁵². Não poderia ser esquecida a participação das organizações dos tabaqueiros nos protestos contra a carestia da habitação em Lisboa, um dos flagelos que afetava a classe em geral, mas a que os operários dos tabacos deram particular atenção⁵³.

⁴⁵ A nacionalização das fábricas existentes foi aprovada a 25 de maio de 1888, através duma lei (22-5-1888) na qual se definia o exclusivo do fabrico de tabacos como pertencendo ao Estado através da Administração Geral dos Tabacos (AGT). A oposição à lei veio dos regeneradores e dos republicanos e, na Câmara dos Pares, foi corporizada por Hintze Ribeiro. Entre outras medidas, a *régie* definia a expropriação por utilidade pública de todas as fábricas; garantia a venda livre, mas sujeita a normas; comprometia o Estado a conservar o pessoal de todas as empresas pagando salários uniformizados. Para administrador da *régie* foi nomeado o Conde Castro, mais tarde substituído por Oliveira Martins. As fábricas em funcionamento eram quatro, duas em Lisboa (Xabregas e Lisbonense) e duas no Porto (Portuense e Lealdade).

⁴⁶ Recebido inicialmente com desconfiança devido à sua adesão ao Partido Progressista, Oliveira Martins acabou por granjear a simpatia dos operários tabaqueiros: “O que nos importa é que o sr. Oliveira Martins até agora tem tratado dos interesses dos operários, proporcionando-lhes trabalho e promovendo-lhes confortos que nunca tiveram noutras épocas”. Greve anunciada mas que não existiu. *A Voz do Operário*. N.º 510 (4-8-1889), p. 2.

⁴⁷ Manipuladores de tabacos. *A Voz do Operário*. N.º 618 (30-8-1891), p. 1.

⁴⁸ JOHNSON, Christopher – Lifeworld, system, and communicative action: the habermasian alternative in social history. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University Illinois Press, 1993. p. 80.

⁴⁹ Os primeiros estudos para o estabelecimento da creche junto à fábrica Lisbonense são mencionados no relatório da Administração Geral dos Tabacos relativo a 1889-1890, onde se assume que as creches “são de primeira urgência numa indústria em que o pessoal feminino tem uma parte tão considerável”. Cf. Administração Geral dos Tabacos – *Relatório do Conselho de Administração (1889-1890)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

⁵⁰ *Boletim do Trabalho Industrial*. N.º 49 (1910), p. 511.

⁵¹ Companhia Portuguesa de Tabacos – *Relatório, Parecer do Conselho Fiscal e Documentos*. (1936).

⁵² Companhia Portuguesa de Tabacos – *Relatório, Parecer do Conselho Fiscal e Documentos*. (1931-1932).

⁵³ Em 1932, é lançada a ideia de “um grande bairro onde pudesse albergar a grande família tabaqueira”. Os fundos viriam da Caixa de Reformas e seria construído nos terrenos das Comendadeiras de Santos, por se localizarem num “sítio central para o pessoal das duas fábricas”. Cf. TORRES, J. – Crise de habitação. *Eco dos Tabacos*. N.º 8 (Agosto de 1932), p. 3.

A satisfação dos interesses imateriais passava, também, pela instrução dos operários e dos seus filhos. É muito significativo que, logo no primeiro número de *A Voz do Operário*, o tabaqueiro Custódio Braz Pacheco condene o tratamento do operário como um escravo, até porque o talento não era um monopólio de classe. Dava mesmo o exemplo do manipulador de tabaco, Pedro José de Carvalho, autor de poesia e de peças de teatro, entre outros operários com dotes artísticos. Eles eram provas vivas da capacidade de elevação dos trabalhadores, mas que era essencial que houvesse as condições para que o talento desabrochasse, nomeadamente condições de igualdade ao nível da instrução:

Dizem esses desumanos potentados pretendendo justificar o seu repreensível procedimento, que cada um tem o direito de viver com a grandeza e a decência relativas à sua posição. Mas quem os elevou a esse estado de grandeza não fomos nós os operários? Certamente que sim, porque o capital procede ou deve proceder do trabalho. Nós que lhes proporcionamos todas as comodidades não teremos direito a gozar também algumas, e a mandarmos educar os nossos filhos? O talento não é privilégio dos ricos, e por isso se os filhos do povo fossem instruídos como deviam ser não se perderiam algumas inteligências que passam despercebidas por não serem cultivadas⁵⁴.

Os verdadeiros criadores de riqueza também podiam ser criadores de saber e de cultura, desde que lhes fornecessem as ferramentas adequadas. Daí a importância que a instrução teve para os manipuladores de tabacos, criadores dessa grande instituição do ensino que foi a Sociedade de Instrução e Beneficência “A Voz do Operário”, cuja primeira escola foi inaugurada em 11 de outubro de 1891⁵⁵. Chegando a ter mais de três mil alunos de ambos os sexos em escolas espalhadas por toda a cidade no início do século XX⁵⁶, a “Voz do Operário” tornou-se um símbolo do direito à instrução para todos, mesmo (ou principalmente...) aqueles que não tinham condições económicas para estudar ou pôr os seus filhos a estudar. Através da sua obra, os manipuladores de tabacos procuravam distribuir a luz da instrução aos que eram vítimas da injustiça que caracterizava a sociedade capitalista⁵⁷. Como afirmava António de Jesus Soares em carta dirigida a *A Voz do Operário*, a instrução dos operários devia partir da iniciativa dos próprios, porque nada se devia esperar dos governos⁵⁸.

Os operários da indústria dos tabacos em Lisboa desenvolveram ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX uma identidade própria no seio da classe operária. Essa identidade passou pela afirmação de uma estratégia de ação na defesa dos seus interesses que correspondia à especificidade do setor e se traduziu na rejeição da luta de classes, na procura do diálogo com o poder económico e político e no estabelecimento de alianças com elementos ligados a esse poder que pudessem auxiliar na satisfação daqueles interesses. A contínua representação do tabaqueiro como cumpridor da lei e da ordem, e com o direito à garantia de condições de vida e de trabalho dignas de um ser humano, fizeram destes operários exemplos de proletários morais que, representados pelas suas associações, não apenas lutaram por interesses relacionados diretamente com o local de trabalho e o consumo, mas também com interesses não materiais, em particular, a instrução.

A AÇÃO POLÍTICA

O caminho conciliatório seguido pelos manipuladores de tabacos nem sempre foi bem aceite pelo chamado *movimento operário*. As acusações de isolacionismo, de falta de solidariedade e de defesa de interesses corporativos generalizaram-se, em especial, ao longo das duas últimas décadas de Oitocentos e inícios do século XX.

⁵⁴ BRAZ PACHECO, Custódio – Os operários. *A Voz do Operário*. Nº 1 (11-10-1879), p. 3.

⁵⁵ *A Voz do Operário*. Nº 625 (18-10-1891), p. 4.

⁵⁶ Sociedade de Instrução e Beneficência *A Voz do Operário*. *A Voz do Operário*. Nº 1358 (5-11-1905), p. 2.

⁵⁷ A Sociedade “A Voz do Operário” ainda existe e mantém uma escola integrada no sistema de ensino português.

⁵⁸ SOARES, António de Jesus – *A Voz do Operário*. Nº 10 (13-12-1879), p. 3.

Na verdade, depois do perturbado Congresso das Associações de Classe de 1892 no Porto, jamais as associações de manipuladores de tabacos voltaram a enviar delegados a qualquer congresso operário⁵⁹. Se bem que reconhecendo “a conveniência da federação, que bem organizada é útil”, os dirigentes associativos consideravam haver assuntos mais prementes a tratar e a Federação das Associações de Classe foi votada ao desprezo⁶⁰. A esta decisão juntava-se o desinteresse dos manipuladores de tabacos pela participação nas comemorações do 1º de Maio organizadas pela União Operária. Desde 1899, os manipuladores de tabaco deixaram de nomear delegados à organização da manifestação e em 1900 não participaram mesmo no desfile⁶¹.

Em contrapartida, os operários dos tabacos prestavam homenagem a Oliveira Martins, Augusto Fuschini e Dantas Baracho, inaugurando os seus retratos na sede associativa, em agradecimento pelas suas intervenções em benefício dos operários no período da administração estatal, no parlamento ou no tribunal arbitral⁶². Não participavam nas manifestações do 1º de Maio, um “ritual da classe operária”, mas incluíam-se nas cerimónias fúnebres do rei D. Luís ou exprimiam a intenção de se incorporar no cortejo cívico em homenagem a Camões⁶³. Esta participação nos rituais cívicos revela o desejo de integração por parte deste setor da classe operária, de obtenção de uma justiça simbólica, para lá da real, pois durante essas cerimónias ser-lhe-ia concedido reconhecimento e estatuto social.

O caminho seguido pelos tabaqueiros provocou reações de vários quadrantes, nomeadamente dos setores socialistas representados pelo jornal *O Protesto Operário*, órgão do Partido Socialista. Acusando *A Voz do Operário* de ser um órgão que semeava a discórdia nos meios operários, questionava-se “se essa ‘Voz’ é do céu ou do inferno; se é de operário oprimido, ou de patrão velhaco, se é de político burguês ou de trabalhador socialista”⁶⁴. Alguns dias depois, voltavam a levantar-se dúvidas sobre o verdadeiro carácter do jornal dos manipuladores de tabacos: “A ‘Voz do Operário’ é socialista? Se é socialista e sabe que os esforços isolados são inúteis por que não trabalha com os outros socialistas portugueses? Se não é socialista, para que está constantemente mentindo aos operários?”⁶⁵ A polémica prolongar-se-ia com um ataque direto às alianças dos tabaqueiros de Lisboa, criticando aqueles que consideravam ser possível uma aproximação entre o Trabalho e o Capital, numa clara assunção da ideia de luta de classes: “A aliança deste com aquele, é impossível; pois que dessa aliança resultaria a existência dos ricos e pobres, de servos e patrões, de governados e governantes, tal qual hoje existe, e, portanto, a miséria, a dependência e a servidão”⁶⁶. Esta crítica em particular havia nascido como réplica a Custódio Braz Pacheco, que

⁵⁹ O Congresso das Associações de Classe de 1892 ficou marcado pelas divergências entre marxistas, possibilistas, autonomistas e anarquistas, acerca da manifestação do 1º de Maio. Os representantes das associações do sul do país abandonaram o Congresso e convocaram outro para julho do mesmo ano, a realizar em Lisboa. Neste Congresso foi reafirmada a autonomia das associações operárias em relação aos partidos políticos, em especial o Republicano e o Socialista.

⁶⁰ Classe dos manipuladores de tabacos. *A Voz do Operário*. Nº 652 (24-4-1892), p. 1. Na sessão da Federação de 29 de julho de 1895, estiveram presentes os redatores dos jornais *A Obra*, *A Federação* e *A Voz do Operário*, esta representada por José António do Carmo. Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Arquivo do PSP*. Livro 1. Livro de Ponto da Federação das Associações de Classe. 1895 e 1896.

⁶¹ Sobre as participações dos manipuladores de tabacos nas comemorações do 1º de Maio, cf. FONSECA, Carlos da – *O 1º de Maio em Portugal. 1890-1990: crónica de um século*. Lisboa: Antígona, 1990. Em 1900, a ACMT decidiu apenas iluminar a fachada da sede no dia 1º de Maio. Cf. Associação de Classe dos Manipuladores de Tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1069 (22-4-1900), p. 1.

⁶² Oliveira Martins ganhou a simpatia dos tabaqueiros quando foi administrador geral dos tabacos entre 1889 e 1891. Cf. as cartas assinadas por Saul Pacoldino Fernandes e outros dirigentes da ACMT datadas de 7 de novembro de 1893 e 15 de março de 1894 in Biblioteca Nacional. *Espólio de Oliveira Martins*. Correspondência. Cartas a Oliveira Martins. 1367 e 1368. Cf. ainda o elogio a Oliveira Martins após a sua morte, in Oliveira Martins. *A Voz do Operário*. Nº 775 (2-9-1894), p. 1. Fuschini teve várias intervenções no parlamento a favor dos manipuladores de tabacos, conseguindo que a garantia das 8 horas diárias ficasse consignada na lei de 1888, serviu em muitas ocasiões de conselheiro legal da ACMT e representou os operários no tribunal arbitral ao lado de Saul Pacoldino Fernandes. No dia 24 abril de 1898, foi alvo de mais uma homenagem com a inauguração do seu retrato na sede da associação e a oferta de um quadro a óleo representando uma oficina de manipulação de tabaco. Cf. Associação de Classe dos Manipuladores de Tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 965 (24-4-1898), p. 1. Em 1906, na sequência da aprovação do novo contrato dos tabacos, voltou a ser agraciado com lembranças oferecidas pelas operárias. Cf. Manipuladores de tabacos. *O Século*. Nº 8726 (12-4-1906), p. 2. No primeiro aniversário da sua morte, foi elogiado como o “maior amigo da classe”. Cf. Augusto Fuschini. *A Voz do Operário*. Nº 1691 (24-3-1912), p. 1. Dantas Baracho interveio na Câmara dos Pares em defesa dos interesses dos operários aquando do debate do novo contrato dos tabacos em 1906. O seu retrato foi inaugurado em finais desse ano. Cf. Classe dos manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1410 (4-11-1906), p. 2.

⁶³ Manipuladores de tabaco: ainda a questão dos dias santificados. *A Voz do Operário*. Nº 1651 (18-6-1911), p. 2.

⁶⁴ *O Protesto Operário*. Nº 20 (16-7-1882), p. 2-3.

⁶⁵ *O Protesto Operário*. Nº 22 (30-7-1882), p. 2.

⁶⁶ Os manipuladores de tabaco. *O Protesto Operário*. Nº 29 (23-9-1883), p. 1.

havia afirmado ser republicano em política e socialista em economia. Ora, do ponto de vista dos socialistas de *O Protesto Operário*, essa era uma posição indefinida e, no limite, insustentável, até porque, escrevia o articulista:

republicanos TODOS NÓS O SOMOS; mas que aqueles que só se contentam com a forma republicana, continuam a querer na essência as coisas tais quais estão, isto é – a supremacia do capital; e que os que trabalham pelo triunfo do socialismo querem não só a república, mas também a supremacia do trabalho, com todas as suas consequências.

Esta polémica não tinha apenas origem externa, pois no seio dos tabaqueiros havia divergências quanto à estratégia a seguir, de que seria reflexo o aparecimento de associações opostas à ACMT, e que diziam ser representativas dos operários do setor⁶⁷. Os êxitos obtidos com a *régie* e nos contratos após o final da administração estatal não deixaram espaço de manobra para os que defendiam a radicalização dos tabaqueiros de Lisboa, apesar do aumento da conflitualidade laboral sob a 1ª República. Isso não impediu que houvesse greves setoriais nas fábricas de tabaco, ou que participassem ativamente em greves gerais e de solidariedade com outros setores



Figura 1 Greve dos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Tabacos, Ferreira da Cunha, Primavera de 1918. Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/EFC/001916.

⁶⁷ A Associação Auxiliadora dos Manipuladores de Tabacos, mais tarde Associação de Classe dos Operários do Fabrico e Manipulação dos Tabacos (1893), era apoiada pelos socialistas de *O Protesto Operário*, mas a sua representatividade era fraca. Pelo contrário, na última década de Oitocentos, a ACMT teve um número médio de 1400 sócios.

operários após a implantação da República⁶⁸ e de receber a solidariedade dos ferroviários durante a greve na Primavera de 1918 (Figura 1). Ou seja, os tabaqueiros não estavam tão afastados do chamado movimento operário como alguns setores procuravam fazer crer, tendo mesmo entregue à União Operária Nacional a resolução da única greve que terminou em vitória, se bem que parcial, durante a 1ª República⁶⁹.

Na origem das críticas apontadas aos tabaqueiros está o seu aparente afastamento da luta política pela transformação da sociedade, mas especificamente pela substituição do sistema capitalista pelo socialismo, isto é, por um sistema de maior justiça social. De facto, desde cedo que a recusa da mistura da política com a luta sindical fez parte do discurso dos manipuladores de tabacos. Na apresentação de *A Voz do Operário*, afirmava-se a independência em relação aos partidos políticos e dizia-se em relação ao periódico recém-nascido: “Não lhe ensinamos política porque para o mister a que se propõe não precisa dela”⁷⁰. Em 1887, numa reunião associativa contra o grémio dos tabacos, houve o cuidado de evitar a infiltração de estranhos, “por causa dos políticos que quisessem especular com a questão”, e dava-se o exemplo negativo dos manipuladores de tabacos do Porto, cujos protestos teriam sido utilizados como arma da luta política, com impacto nocivo para aqueles operários⁷¹.

Compreende-se esta rejeição da interferência política nas lutas por objetivos económicos centrados no local de trabalho, tanto mais que o setor dos tabacos era, por natureza, apetecível para a luta partidária durante o período em análise. O debate em torno do regime de fabrico, no final dos anos 80 do século XIX, é revelador disso mesmo. Enquanto os dirigentes associativos mostravam a sua simpatia pela administração estatal, pelo menos enquanto regime de transição⁷², esta solução era contestada pelos socialistas marxistas de *O Protesto Operário* que alertavam para o carácter de classe do Estado, o que faria com que as condições de vida e de trabalho dos tabaqueiros, no fundo, não sofreriam alteração⁷³. Para essa corrente socialista, o regime dos tabacos era essencialmente uma questão política, numa perspetiva que não era bem vista pelos dirigentes das principais associações de operários tabaqueiros. Contudo, isso não significa que tenham desprezado a intervenção política para a obtenção da saída que consideravam mais adequada à realidade dos manipuladores de tabacos. Pelo contrário, o estabelecimento de alianças *de facto* com deputados como Fuschini ou Eduardo Abreu, desvalorizando a questão de classe tão cara aos marxistas, é uma ação significativa de uma estratégia pragmática que usava as forças disponíveis na arena política, em função da satisfação dos superiores interesses dos operários tabaqueiros.

Essa estratégia adequava-se ao contexto económico e político e não era impeditiva de que o discurso dominante fosse de cariz socialista, isto é, defendendo a Justiça, a Igualdade e a Fraternidade, se bem que numa perspetiva reformista. Os manipuladores de tabacos haviam sido uma das mais importantes secções profissionais da Associação Fraternidade Operária, fundada em janeiro de 1872, com cerca de 1640 inscritos, 960 homens e

⁶⁸ Em sessão da ACMT, de 30 de janeiro de 1912, o histórico dirigente Saul Pacoldino Fernandes considerou a greve geral “o facto mais grandioso modernamente produzido pelo operariado português” e defendeu o apoio à ação da União dos Sindicatos Operários. Cf. Manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1684 (4-2-1912), p. 3.

⁶⁹ Greve do pessoal dos tabacos: a solução do conflito foi entregue à União Operária Nacional. *O Século*. Nº 12952 (1-1-1918), p. 2. No final da 1ª República, os tabaqueiros continuavam a ser atacados pelo seu alegado corporativismo, agora pelos partidários da Internacional Sindical Vermelha. Cf. A questão dos tabacos. *A Internacional*. Nº 65 (15-5-1926), p. 1 e 3.

⁷⁰ *A Voz do Operário*. Nº 1 (11-10-1879), p. 1.

⁷¹ A questão do tabaco e os manipuladores. *A Voz do Operário*. Nº 409 (28-8-1887), p. 1-2. O movimento de protesto dos tabaqueiros do Porto de março de 1887 saldou-se pela prisão de vários operários e o despedimento de dezasseis. Inicialmente, estava previsto o despedimento de cento e cinquenta trabalhadores. Sobre as origens do movimento e as manobras políticas, cf. VERDIAL – Manifesto ao público e aos manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 408 (21-8-1887), p. 2-3.

⁷² Em 1883, Custódio Braz Pacheco escrevia: “O remédio para estes males é simples e consiste apenas no estabelecimento da régie, para mais tarde ser dada a liberdade de fabrico e cultura do tabaco em todo o Reino, depois de se estudar teórica e praticamente esta questão”. BRAZ PACHECO, Custódio – A situação dos manipuladores de tabacos. *A Voz do Operário*. Nº 195 (22-7-1883), p. 1.

⁷³ “os manipuladores do tabaco permanecerão nas mesmas condições de servidão e de miséria. (...) Os governos são impotentes; os queixumes vão. O remédio tem de ser radical: a destruição do existente e a sujeição absoluta do capital ao trabalho”. Fotografia do dia. *O Protesto Operário*. Nº 21 (29-7-1883), p. 1-2.

680 mulheres⁷⁴. O entusiasmo que as ideias socialistas veiculadas pela Fraternidade Operária provocou entre os manipuladores de tabacos foi evidente em momentos como aquele em que, numa só assembleia, foram aprovados 590 novos sócios⁷⁵. Desde então, os operários dos tabacos identificaram-se e foram identificados com o socialismo⁷⁶. As divergências em relação à estratégia reivindicativa e grevista seguida até 1873, e que culminara na derrota da greve na fábrica Luso-Britânica⁷⁷, fizeram com que os dirigentes dos tabaqueiros tomassem consciência de que os trabalhadores haviam sido conduzidos a um beco sem saída:

Quando entrámos no movimento operário, em 1872, entusiasmados com as teorias socialistas, que para nós surgiam como raios vermelhos em alvorada de Maio, julgámos, com a ingenuidade dos poucos anos e a crença no ideal que abraçámos, que a hora redentora para o operariado ia prestes soar, que a exploração do homem pelo homem em breve acabava, que o reinado da justiça em pouco tempo seria um facto⁷⁸.

A euforia do início dos anos 70 deu lugar a uma linha de ação que se pretendia mais refletida, mais realista, em que os esforços dos operários fossem dirigidos no sentido das conquistas imediatas, sem valorizar a luta de classes ou os objetivos revolucionários que outros setores operários perseguiram⁷⁹. O socialismo reformista tornou-se o discurso unificador dos tabaqueiros, nomeadamente nos anos 80 e 90 do século XIX, levando-os numa via de compromisso de classe que, escreveu um operário, se não os fez alcançar a felicidade, levou-os a uma situação melhor do alguma vez haviam tido, pelo menos durante a vigência da administração estatal⁸⁰.

As lutas que se seguiram ao fim da *régie* mantiveram o mesmo carácter, com a procura de apoio em todos os quadrantes, em especial junto de quem tinha o poder para se opor à Companhia, incluindo o monarca:

Operários manipuladores de tabaco, ide aos poderosos da Nação, aos que pela nobreza dos seus sentimentos compreendem conscienciosamente o que é a justiça dos homens mal intencionados, levai-lhe a vossa lei de proteção que está sendo anulada sofisticamente, implorai-lhes a sua defesa por uma classe que foi desgraçada e que o pode tornar a ser sem justificação plausível, a não ser para tornar mais valiosa a riqueza dos contratadores. Ide ao Chefe do Estado, lembrai-lhe as promessas feitas por seu pai, e postas em execução protetora para com esta classe, dizei-lhe que a Companhia dos Tabacos é mais poderosa do que lei de proteção iniciada pelos humanitários princípios concedidos pelo seu saudoso pai. Dizei-lhe tudo enfim, porque a Constituição dá-lhe o supremo direito de fazer manter a lei ou rescindir o contrato⁸¹.

Através da pressão exercida junto dos poderes públicos seria possível contrariar o “colosso” que era a Companhia dos Tabacos. De outra forma, nada se poderia obter. A conquista do apoio junto dos detentores do poder político e da opinião pública continuava a ser fundamental na estratégia dos tabaqueiros. Nada devia ser feito que pudesse alienar esse apoio ou, pelo menos, a simpatia obtida: “O operariado, dando ao mundo exemplos de cordura e sensatez, conquista por esse meio, mais, muito mais em seu proveito, do que porventura praticar

⁷⁴ GOODOLFIM, José Cipriano da Costa – *A Associação: história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa: Seara Nova, 1974 [1876]. p. 159. A Associação Fraternidade Operária foi fundada por iniciativa de Antero de Quental, Nobre França, José Fontana e Brito Monteiro, membros do grupo original que esteve na origem da criação da secção portuguesa da Associação Internacional dos Trabalhadores. O seu primeiro órgão de imprensa foi a revista *O Pensamento Social*.

⁷⁵ *O Pensamento Social*. Nº 28 (27-10-1872), p. 3.

⁷⁶ “Juntamente com os chapeleiros, marceneiros e metalúrgicos, os tabaqueiros constituíram um dos mais sólidos apoios que o socialismo reformista, ligado a José Fontana e Luís Figueiredo, teve em Portugal”. Cf. MÓNICA, Maria Filomena – *O Tabaco e o poder: 100 anos da Companhia dos Tabacos de Portugal (COTAPO)*. Lisboa: COTAPO; Quetzal Editores, 1992. p. 39.

⁷⁷ Um esclarecimento. *A Voz do Operário*. Nº 706 (7-5-1893), p. 2.

⁷⁸ Palavras simples. *A Voz do Operário*. Nº 935 (26-9-1897), p. 1.

⁷⁹ Apesar da desilusão com os resultados da Fraternidade Operária, houve alguns manipuladores de tabacos que mantiveram militância política, como o charuteiro Saul Pacoldino Fernandes, eleito membro do Conselho Federal do Partido Socialista, com voto consultivo, e membro do Conselho Central, no 1º Congresso realizado em 1877, ou João José Sabino, que aderiu ao Partido Socialista Português, em 1915.

⁸⁰ A régie. *A Voz do Operário*. Nº 516 (15-9-1889), p. 1-2.

⁸¹ Manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1071 (6-5-1900), p. 1.

qualquer insensatez que o manche perante a história”⁸². Nenhum aliado podia ser desprezado, fossem deputados ou pares do Reino, como Fuschini, Baracho, Anselmo de Andrade, ou João Franco⁸³, fosse o próprio monarca⁸⁴. Afinal, o governo parecia ser o garante do estabelecimento e cumprimento de um contrato justo e seria nele que os tabaqueiros depositariam a sua esperança quando não houvesse abertura da parte da administração da Companhia para satisfazer as reclamações operárias:

Não sabemos o que sucederá, afinal, de tantos debates. Mas indiferentes à solução ulterior, só hoje consideramos o Estado como elemento de valor e de competência para nos auxiliar. É dele que depende o sermos atendidos no que pedimos e que por demais se vê que é justo e equitativo. Sendo a parcela mais valiosa de quantos entram na indústria do tabaco, sendo uma parte importante da Nação, para o Estado apelamos neste momento em que se joga o nosso futuro⁸⁵.

Consequentemente, a arena política seria um espaço em que os tabaqueiros teriam de saber mover-se habilmente, jogando com as diversas alianças que pudessem fazer a fim da concretização dos seus objetivos. Ao aproveitar as dissensões internas nos partidos, ainda no regime monárquico, ou já na República, contando com o apoio do Partido Socialista Português em diversas ocasiões, os manipuladores de tabacos mostravam a consciência que tinham da importância que a luta política tinha para o seu setor. A manifestação de 25 de março de 1911, motivada pela questão dos feriados, mas que tinha como objetivo também o despacho dos requerimentos da reforma e os problemas pendentes entre os operários e a Companhia, tinha um pendor claramente político⁸⁶. Sempre sublinhando a intenção de não pretender “praticar distúrbios ou fazer arruaças” e que a manifestação seria “ordeira e respeitosa”, pois os tabaqueiros sabiam reclamar “com a mais perfeita correção, e se sabe zelar os seus interesses com o máximo cuidado, prima em fazê-lo dentro da mais estrita legalidade”, esta ação pretendia exigir a intervenção do presidente do Ministério, único que poderia resolver o problema dos feriados. A forma ordenada como os operários desfilaram, com os delegados e a comissão dos operários de ambos os sexos à frente, seguindo-se as operárias formadas a quatro e os operários (“em coluna cerrada”), não deixou de despertar “a atenção do público”. No final, e antes de dispersarem “na melhor ordem”, os delegados falaram com o secretário de Teófilo Braga, Levy Bensabat, e com José Relvas, ministro das Finanças⁸⁷. A esta manifestação, outras se seguiriam até 1926, sempre como forma de intervenção dos tabaqueiros no espaço político, não enquadrados por qualquer partido, mas pelas associações representativas. Subjacente às ações dos tabaqueiros esteve sempre uma ideia de justiça social, de moralização das suas condições de vida e de trabalho que devia ser garantida pelo Estado, sempre que os patrões não cumprissem essa função.

A ação política dos tabaqueiros de Lisboa caracterizou-se, com maior incidência a partir dos anos 80 do século XIX, por uma estratégia que não foi influenciada nem pelo socialismo marxista, nem pelo republicanismo. O socialismo veiculado pelos dirigentes associativos tinha uma matriz reformista, pragmática, logo aberta à possibilidade de alianças com indivíduos que, pertencendo à classe dominante, poderiam ajudar a fazer chegar as reclamações e os interesses dos operários aos centros de poder político. Era o Estado que podia, no contexto nacional, pelo menos moderar a exploração que os patrões levavam a cabo nas fábricas e que se refletia nas condições de vida dos manipuladores dos tabacos e suas famílias. Por isso, o carácter de classe do Estado, que era uma questão

⁸² O socialismo. *A Voz do Operário*. Nº 1085 (12-8-1900), p. 1.

⁸³ Classe dos manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1305 (30-10-1904), p. 2. O apoio de João Franco e dos regeneradores-liberais é mencionado por João José Sabino numa assembleia realizada em 29 de abril de 1905. Cf. Classe dos manipuladores de tabaco de Lisboa e Porto: reuniões importantes. *A Voz do Operário*. Nº 1332 (7-5-1905), p. 2.

⁸⁴ Manipuladores de tabaco: petição ao Chefe de Estado. *A Voz do Operário*. Nº 1500 (26-7-1908), p. 3. Em 18 de julho de 1908, uma comissão de tabaqueiros foi recebida por D. Manuel II, de quem receberam palavras de interesse pelos seus problemas e a vontade de proteger todos os trabalhadores.

⁸⁵ O novo contrato dos tabacos. *A Voz do Operário*. Nº 1305 (30-10-1904), p. 3.

⁸⁶ Os decretos republicanos de 12 e 26 outubro de 1910 definiam os feriados a serem observados. A Companhia contestara-os, afirmando que não se podiam aplicar a uma empresa privada como a Companhia dos Tabacos, querendo manter em vigor os feriados definidos na lei de 1906. Os operários consideravam-se no direito de não trabalhar e ganhar as 8 horas, nos domingos e nos cinco feriados decretados. Cf. Manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1635 (26-2-1911), p. 3. A situação apenas ficou resolvida em 1912, com a aceitação pela Companhia dos feriados definidos pelo governo. Cf. Manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1698 (12-5-1912), p. 3.

⁸⁷ Operários dos tabacos: os manipuladores de tabaco protestam, perante o governo, contra os dias santificados impostos pela Companhia. *O Século*. Nº 10518 (26-3-1911), p. 3; Manipuladores de tabaco. *A Voz do Operário*. Nº 1640 (2-4-1911), p. 1.

central para os marxistas, ou o tipo de regime – monárquico ou republicano –, não marcaram o discurso dos tabaqueiros: o mais importante era jogar na arena política da forma mais adequada, a fim de garantir a melhoria das condições de trabalho e de vida dos operários.

CONCLUSÕES

Tendo como matriz comum às suas variantes a procura da justiça social, o socialismo foi o discurso de resposta ao processo de proletarização adotado por vários setores da classe operária que interiorizaram os seus valores alternativos democráticos, igualitários e coletivistas. O socialismo foi, assim, o discurso unificador da classe operária na sua luta pela justiça, pela igualdade e pela fraternidade. No entanto, a elaboração do discurso é feita por “comunidades discursivas”⁸⁸ que adequam o seu conteúdo de modo a tornar-se inteligível, persuasivo e capaz de ajudar a consolidar e a preservar o grupo. Não podemos, por isso, falar de um discurso comum a toda a classe operária, mas sim de um discurso com uma matriz comum, a justiça social, adaptado aos indivíduos que compõem essa classe e refletindo os contextos sociais em que os seus autores escrevem. Os manipuladores dos tabacos de Lisboa são um exemplo de como o socialismo foi aplicado às condições específicas da indústria, às relações sociais de produção e às relações com o Estado, e de como a tradução dos interesses de qualquer grupo social é tudo menos espontâneo e simples.

A perceção do socialismo revelada pelos tabaqueiros na luta pela Igualdade, pela Justiça e pela Fraternidade mostra como qualquer ideologia não é, como escreveu Stuart Hall, totalmente lógica ou consistente, conjugando elementos discordantes, abrindo espaço para diferentes interpretações⁸⁹. A estratégia que seguiram divergiu das estratégias de outros setores da classe operária, também eles em processo de proletarização, confirmando que não há uma correlação automática entre as condições objetivas, como uma relação semelhante com os meios de produção, e o que as pessoas constroem como sendo os seus interesses e como agem no sentido de os concretizar. Liderados pelas suas associações e não por partidos políticos, os tabaqueiros de Lisboa traduziram os seus problemas e as suas necessidades numa base moral de certo e errado, de justo e injusto, em que os operários se assumiram como proletários morais por oposição à imoralidade do comportamento de todos os que punham em causa a sobrevivência de quem trabalha. Assim, os manipuladores de tabacos adaptaram o socialismo à defesa dos seus interesses e à forma como viam a sua relação com as classes dominantes e o Estado. A rejeição da luta de classes e as alianças que fizeram com personalidades ligadas ao poder político foram escolhas que serviram os interesses imediatos e reais daqueles operários. Ao fazê-lo, deram provas daquilo a que Pierre Bourdieu chamou um “profundo realismo”, que funcionou como uma espécie de instinto de conservação socialmente constituído⁹⁰. Em suma, a identidade própria dos tabaqueiros de Lisboa no seio da classe operária fez-se de escolhas feitas em momentos chave que determinaram uma trajetória que condicionou outras opções e abriu outras possibilidades.



⁸⁸ AUSLANDER, Leora – Perceptions of beauty and the problem of consciousness: parisian furniture makers. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University of Illinois Press, 1993. p. 161.

⁸⁹ HALL, Stuart – Variants of liberalism. In DONALD, James; HALL, Stuart, ed. – *Politics and ideology*. New York, Open University Press, 1986. p. 36.

⁹⁰ BOURDIEU, Pierre – *O poder simbólico*. Miraflores: Difel, 2001. p. 141.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa

Greve dos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Tabacos, Ferreira da Cunha, 1918. PT/AMLSB/EFC/001916.

Biblioteca Nacional

Arquivo Histórico-Social.

Núcleo Congressos Operários Nacionais.

Núcleo Educação e Cultura.

Espólio de Oliveira Martins.

Correspondência de Oliveira Martins. Cartas a Oliveira Martins.

Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

Arquivo do Partido Socialista Português.

Livro nº 1. Livro de ponto da Federação das Associações de Classe. 1895-1896.

Livro nº 6. Livro de atas do Centro Socialista de Lisboa. 1899-1913.

Livro nº 7. Livro de matrícula do Centro Socialista de Lisboa. 1901-1926.

Livro nº 8. Livro de atas da União do 1º de Maio. Março de 1903 a Outubro de 1905.

PUBLICAÇÕES EM SÉRIE

Periódicos dos manipuladores de tabacos

A Voz do Operário (1879-1929).

O Eco dos Tabacos (1932-1933).

Outra imprensa

A Batalha (1920).

A Internacional (1923-1931).

A Revolução de Setembro (1871).

Boletim do Trabalho Industrial (1910).

Diário de Notícias (1864-1933).

Jornal do Trabalho (1863).

O Pensamento Social (1872-1873).

O Português (1853-1866).

O Protesto Operário (1882-1894).

O Século (1892-1927).

PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAIS

Inquéritos, legislação e estatísticas oficiais

Administração Geral dos Tabacos – *Leis, Decretos e Regulamentos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

Administração Geral dos Tabacos – *Relatório do Conselho de Administração (1888-1889)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.

Administração Geral dos Tabacos – *Relatório do Conselho de Administração (1889-1890)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

Administração Geral dos Tabacos – *Regulamento Orgânico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

Companhia Portuguesa de Tabacos – *Relatório, parecer do Conselho Fiscal e Documentos (1931-1965)*.

PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Direção Geral do Comércio e Indústria – *Inquérito sobre as condições do trabalho manual nas fábricas de tabacos e situação dos respetivos operários*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.

ESTUDOS

AMINZADE, Ronald – Class analysis, politics, and french labor history. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University Illinois Press, 1993.

AUSLANDER, Leora – Perceptions of beauty and the problem of consciousness: parisian furniture makers. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University Illinois Press, 1993.

BOURDIEU, Pierre – *O poder simbólico*. Miraflores: Difel, 2001.

BRÁS, Rui Manuel – *Formas institucionais e sistemas de valores: as associações de sapateiros de Lisboa, da segunda metade do século XIX ao Estado Novo*. Oeiras: Celta Editora, 2004.

CHARLE, Christophe – *Histoire sociale de la France au XIX^e siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.

FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, [s.d.]. 4 vol.

FONSECA, Carlos da – *O 1^o de Maio em Portugal: 1890-1990: crónica de um século*. Lisboa: Antígona, 1990.

GOODOLFIM, José Cipriano da Costa – *A associação: história e desenvolvimento das associações portuguesas*. Lisboa: Seara Nova, 1974 [1876].

GRIBAUDI, Maurizio – *Itinéraires ouvriers : espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX^e siècle*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987.

HALL, Stuart – Variants of liberalism. In DONALD, James; HALL, Stuart, ed. – *Politics and ideology*. New York: Open University Press, 1986.

JOHNSON, Christopher – Lifeworld, system, and communicative action: the habermasian alternative in social history. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University Illinois Press, 1993.

MÓNICA, Maria Filomena – *O tabaco e o poder: 100 anos da Companhia dos Tabacos de Portugal (COTAPO)*. Lisboa: COTAPO; Quetzal Editores, 1992.

PERROT, Michelle – *Les ouvriers en grève: France 1871-1890*. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001.

REID, Donald – Reflections on labor history and language. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University Illinois Press, 1993.

SEWELL, William – Toward a post-materialist rhetoric for labor history. In BERLANSTEIN, Lenard, ed. – *Rethinking labor history*. Chicago: University Illinois Press, 1993.

THOMPSON, E. P. – *The making of the english working class*. London: Penguin Books, 1991.

TILLY, Louise – Women's collective action and feminism in France, 1870-1914. In TILLY, Louise; TILLY, Charles, ed. – *Class conflict and collective action*. Beverly Hills; Londres: Sage Publications, 1981.

Submissão/submission: 31/01/2020
Aceitação/approval: 27/03/2020

Rui Manuel Brás, CECC – Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Portuguesa,
1649-023 Lisboa, Portugal. rui.bras2005@gmail.com

BRÁS, Rui Manuel – Igualdade, justiça e fraternidade: a identidade dos operários tabaqueiros de Lisboa (1860-1936).
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 63-83.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/05_tabaqueiros.pdf

DOSSIER TEMÁTICO

A representação do trabalho fabril na literatura socialista portuguesa. Da fundação do Partido Socialista Português à Primeira República (1875-1910)

The representation of fabrile work in the portuguese socialist literature. From the foundation of the Portuguese Socialist Party to the First Republic (1875-1910)

Beatriz Peralta García

RESUMO

Aliteratura foi um dos instrumentos da intelectualidade operária para a difusão do ideal socialista e para a denúncia das suas condições de trabalho e de vida. Trata-se de um tema ainda pouco explorado pela historiografia, mas contamos com alguns trabalhos publicados nos últimos anos que nos permitem avançar no conhecimento de dados concretos, como as narrativas, peças de teatro e poemas criados pela intelectualidade operária com este intuito. Paralelamente, estas obras oferecem informação valiosa sobre as condições de trabalho nas fábricas, o uso dos instrumentos de defesa como a greve e as organizações de classe, e as preocupações dos operários. Neste artigo pretendemos mostrar a evolução da percepção e do tratamento dado ao trabalho fabril na literatura socialista, desde a fundação do Partido Socialista Português à proclamação da República.

ABSTRACT

Literature was one of the instruments of workers' intellectuals for the dissemination of the socialist ideal and for the denunciation of their working and living conditions. It is a topic that has not been explored in historiography yet, but we have some works published in recent years that allow us to advance in the knowledge of concrete data, such as narratives, plays and poems created by the workers' intellectuals for this purpose. At the same time, these works offer valuable information on working conditions in factories, the use of defense instruments such as class organizations and strikes, and the concerns of workers. In this article we intend to show the evolution of the perception and the treatment given to factory work in socialist literature from the founding of the Portuguese Socialist Party to the proclamation of the Republic.

PALAVRAS-CHAVE

Literatura socialista / Dramaturgia socialista / Partido Socialista Português / Intelectualidade operária / Trabalho operário

KEYWORDS

Socialist literature / Socialist dramaturgy / Portuguese Socialist Party / Workers 'intellecuality / Workers' work

(...) o socialismo é o Amor – fazendo associar os individuos, para que se ilustrem e se abracem como irmãos!
 É a Justiça – apontando aos povos quaes os males de que enfermam, quaes as verdades a seguir, quaes os bens a obter!
 É a liberdade – fazendo com que os embates de opiniões e de interesses, o odio de preconceitos e de crenças, cedam de vez aos ditâmes da razão e ao dominio da ciencia!

António Augusto da Silva, *Pedro, o tecelão* (c. 1898)

INTRODUÇÃO

A evolução dos estudos relativos ao movimento operário fez com que, superado o estágio inicial de análise do surgimento e organização das agremiações operárias, os investigadores olhassem para outros âmbitos, como aquele que ficou designado como «cultura operária». Nesta abrangente, e por vezes até difusa epígrafe, ficaram integradas manifestações diversas, entre as quais, o universo artístico e, em particular, a literatura, que foi examinada sob duas perspetivas: a atenção às obras geradas pela intelectualidade operária, de que é exemplo um pioneiro trabalho de Maria Filomena Mónica intitulado *Poemas operários 1850-1926*, de 1983, e o reflexo do mundo operário na literatura da segunda metade do século XIX, num outro trabalho precursor, *Operários de Lisboa na vida e no teatro (1845-1870)*, de 1993, de Fernando António Almeida. No primeiro caso, mostrava a historiadora a capacidade dos operários portugueses para exprimirem as suas reivindicações de classe através de estruturas poéticas, apresentando uma seleção lírica recolhida da imprensa de classe; no segundo, estuda o autor as peças teatrais da autoria de escritores maioritariamente não operários mas que apresentam o universo do trabalho fabril, com destaque para os tipógrafos. O estudo da literatura dos operários, isto é, dos textos líricos, narrativos e teatrais escritos por eles com um intuito de divulgação doutrinária das “escolas” socialistas, a reivindicação dos seus direitos laborais e de classe, e o divertimento dos trabalhadores, é uma corrente historiográfica que nasceu nos fins da década de 1970, a partir de um renovado interesse pela história social que focalizava a sua atenção na classe operária, seguida por uma nova geração de historiadores como Maria Filomena Mónica, José Pacheco Pereira, Fernando Piteira Santos, Carlos da Fonseca, Edgar Rodrigues ou Ramiro da Costa, entre outros. Mas, a partir dos inícios da década de 1990, tal interesse decaiu e com ele as investigações sobre a cultura operária que, não obstante, se mostra como uma vertente fulcral para o conhecimento da perceção que o movimento operário tinha dele próprio. A imagem veiculada através do teatro evoluiu, desde o drama social às peças teatrais socialistas, nas quais a descrição do trabalho nos estabelecimentos fabris era exibida com maior dramatismo do que nos textos dos dramaturgos realistas, considerando-se documentos invulgares para o estudo do movimento socialista dos fins do século XIX. Trata-se, portanto, de um processo singular que descreve também o percurso seguido pela intelectualidade operária na construção de uma imagem autorreferencial enquanto classe social e que levou, em última instância, à criação de uma literatura “socialista”. Para a compreensão quer do processo, quer do surgimento do teatro socialista, devemos remontar às origens, isto é, ao que a crítica denomina “drama social”.

DA LITERATURA REALISTA À LITERATURA OPERÁRIA SOCIALISTA: CRÍTICA SOCIAL E ASSOCIATIVISMO OPERÁRIO

A divulgação da figura do operário fora do seu ambiente natural, a fábrica, foi da responsabilidade das novas correntes que, na literatura, despontavam nos fins da década de 40 e inícios da década de 50 do século XIX. Uma nova tendência, o realismo – que pela sua atenção à descrição das condições de vida dos operários no processo do desenvolvimento do capitalismo industrial oitocentista ganhou uma feição utilitarista – introduzira-o como personagem no teatro de dramaturgos atentos aos movimentos sociais do seu tempo, como Mendes Leal, Augusto César de Lacerda, José de Almada e Lencastre e Ernesto Biester, entre outros. Peças como *Pedro* (1849),

Os homens de mármore (1854), *O homem de ouro* (1855), *Dois mundos* (1855), *Pobreza envergonhada* (1857), *Scenas de família* (1857), *Mistérios sociais* (1858), *Caridade na sombra* (1858), *A associação e a família* (1858), *Fortuna e trabalho* (1863) e *Os operários* (1867) defendiam a dignidade do trabalho – maioritariamente fabril – e denunciavam as condições de vida dos operários sob uma perspetiva paternalista e morigeradora dos costumes sociais que depressa ganhou o aplauso do público. Ernesto Biester, por exemplo, dedicou *Fortuna e trabalho* aos tipógrafos, que agradeceram o gesto saudando o autor no palco. Depressa, a intelectualidade operária também descobrirá no poder do teatro um instrumento eficaz aos seus interesses, com um intuito de legitimação social, mas também conformador da sua consciência de classe. Daí o surgimento das primeiras obras escritas por elementos do operariado, entre elas *O operário e a associação* (1861), do tipógrafo José Maria da Silva e Albuquerque, em defesa do seu sindicalismo de classe representado pela Associação Tipográfica Lisbonense (1852), obra que chegou a ver impressa em 1867¹. Poucos anos depois, a experiência da Comuna de Paris, em 1871, que representou um ponto de inflexão na organização do movimento operário internacional, teve o seu reflexo em Portugal através da fundação da Associação Fraternidade Operária logo no ano seguinte, a primeira agremiação de certa importância num sindicalismo interclassista. Em defesa dela surgiu a primeira peça vinculada ao movimento operário organizado da qual temos conhecimento documentado. O seu autor, Pedro de Carvalho, porventura um dos membros da Fraternidade Operária, escreveu, em 1876, *A luta do proletariado*, um drama em quatro atos. Como era habitual, foi dado a conhecer em leitura pública, desta vez na sala do Grémio Operário, em Lisboa, no domingo 15 de outubro desse ano. O ato foi noticiado dois dias depois em *O Protesto*, o “jornal dos operários socialistas”, isto é, o órgão do recém-constituído Partido Socialista Português (1875), em crónica assinada por Luís A. C. Gracio, que explica que a peça fora composta havia pouco, “mais por entretenimento que para merecer as glórias de dramaturgo”, segundo esclarecia modestamente o autor, ciente, talvez, da sua pouca desenvoltura na arte dramática. Porém, o facto não obistou à escrita desta peça com personagens operárias como protagonistas: Júlio é operário correeiro, membro da Associação Fraternidade Operária, apaixonado por Luísa, de profissão costureira, a quem é capaz de esquecer, devotado às questões da Associação. Maria da Piedade, pelo seu lado, é viúva de um ourives, responsável por três filhos menores, que se vê na necessidade de pedir esmola para lhes garantir o sustento diário. Ela é amparada por Luísa e, em reconhecimento, devolve o auxílio recebido, oferecendo-se como madrinha de casamento, dando-lhe o enxoval, e convidando o casal e mais alguns operários a habitarem uma casa de campo recebida como herança.

A obra é moldada nas características do drama social, embora o facto de as personagens pertencerem ao mundo operário e uma delas militar na Fraternidade Operária, filia-a nesta primitiva literatura de combate, neste caso especialmente preocupada com questões organizativas. Talvez o mais fascinante da obra de Pedro de Carvalho seja que no decurso da ação, Júlio, no terceiro ato, tem um sonho em que surgem as personificações da Igualdade, da Fraternidade e da Liberdade, presididas pelo Trabalho e pela Justiça. A cena não foi do agrado do cronista Gracio: “Parece-nos que poderia supprimir-se este quadro”², escreveu, mas funciona como um antecedente precoce de uma “literatura alegórico-fantasia socialista” muito original, plenamente desenvolvida depois nalguns contos e dramas publicados em *A Federação* entre 1894 e 1896, com a estrutura do debate de ideias por um outro intelectual socialista, o compositor tipógrafo Ernesto da Silva (1868-1903)³. A par de *Nova Aurora* (1900), deste mesmo autor, as obras são exemplo de uma literatura caracterizada pela subversão das leis do real mostrando um mundo natural negativo, no qual aparecem personificações de conceitos como o Trabalho, a Ideia (Socialista), o Capital, a Dor e a Miséria, em confronto mútuo ou com as personagens humanas de que o terceiro ato do drama *A luta do proletariado* é um antecedente precoce⁴. Para Luís A. C. Gracio, a peça constituía, todavia, uma oportunidade para a criação de “uma pequena sociedade dramática como meio de util propaganda das nossas idéas”⁵.

¹ ALMEIDA, Fernando António – *Operário de Lisboa na vida e no teatro (1845-1870)*. Lisboa: Ed. Caminho, 1993. p. 229 e ss.

² *O Protesto: Periódico Socialista*. Lisboa. Nº 61 (outubro 1876), p. 4 e GRACIO, Luiz A. C. – Leitura de um drama. *Idem*, Nº 62 (outubro 1876), p. 4.

³ Trata-se dos contos *Luz e sombra*. (*Phantasia*) (1894), *O tio Cholera* (1894), *Um encontro*. (*Phantasia*) (1894), e do drama *Nova Aurora* (1900). PERALTA GARCÍA, Beatriz – Literatura alegórico-fantasia socialista. *Revista de Estudos Literários*. Nº 9 (2019), p. 183-198.

⁴ PERALTA GARCÍA, Beatriz – Literatura alegórico-fantasia socialista – *Op. cit.*, p. 187.

⁵ *O Protesto... Op. cit.* Nº 61 (outubro 1876), p. 4 e GRACIO, Luiz A. C. – Leitura de um drama. *Idem*, Nº 62 (outubro 1876), p. 4.

A criação de grupos teatrais por atores amadores operários será uma ideia retomada alguns anos mais tarde no contexto da organização partidária do movimento operário socialista, segundo veremos. Antes até da constituição do Partido Socialista Português como resposta ao congresso que, reunido em Haia no ano de 1872, promoveu a fundação dos partidos socialistas nacionais, verificara-se o interesse dos jovens socialistas pelo teatro como instrumento para a divulgação das novas ideias nos meios operários nesta década de 70, caracterizada por um contexto fortemente marcado pela necessidade de avançar no âmbito organizativo de caráter político. Entre eles, destaca-se Ladislau Batalha (1856-1939), que escreveu com apenas dezassete anos uma comédia de situação em dois atos intitulada *Consequências de um sim* (1873), sem qualquer referência operária, cujo enredo se desenvolve em torno de dois velhos, Leocádio e Jacinto, que pretendem a jovem criada Florinda, a qual acaba por casar com o também criado Manuel⁶; e particularmente Manuel Luís de Figueiredo (1861-1927), sem dúvida o grande dramaturgo operário da década de 80. É nestes anos que redige a maioria dos títulos da sua produção teatral – *A canalha* (1880)⁷ – representada segundo ele próprio afirmava⁸, *Fidalgos e populares* (1881)⁹, *A última favorita* e *Dramas da realeza*. Em 1880, após a celebração, entre 23 e 25 de outubro, do IV^o Congresso Nacional do recém-nascido Partido dos Operários Socialistas de Portugal (1878), passa a integrar o seu Conselho Central e escreve a peça mais conhecida, *Os jesuitas*, que respondeu a dois objetivos, segundo explicava o autor: servir como instrumento de propaganda socialista e contribuir para a revitalização do teatro português, onde triunfavam as obras dos autores italianos e franceses¹⁰. Certamente, na composição da peça latejou no ânimo do autor o conhecimento da expulsão da Companhia de Jesus de França a 29 de junho de 1880, no contexto da reforma do ensino impulsionada pelo Ministro da Educação, Jules Ferry e, talvez, a futura comemoração da expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, que os republicanos portugueses preparavam para 1882. O texto foi representado a 20 de fevereiro de 1881 tendo obtido o elogio da crítica, o que lhe valeu um lugar de reconhecimento entre a intelectualidade portuguesa e não apenas entre os operários. Por isso, quando, em 1883, os responsáveis pela Agência Teatral, “três indivíduos – isto é, Callisto, Francisco Franco e Frederico Napoleão de Victoria – que buscam no trabalho os seus títulos de apresentação na sociedade, sem pretensões literárias nem se permitindo preocupações de seita”¹¹, iniciassem a publicação “por assinatura” – 30 réis por semana¹² – de algumas peças teatrais “dos nossos mais festejados autores dramaticos”, e incluíssem Manuel Luís de Figueiredo numa coleção intitulada “Biblioteca Progresso Teatral”¹³. O texto veria a luz no mês de novembro seguinte¹⁴. Nele, o autor situava a ação em 1880, em Lisboa, mostrando as intrigas do jesuíta Le Roy – atente-se ao apelido francês da personagem, bem como ao conteúdo semântico do seu nome – no seio da família do visconde de Bella Flor, peça em nada parecida com o drama *A seita negra* (Lisboa, 1884), de Henrique Véron e Xavier Nogueira Júnior, como advertia *O Protesto Operário*¹⁵. A oportunidade do tema, bem como o facto de ser obra de um líder reconhecido no movimento socialista, fez com que o drama fosse representado assiduamente nos anos seguintes, tornando-o a peça com maior projeção cénica da década. Um ano depois da sua estreia, a 28 de janeiro de 1882, voltou a ser representada, desta vez no palco do Teatro de D. Fernando, sito na rua do Olival, numa récita em favor de um operário em dificuldades¹⁶. A 30 maio de 1886 subiu à cena do Teatro Terpsícore, na praça das

⁶ BATALHA, Ladislau – *Consequências de um sim: comedia original em um acto*. Lisboa: J. J. Annaya Editor, 1873.

⁷ NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugalia Editora, 1964. p. 313.

⁸ FIGUEIREDO, Manuel Luís de – Antes do mais... In *Os jesuítas: drama original português, em 3 actos*. Lisboa: Agencia Teatral, Biblioteca Progresso Teatral, 1883. p. 4.

⁹ NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo.... Op. cit.* p. 313.

¹⁰ FIGUEIREDO, Manuel Luís de – Antes do mais.... *Op. cit.* p. 4.

¹¹ *Idem*, p. 3.

¹² *O Protesto operário, órgão do Partido Operário Socialista*. Lisboa. Nº 19 (15 julho 1883), p. 3.

¹³ Eram estes, para além de Manuel Luiz de Figueiredo, F. Napoleão de Victoria, Guiomar Torrezão, Eduardo Coelho, F. da Costa Braga, Souza Bastos, Silva Vianna, E. Vellozo, H. Peixoto e o ator Nobre. Afirmava ainda contar com a colaboração de Pinheiro Chagas, Gervásio Lobato, Aristides Abranches, Maximiliano de Azevedo e Ludgero Vianna. FIGUEIREDO, Manuel Luís de – *Os jesuítas... Op. cit.*, p. 102-103.

¹⁴ *O Protesto operário. Op. cit.* Nº 35 (4 novembro 1883), p. 4.

¹⁵ *Idem*, Nº 27 (9 setembro 1883), p. 2.

¹⁶ *O Protesto. Jornal do Partido dos Operários Socialistas*. Lisboa. Nº 335 (15 janeiro 1882), p. 4. e Nº 336 (22 janeiro 1882), p. 2.

Flores, num sarau dramático dedicado à redação de *O Protesto Operário*¹⁷ – que naquele congresso socialista de 1880 fora eleito o órgão de imprensa do POSP – promovido por uma comissão e, alguns meses mais tarde, em novembro, uma sociedade de Caminha representou-o em Valença (Viana do Castelo)¹⁸. A 29 de setembro de 1889 foi exibido no Teatro Recreativo da Lapa, situado na rua das Trinas, em Lisboa, em benefício de um operário¹⁹. Em 1892 foi de novo interpretado na freguesia de Âncora, perto de Caminha (Viana do Castelo), despertando as iras do conservador jornal *Estrela de Caminha* contra a peça, as personagens e os atores, que qualificara de “ímpios, difamatorios e mentirosos”²⁰.

A peça *Os jesuítas* mostra uma evolução temática neste teatro militante ainda em construção enfatizando questões ideológicas como a luta contra a Igreja e os seus representantes, entre eles, os membros da Companhia de Jesus, frequentemente acusados de roubo de crianças e pederastia, entre outros delitos. Dela faria eco outro autor operário, Alves Pereira, num drama anticlerical intitulado *Os carolas* – alcunha com que o autor denominava os jesuítas – representado a 23 de agosto de 1885 no Teatro das Oliveiras (Valbom, Gondomar, Porto), num espetáculo promovido pela Sociedade Dramática Ator Santos²¹. Alves Pereira foi também autor de uma “comédia-drama” em dois atos, *Samuel, o camponez ou o filho das montanhas*, que dedicou a J. Ferreira Sousa Lima Bayard²². Junto a estas obras documentamos outras, nas quais a biografia teatral de personalidades relevantes para o movimento operário assume o protagonismo nestes anos finais da década de 80. São da responsabilidade de mais dois autores: Dionísio Sampaio, falecido com apenas dezoito anos, cerca de 1886, foi responsável por um poema dramático intitulado *O Rouget de Lisle*, baseado na vida de Claude Rouget de Lisle, o autor de *A Marselhesa* (1792)²³, e José Fontana da Silveira, cujo *Honra e trabalho* (1888), nesta mesma linha temática, relata a vida do arquiteto francês Miguel Sedaine, que é educado por um benfeitor²⁴, sendo textos de que, até à data, desconhecemos qualquer representação. Contudo, a divulgação de figuras gradas ao socialismo não teve continuidade e não mais voltaremos a encontrar esta linha temática no teatro socialista português dos séculos XIX e XX, segundo veremos a seguir.

DA DENÚNCIA DOS CONFLITOS LABORAIS À DEFESA DO SOCIALISMO

O recurso sistemático à peça de Manuel Luís de Figueiredo na década de 80 do século XX revela o limitado repertório teatral dos socialistas nestes anos. Daí que o modelo fornecido pelo drama social continuasse vigente e parecesse presidir os primeiros textos de um socialista português, António Augusto da Silva, que com os anos havia de se tornar um autor dramático consolidado, com três obras escritas nos fins da centúria e mais outra datada de 1924, *A amante*, algumas das quais podem ser classificadas como teatro de tese. *Amor louco* (s.d.), ainda que protagonizado por personagens operárias e com referências aos seus problemas – o desamparo social na velhice – carece de referências ideológicas. O enredo foi construído em torno da eleição pouco ajuizada da

¹⁷ *O Protesto Operário*. – *Op. cit.* Nº 216 (2 maio 1886), p. 3 e Nº 217 (9 maio 1886), p. 3.

¹⁸ *Idem*, Nº 239 (14 novembro 1886), p. 2.

¹⁹ *Idem*, Nº 387 (29 setembro 1889), p. 2.

²⁰ *Idem*, Nº 505 (13 março 1892), p. 2.

²¹ Teatro. – In *Op. cit.* Nº 24 (16 agosto 1885), p. 4.

²² Alves Pereira. – In *Op. cit.* Nº 18 (5 julho 1885), p. 4.

²³ SANTARENO, José Martins – Teatro Social: “O Capital”, de Ernesto da Silva. *República Social*. Porto. Nº 38 (15 novembro 1919). Em 23 de dezembro de 1886, um grupo de amigos organizara uma récita em benefício de Dionísio Pereira Sampaio no Teatro do Príncipe Real, em Lisboa, visando a edição dos seus poemas inéditos. *O Protesto Operário*. Nº 244 (19 dezembro 1886), p. 2; Dyonisio Sampaio. *Idem*, Nº 454 (22 fevereiro 1891), p. 2.

²⁴ SILVEIRA, José Fontana da – “Honra e Trabalho”: drama historico e educativo em 1 acto, baseado na vida de Miguel Sedaine, eminente architecto francez. In *Encyclopedia das Familias: Revista de Instrução e Recreio*. Lisboa: Lucas & Filho Editores. Nº 362-366 (1888), p. 362-366.

costureira Laura por Zé, um estroina que a seduz, frente a Artur, operário e órfão, mas honrado²⁵, enquanto *A irmã noviça* (1900) foi escrito a propósito de um comício anti-clerical realizado no Monte da Virgem e representado a 10 de novembro de 1912, no Salão Teatro Azedo Gneco, em Gaia²⁶.

A evolução da dramaturgia socialista resultara de dois acontecimentos políticos. De um lado, a aprovação, em 1887, da “lei das licenças para trabalhar”, de Mariano Cirilo de Carvalho, que gerou um movimento de oposição levando os operários a organizarem-se em associações de classe, as quais vieram a ser formalmente reconhecidas em 1891, especialmente após a realização, na Câmara Municipal de Lisboa, de um congresso que reuniu noventa delegados de cinquenta associações e núcleos operários do país²⁷. O encontro preparou o Congresso Nacional das Associações de Classe, no Porto, a 24 de março de 1892, que mostrará a nova realidade social no âmbito do associativismo sindicalista e onde foi aceite a nova sociedade sindical chamada Federação das Associações de Classe. Do outro, a cisão marxista do Partido dos Operários Socialistas de Portugal, denominada Partido Socialista Português, chefiada por Azedo Gneco, e à qual pertencia essa agremiação, que veria oficialmente a luz em Tomar, na II Conferência Socialista realizada entre 14 e 16 de outubro de 1895. Estes acontecimentos tiveram reflexo no mundo dramático em dois aspetos: a criação de um grupo teatral vinculado ao Partido Socialista Português (PSP), o Grupo Dramático Socialista, fundado em 1893²⁸, de efémera existência, pois em novembro de 1894 podia considerar-se desaparecido; e em segundo lugar, porque este facto motivou José Martins Santareno – um outro membro do PSP – a propor a Ernesto da Silva – autor de vários contos e textos dramáticos publicados em *A Federação*, o semanário da Federação das Associações de Classe – a escrita de uma peça teatral. Martins Santareno procurava, com esta iniciativa, satisfazer um duplo objetivo: revitalizar o Grupo Dramático e dar visibilidade à nova agremiação socialista. Ernesto da Silva, talvez desejoso de conhecer um texto que lhe servisse de inspiração ou de modelo, foi auxiliar-se não das peças de Manuel Luís de Figueiredo, seu antigo chefe no POSP e agora líder de uma agremiação socialista rival, mas do drama de Dionísio Sampaio, *O Rouget de Lisle*, que leu junto do pai do autor, Daniel Pereira Sampaio, e de Martins Santareno, em sua própria casa. Nessa mesma noite comprometeu-se a escrever um drama – *O capital* – trabalho que ficou pronto no mês de março de 1895. A 14 de abril foi dado a conhecer na sede da Associação das Federações de Classe, e a 28 na Associação Tipográfica Lisbonense. A obra foi um sucesso entre os ouvintes de uma e outra sociedade, ao ponto de se propor a sua encenação num teatro profissional.

Um dos assistentes à leitura na sede da Federação das Associações de Classe, Manuel de Freitas, escreveu que o “entusiasmo foi manifesto” e que ele próprio reconheceu no texto “a razão de ser de todas as nossas convicções”. “— Oh! isto revivifica!”, registou. Em alguns ouvintes conseguiu o seu propósito. A esposa de um seu conhecido, ao descer a escada, afirmou ao marido: “— Isto é que se chama propaganda? Na verdade é salutar. Depois de ouvir lêr este drama, estou quasi como tu – socialista”²⁹. Em outubro foi confirmada a estreia no Teatro do Príncipe Real, em Lisboa, prevista para 8 de novembro de 1895³⁰.

²⁵ SILVA, António Augusto da – *Amor louco: drama em 3 actos original*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [post. 1800]. A Livraria Dramática Popular de Francisco Franco foi fundada em 1890, constituindo a peça o nº 275 da Biblioteca Dramática Popular. Em 1989, o Grupo de Teatro do Centro Cultural de Real de Braga encenou-a na sede do Círculo Católico de Operários de Vila do Conde. Referência em <http://sinbad.ua.pt/cartazes/CT-ML-I-3673>

²⁶ António Augusto da Silva. *A Luz do Operário*. Porto. Nº 513 (27 outubro 1912), p. 3; António Augusto da Silva. *Voz do Povo*. Porto. Nº 282 (27 outubro 1912), p. 3.

²⁷ NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Lisboa: Revista Pensamento, 1932. p. 162-163, 182-184 e 195-198.

²⁸ Sobre as origens deste grupo teatral *vid.* PERALTA GARCÍA, Beatriz – Los orígenes del teatro socialista en Portugal: “O Capital” (1895), de Ernesto da Silva. *História. Revista da FLUP*. V. 7 Nº 2 (2017), p. 223-225.

²⁹ FREITAS, Manuel de – Revivificação. *A Federação*. Lisboa. Número especial. Homenagem, p. 2.

³⁰ Sobre a encenação da peça de Ernesto da Silva, *vid.* PERALTA GARCÍA, Beatriz – Los orígenes del teatro socialista en Portugal... p. 228-233.

O sucesso de *O capital* foi também o sucesso do seu autor. Ernesto da Silva era na altura um líder reconhecido no movimento operário, mas a partir da representação da peça ganhou em prestígio pessoal e isso levou, também, a algumas invejas e até suspeitas – pouco depois começaram as acusações de filo anarquismo —, em torno dele. Já sob o ponto de vista da construção dramática, *O capital*, mais do que um ponto de inflexão na literatura dramática socialista face às obras dos autores mencionados, é o texto criador do teatro socialista em Portugal³¹. Desta vez, Ernesto da Silva, forte conhecedor da classe operária, à qual ele próprio pertencia, denunciou com realismo não apenas as condições laborais dos operários mas a ação deles na defesa dos seus interesses, construindo as personagens e os ambientes tal qual ele os via socialmente. A obra colocava-se em aberto confronto com as peças do drama social, até há poucos anos tão do agrado do público operário e da crítica, mas que evidenciavam um tratamento idealizado do mundo do trabalho em temas e personagens, subordinado aos interesses da classe à qual os autores pertenciam maioritariamente, a pequena burguesia. Demonstrou-o na crónica ao drama *Rosa enjeitada*, de D. João da Câmara, que Ernesto da Silva viu representado no Teatro do Príncipe Real em 1901. Nela registou as gargalhadas dos operários, a “chacota de mau quilate” e o “riso imbecil” com que eles saudaram o jeito interpretativo da Rosa e do João Reinaldo, protagonistas, e o desenvolvimento da ação a partir do terceiro ato³². Nada a ver com *O capital*. Aqui, o núcleo do conflito foca-se numa família de proprietários, o dono de uma fábrica têxtil, Julião, e Carlos, seu filho, socialista. No terceiro ato, que tanto agradou aos ouvintes e, depois, aos espectadores, Ernesto da Silva descreveu as condições do trabalho nas fábricas: as multas aos operários como garantia da qualidade na produção, que favoreciam as vinganças pessoais e o assédio sexual às operárias; as ofensas contra operários, fossem homens, mulheres, ou crianças, por parte dos diretores-gerentes das fábricas; a exiguidade dos salários; ou os operários denunciando ao serviço dos industriais. Reflexo do modo de atuar no seio das organizações de classe, uma comissão de três operários tenta infrutuosamente negociar com Julião, acabando o ato em violento confronto com a polícia, que age ao serviço de donos fabris. Já sob o ponto de vista da encenação, o autor indicou nas didascálias que “entram pela janella pedras que quebram os vidros”, num quadro de enorme impacto visual. Depois da representação no Teatro do Príncipe Real, com várias récitas – uma delas dedicada ao autor – até ao mês de dezembro de 1895, integrou o repertório dramático das associações amadoras – da sociedade de recreio Estudantina Recreativa Mozart em 1895³³ e da companhia que ofereceu uma récita em benefício de um operário doente em 1896 no Teatro Taborda³⁴ –; completou os atos comemorativos do calendário festivo operário, como foi o 1º de Maio de 1897³⁵, e até foi encenado no Rio de Janeiro, onde foi representado três vezes, entre os dias 7 e 10 de junho de 1896, no Teatro Lucinda³⁶. O jornal *A Federação*, no qual o autor integrava a equipa da redação, rendeu a sua admiração com um número especial a ele dedicado. Anos depois, quando em 1898 Madame Sorgue visitou Lisboa em companhia de Eugenio Chiesa e Gastonne Chiesi, a Liga das Artes Gráficas obsequiou-os com um exemplar de *O capital*³⁷.

Com este drama, Ernesto da Silva ultrapassou a fase da simples denúncia que até à altura caracterizara o teatro socialista seguindo o modelo do drama oitocentista. Um exemplo de tal situação constitui o tratamento que o teatro social deu ao recurso à greve. Após a sua fundação, a Fraternidade Operária desenvolveu uma estratégia de confronto com os donos fabris baseada na realização de greves, que foram especialmente intensas a partir de 1871 – treze ao longo do ano – e até 1888, com destaque para o ano de 1872, quando se contabilizam trinta e três,

³¹ *Idem*, p. 216-236.

³² SILVA, Ernesto da – A “Rosa enjeitada”. *O Mundo*. Lisboa. Nº 135 (29 janeiro 1901).

³³ Sociedades de Recreio: Estudantina Recreativa Mozart. *A Federação*. Lisboa. Nº 102 (15 dezembro 1895), p. 4.

³⁴ Júlio Terra. *Idem*, Nº 129 (21 junho 1896), p. 1; Theatro Taborda. *Idem*, Nº 131 (5 julho 1896), p. 1; *Idem*, Nº 132 (12 julho 1896), p. 3.

³⁵ *A Voz do Proletário, Órgão dos Manipuladores de Tabaco e defensor das Classes Operarias em geral*. Lisboa. Nº 17 (2 maio 1897), p. 4.

³⁶ “O Capital”. *A Federação*. Nº 135 (2 agosto 1896), p. 4.

³⁷ Sorgue, Chiesa e Chiesa. *Idem*, Nº 248 (2 outubro 1898), p. 1-2; O sarau socialista da Federação. *O Paiz*. Lisboa. Nº 69 (30 setembro 1898), p. 2.

segundo o recenseamento do professor José Tengarrinha³⁸. As consequências para o movimento operário foram trágicas, com o desaparecimento desta agremiação e a desvalorização e desprestígio da greve como instrumento de pressão. O teatro fez eco deste movimento de conflito social na peça de Joaquim José Bordalo e Luiz de Araújo intitulada *Dois operários em greve*, representada no Teatro de D. Luiz em maio de 1872. Nela, a greve é abordada desde uma perspectiva burlesca, como o seu subtítulo indica, *Intervallo comico original*, protagonizado por um alfaiate e um sapateiro. Para o primeiro, de nome Guterres, o prestígio da greve provinha da história de França, que fez a revolução de 1789 e experimentou o governo da Comuna, mas para José este episódio da história política e operária francesa foi “peior do que quantos impostos e quantas decimas os nossos santos governos nos tem botado”³⁹. Deste modo, a verdadeira greve está na união dos operários, isto é, nas associações dos trabalhadores. Em 1878, ano em que os socialistas conseguiram unificar as diversas agremiações surgidas desde 1873 no Partido Operário dos Socialistas de Portugal, o movimento grevista atingiu o seu ponto mais baixo na série histórica, com apenas uma greve. Curiosamente, Alberto Pimentel parodiara o fenómeno num monólogo intitulado *A grève*, onde elencara até dezassete situações de abandono de responsabilidades suscetíveis de serem alcunhadas de “greve”: das crianças na escola, da dentadura na alimentação, greve de senso comum, de formosura, de mamas e de rabo nas mulheres, de transpiração provocando gripe, de amor conjugal no esposo, greve de educação infantil, greve na ortografia, greve nos jogos de cartas, greve de bolos no chá, greve de probidade, greve de cobres – isto é, de dinheiro —, greve de vida, e fazer greve à paciência⁴⁰.

Diferentemente da troça com que é tratado um dos instrumentos da luta operária pelo teatro social Ernesto da Silva ofereceu um modelo dramático baseado, tematicamente, na reivindicação dos direitos operários e, politicamente, na implementação do pensamento socialista como modelo social associado à solução dos problemas dos operários. Daí a qualificação como “socialista” do filho do industrial, Carlos, em quem recai, em última instância, a solução ao problema colocado no drama, a ruína da fábrica pela péssima gestão do diretor e a intransigência do proprietário, Julião, face aos operários. Este protótipo será reproduzido posteriormente no drama *A miséria*, de Ladislau Batalha, datado de cerca de 1881⁴¹, mas dado a conhecer em leitura pública no Centro Socialista de Lisboa a 2 de fevereiro de 1896⁴², cedendo o autor parte dos direitos de representação no Teatro do Príncipe Real⁴³ a favor da propaganda socialista⁴⁴; em *Os que trabalham* (1897), de Ernesto da Silva⁴⁵; em *A Tecelã* (1898), de António da Silva Restolho⁴⁶; e, especialmente, por António Augusto da Silva em *Pedro, o tecelão*, publicado no Porto ao que parece por volta de 1898⁴⁷, e Francisco Miguel Penha em *Um sonho socialista*⁴⁸, peças todas elas ambientadas em fábricas têxteis.

A situação dos operários nas fábricas de tecelagem fora de especial preocupação para o movimento operário pois, como vemos, fornecera o marco espacial de todas estas obras. É também o caso desta última peça cujo título remete para um dos textos mais conhecidos do drama social, *Gaspar, o serralheiro* (1877), de Eduardo Pedro Baptista Machado. Ele mostra um conflito operário no seio duma fábrica têxtil, mas António Augusto da Silva introduz um outro elemento no enredo, o assédio sexual às mulheres pelos membros da Igreja, exemplificado na

³⁸ TENGARRINHA, José - As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*. XVII 67-68 (3º/4º 1981), p. 585-586.

³⁹ BORDALO, Joaquim José; ARAUJO, Luiz de - *Dois operários em greve: intervallo comico original*. Lisboa: Livraria de Joaquim José Bordalo, 1872. p. 13-14.

⁴⁰ PIMENTEL, Alberto - *A grève: scena comica*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 1878.

⁴¹ NOGUEIRA, César - *Notas para a história do socialismo... Op. cit.*, p. 313.

⁴² *A Miséria. A Federação*. Lisboa. Nº 109 (2 fevereiro 1896), p. 1; *Idem*, Nº 110 (9 fevereiro 1896), p. 2.

⁴³ *Idem*, Nº 117 (29 março 1896), p. 1; *Drama socialista. Idem*, Nº 139 (30 agosto 1896), p. 1; *A Miséria. Idem*, Nº 141 (13 setembro 1896), p. 3.

⁴⁴ Congresso d'Associações de Classe: 6ª sessão (em 19 de abril de 1897). *Idem*, Nº 173 (25 abril 1897), p. 3.

⁴⁵ *Os que trabalham. Idem*, Nº 168 (21 março 1897), p. 3.

⁴⁶ “A Tecelã”. *O Tecido: órgão da União das Classes Têxteis em Portugal*. Lisboa. Nº 96 (2 janeiro 1898), p. 4.

⁴⁷ Segundo consta na ambientação da peça. *Vid.* elenco das personagens em SILVA, António Augusto da - “Pedro, o tecelão”, drama original em 3 actos. *A Luz do Operário*. Porto. Nº 499 (14 de abril 1912) a Nº 527 (11 de maio 1913). O texto foi reproduzido no jornal como folhetim tal qual foi publicado.

⁴⁸ PENHA, Francisco Miguel - *Um sonho socialista: conferências criticas e instructivas ao povo operário de hoje concatenadas em forma de drama em cinco actos e seis quadros. O Combatente*. Faro. Nº 8 (8 fevereiro 1920) a Nº 31 (1 agosto 1920).

filha do protagonista. O assunto é resolvido na vingança privada com base na solidariedade entre os operários, os quais apoiam Pedro, socialista. O drama combina duas linhas temáticas veiculadas pelos dois textos de maior importância nestes anos, *Os jesuítas* e *O capital*. Vários são os elementos em que o drama de Ernesto da Silva serve como modelo. Em *Pedro, o tecelão*, fala-se nas dificuldades de implantação do socialismo, na exploração dos operários nas fábricas – horários excessivos, ordenados ínfimos, castigos e multas, excesso de trabalhadores como reserva —, na descrição da organização social do sistema capitalista e na proposta da futura sociedade socialista, nas traições dentro do movimento operário, no uso de métodos violentos e na assunção do ideal socialista pelos operários, que é uma constante ao longo do drama. Ele começa por ser definido de forma negativa, na voz do abade: “Quem não tem religião nem temôr de Deus de coisa alguma se compadéce. É revolucionario... é socialista... não o estranho”, contestado imediatamente a seguir na voz de Pedro, que afirma que o socialismo é amor, justiça e liberdade e contrapõe ao catolicismo uma humanidade baseada na justiça social⁴⁹. O mais eloquente da peça é o facto de a personagem se definir como socialista, personalizando o sentir dos operários: “Eu era aquêlê úmilde (sic) trabalhador a quem chamavam Pedro, o tecelão estimado por poucos e detestado por muitos, porque espalhava os principios revolucionarios d’uma causa boa, d’uma ideia justa – o Socialismo”⁵⁰. Um dos elementos mais inovadores na peça é que tal como em *O capital* onde é interpretada *A Internacional* o drama acaba aos sons deste hino⁵¹.

Em 1905, Francisco Miguel Penha reconstruiu a vida numa fábrica têxtil em *Um sonho socialista*, ciente da miséria dos trabalhadores, visto ele provir de uma família burguesa. Segundo o autor, escolheu o género dramático porque “o teatro é um livro aberto, aonde todos veem e houvem (sic), analphabetos e letrados, eis o motivo por que tentei fazer do teatro a minha escola, porque não ha nada para convencer como a realidade e esta só no teatro é imitável”⁵². Como já acontecera nos textos de António Augusto da Silva e Ernesto da Silva, ele denuncia o assédio sexual às operárias no primeiro ato, para, no segundo, pormenorizar as assembleias de operários.

É aí discutido o direito à instrução e a crítica à propriedade. Na defesa dos interesses dos operários aparece o associativismo de classe e a força cativante da greve, embora como recurso extremo: “Nunca o operario se deve valer das greves, porem, casos ha em que elas se tornam inevitaveis”⁵³, em aberto confronto com os anarquistas, outro dos temas fortes no seio do movimento socialista:

Parece incrível – diz o operário Tenorio – que haja quem, repudiando a instrução, o crime, as infamias de hoje, não repugne ultrapassar os seus verdugos, matando, ferindo, exterminando, na primeira ocasião que se lhe depare!... e tudo isto em nome d’um principio que tem por fim implantar a *Liberdade*, a *Egualdade* e a *Fraternidade!*... (...) Se assim é ser Socialista, se isto é ser humanitario como avançam os *anarquistas*, se isto tudo é seguir o *Ideal Moderno*, então!... bem longe de mim taes humanitarios!!!...⁵⁴

⁴⁹ SILVA, António Augusto da – “Pedro, o tecelão”: drama original em 3 actos – *Op. cit.*, p. 9-10.

⁵⁰ *Idem*, p. 65.

⁵¹ *Idem*, p. 71.

⁵² PENHA, Francisco Miguel – Folhetim de “O Combatente”. *O Combatente*. Faro. N.º 7 (29 janeiro 1920), p. 2.

⁵³ 13.º Folhetim de “O Combatente”, 16-5-920. Um sonho socialista (por Francisco Miguel Penha). *Idem*, N.º 21 (16 maio 1920).

⁵⁴ 10.º Folhetim de “O Combatente”, 18-4-920. Um sonho socialista (por Francisco Miguel Penha). *Idem*, N.º 17 (18 abril 1920).

CONCLUSÕES

A representação do trabalho fabril na literatura evoluiu desde o drama social oitocentista até às obras de teatro escritas pelos membros do movimento socialista, num percurso cronológico iniciado com a fundação do Partido Socialista Português, e que neste estudo analisamos até à proclamação da Primeira República. Verifica-se um avanço temático desde os primeiros textos, escritos por intelectuais procedentes da pequena burguesia que têm em atenção a morigeração dos costumes sociais, aos da autoria dos operários, inicialmente a darem mais atenção às questões organizativas. A partir dos anos 80 do século XIX, Manuel Luís de Figueiredo imprimirá novo alento ao teatro operário com a introdução de temas de particular interesse para os socialistas, como as relações com a Igreja e os seus membros. Mas não será até à representação de *O capital*, de Ernesto da Silva, que o mundo do trabalho entra plenamente na cena portuguesa na perspetiva dos operários, servindo o texto de modelo para peças posteriores, não apenas sob o ponto de vista temático, introduzindo outros problemas que também se desenvolvem nos meios fabris, mas na construção das personagens e dos ambientes. O universo teatral descrito apresenta, por isso, o processo em construção de uma imagem própria dos operários socialistas portugueses nos anos finais da Monarquia.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

IMPRESSAS

BATALHA, Ladislau – *Consequencias de um sim: comedia original em um acto*. Lisboa: J. J. Annaya Editor, 1873.

BORDALO, Joaquim José; ARAUJO, Luiz de – *Dois operarios em greve: intervallo comico original*. Lisboa: Livraria de Joaquim José Bordalo, 1872.

FIGUEIREDO, Manuel Luís de – *Os jesuítas: drama original português, em 3 actos*. Lisboa: Agencia Teatral, Biblioteca Progresso Teatral, 1883.

FREITAS, Manuel de – Revivificação. *A Federação*. Lisboa. Número especial. Homenagem, p. 2.

GRACIO, Luiz A. C. – Leitura de um drama. *O Protesto: Periodico Socialista*. Lisboa. Nº 62 (outubro 1876), p. 4.

PENHA, Francisco Miguel – Um sonho socialista: conferências criticas e instructivas ao povo operário de hoje concatenadas em forma de drama em cinco actos e seis quadros. *O Combatente*. Faro. Nº 8 (8 de fevereiro 1920) a Nº 31 (1 agosto 1920).

PIMENTEL, Alberto – *A grève: scena comica*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira, 1878.

REIS, Fernando – Ernesto da Silva: a sua vida e a sua obra I. *Vanguarda*. Lisboa. Nº 2374 (5227) (13 junho 1903), p. 1.

REIS, Fernando – Ernesto da Silva: a sua vida e a sua obra II. *Vanguarda*. Lisboa. Nº 2377 (5230) (16 junho 1903), p. 1.

REIS, Fernando – Ernesto da Silva: a sua vida e a sua obra III. *Vanguarda*. Lisboa. Nº 2385 (5238) (24 junho 1903), p. 1.

RUY – Folhetim do jornal “A Federação”: “Um encontro. (Phantasia)”. *A Federação*. Lisboa. Nº 5 (4 fevereiro 1894).

SANTARENO, José Martins – Teatro Social. “O Capital”, de Ernesto da Silva. *República Social*. Porto. Nº 38 (15 novembro 1919).

SILVA, António Augusto da – “Pedro, o tecelão”, drama original em 3 actos. *A Luz do Operário*. Porto. Nº 499 (14 abril 1912) a Nº 527 (11 maio 1913).

SILVA, António Augusto da – *Amor louco: drama em 3 actos original*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco, [post. 1800].

SILVA, Ernesto da – A “Rosa engeitada”. *O Mundo*. Lisboa. Nº 135 (29 janeiro 1901).

SILVA, Ernesto da – Folhetim de “A Obra”: “O despertar”, peça em 1 acto (Rejeitada pela empresa do teatro D. Maria II). *A Obra*. Lisboa. Nº 271 (15 de abril 1900) a Nº 281 (24 de junho 1900).

SILVA, Ernesto da – Folhetim do “Seculo XX”: “Vencidos”, drama em 4 actos, representado no Theatro do Gymnasio em 9 de janeiro de 1902, original. *Seculo XX*. Lisboa. Nº 13 (12 janeiro 1902) a Nº 19 (23 fevereiro 1902).

SILVA, Ernesto da – *Em ruínas: peça em 3 actos*. Lisboa: Bibliotheca D’Educação Nova Editora, 1903.

SILVEIRA, José Fontana da – “Honra e trabalho”: drama historico e educativo em 1 acto, baseado na vida de Miguel Sedaine, eminente architecto francez. *Encyclopedia das Familias: Revista de Instrução e Recreio*. Lisboa: Lucas & Filho Editores. Nº 362-366 (1888).

ESTUDOS

ALMEIDA, Fernando António – *Operários de Lisboa na vida e no teatro (1845-1870)*. Lisboa: Ed. Caminho, 1993.

NOGUEIRA, César – *Notas para a história do socialismo em Portugal (1871-1910)*. Lisboa: Portugália Editora, 1964.

NOGUEIRA, César – *Resumo histórico dos congressos e conferências do Partido Socialista Português (1871-1926)*. Lisboa: Revista Pensamento, 1932.

PERALTA GARCÍA, Beatriz – Literatura alegórico-fantasia socialista. *Revista de Estudos Literários*. Nº 9 (2019), p. 183-198.

PERALTA GARCÍA, Beatriz – Los orígenes del teatro socialista en Portugal: “O Capital” (1895), de Ernesto da Silva. *História: Revista da FLUP*. IV Série V. 7 Nº 2 (2017), p. 223-225.

TENGARRINHA, José – As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*. V. XVII Nº 67-68 (3º/4º 1981), p. 573-601.

Submissão/submission: 25/01/2020

Aceitação/approval: 30/04/2020

Beatriz Peralta García, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Oviedo, 33011 Oviedo, España. bperalta@uniovi.es

PERALTA GARCÍA, Beatriz – A representação do trabalho fabril na literatura socialista portuguesa: da fundação do Partido Socialista Português à Primeira República (1875-1910).

Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 85-95.

Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/06_socialista.pdf

DOSSIER TEMÁTICO

**Patrimônio, indústria e cerveja: olhares sobre a antiga
Cervejaria Antarctica em Joinville/SC, Brasil****Heritage, industry and beer: looks at the old Antarctic
Brewery in Joinville/SC, Brazil**

Tiago Castaño Moraes*

RESUMO

O presente artigo realiza um levantamento histórico sobre a antiga fábrica de cerveja na cidade de Joinville, Santa Catarina, Brasil. A história de sua criação remete ao fim do século XIX e envolve um processo de imigração que ocorreu no Sul do Brasil a partir de 1850. O artigo dialoga com o contexto de industrialização nacional e traz dados econômicos e sociais referentes à produção da cerveja e aos movimentos trabalhistas em Joinville. Apesar de a fábrica ter funcionado até a data de 1998, a pesquisa explorou o período entre sua criação (no final da década de 1880); sua aquisição, em 1948 pela Cervejaria Antarctica sediada em São Paulo (uma das mais antigas cervejarias do país); e seu processo de patrimonialização iniciado em 2007.

ABSTRACT

This article performs a historical survey of an old beer factory in the city of Joinville, Santa Catarina, Brazil. The history of its creation goes back to the end of the 19th century and involves an immigration process that took place in southern Brazil after 1850. The article dialogues with the context of national industrialization and brings economic and social data regarding the production of beer and labor movements in Joinville. Despite the fact that the factory operated until 1998, the research explored the period between its creation (in the late 1880s); its acquisition in 1948 by the Antarctica brewery based in São Paulo (one of the oldest breweries in the country); and its patrimonialization process started in 2007.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio Industrial / Indústria Neotécnica /
Arquitetura Industrial / Memória Operária / Cervejaria

KEYWORDS

Industrial Heritage / Neotechnical industry / Industrial
Architecture / Working Memory / Brewery

* Mestrando, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Janice Gonçalves, no Programa de Pós-graduação em História do Tempo Presente do Centro de Ciências Humanas e da Educação, na Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, Brasil.
Bolsista pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/Pós-graduação.

INTRODUÇÃO

O assunto tratado aqui faz parte de uma dissertação de mestrado que integra a linha de pesquisa “Políticas de Memória e Narrativas Históricas”, por esse motivo o artigo tentou atingir debates relativos às maneiras como o passado é percebido nas políticas de preservação do patrimônio cultural, uma vez que a fábrica objeto da pesquisa é tombada como Patrimônio Histórico, Arquetônico e Paisagístico municipal. Da mesma maneira que Deolinda Fologado destaca, nos seus estudos sobre a industrialização em Lisboa, a contribuição dos campos da arqueologia industrial e do patrimônio industrial “para a compreensão do fenômeno industrial”¹, as categorias que remetem a esse tipo de Patrimônio, como, por exemplo, a memória do trabalho fabril, o maquinário, a arquitetura industrial, também são destacados neste ensaio. Saliento que, dentro do possível, houve a disposição em se utilizar referências portuguesas ligadas às políticas de preservação da memória industrial no país. E como forma de enriquecer o estudo, procurei criar conexões entre os diferentes processos industriais pelos quais passaram Brasil e Portugal.

Os percursos das investigações partem do fomento da industrialização no Brasil em meados do século XIX, atravessando o contexto econômico e social da época e a política de imigração. Traço esse caminho justamente porque o criador da Cervejaria, Alfred Tiede, era um imigrante vindo da Prússia para Joinville em 1881. O cervejeiro iniciou sua fabricação junto com sua esposa nos fundos de sua residência e deu início a fabriquetaria que seria mais tarde ampliada e se tornou uma das maiores produtoras de cerveja da região sul brasileira. Conhecida como *Cerveja A. Tiede* até meados da década de 1920, após 1925 os rótulos da cerveja já traziam impresso o nome *Cervejaria Catharinense*. Assim, a trajetória da cervejaria se desdobra temporalmente e acompanha, junto com outros eventos, as transformações urbanas pelas quais a cidade de Joinville passou desde o movimento de imigração e ocupação da região até o seu processo de industrialização e crescimento populacional.

UMA CERVEJARIA NO *FIN DE SIÈCLE*: INDUSTRIALIZAÇÃO E MIGRAÇÃO NO SUL DO BRASIL

O debate em torno da substituição do trabalho escravo pela mão de obra livre e remunerada representou um dos principais assuntos na política brasileira a partir da segunda metade do século XIX e é no decorrer deste período que outras transformações nas estruturas econômicas e sociais do país vão atingir e abalar a monarquia brasileira². Apesar de não refletir mudanças significativas no sistema de propriedades fundiárias, a abolição da escravidão, a imigração, o crescimento do setor assalariado e, com ele, a ampliação de um mercado interno, refletem um conjunto de novas circunstâncias que interferiram no processo de industrialização e urbanização em fins do século XIX, nas principais cidades do país³.

Dentro deste contexto ocorre a ocupação da região que corresponde atualmente à cidade de Joinville no Estado de Santa Catarina, com a criação da chamada Colônia Dona Francisca⁴ e a chegada de milhares de imigrantes entre 1851 e a última década do século XIX. As características migratórias que marcaram a instalação desses

¹ FOLGADO, Deolinda – *A nova ordem industrial: da fábrica ao território de Lisboa: 1933-1968*. Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de doutoramento em História (Arte, Patrimônio e Restauro) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. p. 11.

² CARVALHO, José Murilo de – *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 23.

³ COSTA, Emília Viotti da – *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 251-252.

⁴ O chamado “Domínio Dona Francisca” abrangia 25 léguas quadradas de terras demarcadas em 1846 ao norte da Província de Santa Catarina como dote de casamento da Princesa Francisca Carolina ao Príncipe François d’Orleans Philippe. Enquanto outras 8 léguas foram vendidas para a Sociedade Colonizadora de Hamburgo em 1849, para iniciar o empreendimento Colonial, com a criação da Colônia Dona Francisca. Havia desse modo duas administrações paralelas. PAVESI, Maria Judite – *Fundo Domínio Dona Francisca: apontamentos sobre a constituição e o arranjo de um acervo*. Santa Maria: [s.n.], 2013. Monografia apresentada na pós graduação em Gestão de Arquivos à Universidade Federal de Santa Maria. p. 37.

colonos foram pequenas propriedades voltadas para a “produção doméstica” atendendo ao “autoconsumo e ao pequeno comércio, solidificando um caráter independente entre os colonos”⁵.

Nascido na cidade de Thorn, na região prussiana de Rogowo, Alfred Tiede se casou na Colônia, em 1881 com a também imigrante, Karoline Mathilde Brand, natural de Ruhr. O casal estabeleceu sua moradia na Rua 15 de Novembro, na época denominada *mittelweg* (caminho do meio), iniciando a produção de cerveja nos fundos de sua casa⁶. O registro mais antigo que se tem notícia sobre a cervejaria está no jornal joinvilense *Reform*, onde aparecem, a partir de 1889, as primeiras propagandas da cerveja, vendidas na época por 2\$000 réis a dúzia. A colônia já contava com outros estabelecimentos fabris e, de acordo com o panorama econômico e industrial registrado no relatório da direção em 1879, havia uma “usina de açúcar, 8 fábricas para o beneficiamento de erva-mate”, uma “fábrica de beneficiar arroz”, uma “fábrica de móveis com máquina a vapor”, uma “fábrica de carros” (carroças), além “de pequenas indústrias, serrarias, moinhos movidos à água ou tração animal”⁷.

Entre 1880 e 1914, a industrialização passa a impactar mais na economia das principais cidades do Estado de Santa Catarina, influenciada tanto pela experiência e conhecimento industrial trazido por muitos imigrantes, quanto pelo “aprimoramento do sistema de transporte”, o crescimento da população urbana e das trocas comerciais⁸. Uma articulação econômica regional foi possível após a abertura da Estrada Dona Francisca (que ligou o Litoral ao Planalto), entre 1855 e 1873, e a criação da ferrovia entre a ilha de São Francisco do Sul e Joinville em 1906, chegando ao Planalto Catarinense em fins da década de 1910 (ver Figura 1). Dessa forma, as pré-condições para o desenvolvimento industrial e econômico da cidade estiveram relacionadas: à produção de alimentos e tecidos; ao beneficiamento da madeira e erva-mate vindas do Planalto; à criação de “casas bancárias e dos mecanismos de crédito”, a partir de 1908; à instalação de companhias produtoras de energia elétrica, entre 1909 e 1915; e aos investimentos em vias de transportes⁹.



Figura 1 Inauguração da Estação e do Ramal Ferroviário Joinville - São Francisco do Sul, 1906. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza – Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de, org. – *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2, p. 293 e 320.

⁶ DIAS, Maria Cristina – Pausa para um gole. *Suplemento Literário HEKADEMEIA 4*. Joinville: Academia Joinvilense de Letras. V. 2 Nº 2 (fev. 2017), p. 13-14.

⁷ TERNES, Apolinário – *História econômica de Joinville*. Joinville, SC: Meyer, 1986. p. 35-36.

⁸ CUNHA, Dilney – *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville, SC: Letra d’água, 2003. p. 76 e 115.

⁹ GOULARTI FILHO, Alcides – *Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina*. Campinas, SP: [s.n.], 2001. Tese de doutoramento em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade de Campinas, UNICAMP. p. 30-31.

O surto industrial acompanhou um movimento de mudanças urbanas que se acentuava, na medida em que o desenvolvimento das redes de transporte e a ascensão da mão de obra assalariada expandia o mercado interno e promovia a urbanização¹⁰. E a fabriqueta de cerveja criada por Alfred Tiede se insere neste panorama, entre 1885 e 1895, de incipiente industrialização em algumas regiões do país, marcado pela multiplicação de “pequenas fábricas de quintal” e “oficinas”, que funcionavam com modesto maquinário e poucos funcionários trabalhando “lado a lado” com os patrões; essas circunstâncias eram comuns “tanto no ramo mecânico” como na produção alimentícia de “cervejas e refrigerantes, macarrão, massas alimentícias”, se estendendo às “olarias, cerâmicas, pedreiras e marmorarias”¹¹.

Através da construção de ferrovias, estradas e do navio a vapor, o aperfeiçoamento dos meios de transporte permitiu, em parte, a substituição do transporte de mercadorias que antes era realizado por tração animal (lombo de burro e carros de bois), sendo fator considerável na conexão de populações isoladas e no escoamento de produtos. Entre outras coisas, o desenvolvimento dos meios de transporte favoreceu também a ampliação do “mercado consumidor de cerveja”, assim como o aumento da população urbana promoveu a formação de “uma demanda sem precedentes por bens de consumo não duráveis, entre eles a cerveja”¹².

Em várias regiões brasileiras, exposições e feiras eram formas de fomento para a indústria nacional e na 2ª *Exposição Estadual de Agricultura, Indústria e Artes*, realizada em 1905, a *Cerveja de A. Tiede* foi premiada com a medalha de 2ª Classe “pelas cervejas porter, kumbacher e a dita clara”¹³. Apesar da marca e da premiação fazer referência a Alfred Tiede, o imigrante já havia falecido em 1904, vítima de câncer¹⁴. Seu filho adotivo, de mesmo nome, e sua esposa Karoline assumiram a produção da cerveja e, por um tempo, os rótulos da cerveja trazia a inscrição *V.ª de A. Tiede*. Alguns anúncios da Viúva foram encontrados em jornais de 1918, divulgando vagas de emprego na cervejaria, para jovens “de 15 e 16 anos”¹⁵.



Figura 2 Rótulos da Cerveja Alfred Tied. O primeiro com referência à Viúva Tiede, provavelmente entre 1910 e 1919, e outro posterior a 1925, quando assume o nome *Cervejaria Catharinense*. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville, Livro de Rótulos *Typographia Otto Boehm*.

¹⁰ COSTA, Emília Viotti da – *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 251-252 e 267.

¹¹ LEONARDI, Victor; HARDMAN, Francisco Foot – *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global. 1982. p. 38.

¹² ALTEMEYER, Alexander, 2009, *apud* SANTOS, Rafael – *As microcervejarias catarinenses: da gênese à dinâmica atual*. Florianópolis: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado em Geografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC. p. 47.

¹³ *Gazeta de Joinville*. Joinville, SC. Ano 1 Nº 16 (22 jun. 1905), p. 3.

¹⁴ DIAS, Maria Cristina – Pausa para um gole. *Suplemento Literário HEKADEMEIA 4*. Joinville: Academia Joinvilense de Letras. V. 2 Nº 2 (fev. 2017), p. 13.

¹⁵ *Actualidade* [Em linha]. Joinville SC. Ano 1 Nº 79 (10 out. 1918), p.4. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/aactualidadejoin/ACTU1918079.pdf>

Oposto ao que acontecia em grande parte da Europa, a produção cervejeira no Brasil era principalmente doméstica e não em escala industrial. Na Europa, sua fabricação seria atingida pelos progressos tecnológicos, passando a incorporar maquinário e instalações industriais em contraposição à produção artesanal. E nos últimos 50 anos do século XIX, as novas técnicas de engarrafamento, armazenamento e vedações das garrafas permitiram maior durabilidade das cervejas, o que facilitou sua comercialização para regiões distantes das produtoras¹⁶. Para se ter uma ideia do montante comercializado pela Inglaterra, o número de cervejas inglesas exportadas entre 1865 e 1866 alcançou mais de 525 mil barris, para um mercado consumidor que se estendia da América à China¹⁷. A lógica industrial de produção na Europa fez com que o conhecimento familiar de se fazer a cerveja, passado tradicionalmente de geração em geração, fosse deslocado para a função do cervejeiro que no interior da fábrica, com a divisão de tarefas, se tornou “o responsável pelas etapas de produção e pelos trabalhadores”¹⁸.

Um exemplo dessas transformações industriais na produção cervejeira é relatado no jornal *A Regeneração*, de 1886, que traz a informação sobre a origem da denominação “cavalo-vapor” e revela uma experiência desenvolvida pelo próprio James Watt, na cervejaria londrina de *Whitbread*, usando máquina a vapor como mecanismo de sublevação da água, mecanismo que até então era acionado pela tração animal. Segundo este artigo, o cervejeiro sugeriu a Watt o uso do cavalo por oito horas seguidas como forma de comparação com o resultado da máquina a vapor. Dessa maneira, “o cervejeiro pegou seu melhor cavalo – sabe-se que os cavalos dos cervejeiros de Londres são de uma força extraordinária – e sem poupar chicotadas, fê-lo trabalhar durante oito horas”; nesse espaço de tempo o cavalo levantou, à altura de 1 metro, 2.120.000 kgs de água, o equivalente a aproximadamente 75 kgs por segundo. De fato, a unidade valor equivalente ao *cavalo-vapor* é convertida em 75 kgf·m/s (quilograma força por metro por segundo), mas, apesar do jornal não indicar o ano da referida experiência, ele alegou que neste momento Watt estava utilizando pela primeira vez sua máquina a vapor.

Outra fonte indica que no ano de 1785 foi introduzido o motor a vapor de Boulton e Watt na *Cervejaria Whitbread*¹⁹. Isso corresponde a 8 anos após os primeiros usos da máquina a vapor de Watt na região de Cornwall, nas indústrias de mineração de cobre e estanho²⁰.

A força hidráulica que marcou a primeira fonte de energia nas manufaturas têxteis no Brasil criadas a partir de 1840 por ser mais barata e acessível, passou a ser substituída pelas turbinas a vapor movidas a carvão ou lenha nos últimos 20 anos do século XIX. O uso do vapor em área fabril aconteceria pela primeira vez em 1869 “na província de São Paulo, no ramo têxtil”²¹. Em Portugal, no ramo têxtil, existem registros do uso do vapor a partir de 1840, na Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense e em estações elevatórias (da Praia e dos Barbadinhos) para abastecimento de água, depois de 1868²².

¹⁶ SANTOS, Paulo Alexandre da Graça – *Mensagens nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)*. Porto Alegre, RS: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 75-76.

¹⁷ *A União* [Em linha]. Desterro, SC. Ano 1 Nº 13 (1 jul. 1868), p. 4. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=884316&pasta=ano%20186&pesq>

¹⁸ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes, 2003, *apud* SANTOS, Paulo Alexandre da Graça – *Op. cit.*, p. 77.

¹⁹ *Whitbread's Brewery: founded 1742* [Em linha]. [London]: House of Whitbread, [19--]. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: https://www.gla.ac.uk/media/Media_399719_smxx.pdf

²⁰ TAVARES, Luiz Alberto – *James Watt: a trajetória que levou ao desenvolvimento da máquina a vapor vista por seus biógrafos e homens de ciências*. São Paulo: [s.n.], 2008. Dissertação de mestrado em História da Ciência apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. p. 26.

²¹ LEONARDI, Victor; HARDMAN, Francisco Foot – *Op. cit.*, p. 27.

²² FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do patrimônio industrial*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 23 e 89; data de 1826 a referência mais antiga à introdução da máquina a vapor em Portugal e em Lisboa, por iniciativa de Francisco António Ferreira, na sua fábrica do Bom Sucesso. SANTANA, Francisco – A introdução da máquina a vapor em Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses. Série 10 V. I/II (1) (1984/88), p. 203-210.

Em Joinville, dados de 1880 mostram que cinco dos oito engenhos de erva-mate na cidade já faziam uso de máquinas a vapor, enquanto outros estabelecimentos mantiveram a força hidráulica²³. A importação de máquinas a vapor para uso em serrarias da região também são mencionadas em reportagem de 1878²⁴. A criação em 1865 de um engenho de açúcar na *Fazenda Pirabeiraba* (terras pertencentes ao Duque d’Aumale, irmão do Príncipe francês François Ferdinand), marca o início de empreendimentos no “Domínio Dona Francisca”. Uma matéria sobre o engenho em 1880 demonstra uma organização já em termos de divisão de setores produtivos e de tarefas no interior do engenho a partir da descrição dos maquinários lá presente:

amplas edificações e dependências, construídas em face das límpidas águas do Cubatão, a elevada chaminé despendendo imensos rolos de espesso fumo, o grande reservatório d’água, os cilindros compressores da cana, os incandescentes geradores do vapor multitubulares, as três potentes machinas da total de 32 cavallos, dando movimento a innumeravel quantidade de rodas e correias, o inimaginavel tecido de tubos e canos condutores de água, de vapor, de garapa, de calada, massa cristalizada, aguardente e vinhaça, as bombas a vapor, as machinas de quebrar, lavar e forno de carbonizar o carvão, as dornas para fermentação, o alambique, os tanques, os filtros, os notáveis aparelhos de cozer e cristalizar a calda, as turbinas em seu rápido gyro, as oficinas de carpintaria e ferraria para reparo dos estragos, e finalmente [...] mestres e operários²⁵.

Em relação a cervejaria de Alfred Tiede, não há detalhes sobre o maquinário antes de 1925. Pode-se supor, entretanto, que, no início de sua produção, tivesse utilizado tanto a força hidráulica, visto que a cervejaria se localizava próxima de nascentes, ou ainda a força animal, normalmente utilizada para trituração de grãos e maceração. O número de propagandas da dita cervejaria em diferentes jornais do Estado de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX reforça a ideia de que já havia uma produção auxiliada pelo vapor.

Quando, na última década do século XIX, o Brasil havia abolido a escravidão, países como os EUA, França e Alemanha já experimentavam os impactos da chamada Segunda Revolução Industrial, “pautada na indústria química, no aço, na eletricidade, na produção em larga escala, na grande concentração de capital e no capital financeiro”²⁶.

Sobre o uso da energia elétrica em Joinville houve, em 1897, uma tentativa de construir uma pequena usina hidrelétrica “a partir da contratação de um engenheiro alemão” representante da firma alemã Siemens & Halscke com a formação da “Sociedade por ações de Luz e Força”, mas a sociedade não se efetivou²⁷. Quase uma década depois, em 1905, foi solicitado à Companhia de Eletricidade de Berlim parecer sobre a viabilização da instalação elétrica a partir da queda d’água do Rio Pirai²⁸. A concessão da empresa iniciou em 1907, sendo neste mesmo ano vendida aos “comerciantes de erva-mate, que fundaram a ‘Empresa Joinvilense de Eletricidade’” em parceria com a firma *Allgemeine Ellectricitaitis - Gesellschaft* (AEG), que forneceu tecnologia alemã. Somente em 1909 foi inaugurada a instalação de energia pública. O uso da energia elétrica em indústrias na cidade ocorre em meados da década de 1910, após ampliação das estruturas de produção e distribuição, entretanto sem substituir as máquinas a vapor, que estiveram em uso até a década de 1960 em algumas fábricas locais²⁹.

Segundo o levantamento industrial ocorrido em 1906, havia em Joinville três cervejarias que empregavam 20 operários, em um total de 42 estabelecimentos industriais: “cinco de fiação e tecelagem, três de fundição e obras sobre metais, quatro de erva-mate, três de móveis e decoração, seis de preparos de couro, três de sabão

²³ FICKER, Carlos – *História de Joinville: subsídios para a crônica: Colônia Dona Francisca*. Joinville: Ipiranga, 1965.

²⁴ *Jornal Gazeta de Joinville: orgam dos interesses agricolas, mercantis e industriaes*. Joinville, SC. Ano 1 Nº 48 (27 ago. 1878), p. 1.

²⁵ *Jornal Gazeta de Joinville*. Joinville, SC. Ano 4 Nº 08 (24 nov. 1880), p. 1.

²⁶ GOULARTI FILHO, Alcides – *Op. cit.*, p. 26.

²⁷ ROCHA, Isa de Oliveira – *Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações* [Em linha]. Florianópolis SC: [s.n.], 1994. Dissertação de mestrado em Geografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/76154/PGCN0042D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

²⁸ *Gazeta de Joinville* [Em linha]. Joinville, SC. Ano 1 Nº 28 (14 out. 1905), p. 3. [Consult. 27/03/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=711608&pesq=Companhia%20de%20Eletricidade%20de%20Berlim>

²⁹ ROCHA, Isa de Oliveira – *Op. cit.*, p. 32.

e velas, três de moagem de cereais, quatro de barricas, três de cal e cimento”, empregando 459 operários³⁰. O panorama nacional da “indústria fabril” realizado em 1907 contabilizou 3.258 estabelecimentos industriais, com aproximadamente 151.841 operários³¹. E em uma de suas tabelas, onde relacionava os valores da produção nacional com os valores gastos com produtos importados, a cerveja aparecia como o terceiro produto alimentício que mais gerava renda. A expansão da produção de cerveja em Joinville seguiu um movimento nacional e, entre fins do século XIX e o início da 1ª Guerra Mundial (momento em que a obtenção de matéria prima importada, principalmente lúpulo e cevada, enfrentou dificuldade de abastecimento), houve um aumento da produção de cervejarias nacionais³². O desenvolvimento de outras áreas também pode ter beneficiado o setor cervejeiro, como os progressos da indústria nacional de vidros e garrafas, que diminuiu a dependência do fornecimento estrangeiro de garrafas de vidro³³.

As avaliações desses números demonstram o aumento da capacidade produtiva industrial do país na primeira década do século XX e principalmente após 1906, momento em que, segundo Maria Versiani, a política tarifária “contribuiu positivamente para que o crescimento do setor manufatureiro” entre 1906 e 1912 se desdobrasse em maiores investimentos na indústria nacional. De acordo com a autora, são esses investimentos em setores preexistentes à 1ª Guerra Mundial que permitiram, em certa medida, “o crescimento da produção industrial” entre os anos de 1915 e 1918³⁴. Na visão de Wilson Suzigan, o período entre 1901 e 1929 apresentou um incremento industrial brasileiro restrito a uma produção tradicional “de bens de consumo e alguns insumos menos sofisticados”. Ao mesmo tempo que o regime fiscal favorecia a indústria emergente, predominavam dentro da política protecionista os interesses do modelo agroexportador, cujos representantes eram parte significativa do governo. Dessa forma, o autor sustenta que esse surto industrial esteve relacionado à prosperidade “da agricultura de exportação”, que permitiu uma acumulação de capital e a formação de um mercado consumidor³⁵.

A evolução econômica em Joinville e o fomento industrial a partir de um excedente estão calcados no “complexo formado pelo comércio *export-import* e o sistema colônia-venda”, controlado pelos imigrantes; primeiramente por comerciantes de origem germânica e em seguida por empresários lusos-brasileiros³⁶. É a partir da 1ª Guerra Mundial, com a necessidade de substituir importações, que se inicia em Joinville uma especialização no setor metalomecânico.

Inserida em um movimento de industrialização e urbanização da cidade, a cervejaria assumiu, depois da década de 1920, uma posição de destaque entre as indústrias catarinenses; as propagandas e notícias de jornais da época evidenciam seu desenvolvimento. Um artigo de 1925 mostrou que a *Cervejaria Tiede, Seyboth & Cia* (posteriormente chamada *Catharinense*) empregava naquele momento trinta operários na fabricação da cerveja, além de funcionários administrativos e técnicos. Com uma produção de 20 mil garrafas semanais, a descrição do maquinário da fábrica incluía: motores elétricos; máquina frigorífica (1925) e “11 tinhas de fermentação e 75 tonéis” com capacidade de produção até “7 mil litros e 500 garrafas”. O trabalho manual no processo de pasteurização já havia sido substituído por “machinas para lavagem e enchimento das garrafas”³⁷.

³⁰ DIEGUES JÚNIOR, Manuel – *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964. p. 220-221.

³¹ FUNDAÇÃO IBGE – Censo industrial do Brasil-1907-o Brasil-suas riquezas naturais, suas indústrias. *Série Histórica* [Em linha]. Rio de Janeiro: FIBGE. V. 2 Tomo 1 (1986), p. 260. [Consult. 27/03/2020]. Disponível na Internet: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v2_t1.pdf

³² SANTOS, Sérgio de Paula – *Os primórdios da cerveja no Brasil*. Cotia: Ateliê Cultural, 2004. p. 18.

³³ A Cervejaria Brahma perante a indústria, o comércio e a higiene. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. Ano 84 Nº 93 (3 abr. 1910), p. 4.

³⁴ VERSIANI, Maria Teresa – Proteção tarifária e crescimento industrial nos anos 1906/12: o caso da cerveja. *Pesquisa e Planejamento Econômico* [Em linha]. V. 12 Nº 2 (ago. 1982), p. 485-486. [Consult. 27/03/2020]. Disponível na Internet: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6330/1/PPE_v12_n02_Protecao.pdf

³⁵ SUZIGAN, Wilson – Industrialização brasileira em perspectiva histórica. *História Econômica & História de Empresas* [Em linha]. V. 3 Nº 2 (2000), p. 9. [Consult. 28/03/2020]. Disponível na Internet: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/143>

³⁶ MAMIGONIAN, Armén – Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia* [Em linha]. Rio de Janeiro: IBGE. V. 27 Nº 3 (jul/set. 1965), p. 422. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <https://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2017/04/Estudo-Geogr%C3%A1fico-das-Ind%C3%BAstrias-de-Blumenau-Armen-Mamigonian.pdf>

³⁷ Pela Indústria Catharinense: a grande cervejaria Tiede, Seyboth & Cia. *O Estado*. Florianópolis, SC. Ano 10 Nº 3418 (30 out. 1925), p. 1.

Em outro jornal, a reportagem sobre a “inauguração”, em outubro de 1926, da *Cervejaria Catharinense* destacou “seu crescente desenvolvimento” e importância para a indústria catarinense. O *status* da edificação fabril ganhou na reportagem o título de “estabelecimento modelar, sem rival”. Novas máquinas importadas da firma *Phoenix, Holstein & Kapper*, de Dortmund, na Alemanha, eram capazes de engarrafar e arrolhar 3 mil garrafas por hora. A produção diária era de 150 hectolitros (aproximadamente 22 mil garrafas) de uma cerveja que “além do seu bom gosto, têm uma muito boa espuma”³⁸. Em 1939, a cervejaria somava nove marcas de cervejas (Catarinense, Ouro Pilsen, Ouro e Bock, Clarinha, Favorita, Optima, Sem Rival, Maltana, Porter Nacional) e também suco natural de laranja, guaraná, gasosa, água tônica, e xaropes para frescor. A ampliação da cervejaria no início da década de 40 demonstra que, com o início da 2ª Guerra Mundial, as medidas tomadas para suspender a importação de bebidas beneficiaram a produção nacional de cerveja³⁹. Em 1942, trabalhavam na fábrica aproximadamente 60 operários, com uma produção anual de “três milhões de garrafas”. O lúpulo vinha dos EUA, enquanto a cevada era praticamente abastecida pelo mercado nacional⁴⁰.

O fomento ao “progresso” e a industrialização da cidade era recorrente nas próprias propagandas da cervejaria realizadas em jornais; ora invocando sua tradição: “uma das mais antigas indústrias de Joinville” erguida “de uma fabricazinha minúscula”; ora sua situação competitiva: deixando para trás os concorrentes, “tomou proporções gigantescas” e “vai trilhando a estrada do progresso, sem importar-se com seus inimigos”⁴¹; ora sua posição industrial: “é um dos maiores estabelecimentos fabris. Única cervejaria de baixa fermentação do estado”⁴². A fábrica teve uma primeira ampliação na década de 1920 e outra em 1940, quando inaugurou uma nova ala “para o cozimento da cerveja”; e de acordo com o artigo “o desejo de progresso [...], sempre foi uma das características da importante empresa industrial”⁴³. Outra reportagem deixou testemunhos de uma visita ao interior da fábrica, com uma descrição detalhada das áreas:

É constituída de grandes tachos automáticos para lavagem, cozimento e fermentação de cevada e lúpulo. (...) Primeiro a cevada e o lúpulo são conduzidos em guindastes para o quarto andar do edifício onde está instalado o depósito com capacidade de 500 toneladas. Nesta seção acham-se também instaladas as turbinas para limpeza e seleção de produto que dali é enviado, já completamente seco, para o maquinário de moagem. Depois o lúpulo e a cevada percorrem automaticamente outra seção, penetrando em seguida na grande casamata para o respectivo cozimento. Do cozimento vai à filtragem, escorrendo então o líquido loiro e fervente (...). A seção onde estão instalados os quatro tachos (...) apresentam (...) rigorosas condições de higiene. Paredes de assoalhos são cobertos de azulejos. Cada tacho possui o seu motor próprio. (...) prosseguindo o processo (...) a cerveja (...) vai para a fermentação e maturação, cujos aparelhos têm a capacidade de 600 hectolitros por 24 horas. Realizada a fermentação e procedidas a dosagem e o exame químico, o líquido prossegue para a sessão de engarrafamento, onde as garrafas são automaticamente lavadas (...). verifica-se depois o enchimento das garrafas (...) e por último a rotulagem, a selagem, o encaixotamento e a expedição⁴⁴.

³⁸ *Cervejaria Catharinense e o seu crescente desenvolvimento*. Jornal *A Cidade*. Laguna, SC. Ano 2 Nº 486 (1 jan. 1926), p. 3.

³⁹ DE MARCHI, Victorio – *De duas uma: a fusão na mesa*. São Paulo: Bella Editora, 2018.

⁴⁰ Cervejaria Catarinense. *Boletim Commercial*. Florianópolis SC. Ano 2 Nº 15 (jul. 1942), p. 9.

⁴¹ Uma indústria joinvilense que honra o nome do estado. Jornal *A Notícia*. Joinville, SC. Ano 15 Nº 2470 (20 dez. 1936), p. 4.

⁴² Cervejaria Catharinense. Jornal *A Notícia*. Joinville SC. Ano 14 Nº 2182 (25 dez. 1935), p. 5.

⁴³ Inauguração de novas instalações na Cervejaria Catharinense. Jornal *A Notícia*. Joinville SC. Ano 19 Nº 3319 (20 out. 1940), p. 3.

⁴⁴ Jornal *A Notícia*. Joinville SC. Ano 19 Nº 3320 (23 out. 1940), p. 3.



Figura 3 Prédio da cervejaria, 1940, fotografia de Fritz Hofmann. Coleção Particular.

Uma visita dos membros do Rotary Club de Joinville ao interior da cervejaria, em 1936, revelou o funcionamento e as dependências da fábrica e demonstrou, de certa forma, a relação entre a projeção da arquitetura industrial e sua função. Os testemunhos dessa visita revelaram uma construção voltada para a “organização fabril modelo” e a “higiene do local”:

Secções de limpeza e lavação do vasilhame, controle das garrafas, enchimento automático, tanques de pasteurização, frigoríficos, com suas extensas adegas de fermentação, [...] produção de salmora e esfriamento da cerveja, casa das máquinas, [...] moinho de cevada, depósitos de matérias primas, [...] repichamentos de barris [...] numa produção anual de 200 barris⁴⁵.

Após a 2ª Guerra Mundial, a proposta do governo brasileiro era expandir o processo de industrialização, iniciado na década de 1930, com investimentos em infraestruturas para industrialização, como a criação de hidrelétricas, estradas e siderúrgicas. A partir de 1951, sob o governo nacionalista de Getúlio Vargas, houve incentivo à expansão da produção de bens de consumo, através da criação de estatais (Petrobras, Eletrobras e a Mineradora Vale do Rio Doce), do alargamento do mercado interno e da elevação da renda nacional⁴⁶. Entretanto, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o plano econômico foi marcado pela implantação de empresas multinacionais no país, num período que gerou grande impulso à industrialização. Mas, apesar de um desenvolvimento voltado para infra-estruturas urbano-industriais, grande parte da população brasileira ficou às margens dos benefícios econômicos ocorridos nesse período⁴⁷. O Estado de Santa Catarina manteve, assim como no plano nacional, um forte fomento ao setor industrial com investimentos em portos, estradas, construção de usinas hidrelétricas e siderúrgicas. Programas de empréstimos federais auxiliaram a criação de novas indústrias na cidade, voltadas para os setores metalomecânico, químico e plástico, que conseguiram ganhar tanto mercados internos quanto externos.

⁴⁵ Uma grande indústria joinvilense. *A Notícia*. Joinville SC. Ano 15 Nº 2196 (15 jan. 1936), p. 6.

⁴⁶ RODRIGUES, Marly – *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 2001.

⁴⁷ CARDOSO, Mirian – *Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 77-78.

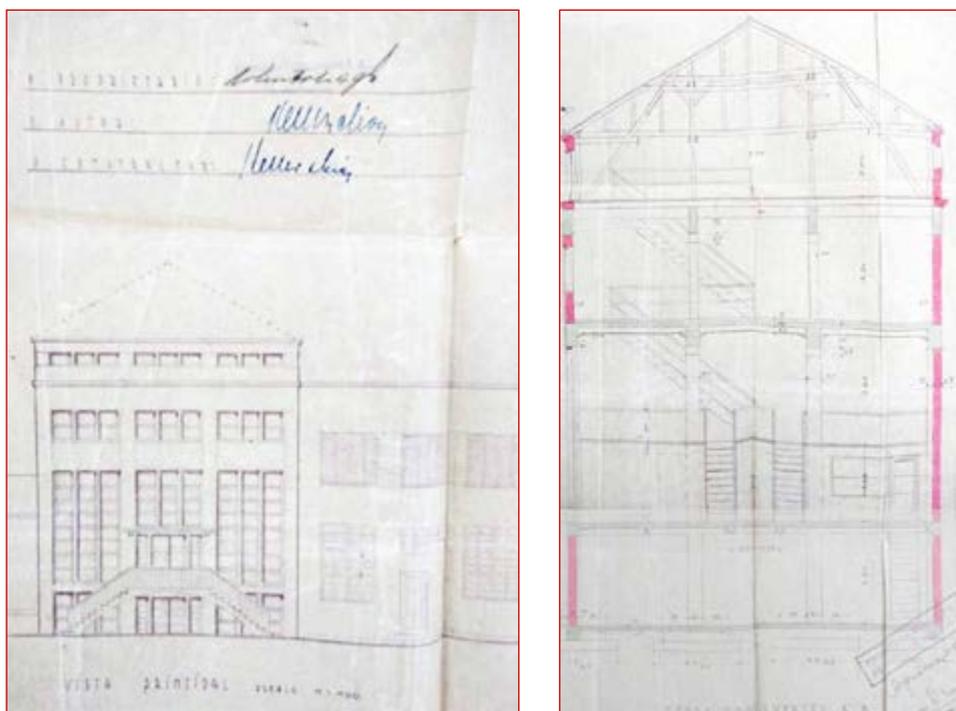


Figura 4 Detalhes do Projeto de Aumento da Cervejaria Catarinense S.A., 1939. acervo Arquivo Histórico de Joinville, projetos Arquitetônicos.

A *Companhia Antarctica Paulista*, com intenções de ampliar sua produção e aproveitar um bom momento da economia, entre 1950 e 1970, comprou e criou diversas cervejarias subsidiárias nos estados de Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Santa Catarina⁴⁸. Foi neste movimento que a fábrica da *Cervejaria Catharinense* foi absorvida, em 1948, pela *Companhia Antarctica*. É importante salientar que o maquinário da antiga fábrica permaneceu, não havendo grandes transformações ou substituições de maquinaria. E talvez por essa razão o sabor e a qualidade da cerveja se destacaram ao longo dos anos. O cervejeiro Curtz Zastrow, que trabalhou por 37 anos na empresa, explicou em entrevista que, pelo fato dos equipamentos da fábrica serem da década de 1920 e 1940, a cerveja produzida ali se diferenciava de outras filiais: “O maquinário era diferente. A Antarctica joinvilense era mais escura, mais encorpada e tinha características de um processo quase artesanal de produção”⁴⁹. O depoimento de Zastrow demonstra bem a profundidade das categorias intangíveis que modelam e compõem o patrimônio industrial e se aproxima daquilo que José Amado Mendes chamou de “valor intrínseco”, que remete, entre outras coisas, à “qualidade do produto ou do serviço” de uma determinada fábrica e acaba por influenciar seu “significado histórico-cultural”⁵⁰.

No ano de 1998, outro contexto marcou o fechamento da *Cervejaria Antarctica* em Joinville. E é explicado como um movimento que antecedeu a maior fusão de empresas de bebidas no mundo, com a criação em 1999 do grupo AMBEV. Inicialmente uniu os dois maiores conglomerados de bebidas brasileiros: a *Companhia Antarctica Paulista* e a *Companhia Cervejaria Brahma*, do Rio de Janeiro; mas, no início dos anos 2000, várias outras marcas foram sendo assimiladas à AMBEV. A concentração de atividades em polos estratégicos e a monopolização do mercado de bebidas possibilitou uma amplificação dos lucros de R\$ 470 milhões em 2000 para R\$ 11,3 bilhões

⁴⁸ SOUSA, Diógenes Rodrigues de – *Cidade e cerveja: Companhia Antarctica Paulista e urbanização em São Paulo* [Em linha]. Campinas, SP: [s.n.], 2017. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas. p. 74. [Consult. 28/03/2020]. Disponível na Internet:

<http://tede.biblioteca digital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/960>

⁴⁹ FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE (FCJ), Coordenação de Patrimônio Cultural (CPC) – Processo de Tombamento Municipal FCJ, CPC.2006-001, Rua XV de Novembro, Nº 1383, Joinville, 2010. p. 294.

⁵⁰ MENDES, José Amado – *A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do patrimônio cultural* [Em linha]. Coimbra: CEFA, 1990. p. 119. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/12792/1/jos%C3%A9%20M.Amado%20Mendes26.pdf>

em 2018⁵¹. O fechamento da *Cervejaria Antarctica* em Joinville colocou fim a uma fábrica com mais de 100 anos de existência. Mas seu prédio, apesar de abandonado nessas duas últimas décadas, persiste na paisagem de um bairro central da cidade como um símbolo de um tempo passado marcado por chaminés, agora silenciosas.

O INCIPIENTE MOVIMENTO OPERÁRIO E AS MUDANÇAS URBANAS

Diferente do que alguns estudos apontam, a formação da classe operária brasileira não acontece apenas como uma consequência direta de um processo de industrialização. Isto porque, apesar da grande presença de imigrantes no trabalho fabril nas regiões sudeste e sul do país, a principal força de trabalho nas fábricas até a última década do século XIX era formada por um perfil variado, composto por homens livres pobres e até escravos⁵². Assim, a constituição de uma identidade operária se deu lentamente, na medida em que as demandas coletivas e o entendimento de uma experiência semelhante entre diferentes trabalhadores tornavam-se evidentes⁵³.

Em Joinville, um caso curioso acontece com os trabalhadores fabris que se encontravam divididos em dois grupos, um formado por imigrantes germânicos (teuto-brasileiros) e outro pelos luso-brasileiros. As diferenças culturais dos dois grupos acabavam por dificultar a organização sindical e a consciência de classe operária, ainda incipiente na cidade⁵⁴.

O desenvolvimento econômico após a criação da estrada que ligava o planalto catarinense ao litoral enriqueceu uma classe de empresários envolvidos em atividades de beneficiamento da erva-mate e da madeira. Do porto do Bucarein, em Joinville, os produtos seguiam em embarcações para a Ilha de São Francisco do Sul, sendo posteriormente exportados⁵⁵. Havia na localização de Joinville uma vantagem, que favoreceu investimentos e atraiu capitais de outras regiões como da cidade de Curitiba (capital do Estado do Paraná) e sul do Paraná; regiões ligadas a atividade ervateira, um dos principais produtos da atividade extrativista no planalto paranaense. É provável que, por esse motivo, já em 1880, Joinville se tenha tornado um importante entreposto comercial até à década de 1920⁵⁶, quando a produção de erva-mate entra em declínio, sendo substituída pelo beneficiamento da madeira. Entre as décadas de 1920 e 1940, a cidade foi uma das maiores exportadoras de madeira da região sul do país.

A região próxima ao porto do Bucarein era uma importante via de acesso fluvial à cidade naquela época e assumiu um papel central na sua economia, fomentando uma aglomeração cada vez maior de indústrias e população. Grandes empresas como as fábricas de bebidas *Mayerle Boonekamp* e *Linhas e Carretéis Corrente S.A.* (1892), fábrica de fósforos (1893), *Moinho Joinville* (1913) e o Mercado Municipal (1907) se estabeleceram na região. Diversas melhorias para infraestrutura urbana como água encanada, novas ruas e agência de correios seguiram o impulso industrial.

⁵¹ Ambev registra lucro de mais de R\$ 11 bilhões em 2018 [Em linha]. *G1Globo*. (2 fev. 2019). Disponível na Internet: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/28/ambev-registra-lucro-de-r-113-bilhoes-em-2018.ghtml>

⁵² BATALHA, Cláudio – Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge [et al.], org. – *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 154.

⁵³ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz – “*Que a União Operária seja nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria, RS: Ed. Universidade UFRGS, 2001. p. 13.

⁵⁴ COSTA, Iara Andrade – *A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville:1917/1943)* [Em linha]. Curitiba: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal do Paraná, UFPR. p. 148. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27077/D%20%20COSTA%2C%20IARA%20ANDRADE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

⁵⁵ VOOS, Charles Henrique – *Transformações urbanísticas e planos diretores na centralidade de Joinville/SC (1965-2011)*. Florianópolis: [s.n.] 2012. Dissertação de mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade apresentada à UFSC, PGAU. p. 41-42 e 45.

⁵⁶ ALMEIDA, Rufino Porfírio – *Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria ervateira: o estudo da Companhia Industrial* [Em linha]. Florianópolis: [s.n.], 1979. Dissertação de mestrado em Economia apresentada à UFSC/CCH, 1979. p. 33 e 35. [Consult. 25/03/2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/74869/173625.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Em várias cidades brasileiras, as melhorias urbanas acompanharam as expectativas de desenvolvimento após a proclamação da República (1889). Na capital do país, Rio de Janeiro, as medidas sanitárias e as reformas urbanísticas ocorridas nas primeiras décadas do século XX revelaram as tentativas de se “implementar novos hábitos e costumes (considerados pelas elites como mais civilizados) inspirados nos padrões europeus”; num momento em que a população beirava um milhão de pessoas, as epidemias eram rotineiras e a maioria das moradias possuíam condições insalubres⁵⁷. Nas principais cidades do Brasil, o espaço urbano em transformação, impactado pela crescente população, pelas grandes avenidas, pelo “surgimento de grandes centros de compras”, pela “boemia”, pela “iluminação elétrica das ruas”, pelas grandes fábricas e pelo surgimento de uma nova classe operária, indicava um novo ritmo de vida⁵⁸.

Generalizado nos primeiros anos do século XX, o consumo da cerveja chegou a ser relatado como “uma necessidade”, por um importante jornal carioca, que dizia: “o uso da cerveja entrou nos nossos hábitos, e nada mais difícil que renunciar a um costume contraído”. O jornal defendia naquele momento a manutenção do preço popular da cerveja, em virtude da iminente fusão das “principais fábricas de cerveja do Rio de Janeiro e São Paulo”⁵⁹.

Nesta mesma época, havia em Lisboa diversas cervejarias e a tradicional *Cervejaria Jansen*, criada em 1870, foi uma das que teve papel importante em encontros relativos “à vida da Arte Nacional”, organizados em 1918 pelo compositor e artista Rui Coelho⁶⁰. Mas a vida artística e boêmia portuguesa possuía uma conexão ainda mais antiga, como demonstra a exposição de inauguração da *Cervejaria Leão d’Ouro* em 1885, com uma enorme instalação de obras de arte encomendadas a vários artistas portugueses. No testemunho de Monteiro Ramalho, a cervejaria era “uma espécie de interessante museu livre, faustosamente forrado com pinturas opulentas”⁶¹. Os novos ares seriam sentidos durante as primeiras décadas do século XX, quando Lisboa passou por “inúmeras obras de arquitetura e urbanização, motivadas pela necessidade de crescimento e de modernização da cidade, em virtude do aumento populacional causado pelo desenvolvimento da indústria e do comércio”⁶². As metamorfoses pelo espaço urbano envolviam os habitantes em uma nova “vivência cotidiana” com variadas diversões: teatros, clubs, jogos, cervejarias e cafés⁶³. Diferentes comportamentos coincidem com o fomento industrial ocorrido entre 1870 e 1913, quando um “aparecimento de focos de actividade fabril em localizações urbanas” impactam e alteram a experiência cidadina em Portugal⁶⁴. E assim como na Europa, nas principais cidades brasileiras o consumo de informação, com a circulação cada vez maior de jornais e periódicos, marcou o hábito de leitura da restrita população alfabetizada urbana⁶⁵. O cotidiano da cidade passa a ser percebido de maneira diferente e além de informações sobre acontecimentos, os jornais ofereciam também produtos e serviços.

⁵⁷ NEVES, Margarida de Souza – Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In FERREIRA, Jorge [et al.], org. – *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 14-15.

⁵⁸ SILVA, Julieta Soares Alemão – *A polifonia do samba: transformação da festa em canção popular 1917-1932*. Dourados, MT: Editora da UFGD, 2011. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Grande Dourados, UFGD. p. 22, 26 e 32.

⁵⁹ O monopólio da Cerveja. *Jornal Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro. Ano 28 N° 16 (jan. 1902), p. 1. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20190&pesq=

⁶⁰ LUDOVICE, Nuno – Lisboa 1918: “...Cidade de aparência alegre e louca...”. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. Lisboa N° 4 (2000), p. 160-161. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/cad4/47.pdf>

⁶¹ RAMALHO, Monteiro – Uma cervejaria-museu. *O Occidente*. Lisboa. Ano 8 V. 8 N° 229 (1885), p. 98. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1885/N229/N229_master/N229.pdf

⁶² QUEIROZ, Mónica; PINHEIRO, Vitoria – As escolas de Ruy Jervis d’Athouguia no bairro de Alvalade: uma nova era na modernidade da arquitetura portuguesa do séc. XX. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. Lisboa. N° 7 (2003), p. 166. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/75.pdf>

⁶³ LUDOVICE, Nuno – *Op. cit.*, p. 162.

⁶⁴ REIS, Jaime – A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social* [Em linha]. Vol. 23 N° 96 (2.º sem. 1987), p. 207. [Consult. 07/01/2019]. Disponível na Internet: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223486204E9wNP8ed3Ez05A07.pdf>

⁶⁵ CRUZ, Heloísa de Faria – *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915* [Em linha]. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013. p. 62. [Consult. 07/01/2019]. Disponível na Internet: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/sao_paulo_em_papel

Como ferramenta de luta, uma diversificada imprensa operária, desde 1890, conseguiu mobilizar o “operariado industrial e urbano” através de reivindicações de melhores condições de trabalho e remuneração⁶⁶. Jornais como o paulista *A Plebe* (editado entre 1917 e 1951) ou o carioca *A voz do trabalhador* (que circulou entre 1909 e 1915) são exemplos de uma imprensa anarquista, muito influente no país entre as primeiras duas décadas do século XX. Uma historiografia clássica concede aos operários imigrantes a inserção do movimento socialista e anarquista no Brasil⁶⁷, mas alguns estudos demonstram que muitos imigrantes europeus vindos de áreas rurais não possuíam experiência fabril, abrindo novos questionamentos sobre a posição dos imigrantes nos movimentos trabalhistas no país⁶⁸.

Na capital de Santa Catarina, Florianópolis, o Jornal *Operário*, fundado em 1900, trazia em seu primeiro número a intenção de “despertar o interesse pela instrução profissional e fortalecer o espírito de mútua proteção no seio dessa numerosa classe, em verdade desprestigiada”⁶⁹. Em Joinville não havia uma imprensa ligada diretamente à causa operária, mas é possível encontrar em algumas notícias a consciência do papel do operariado e a necessidade da criação de uma regulamentação trabalhista. Uma matéria de 1909 no jornal *Gazeta de Joinville* fala sobre a criação da Liga Operária e a falta de adesão do operariado joinvilense, “por não ter [...] compreendido, a necessidade da coesão para [...] tornar-se forte e resistente ante as necessidades atuais”; um dos objetivos da Liga era “suplantar a tendência exploradora e preparar melhores condições de existência”⁷⁰. O mesmo jornal tece críticas aos patrões no artigo em comemoração ao dia 1º de Maio de 1909 e deixa o alerta: “a hora das reivindicações já soou no relógio do tempo”⁷¹.

Durante toda a década de 1910, os salários do operariado estavam abaixo de outras classes de trabalhadores e, mesmo que, no decorrer da 1ª Guerra Mundial, tivesse havido um aumento da demanda de trabalho, os gêneros alimentícios encareceram. A alta do custo de vida se refletiu em vários movimentos sociais e grevistas nas principais cidades brasileiras em meados de 1917. Em Joinville, o movimento grevista chegou com grande força, atingindo categorias diversas, como “ferroviários, mecânicos, pedreiros, carpinteiros, cervejeiros, operários de fábrica de fósforos, costureiras e padeiros”; e entre as reivindicações destacavam-se o “aumento de 1\$000, diários” e a jornada de 8 horas⁷². Embora parte da elite percebesse o problema do operariado, havia grande temor com a radicalização do movimento e o papel da polícia era relatado nessa matéria do *Kolonie Zeitung*: “as autoridades [...] estavam firmemente decididas a reprimir todo e qualquer excesso com toda energia, para este fim estavam distribuídos postos de sentinela com homens armados com 30 munições pesadas”⁷³. A greve de 1917 mostrou a intensidade que o movimento operário na cidade podia alcançar, tendo grande repercussão na imprensa da época. O movimento serviu também para expor “à sociedade como viviam os operários e quais eram suas aspirações”⁷⁴.

⁶⁶ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo – *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991. p. 81.

⁶⁷ FERREIRA, Maria Nazareth – *A imprensa operária no Brasil* [Em linha]. São Paulo: Ática, 1988. [Consult. 07/01/2019]. Disponível na Internet: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101406/estudos14.pdf>

⁶⁸ BATALHA, Cláudio – *Op. cit.*, p. 156-157.

⁶⁹ Jornal *Operário* [Em linha]. Florianópolis SC. Ano 1 Nº 1 (15 set. 1900), p. 1. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=890618&pasta=ano%20190&pesq=>

⁷⁰ Jornal *Gazeta de Joinville* [Em linha]. Joinville, SC. Ano 4 Nº 206 (27 mar. 1909), p. 1. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767085>

⁷¹ *Idem*, [Em linha]. Ano 4 Nº 211 (1 mai. 1909), p. 1. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=767085>

⁷² COSTA, Iara Andrade – *Op. cit.*, p. 148-149.

⁷³ Jornal *Kolonie Zeitung*. Joinville, SC. Ano 54 (2 ago. 1917), p. 2.

⁷⁴ ALMEIDA, Rufino Porfírio – O movimento operário em Santa Catarina: a greve de 1917 em Joinville. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC. Nº 4 (1982/83).



Figura 5 Inauguração das novas instalações para cozimento e fermentação da cevada e lúpulo, com o cervejeiro Dionísio Schuller entre as tinas de cobre, 1940. Acervo Arquivo Histórico de Joinville.

Entre as décadas de 30 e 40 acontece uma ampliação do processo de industrialização em Joinville e, com intuito de formar um ambiente disciplinado para o desenvolvimento industrial, uma atenção maior foi voltada para a organização da vida urbana, através da criação de mecanismos de preservação da ordem e enaltecimento do trabalho⁷⁵. As investigações de Iara Costa confluem com a ideia do “uso econômico do tempo”, que, em fins do século XIX, já dominava os discursos dentro das sociedades capitalistas; daí a propaganda contra a “não-produtividade” e o “lazer das massas” presentes em cidades inglesas, além dos esforços para disciplinar uma mão de obra “comprometida’ com o modo de vida industrial”⁷⁶.

Somente durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com a criação, em novembro de 1930, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que se intensificou uma agenda governamental voltada para regulamentações trabalhistas, interferindo “no conflito entre capital e trabalho”. E por mais que o apoio do ministério às organizações sindicais procurasse “atender algumas reivindicações históricas do proletariado”, ele minava a independência sindical, na medida em que submetia a luta trabalhista, através dos sindicatos, à órbita do governo. Entre 1930 e 1935, os esforços se dirigiram para a “regulamentação da jornada de trabalho na indústria e no comércio, bem como do trabalho das mulheres e dos menores de idade”. As principais atuações neste período promoveram: a criação da “carteira profissional”; a “extensão das Caixas de Aposentadoria e Pensões”, o que significou a instituição de uma política previdenciária no país; “o seguro em caso de acidente de trabalho”; e as devidas “indenizações em caso de demissão sem justa causa no comércio e na indústria”⁷⁷.

A luta operária e as reivindicações das classes trabalhadoras eram focos centrais do jornal carioca *O radical*; criado em 1932, foi o principal porta voz das notícias trabalhistas e sindicais, dando “ampla cobertura às greves e convocações de assembléias, à atuação dos sindicatos e às condições de trabalho e de vida dos operários”⁷⁸. E, em 1938, esse jornal escreveu uma matéria sobre a situação dos operários na *Cervejaria Catharinense*, com o título *Bons patrões, vendendo boa cerveja, fabricada por operários bem tratados*. Os industriais são referidos na

⁷⁵ COSTA, Iara Andrade – *Op. cit.* p. 12.

⁷⁶ THOMPSON, E. P. – *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 298 e 300.

⁷⁷ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – *Anos de Incerteza (1930-1937): Ministério do Trabalho* [Em linha]. Rio de Janeiro: CPDOC, 2020. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>

⁷⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes – *O Radical* [Em linha]. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 2009. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>

matéria como “estudiosos das questões sociais”, fazendo mais do que as leis trabalhistas exigiam, promovendo verdadeira assistência aos aproximadamente 80 funcionários; isso porque a empresa mantinha um seguro contra acidentes, auxiliava na “aquisição da casa própria” e aplicava reajustes salariais. Havia também a distribuição de gratificações de acordo com os lucros da empresa. A matéria informa a existência de empregados menores de idade, “mas perfeitamente enquadrados na legislação em vigor”; a legislação da época permitia o trabalho infantil em determinadas funções. Segundo o jornal, a produção alcançava 18 mil hectolitros de cerveja e possuía um maquinário avaliado em quase 2 mil contos de réis⁷⁹.

Numa época ainda sem televisores, as campanhas publicitárias utilizavam outras estratégias para aproximar o público das marcas. Uma delas eram os *Concursos*, uma estratégia publicitária que a cervejaria recorreu em 1932 para a escolha popular de um nome para sua nova marca de cerveja; o prêmio oferecido ao ganhador eram “50 litros de chopp e 12 garrafas de licores finos sortidos”⁸⁰. Com seu nome escolhido em concurso popular, a Cerveja *Favorita*, teve sua estreia durante o carnaval de 1935. Para a data de lançamento, a cerveja ganhou até uma marchinha de carnaval, com música e letra composta por Guilherme Varella⁸¹:

Nos três dias de folia,
no reino do carnaval,
beber só a Favorita,
é o supremo ideal

Até à década de 50, havia uma distribuição equitativa de habitantes entre áreas urbana e rural em Joinville, um equilíbrio que se desfez a partir da década de 60, quando a população predominantemente urbana supera a da área rural. Situação decorrente do fomento industrial, que com a oferta de empregos gerou um aumento populacional pelo grande afluxo de migrantes vindos principalmente do Estado do Paraná. A necessidade de mão de obra fez com que as próprias empresas requisitassem trabalhadores de outros estados brasileiros entre as décadas de 1960 e 1970⁸². A expansão urbana contou com a criação de novos bairros e a implantação de uma significativa malha viária, que se mostraram ineficientes ao longo dos anos. O número de habitantes que, na década de 1940, era de pouco mais de 30 mil saltou para 235 mil em 1980⁸³. O rápido aumento populacional e os baixos salários pagos para os migrantes na indústria não garantiu moradia decente a esses trabalhadores. Assim, a falta de habitação que gerou a invasão de áreas de mangue e a ocupação de áreas irregulares se configurou num dos grandes problemas urbanos e sociais enfrentado pela cidade, durante os anos de 1980⁸⁴. Alguns projetos de urbanização foram propostos para essas áreas ao longo da década, permanecendo, entretanto, a segregação socioespacial.

⁷⁹ Jornal *O Radical*. Rio de Janeiro, Ano 7 N° 2017 (10 nov. 1938), p. 19. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830399>

⁸⁰ Concurso. Jornal *A Notícia*. Joinville SC. Ano 11 N° 1227 (1 set. 1932), p. 4.

⁸¹ Favorita. Jornal *A Notícia* [Em linha]. Joinville SC. Ano 14 N° 1947 (27 fev. 1935), p. 7. [Consult. 27/03/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=843709&pesq=cerveja%20favorita>

⁸² SILVA, Etienne Luiz – História de Joinville. *Jornal Extra*. Joinville. (9 mar, 1985).

⁸³ MOSER, Liliane – *Como o mangue virou cidade: um estudo sobre condições de vida e a organização institucional do espaço urbano nas áreas de mangue em Joinville/SC* [Em linha]. Florianópolis: [s.n.], 1993. Dissertação de mestrado em Sociologia Política apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. p. 38. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75845/PSOP0043D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

⁸⁴ ZERGER, Liliane Jacinto – *Análise do discurso do projeto mangue: o patrimônio natural em questão nos mecanismos de controle social do processo de urbanização dos manguezais em Joinville/SC nas décadas de 1970 a 1980* [Em linha]. Joinville: [s.n.], 2017. Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade apresentada à Universidade da Região de Joinville, Univille p. 35. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/1025491/LILIANE_JACINTO_ZERGER.pdf

Se, por um lado, a industrialização significou um rompimento com formas de vida tradicionais, trazendo transformações no cotidiano das cidades e das pessoas, por outro, manifestou a evolução da técnica e da engenhosidade humana; deixou um legado de pelo menos três séculos nos mais variados ramos da ciência, das telecomunicações, dos transportes. Os elementos fabris não são apenas vestígios de um novo modo de produção aberto com a Revolução Industrial, mas interagem e representam toda uma sociedade que foi culturalmente impactada por essas mudanças, dos investimentos econômicos às organizações do trabalho e às formas de consumo.

A INDÚSTRIA COMO PATRIMÔNIO: REFLEXÕES SOBRE PRESERVAÇÃO DE ELEMENTOS FABRIS

Se em meados do século XX, com o desenvolvimento da Arqueologia Industrial, os espaços industriais passam a ganhar maior visibilidade, principalmente em razão da destruição de material ocorrida durante a 2ª Guerra Mundial e, anos depois, pelo movimento de desindustrialização, fruto de uma nova fase do capitalismo na Europa, é durante a década de 1970 que se fortalece, com a abertura de diferentes temas de interesse historiográficos, “uma ‘nova’ representação patrimonial” de valorização à cultura técnico-industrial e à memória operária. Exemplo disso foi a realização do Primeiro Congresso Internacional para conservação de monumentos industriais em 1973 (*First International Congress on the conservation of industrial monuments - FICCIM*), evento que posteriormente incentivou a criação do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH)⁸⁵.

Como campo emergente de conhecimento no Brasil, os sítios industriais ainda não são tratados dentro de políticas sérias de preservação, permanecendo uma dificuldade em reconhecer seus valores. Embora em Portugal a sugestão de uma “arqueologia da indústria” já tivesse sido mencionada por Francisco Viterbo em 1896⁸⁶ como campo patrimonial, a chamada “museologia industrial” ou “museologia dos fenômenos industriais” surge a partir dos anos 80, num momento em que muitos vestígios fabris eram demolidos ou assumiam novas funções de uso no tecido urbano⁸⁷.

O estreito vínculo entre industrialização, urbanização e o crescimento das cidades fez do complexo industrial um elemento incorporado ao patrimônio urbano e da mesma maneira entendido como “monumento coletivo”⁸⁸. Dessa forma, a representatividade dos complexos industriais sobre a paisagem dos conjuntos urbanos assumiu novos atributos culturais e seguiu um movimento de expansão de sentidos e de valores dos patrimônios culturais, indo além das “técnicas construtivas”, da “filiação estética”, da “ancianidade”, da “monumentalidade” e da “excepcionalidade”. Ao mesmo tempo, a visão nostálgica ou inerte do passado passou a ser confrontado pela ideia de um passado fragmentado, formado por subjetividades⁸⁹.

Um novo despertar de valores estéticos das edificações industriais pode ser interpretado como uma “peça fundamental” para seu reconhecimento como patrimônio cultural, pela capacidade de estimular sentimentos, “emoções” e “interesses”. Como exemplo dessas manifestações, Soto e Ganges apontam para o grande número de representações artísticas que envolvem “componentes fabris” (“máquina”, “repetição de janelas”, “padrões

⁸⁵ LIMA, Diana Farjalla Correia – Da face inativa da indústria ao contexto ativo do museu: aspectos da musealização do patrimônio industrial. In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, Florianópolis, 2013 - *Anais* [Em linha]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 3-4. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3687/2256>

⁸⁶ VITERBO, Sousa – Archeologia industrial portuguesa: os moinhos. *O Archeologo Português*. V. 2 Nº 8 e 9 (ago/set. 1896), p. 193-204.

⁸⁷ CUSTÓDIO, Jorge – *Introdução ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês: Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês: exposição permanente: estudos: catálogo*. Silves: Fábrica do Inglês, 1999. p. 15.

⁸⁸ RUFINONI, Manoela Rossinetti – *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. São Paulo: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo apresentada à FAUUSP. p. 103-104.

⁸⁹ RODRIGUES, Marly – Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. *Arq.Urb: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo* [Em linha]. São Paulo. V. 3 (1º Sem. 2010), p. 33-34. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet: https://www.usjt.br/arq.urb/numero_03.html

modulares”) e “paisagens industriais” (chaminés, construções, telhados, vilas operárias)⁹⁰. Não apenas pinturas, mas, também, as criações literárias sobre o tema industrial, como o poema *O cavalo a vapor* de Adelbert von Chamisso, que, escrito em 1830, teve seus versos citados por Koselleck⁹¹, são a demonstração de uma experiência acelerada do tempo, ocorrida após os avanços tecnológicos da Revolução industrial. Também, o poema português *Ode Triunfal* escrito em 1914 por Álvaro Campos, heterônimo de Fernando Pessoa, reverberou em sua voz uma veneração à máquina⁹².

Em muitas cidades, a proteção às antigas chaminés representa não apenas uma menção à Revolução Industrial, mas, também, à sua grande potência visual; seu impacto vertical sobre a paisagem como marco de uma arquitetura simbólica⁹³. A “forma clara” das chaminés se identifica com o conceito de “marco” de Kevin Lynch, constituindo uma interferência física sobre a paisagem da cidade, servindo aos observadores como referências externas, por suas “singularidades” e a fácil identificação⁹⁴. No caso específico da chaminé da cervejaria, outros atributos citados pelo autor podem ser observados, como a possibilidade de ser vista dentro de uma localidade e o contraste entre sua estrutura e o “plano de fundo” formado por cobertura vegetal.

Bairros operários, bairros industriais, o formato das ruas e suas conexões na formação das paisagens urbanas são exemplos de alicerces identitários que marcam a vivência de seus habitantes. Como parte de artefatos ligados ao patrimônio industrial, estes elementos simbolizam também uma “experiência quase sensorial”⁹⁵ e ganham cada vez mais espaço nas políticas de preservação. Para Ricoeur, o “espaço habitado”, o “espaço vivido”, como “suporte material”, tem a capacidade de interferir tanto na construção de uma “memória íntima” como na de uma “memória compartilhada”, que, posteriormente, pode tornar-se “memória coletiva”. Assim, de lembranças individuais às lembranças compartilhadas de um “lugar”, de uma região, refletem “um sistema de sítios para as interações mais importantes da vida”⁹⁶.

Foi diante desses paradigmas preservacionistas e seguindo diretrizes internacionais de salvaguarda do patrimônio industrial, que o órgão de preservação municipal, Coordenação do Patrimônio Cultural - CPC (ligado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da Prefeitura Municipal de Joinville), admitindo a relevância industrial e econômica da cervejaria para a cidade, decidiu abrir o processo de tombamento da fábrica em 2007, que se concretizou em 2010 com o reconhecimento da cervejaria como Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da cidade. Declararam assim o interesse em “assegurar e conservar este equipamento para as futuras gerações”, como forma de engrandecer “a memória e a autoestima da comunidade de Joinville”⁹⁷. A ligação cultural com a produção cervejeira, que remete ao início de sua colonização, também foi mencionada como um dos motivos para a patrimonialização da fábrica, destacando-se: o fato da *Cervejaria Catharinense*, adquirida pela *Antarctica* em 1948, se ter originado em 1889 com o imigrante Alfred Tiede; o fato de uma das primeiras cervejarias do Estado de Santa Catarina e do Brasil ter sido criada em Joinville, em 1852, pelo também imigrante Albrecht Gabriel Schmalz⁹⁸; e o fato da cerveja produzida pela fábrica *Antarctica* de Joinville ter sido considerada a melhor do Brasil durante os anos 1990⁹⁹.

⁹⁰ SOTO, José Luis Lalana; GANGES, Luis Santos – *Op. cit.*, p. 17.

⁹¹ KOSELLECK, Reinhart – *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014. p. 139.

⁹² PESSOA, Fernando – *Poesias de Álvaro de Campos*. Lisboa: Edições Ática, 1978. p. 145.

⁹³ URIARTE, Inaki, 2005, p. 54 *apud* GÁRATE NAVARRETE, Verónica – *El modelo barcelona de espacio público y diseño urbano: las chimeneas industriales como elemento de arte público: el caso del Poblenou*. Barcelona, [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Desenho Urbano: Arte, Cidade e Sociedade apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona. p. 56.

⁹⁴ LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. p. 53 e 88.

⁹⁵ SAMPAIO, Maria da Luz Braga – Entrevista concedida à Telma Bessa Sales. In MATOS, Ana Cardoso; SALES, Telma Bessa, coord. – *Conversando sobre patrimônio industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens*. Sobral, CE: UVA. 2018. p. 152.

⁹⁶ RICOEUR, Paul – *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p. 156-159.

⁹⁷ FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE – *Op. cit.*, p. 99.

⁹⁸ SANTOS, Rafael – *Op. cit.*, p. 77.

⁹⁹ AMORIM, Lucas – Os bastidores da fusão que criou a maior cervejaria do mundo. *Revista Exame* [Em linha]. (15 mar. 2018). Disponível na Internet: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-genese-da-maior-cervejaria-do-mundo/>.

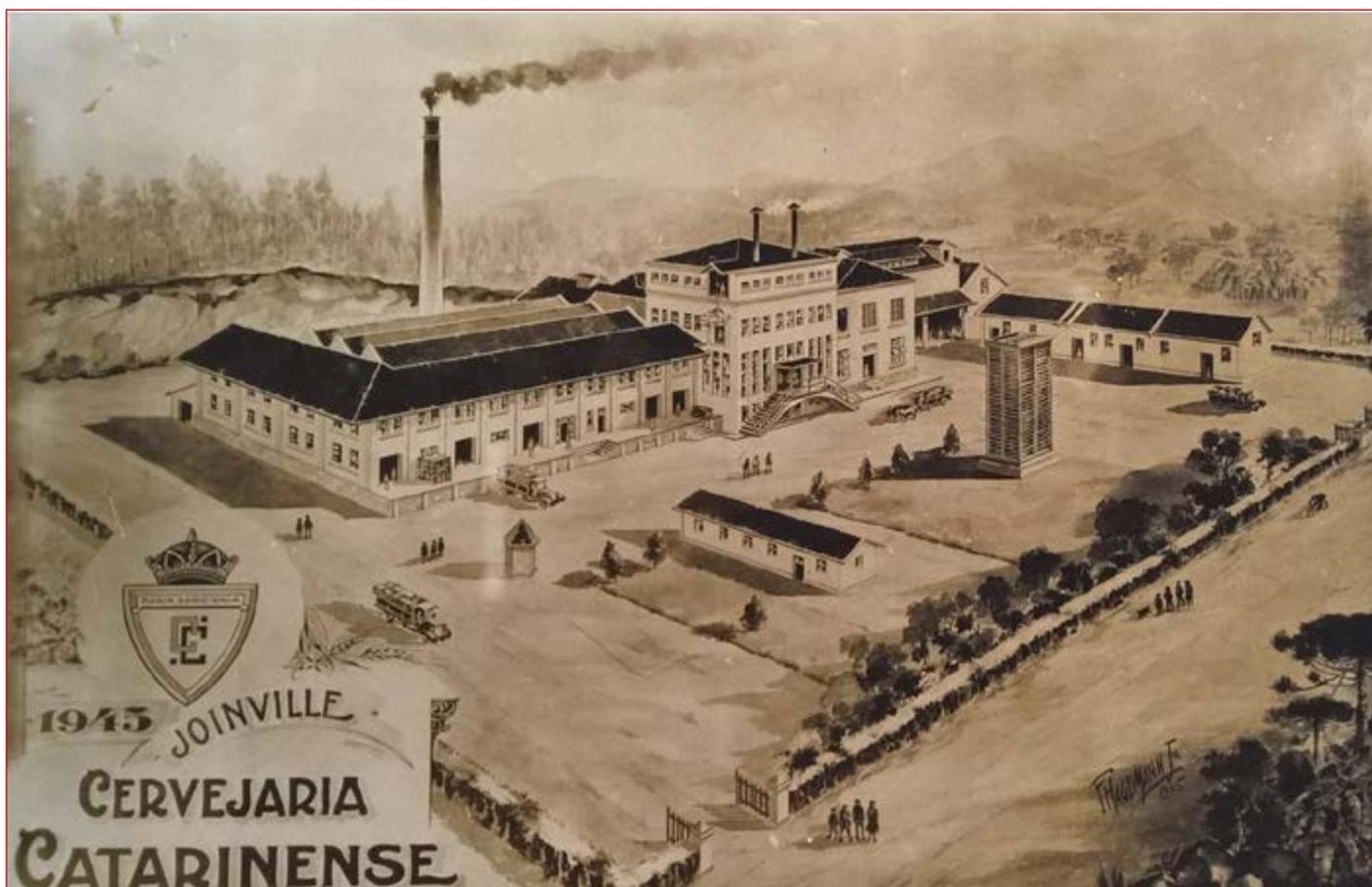


Figura 6 Propaganda da Cervejaria após as ampliações de 1940, ilustração de Fernando Hagemann Junior, 1945. Coleção Particular.

O tombamento destacou o valor estético do conjunto arquitetônico da fábrica, embora no momento de sua construção, em meados da década de 1910, a arquitetura priorizasse apenas “respostas técnicas à implantação industrial”¹⁰⁰. A questão de uma edificação que responde a uma determinada necessidade é identificada por Maurice Damas como uma das singularidades da arquitetura industrial. Uma vez que sua intenção é atender demandas de fabricação de produtos, de prestação de serviços técnicos ou obras públicas (trens, canais, estações elétricas e de gás, por exemplo), essas construções se inserem em “modelos de pensamento e práxis, derivados de paradigmas da era mecânica”¹⁰¹. Como formas de preservação das áreas industriais, Miguel Areces, um dos membros do TICCIH espanhol, defende uma reabilitação da edificação que considere a conservação de componentes entendidos como “valores essenciais” do patrimônio industrial, como: “elementos estruturais e singulares”; “materiais e sistemas construtivos”, “manutenção do espaço industrial”, e a “imagem global da construção”¹⁰².

Mas o entusiasmo de patrimonialização da cervejaria apresentou uma postura comum de investir à categoria arquitetônica um peso maior no reconhecimento do patrimônio industrial, deixando ausente outros componentes. A Carta de Nizhny Tagil estipulou alguns atributos industriais que vão além da edificação, como a “maquinaria”, a “paisagem industrial” e a “documentação”, encarados como valores “constitutivos” e “intrínsecos”

¹⁰⁰ FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE – *Op. cit.*, p. 99.

¹⁰¹ DAMAS, Maurice, 1980, *apud* SOTO, José Luis Lalana; GANGES, Luis Santos – La frontera del patrimonio industrial. *Lla'mpara: patrimonio industrial*. Valladolid: Asociacion Llampara. Nº 2 (2009), p. 12-13.

¹⁰² ALVAREZ-ARECES, Miguel Angel – *Patrimonio industrial: un futuro para el pasado desde la visión europea: apuntes* [Em linha]. V. 21 Nº 1 (fev. 2008), p. 12. [Consult. 25/03/2020]. Disponível na Internet: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-97632008000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=es.

do patrimônio industrial¹⁰³. Esses elementos, incluindo ferramentas e parte dos mobiliários que integram a história da fábrica e seus modos de produção, ainda presentes dentro da *Cervejaria Antarctica* sob ação de saques e deterioração, não foram incorporados nos discursos de preservação da proposta de tombamento, o que demonstra, além dos limites do tombamento como ferramenta para preservação de bens culturais, certa dificuldade em reconhecer os valores específicos do patrimônio industrial. Outra problemática na tentativa de conservação foi a incapacidade (até o momento) de promover o reuso do espaço e, nesse sentido, problemas complexos envolvendo investimentos e entusiasmo de setores públicos e privados acabaram por rejeitar parte da história industrial e social da cidade de Joinville.

De qualquer forma, a percepção de valor sobre o passado fabril, no sentido de preservá-lo, seja para estudos ligados à história da industrialização, do trabalho ou da tecnologia, aparece como uma ferramenta pedagógica envolvendo a pesquisa histórica, a conservação de componentes fabris e até sua possível musealização. Sem dúvida esse tipo de pensamento que alia preservação e conhecimento, já tão comum em Portugal (como o Museu das Comunicações, o dos Lanifícios, o Ferroviário), no Brasil ainda se mostra incipiente.

PONDERAÇÕES FINAIS

A história industrial e operária, assim como outros domínios historiográficos, ampliou durante a década de 1960 “tanto seu campo de ação quanto seu método”; com essa expressão, Hobsbawm alertava não apenas a ultrapassagem de uma história “de ordem política, ideológica, ou mesmo econômica, para uma história social em seu sentido mais amplo”, mas também a “necessidade de se explorar fontes inteiramente novas” e métodos inovadores¹⁰⁴. E uma possibilidade de novos olhares sobre o tema pode ser construída a partir de estudos que considerem a perspectiva das políticas e ações de preservação dos bens industriais. Pesquisas relativas ao patrimônio cultural mostram de que maneira determinada sociedade estabelece uma relação com seu passado. A escolha entre o que preservar e o que não preservar evidencia uma disputa sobre que tipo de narrativa relativa ao passado é possível construir, a partir de determinados bens culturais. Enquanto Hartog considera que as ações de patrimonialização “impõem uma relação explícita com o tempo”, entre passado e presente¹⁰⁵, Poulot argumenta que um conjunto de bens considerados patrimônio “pode questionar a própria evidência patrimonial”, visto que a ideia de transmissão peculiarmente conferida ao patrimônio passa por um processo de construção imaginária e institucional¹⁰⁶.

Se, por um lado, a pretensão deste pequeno artigo foi mostrar a possibilidade de ampliar as pesquisas históricas a partir da dimensão aberta pelo patrimônio industrial e pelo valor da sua preservação estética e memorial no interior do conjunto urbano, por outro lado, a pesquisa buscou estabelecer uma interação entre os dados históricos relativos à cervejaria e o contexto de formação da cidade em 1851, abordando assim os principais estímulos e a configuração do desenvolvimento industrial em Joinville, iniciados nas últimas décadas do século XIX. Com uso diversificado de fontes e um esforço interdisciplinar procurou-se, dentro do possível, identificar também contextos políticos e lutas sociais dos trabalhadores operários. E, em um momento marcado pela flexibilização das leis trabalhistas, o que tem levado aos trabalhadores brasileiros perdas de direitos históricos conquistados ao longo do tempo, a memória das lutas trabalhistas por melhores condições de vida não pode ser esquecida.

¹⁰³ *Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial* [Em linha]. Nizhny Tagil: Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial, 2003. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>

¹⁰⁴ HOBBSAWM, Eric J. – *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. p. 25.

¹⁰⁵ HARTOG, François – Tempo e patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte. V. 22 Nº 36 (jul/dez. 2006), p. 264.

¹⁰⁶ POULOT, Dominique – Da razão patrimonial aos mundos do patrimônio. *Geosaberes* [Em linha]. V. 5 Nº 1 (dez. 2014), p. 35. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/issue/view/15>

RREFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Histórico de Joinville

Fotografia da Inauguração das novas instalações para cozimento e fermentação da cevada e lúpulo, com o cervejeiro Dionísio Schuller entre as tinas de cobre, 1940.

Fundação Cultural de Joinville, Coordenação de Patrimônio Cultural, Processo de Tombamento Municipal FCJ.CPC.2006-001, Rua XV de Novembro, nº 1383, V. 1, 2010.

Inauguração da Estação e do Ramal Ferroviário de Joinville, São Francisco do Sul, 1906.

Livro de Rótulos Typographia Otto Boehm, Rótulos da Cerveja Alfred Tiede.

Projetos Arquitetônicos, Detalhes do Projeto de Aumento da Cervejaria Catarinense S.A, 1939.

Projetos da Construção da Casa de Máquinas e de Anexo para a Cervejaria Alfred Tiede, 1925.

Coleção Particular Família Fritz Hofmann

Fotografia de Fritz Hofmann, Prédio da Cervejaria, 1940.

Ilustração de Fernando Hagemann Junior, Propaganda da Cervejaria após as ampliações de 1940, 1945.

Fundação Biblioteca Nacional do Brasil

A Cervejaria Brahma perante a indústria, o commercio e a hygiene. *Jornal do Commercio* [Em linha]. Rio de Janeiro. Ano 84 Nº 93 (3 abr. 1910). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/867

A Cidade [Em linha]. Laguna, SC. Ano 2 Nº 486 (1 jan. 1927). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/882844/19>

A Notícia [Em linha]. Joinville SC. Ano 14 Nº 2182 (25 dez. 1935). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/9720>

A Notícia [Em linha]. Joinville SC. Ano 19 Nº 3320 (23 out. 1940). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/4402>

A União [Em linha]. Desterro, SC. Ano 1 Nº 13 (1 de jul. 1868). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/884316/45>

Cervejaria Catarinense [Em linha]. *Boletim Commercial*. Florianópolis SC. Ano 2 Nº 15 (jul. 1942). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/884693/1501>

Cervejaria Catharinense [Em linha]. *A Notícia*. Joinville SC. Ano 14 Nº 2182 (25 dez. 1935). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/9720>

Cervejaria Catharinense e o seu crescente desenvolvimento. *A Cidade* [Em linha]. Laguna, SC. Ano 2 Nº 486 (1 jan. 1927). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/882844/19>

Concurso. *A Notícia* [Em linha]. Joinville SC. Ano 11 Nº 1227 (1 set. 1932). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/2288>

Favorita. *A Notícia* [Em linha]. Joinville SC. Ano 14 Nº 1947 (27 fev. 1935), p. 7. [Consult. 27/03/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/8175>

Gazeta de Joinville [Em linha]. Joinville, SC. Ano 1 N° 16 (22 jun. 1905), p. 3. [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/1435>

Gazeta de Joinville [Em linha]. Joinville, SC. Ano 1 N° 28 (14 out. 1905), p. 3. [Consult. 27/03/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/1481>

Gazeta de Joinville [Em linha]. Joinville, SC. Ano 4 N° 08 (24 nov. 1880), p. 1. [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/655>

Gazeta de Joinville [Em linha]. Joinville, SC. Ano 4 N° 206 (27 mar. 1909), p. 1. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/767085/49>

Gazeta de Joinville [Em linha]. Joinville, SC. Ano 4 N° 211 (1 mai. 1909), p. 1. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/767085/61>

Gazeta de Joinville: Orgam dos Interesses Agricolas, Mercantis e Industriaes [Em linha]. Joinville, SC. Ano 1 N° 48 (27 ago. 1878), p. 1. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/189>

Inauguração de novas instalações na Cervejaria Catharinense. *A Notícia* [Em linha]. Joinville SC. Ano 19 N° 3319 (20 out. 1940). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/4398>

Jornal do Commercio [Em linha]. Rio de Janeiro. Ano 84 N° 93 (3 abr. 1910). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/867

Kolonie Zeitung. Joinville, SC. Ano 54 (2 ago 1917).

O Estado [Em linha]. Florianópolis. Ano 10 N° 3418 (30 out. 1925), p. 1. [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_02/16853

O monopólio da Cerveja. *Gazeta de Notícias* [Em linha]. Rio de Janeiro. Ano 28 N° 16 (16 jan. 1902), p. 1. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/3451

O Radical [Em linha]. Rio de Janeiro, RJ. Ano 7 N° 2017 (10 nov. 1938), p. 19. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/830399/15600>

Operario. Florianópolis SC [Em linha]. Ano 1, N° 1 (15 set. 1900), p. 1. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/890618/1>

Pela Indústria Catharinense: a grande cervejaria Tiede, Seyboth & Cia. *O Estado* [Em linha]. Florianópolis, SC. Ano 10 N° 3418 (30 out. 1925), p. 1. [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: http://memoria.bn.br/DocReader/098027_02/16853

Uma grande indústria joinvilense. *A Notícia* [Em linha]. Joinville SC. Ano 15 N° 2196 (15 jan. 1936). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/9864>

Uma indústria joinvilense que honra o nome do estado. *A Notícia* [Em linha]. Joinville, SC. Ano 15 N° 2470 (20 dez. 1936). [Consult. 21/05/2020]. Disponível na Internet: <http://memoria.bn.br/DocReader/843709/12185>

Hemeroteca Digital Catarinense

Actualidade [Em linha]. Joinville SC. Ano 1 N° 79 (10 out. 1918). [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/jornais/aactualidadejoin/ACTU1918079.pdf>

Universidade de Glasgow

Whitbread's Brewery: founded 1742 [Em linha]. [London]: House of Whitbread, [19--]. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: https://www.gla.ac.uk/media/Media_399719_smxx.pdf

ESTUDOS

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza – Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de, org. – *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. vol. 2, p. 291-335.
- ALMEIDA, Rufino Porfírio – O movimento operário em Santa Catarina: a greve de 1917 em Joinville. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Florianópolis: IHGSC. Nº 4 (1982/83).
- ALMEIDA, Rufino Porfírio – *Um aspecto da economia de Santa Catarina: a indústria cervateira: o estudo da Companhia Industrial* [Em linha]. Florianópolis: [s.n.], 1979. Dissertação de mestrado em Economia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. [Consult. 25/03/2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/74869/173625.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- ALVAREZ-ARECES, Miguel Angel – *Patrimonio industrial: un futuro para el pasado desde la visión europea: apuntes* [Em linha]. V. 21 Nº 1 (fev. 2008), p. 6-25. [Consult. 25/03/2020]. Disponível na Internet: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-97632008000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=es
- Ambev registra lucro de mais de R\$ 11 bilhões em 2018. *G1 Globo* [Em linha]. (2 fev. 2019). Disponível na Internet: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/02/28/ambev-registra-lucro-de-r-113-bilhoes-em-2018.ghtml>
- AMORIM, Lucas – Os bastidores da fusão que criou a maior cervejaria do mundo. *Revista Exame* [Em linha]. (15 mar 2018). Disponível na Internet: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/a-genese-da-maior-cervejaria-do-mundo/>
- BATALHA, Cláudio – Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, org. – *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 161-189.
- CARDOSO, Mirian – *Ideologia do desenvolvimento, Brasil: JK – JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial* [Em linha]. Nizhny Tagil: Comitê Brasileiro para Conservação do Patrimônio Industrial, 2003. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>
- CARVALHO, José Murilo de – *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- COSTA, Emília Viotti da – *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1999.
- COSTA, Iara Andrade – *A cidade da ordem: tensões sociais e controle (Joinville:1917/1943)* [Em linha]. Curitiba: [s.n.], 1996. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal do Paraná, UFPR. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27077/D%20%20COSTA%2C%20IARA%20ANDRADE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- CRUZ, Heloísa de Faria – *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915* [Em linha]. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. 2013. [Consult. 07/01/2019]. Disponível na Internet: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/publicacao/anexo/sao_paulo_em_papel
- CUNHA, Dilney – *Suíços em Joinville: o duplo desterro*. Joinville, SC: Letra d'água. 2003.
- CUSTÓDIO, Jorge – *Introdução ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês: Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês: exposição permanente: estudos: catálogo*. Silves: Fábrica do Inglês, 1999.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo – *Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil 1889 a 1930*. São Paulo: Atual, 1991.
- DE MARCHI, Victorio – *De duas uma: a fusão na mesa*. São Paulo: Bella Editora, 2018.
- DIAS, Maria Cristina – Pausa para um gole. *Suplemento Literário HEKADEMEIA 4*. Joinville: Academia Joinvilense de Letras. V. 2 Nº 2 (fev. 2017), p. 12-17.

- DIEGUES JÚNIOR, Manuel – *Imigração, urbanização e industrialização*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1964.
- FERREIRA, Maria Nazareth – *A imprensa operária no Brasil* [Em linha]. São Paulo: Ática, 1988. [Consult. 07/01/2019]. Disponível na Internet: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204433/4101406/estudos14.pdf>
- FERREIRA, Marieta de Moraes – *O Radical* [Em linha]. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 2009. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radical-o>
- FICKER, Carlos – *História de Joinville: subsídios para a crônica: Colônia Dona Francisca*. Joinville: Ipiranga, 1965.
- FOLGADO, Deolinda – *A nova ordem industrial: da fábrica ao território de Lisboa: 1933-1968*. Lisboa: [s.n.], 2010. Tese de doutoramento, História (Arte, Patrimônio e Restauro) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Caminho do Oriente: guia do património industria*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – *Anos de incerteza (1930-1937): Ministério do Trabalho* [Em linha]. Rio de Janeiro: CPDOC. [Consult. 07/01/2020]. Disponível na Internet: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>
- FUNDAÇÃO IBGE – Censo industrial do Brasil-1907-o Brasil-Suas Riquezas Naturaes, suas Industrias. *Série Histórica* [Em linha]. Rio de Janeiro: FIBGE. V. 2 T. 1 (1986), p. 260. [Consult. 27/03/2020]. Disponível na Internet: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv17983_v2_t1.pdf
- GÁRATE NAVARRETE, Verónica – *El modelo barcelona de espacio público y diseño urbano: las chimeneas industriales como elemento de arte público: el caso del Poblenou*. Barcelona, [s.n.], 2011. Dissertação de mestrado em Desenho Urbano – Arte, Cidade e Sociedade apresentada à Faculdade de Belas Artes da Universidade de Barcelona.
- GOULARTI FILHO, Alcides – *Padrões de crescimento e diferenciação econômica em Santa Catarina*. Campinas, SP. [s.n.], 2001. Tese de doutoramento em Economia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade de Campinas, UNICAMP.
- HARTOG, François – Tempo e patrimônio. *Varia História*. Belo Horizonte. V. 22 Nº 36 (jul/dez. 2006), p. 261-273.
- KOSELLECK, Reinhardt – *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.
- LEONARDI, Victor; HARDMAN, Francisco Foot – *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global, 1982.
- LIMA, Diana Farjalla Correia – Da face inativa da indústria ao contexto ativo do museu: aspectos da musealização do patrimônio industrial In ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, Florianópolis, 2013 - *Anais* [Em linha]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 3-4. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3687/2256>
- LUDOVICE, Nuno – Lisboa 1918: “...Cidade de aparência alegre e louca...”. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. Lisboa: Câmara Municipal. Nº 4 (2000), p. 166-191. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/cad4/47.pdf>
- LYNCH, Kevin – *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MAMIGONIAN, Armén – Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. *Revista Brasileira de Geografia* [Em linha]. Rio de Janeiro: IBGEW. V. 27 Nº 3 (jul/set. 1965), p. 389-481. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <https://geografiaeconomicaesocial.ufsc.br/files/2017/04/Estudo-Geogr%C3%A1fico-dasInd%C3%BAstrias-de-Blumenau-Armen-Mamigonian.pdf>
- MENDES, José Amado – A arqueologia industrial: uma nova vertente de conservação do património cultural [Em linha]. Coimbra: CEFA, 1990. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/12792/1/Jos%C3%A9%20M.Amado%20Mendes26.pdf>

- MOSER, Liliane – *Como o mangue virou cidade: um estudo sobre condições de vida e a organização institucional do espaço urbano nas áreas de mangue em Joinville/SC* [Em linha]. Florianópolis: [s.n.], 1993. Dissertação de mestrado em Sociologia Política apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75845/PSOP0043D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- NEVES, Margarida de Souza – Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, org. – *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excluyente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- PAVESI, Maria Judite – *Fundo Domínio Dona Francisca: apontamentos sobre a constituição e o arranjo de um acervo*. Santa Maria: [s.n.], 2013. Monografia apresentada pós-graduação em Gestão de Arquivos na Universidade Federal de Santa Maria.
- PESSOA, Fernando – *Poesias de Álvaro de Campos*, Lisboa: Edições Ática, 1978.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz – “*Que a União Operária seja nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria, RS: Ed. Universidade UFRGS. 2001.
- POULOT, Dominique – Da razão patrimonial aos mundos do patrimônio. *Geosaberes* [Em linha]. V. 5 N° 1 (dez. 2014), p. 35. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/issue/view/15>
- QUEIROZ, Mónica; PINHEIRO, Vitoria – As escolas de Ruy Jervis d’Athouguia no bairro de Alvalade: uma nova era na modernidade da arquitetura portuguesa do séc. XX. *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. Lisboa. N° 7 (2003), p. 164-183. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/75.pdf>
- RAMALHO, Monteiro – Uma cervejaria-museu. *O Occidente* [Em linha]. Lisboa. Ano 8 V. 8 N° 229 (1885), p. 97-99. [Consult. 15/01/2020]. Disponível na Internet: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1885/N229/N229_master/N229.pdf
- REIS, Jaime – A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870-1913. *Análise Social* [Em linha]. V. 23, N° 96 (2º sem. 1987), p. 207-227. [Consult. 07/01/2019]. Disponível na Internet: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223486204E9wNP8ed3Ez05AO7.pdf>
- RICOEUR, Paul – *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Marly – *A década de 50: populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil*. São Paulo: Ática, 2001.
- RODRIGUES, Marly – Patrimônio industrial: entre o fetiche e a memória. *Arq.Urb: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo* [Em linha]. São Paulo. V. 3 (1º sem. 2010), p. 31-40. [Consult. 10/01/2020]. Disponível na Internet: https://www.usjt.br/arq.urb/numero_03.html
- ROCHA, Isa de Oliveira – *Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações* [Em linha]. Florianópolis SC: [s.n.], 1994. Dissertação de mestrado em Geografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Geociências. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/76154/PGCN0042D.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- RUFINONI, Manoela Rossinetti – *Preservação e restauro urbano: teoria e prática de intervenção em sítios industriais de interesse cultural*. São Paulo, [s.n.], 2009. Tese de doutoramento em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
- SAMPAIO, Maria da Luz Braga – Entrevista concedida à Telma Bessa Sales. In MATOS, Ana Cardoso; SALES, Telma Bessa, coord. – *Conversando sobre património industrial e outras histórias: palavras, espaços e imagens*. Sobral, CE: UVA, 2018. p. 143-160.
- SANTANA, Francisco – A introdução da máquina a vapor em Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses. Série 10 V. I/II (1) (1984/88), p. 203-210.

- SANTOS, Paulo Alexandre da Graça – *Mensagens nas garrafas: o prático e o simbólico no consumo de bebidas em Porto Alegre (1875-1930)*. Porto Alegre, RS: [s.n.], 2009. Tese de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- SANTOS, Rafael – *As microcervejarias catarinenses: da gênese à dinâmica atual*. Florianópolis: [s.n.], 2013. Dissertação de mestrado em Geografia apresentado à Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC.
- SANTOS, Sérgio de Paula – *Os primórdios da cerveja no Brasil*. Cotia: Ateliê Cultural, 2004.
- SILVA, Etienne Luiz – História de Joinville. *Jornal Extra*. Joinville. (9 mar. 1985).
- SILVA, Julieta Soares Alemão – *A polifonia do samba: transformação da festa em canção popular 1917-1932*. Dourados, MT: Editora da UFGD, 2011. Dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Grande Dourados, UFGD.
- SOTO, José Luis Lalana; GANGES, Luis Santos – La frontera del patrimonio industrial. *Lla`mpara: patrimonio industrial*. Valladolid: Asociacion Llampara. N. 2 (2009), p. 7-20.
- SOUSA, Diógenes Rodrigues de – *Cidade e cerveja Companhia Antarctica Paulista e urbanização em São Paulo* [Em linha]. Campinas, SP: [s.n.], 2017. Dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Campinas. [Consult. 28/03/2020]. Disponível na Internet: <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/960>
- SUZIGAN, Wilson – Industrialização brasileira em perspectiva histórica. *História Econômica & História de Empresas* [Em linha]. V. 3 N° 2 (2000), p. 7-25. [Consult. 28/03/2020]. Disponível na Internet: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/143>
- TAVARES, Luiz Alberto – *James Watt: a trajetória que levou ao desenvolvimento da máquina a vapor vista por seus biógrafos e homens de ciências*. São Paulo: [s.n.], 2008. Dissertação de mestrado em História da Ciência apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- TERNES, Apolinário – *História econômica de Joinville*. Joinville, SC: Meyer, 1986.
- THOMPSON, E. P. – *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VERSIANI, Maria Teresa – Proteção tarifária e crescimento industrial nos anos 1906/12: o caso da cerveja. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico* [Em linha]. V. 12 N° 2 (ago. 1982), p. 455-488. [Consult. 27/03/2020]. Disponível na Internet: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6330/1/PPE_v12_n02_Protecao.pdf
- VITERBO, Sousa – Archeologia industrial portuguesa: os moinhos. *O Archeologo Português*. V. 2 N° 8 e 9 (ago/set. 1896), p. 193-204.
- VOOS, Charles Henrique – *Transformações urbanísticas e planos diretores na centralidade de Joinville/SC (1965-2011)*. Florianópolis: [s.n.], 2012. Dissertação de mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina.
- Whitbread's Brewery: founded 1742* [Em linha]. [London]: House of Whitbread, [19--]. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: https://www.gla.ac.uk/media/Media_399719_smxx.pdf
- ZERGER, Liliane Jacinto – *Análise do discurso do projeto mangue: o patrimônio natural em questão nos mecanismos de controle social do processo de urbanização dos manguezais em Joinville/SC nas décadas de 1970 a 1980* [Em linha]. Joinville: [s.n.], 2017. Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade apresentada à Universidade da Região de Joinville, Univille. [Consult. 30/03/2020]. Disponível na Internet: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/1025491/LILIANE_JACINTO_ZERGER.pdf

Submissão/submission: 18/02/2020
Aceitação/approval: 08/04/2020

Tiago Castaño Moraes, UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina, Av. Me. Benvenuta, 2007 – Itacorubi,
Florianópolis – SC, Brasil. tiagocastano1@gmail.com

MORAES, Tiago Castaño – Patrimônio, indústria e cerveja: olhares sobre a antiga Cervejaria Antártica em Joinville/SC, Brasil.
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 97-122.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/07_cerveja.pdf

DOSSIER TEMÁTICO

Entre a autogestão e o controlo operário: os casos da Setenave e Sogantal durante o período revolucionário português (1974–1975)

Between self-management and workers' control: the cases of Setenave and Sogantal during the Portuguese revolutionary period (1974–1975)

Jorge Filipe Figueiredo Fontes
Pamela Peres Cabreira

RESUMO

Este artigo tem por objetivo contribuir para a história do movimento operário através da análise de dois casos de estudo paradigmáticos, com ocorrência durante o período revolucionário português (1974–1975). Por um lado, a Setenave, uma empresa de construção e reparação naval, de capital nacional e internacional, de mão-de-obra masculina, que evolui para controlo operário sendo posteriormente nacionalizada; por outro, a Sogantal, uma empresa têxtil, de capital internacional e mão de obra feminina, que durante a revolução passa por um processo de autogestão. Estes dois casos são representativos da luta revolucionária e do fortalecimento da classe operária portuguesa, retratando fenómenos importantes na compreensão do desenvolvimento da luta de classes no país durante e após a Revolução dos Cravos.

PALAVRAS-CHAVE

Controlo Operário / Autogestão / Reestruturação Produtiva / Setenave / Sogantal

ABSTRACT

This article aims to contribute to the history of the labor movement through the analysis of two paradigmatic case studies, occurring during the Portuguese revolutionary period (1974–1975). On the one hand, Setenave, a shipbuilding and repair company, with national and international capital, of male labor, which evolved into workers' control and was later nationalized; on the other, Sogantal, a textile company, with international capital and female labor, which changes during the revolution for self-management. These two cases are representative of the revolutionary struggle and the strengthening of the Portuguese working class, portraying important phenomena in understanding the development of the class struggle embraced in the country during and after the Revolução dos Cravos.

KEYWORDS

Workers' Control / Self-management / Productive Restructuring / Setenave / Sogantal

INTRODUÇÃO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, Portugal inseriu-se em organizações internacionais do lado «ocidental» da "Guerra Fria" (um dos países fundadores do Tratado do Atlântico Norte (NATO), adere à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) em 1960, ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1961, e ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1962. Criam-se as condições para o desenvolvimento da indústria portuguesa, da associação e fusão desta com a banca e as finanças através de grandes monopólios/oligopólios. O crescimento anual médio do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1960 e 1973 é de 6,9%¹. A população ativa rural passa de 44% em 1960 para 28% em 1973 e a população ativa industrial sobe de 29% para 36%². A participação da indústria no PIB português passa de 37% em 1960 para 51% em 1973, especialmente no sector manufatureiro (que triplica o seu valor acrescentado, sobretudo no sector mais dinâmico que é o da metalurgia) e na construção³. Em 1970, três quartos da população ativa é assalariada e mais de 2/3 dos trabalhadores da indústria (67,4%) concentravam-se em unidades fabris com mais de 20 pessoas⁴. Verificou-se um alargamento da classe operária, entre 1950 e 1970, de 768 000 para 1 020 000⁵. Na década de 1960, apenas 20% das mulheres possuíam uma profissão e outras 75% eram designadas como "ocupadas", ou seja, trabalhavam no serviço doméstico acumulado muitas vezes com atividades informais⁶.

As contradições de um regime e uma economia que reservava quase metade do seu orçamento para a condução de uma guerra colonial em três frentes distintas (Guiné, Moçambique e Angola, mantendo um exército de aproximadamente 170 mil homens⁷) e se abria cada vez mais à penetração do capital estrangeiro em indústrias de capital e trabalho intensivo provocaram um aumento inusitado de greves no início dos anos 1970 (fenómeno agudizado pela crise mundial de 1973).

Com efeito, na década de 1970, a luta dos trabalhadores alcança uma maior expressão. Por exemplo, em Lisboa e no Porto, em 1970 e 1971, ocorre a greve dos médicos, em 1973, a greve dos empregados bancários e, ainda neste ano, verificam-se greves no setor administrativo da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) e na CP (Caminhos de Ferro), o que demonstra a instabilidade vivida no país, por atingir diferentes nichos da classe trabalhadora. As principais reivindicações das greves ocorridas na década de 1970 são o aumento salarial e a melhoria das condições de trabalho, bem como a exigência do 13º salário, da redução do número de horas de trabalho semanais para 40, direito a férias subsidiadas e a proibição de despedimentos sem justa causa.

Estas mutações socioeconómicas ajudaram a derrubar a mais longeva ditadura da Europa ocidental durante o século XX e o mais durável dos impérios coloniais clássicos – e abriram as comportas para a revolução social mais radical que a Europa assistiu na segunda metade do século XX.

¹ ROCHA, Edgar – Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-1973: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho. *Análise Social*. V. XX N° 84 (1984-5), p. 621.

² FERNÁNDEZ CLEMENTE, Eloy – Problemas y ritmos de la modernización económica peninsular en el siglo XX. In TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, ed. – *Portugal y España contemporáneos*. Madrid: Marcial Pons, 2000. p. 203.

³ *Idem*, p. 203-204.

⁴ SANTOS, Maria de Lurdes; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias – *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1976. p. 267.

⁵ *Idem*, p. 275.

⁶ SOUSA, Antónia – *O mercado de trabalho e a mulher*. Lisboa: Editora Arcádia, 1971. p. 34.

⁷ MAXWELL, Kenneth – *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 59.

Durante os dezanove meses de revolução social que começam com o golpe de estado de 25 de Abril de 1974 e só terminam com outro golpe de estado, a 25 de Novembro de 1975, emergiu uma vaga revolucionária de trabalhadores que frequentemente impôs a sua posição nas unidades produtivas, ensaiando formas de autogestão e controlo operário, contando com a solidariedade de parte do exército, dos civis que organizaram frentes por educação e habitação e pela reforma agrária.

A intensificação da luta produz alterações no *status quo*, sobretudo durante o período revolucionário, o que atesta que a luta dos trabalhadores urbanos por mudanças nas suas condições de vida traduz-se num “inquestionável protagonismo político”, constituindo-se no “mais poderoso movimento social organizado” do século XX⁸.

1. REVOLUÇÃO E CONTROLO OPERÁRIO: SETENAVE

A Setenave – Estaleiros de Setúbal, SARL é fundada a 21 de maio de 1971, com um capital acionista composto por CUF e Lisnave (65%), instituições financeiras (25%) e ações destinadas ao público (10%)⁹.

Para o novo estaleiro de construção e reparação naval, localizado na Península de Mitrena, a cerca de 40 km de Lisboa e 12 km de Setúbal, o cenário parecia promissor: existia forte procura de navios superpetroleiros, Portugal não tinha assinado o acordo da OCDE de 1969 que estabelecia a liberalização completa do setor, previa-se a entrada em funcionamento do porto de Sines, com capacidade para receber navios até 350 000 t de porte para abastecimento da refinaria. No chamado projeto dos “3 S”, a Sopotona transportaria o petróleo de Cabinda para ser refinado em Sines, em navios construídos na Setenave.

A 27 de maio, elege-se o primeiro Conselho de Trabalhadores da Setenave (CTS). Contudo, uma Assembleia Geral, realizada no Clube Naval Setubalense, destitui a anterior comissão e elege outra, de cunho fortemente anticapitalista. O segundo CTS (de julho de 1974 a maio de 1975) bem como o terceiro (de maio a dezembro de 1975) estarão politicamente hegemonzados pela extrema-esquerda durante todo o Processo Revolucionário em Curso (PREC). Apenas após o 25 de Novembro de 1975, irá o Partido Comunista Português (PCP) dirigir o CTS (bem como todos os restantes órgãos representativos dos trabalhadores), sem descontinuidades, até ao término da empresa, ao contrário do sucedido na Lisnave, cuja Comissão de Trabalhadores (CT) é ganha pela União Geral dos Trabalhadores (UGT) em 1986.

Os CTS, durante a revolução portuguesa, centram as suas reivindicações em temáticas anticapitalistas e igualitárias, como a luta pela aproximação das diversas categorias e redução do leque salarial, congelamento dos salários mais elevados, inclusão dos subempregados, abolição dos contratos a prazo e do regime experimental, redução dos privilégios do pessoal superior. Sobretudo a terceira CTS vai inserir a mobilização dos trabalhadores do estaleiro da Mitrena no contexto mais geral da dinâmica revolucionária, procurando articular-se com outras comissões de trabalhadores, moradores e soldados, numa lógica de estabelecimento de um “poder popular” no marco de uma nova sociedade socialista em vista¹⁰.

⁸ ARCARY, Valério – *As esquinas perigosas da história: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. São Paulo: [s.n.], 2000. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. p. 147-148.

⁹ CONCEIÇÃO, Alberto; BARROS, António; SARDINHA, José – *Setenave história de um estaleiro 1971-1989*. Lisboa: Colibri, 2005. p. 29.

¹⁰ ROSA, Teresa – *Sistemas de trabalho, consciência e ação operária na Setenave*. Lisboa: [s.n.], 1983. Dissertação de licenciatura apresentada ao Instituto Superior de ciências dos Trabalho e da Empresa (ISCTE). p. 479-483.

Os trabalhadores possuem níveis muito elevados de informação (por exemplo, sobre os salários), controlo sem resistência de tarefas, reuniões, serviços, pessoal, produção, setor financeiro, chegando ao controlo da função comercial, vital na indústria de construção naval. Têm força para recusar as propostas da administração e impor muitas das suas¹¹.

A administração é muito experimentada, tenta sempre comunicar diretamente com os trabalhadores, manter canais institucionais de diálogo abertos, culpa o CTS pela “desorganização” do estaleiro e falta de encomendas, “cola-se” às medidas dos governos provisórios, vistos com simpatia por uma grande parte da força de trabalho, joga com as divisões entre os trabalhadores (extrema-esquerda *versus* PCP), apela ao “patriotismo” e à lógica “produtivista”¹².

Com efeito, o PCP adquire cada vez mais força na Setenave durante o «Verão Quente» de 1975. Ferozmente crítico do papel da extrema-esquerda, esta corrente afirma-se politicamente pela prioridade dada à demanda da nacionalização da empresa, o que ocorrerá em 1 de setembro de 1975 (Decreto-Lei 478/75)¹³ pelas mãos de Vasco Gonçalves – ao contrário da Lisnave, devido à sua elevada componente de capital estrangeiro¹⁴.

Analisamos o controlo operário a partir da própria interpretação da parte “controlada” pelos trabalhadores, a administração (privada e nacionalizada, patronato e Estado). Durante 1974, a administração preocupa-se sempre em realçar que os conflitos verificados acarretam “o grave inconveniente de poderem ser interpretados como traduzindo um clima de relações sociais extremamente deteriorado, o que efetivamente não acontece”¹⁵. Em fevereiro de 1975, considera que até há pouco tempo a impressão recolhida era de normalidade”. Contudo tem “sérios receios de que um certo tipo de agitação visível” tenha “alterado substancialmente, ou possa vir a alterar, o ambiente e o rendimento do trabalho no estaleiro”¹⁶. Em abril, o controlo operário revela-se no impasse que conduz à demissão da administração e do CTS. Ao contrário das pequenas unidades onde os trabalhadores conhecem melhor os “segredos da produção” e tendem para a autogestão, nas grandes empresas, os operários encontram-se dependentes do saber dos engenheiros e quadros técnicos, situação que distingue os dois casos aqui analisados.

No mês de outubro, no estaleiro nacionalizado, como já referido, “diretores, gestores, operativos e o delegado do governo, demitiram-se ou apresentaram pedido de demissão”¹⁷. Paira o espectro da militarização do estaleiro, e os trabalhadores rejeitam uma proposta de “gestão”.

Deste modo, concluímos que, ao contrário do objetivo proposto pelo projeto de controlo de produção, ou seja, “não deverá conduzir ou contribuir para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interferir no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes”¹⁸, o controlo operário conduz e contribui para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interfere no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes.

¹¹ *Idem*, p. 490.

¹² FONTES, Jorge – *Setenave: revolução, nacionalização, privatização*. Lisboa: Parsifal, 2018. p.60.

¹³ DECRETO-LEI n.º 478/75 do Ministério da Indústria e Tecnologia. *D. R. I Série*. (75-09-01) [Consult. 25/04/2020]. Disponível na Internet: <https://dre.pt/application/conteudo/307630>.

¹⁴ FONTES, Jorge – O movimento operário na empresa Setenave. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL, 1, Lisboa, 2013 – *Atas*. Lisboa: IHC, 2015. vol. I, p. 331.

¹⁵ Centro de Documentação 25 de Abril, Pasta Teresa Rosa, O Administrador-Delegado adjunto, A Todos os Trabalhadores da Setenave, Almada, 12 novembro 1974.

¹⁶ Centro de Documentação 25 de Abril, Pasta Teresa Rosa, A Administração, A todos os trabalhadores da Setenave, Mitrena, 18 fevereiro 1975.

¹⁷ Centro de Documentação 25 de Abril, Pasta Teresa Rosa, O Administrador por parte do Estado, Moura Vicente, Carta aos trabalhadores da Setenave, s.l., 6 outubro 1975.

¹⁸ Centro de Documentação 25 de Abril, Pasta Teresa Rosa, Controlo Operário da Produção, 1974, Projecto de Decreto-Lei, pelo Conselho da Revolução.

Quando no estaleiro, utilizando a terminologia leninista em voga, “os de baixo já não querem viver como antes, mas não sabem para onde ir, e os de cima já não podem viver como antes, mas não têm para onde ir”¹⁹, é o controlo operário que se anuncia, revela. Fenómeno transitório, instável e curto, tal como a situação que o enforma. Como afirmava um operário da Setenave entrevistado em outubro de 1975 para o documentário *Setúbal, Ville Rouge*, exprimindo sintomática e exemplarmente a ambiguidade da definição do conceito e da situação: “ainda não estamos bem no controlo operário, mas havemos de chegar lá”²⁰.

2. A LUTA DAS OPERÁRIAS DA SOGANTAL

A Sogantal também apresenta uma importância fundamental no período revolucionário por ter adotado uma organização autogestionária e possuir a especificidade de conter apenas operárias mulheres – os únicos homens eram precisamente o segurança e o diretor da fábrica. Neste caso, verifica-se ademais uma dualidade entre o papel de se ser mulher numa sociedade ainda recém-saída de um regime autoritário e a potencialidade revolucionária e de transformação contida na luta de 48 operárias, entre os 13 e 24 anos de idade.

“As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’”²¹. A análise do trabalho feminino e da sua inserção no campo produtivo assalariado, em paralelo com o seu papel/trabalho reprodutivo é ainda escassa na produção historiográfica, sem dúvida uma tarefa necessária e urgente. As mulheres das classes populares sempre trabalharam e, por exemplo, no contexto fabril (e têxtil, onde se abrigava o maior número de operárias) ter um trabalho assalariado era um aspeto primordial na construção da sua própria identidade social, enquanto “colaboradora” ou, por muitas vezes, promotora total da remuneração familiar²². Estudos baseados na História Social, na representação de uma “história vista de baixo”²³, e, neste caso, sobre operárias em contexto revolucionário, são o principal fator instigador desta breve discussão acerca da empresa ocupada, a Sogantal.

Os anos de 1974-75 foram amplamente marcados por experiências de controlo operário e autogestão. No princípio do mês de agosto de 1975, calcula-se que aproximadamente 380 fábricas estavam em autogestão por todo o país²⁴. Depois do 25 de Abril, a fixação de um salário mínimo nacional, o fortalecimento da classe trabalhadora nas lutas contra o patronato, o clima de contestação social generalizado e a incapacidade dos governos provisórios em dar respostas à situação acelerou a crise económica de muitas empresas, somado à crise de 1973 e à pressão exercida pela classe trabalhadora. Diante da perspectiva da perda de trabalho, os trabalhadores organizaram-se em “comissões de trabalhadores”. Os casos de autogestão foram mais frequentes no setor têxtil e metalurgia ligeira, onde também as experiências de autonomia nas formas administrativas atingiram maior radicalidade. Assim sucedeu porque as pequenas empresas viram desmoronar a estrutura que permitia aos seus proprietários garantir lucros fáceis com base numa mão de obra sem direitos e com baixos salários, como foi o caso da Sogantal, Charminha, Fábrica Simões e diversas outras.

O papel das mulheres na revolução é substancial. As ocupações de casas em Lisboa ou as comissões de moradores espalhadas pelo país tiveram como protagonistas maioritariamente as mulheres, protagonismo este conectado

¹⁹ LENINE, Vladimir – The collapse of the Second International. *Marxist internet archive* [Em linha] (tradução nossa). [Consult. 25/09/2015]. Disponível na Internet: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/csi/ii.htm#v21pp74h-212>.

²⁰ FONTES, Jorge – *Setenave: revolução, nacionalização, privatização*. Lisboa: Parsifal, 2018. p. 61.

²¹ PERROT, Michelle – *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005. p. 251.

²² CHALHOUB, Sidney – *Trabalho, bar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2012. p. 203.

²³ ZINN, Howard – *A people's history of the United States*. New York: Harper Perennial, 2005.

²⁴ ABADIA, Danúbia Mendes – *O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)*. Goiânia: [s.n], 2010. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG). p. 90.

com a carência de muitos bens e serviços. Além disso, em consequência da mobilização de soldados para a guerra colonial, na década de 1960, tinha-se assistido à entrada de cerca de um milhão de mulheres no mercado de trabalho assalariado. Contrariando o slogan do Estado Novo “a mulher para o lar”, as mulheres saíram para a rua na luta por habitação e por melhores condições para os seus lares e família.

As mulheres destacam-se na luta pela habitação e contra os bairros de lata: são as mais atingidas por esta situação precária, pois cabia-lhes a lida doméstica, a limpeza dos dejetos (não existia saneamento básico) e o cuidado dos filhos. Com efeito, as mulheres pobres compreenderam que o 25 de Abril, “proclamando a liberdade, lhes permitia protestarem e organizarem-se para mudar a situação”²⁵. Na região de Lisboa, 18 mil pessoas moravam em barracas ou em casas partilhadas, 82% destas casas não possuíam casa de banho, 71% não tinham água canalizada e 62,5% da população não possuía eletricidade²⁶. Muitas mulheres analfabetas participaram em cursos de alfabetização geridos coletivamente, recorde-se que 38% das mulheres no país naquela altura eram analfabetas²⁷.

A Sogantal foi uma das primeiras fábricas onde as trabalhadoras entraram em autogestão e apresentaram as suas reivindicações aos patrões, bem como ao Ministério do Trabalho. Até meados de 1973, a fábrica destinava-se à produção de luvas e basicamente manteve o seu pessoal quando o grupo francês Lamont assumiu a empresa, convertendo a produção para fatos de treino. Com esta troca, segundo as operárias, as condições de trabalho pioraram, os prémios aumentaram e os salários diminuíram²⁸.

Coincidindo com a efervescência operária em outras fábricas – como também na Setenave –, em 20 de maio de 1974, estas mulheres apresentaram um caderno reivindicativo à administração patronal, onde exigiam, entre outras coisas²⁹: a) compromisso patronal de que as representantes sindicais e do grupo de trabalho seriam “escolhidas livremente pelo restante pessoal operário como representantes legais dos seus justos anseios, e a garantia de que não serão feitas represálias nas suas pessoas”; b) legitimar o acesso a estas representantes seja ao sindicato, aos órgãos oficiais e à gerência; c) que vigore o contrato coletivo de trabalho; d) ordenado em regime mensal; e) aumento de 1250 escudos mensais, sem distinções de categorias; f) aumento dos valores dos prémios; g) pagamento de todas as diferenças de salários que estavam em atraso; h) melhores condições nas instalações da empresa, como refeitório, a criação de uma sala de reuniões e confraternização vedada à participação do patronato, da gerência e de todo o pessoal de hierarquia mais elevada, salvo exceções; i) décimo terceiro mês pago até o dia dez de dezembro a todas as funcionárias, sem distinções de cargos.

Os protestos e exigências não são isolados ou estáticos. Indicam uma capacidade de enfrentamento das mulheres operárias como também uma radicalização na forma como se organizaram, indo contra as condições impostas pelo patrão, mas também confrontando uma realidade na esfera doméstica e no papel social enquadrado *para* a mulher. Coisas que hoje parecem triviais, como passar a noite fora de casa, fumar sem ser vigiada ou reprimida, viajar sem a companhia de maridos e/ou companheiros, deixar filhas e filhos aos cuidados de outrem foram circunstâncias que promoveram uma inversão de valores, motivando a luta pelos seus direitos enquanto mulheres e também trabalhadoras.

²⁵ SANTOS, José Hipólito – *Sem mestres nem chefes, o povo tomou a rua: lutas dos moradores no pós-25 de Abril*. Lisboa: Letra Livre, 2014. p. 82.

²⁶ PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *25 de Abril: 40 anos de estatísticas*. Lisboa: INE, 2014. p. 18-39.

²⁷ CABREIRA, Pamela Peres – *“Semeando ventos o governo colherá tempestades!”: crise marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974)*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2017. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. p. 46.

²⁸ Idalina Sena. Entrevista semidiretiva concedida à pesquisadora em setembro de 2018, Samouco, Portugal.

²⁹ Arquivo do Ministério das Finanças, Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16), Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros, Processo SETF/GSEF/008/0168.

2.1. Autogestão: avanços e recuos na luta

Após apresentação do caderno reivindicativo, a direção recusa as exigências, alegando que a empresa iria à falência se cumprisse todas as condições, o que é questionável face aos documentos pesquisados no Arquivo do Ministério das Finanças. Como resposta, as operárias entraram em baixa de produção, ocupando a fábrica e os escritórios em 27 de maio de 1974, no contexto da convulsão e pressão da luta operária da cintura industrial de Lisboa. Já no dia 30 do mesmo mês, os patrões declararam que a fábrica fecharia e que os salários não seriam pagos, porque as trabalhadoras não tinham produzido o suficiente (estavam em produção lenta)³⁰.

As operárias decidem vender os fatos de treino que já se encontravam finalizados, de forma a manterem um rendimento. Os patrões abandonam a empresa e, diante da iminente perda dos seus postos de trabalho, as trabalhadoras resolvem manter por si próprias o funcionamento da empresa entrando em autogestão.

Criando relações com empresas ao seu redor, seja em boletins ou entrevistas, as operárias lançam o *Jornal da Sogantal* que, no seu primeiro número, aponta a justificação desta luta: “A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar”, desta feita, “não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que nos exploram desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações”. Por fim, “afirmamos a nossa disposição de lutar até o final e não hesitamos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras”³¹.

A Assembleia Geral de Trabalhadores tornou-se, por decisão unânime, o órgão soberano de decisão, no qual se discutiam os problemas da vida quotidiana e as soluções que eram necessárias de ser postas em prática.

Já na primeira assembleia depois de a fábrica ter sido ocupada, as trabalhadoras decidem tomar em mãos a organização da sua luta e da sua vida em função da nova realidade. O gerente e uma encarregada são colocados fora das instalações. Uma encarregada aceitou ficar na fábrica, porém, ocupando uma função igual e recebendo o mesmo salário que as restantes operárias. A partir deste momento, passaram a tratar dos assuntos antes dominados pelo gerente e pelo diretor da fábrica³².

Perante esta iniciativa de autogestão da produção, os patrões franceses reagem a 24 de agosto de 1974, quando decidem “invadir” a empresa e retirar as máquinas e 31000 fatos de treino, de forma a levarem este material para França. Em relatos do Arquivo do Ministério das Finanças, mas também em entrevistas realizadas a algumas ex-operárias, constata-se que o patrão contratou um grupo de 14 mercenários franceses que assaltaram a fábrica de madrugada, “armados de pistolas, granadas, matracas, gases lacrimogéneos e cães, sequestraram o guarda e iniciaram um processo de desmonte de maquinários e inventariado”³³.

Em entrevista cedida ao *Setúbal na Rede*, Fernanda Cardoso, representante sindical e importante figura na luta da Sogantal, conta que após encontrar um cartaz na janela do prédio, onde estava escrito “Interdita a entrada. Não nos responsabilizamos pelos danos causados. Cães polícias”, dirigiu-se à casa de colegas para alertar a situação. “O caso começou a espalhar-se e deu um alarido tal, que a própria população do Montijo acabou por concentrar-se à porta da fábrica. Arrombámos as portas, fomos recebidas com balas simuladas, mas conseguimos entrar e

³⁰ As operárias da Sogantal contam a sua luta. *Combate*. Ano I N.º 1 (21 de Junho de 1974).

³¹ O nosso primeiro comunicado. *Jornal da Sogantal* [Em linha]. N.º 1 (1974) [Consult. 06/11/2015]. Disponível na Internet: <https://ephemerajpp.com/2018/04/27/luta-das-operarias-da-sogantal-agosto-1974/>.

³² Anónimo. Entrevista semidiretiva concedida à pesquisadora em setembro de 2018, Samouco, Portugal.

³³ Arquivo do Ministério das Finanças, Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16), Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros, Processo SETF/GSEF/008/0168.

descobrimos pessoas barricadas dentro do escritório”³⁴. Integrando moradores e operárias, o conflito escalou seriamente, tendo sido a Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Comando Operacional do Continente (COPCON) que acabaram por retirar os franceses “a salvo” do motim que se formava.

As operárias dividiam-se entre quem ficava na fábrica a produzir os fatos de treino e quem, tendo carro, saía para vender em Lisboa, Porto ou Braga. Participaram em diversos eventos, gravaram cantigas e criaram peças de teatro, impulsionando de diferentes maneiras tanto a relação entre empresas e sindicatos quanto das próprias vendas.

Numa coletânea de depoimentos organizada por Francisco Martins Rodrigues, *O Futuro era Agora*, a respeito do movimento popular do 25 de Abril, José Maria Ferreira relata a sua aproximação com a Sogantal, testemunhando que a luta nesta empresa assumiu características invulgares, como a “supressão das cadências e dos horários obrigatórios; abolição das hierarquias; igualização dos salários; rotação das tarefas, inclusive de direcção; e, mais subversivo ainda, encetar a venda directa da produção”, em suma, “tudo isto teve uma outra consequência da maior importância: as mulheres começaram a libertar-se do marido e da família, dos valores patriarcais vigentes”³⁵.

3. APÓS A REVOLUÇÃO

Contudo, com o desfecho do processo revolucionário, a situação muda. Em entrevistas, as operárias da Sogantal diziam que muitas das companheiras deixaram a ocupação e foram buscar emprego em outros sítios. Estima-se que aproximadamente 25 operárias ficaram até meados do ano de 1976. Em um documentário produzido por Nadeja Tilhou, as operárias falaram sobre a mesma problemática. Alda relata que:

Muita gente ficou até o fim, eu não. Não porque, depois, tinha de ganhar dinheiro e depois era difícil. Nessa altura já não tinha muita coisa, tínhamos o que fazer, e eu tive que ir para outros lados, para outras fábricas e trabalhar noutros lados. Trabalhei em muitos lados, trabalhei no campo, a fazer renda, colchas para fora, trabalhei a dias também, depois trabalhei numa fábrica que abriu em Alcochete de costura, de fatos de banho. Depois quando a empresa fechou que eu fiquei com esse café, já tem treze anos. [...] Pois isso ficava assim, ficou... tudo destruído, depois levamos as máquinas pra casa, cada uma levou as suas. Mas olha, sabes que quando andávamos a vender os fatos por tudo que era sítios pra ganhar, pra termos dinheiro, o sindicato também não se portou lá muito bem, podia ter-nos ajudado mais, e não nos ajudou também assim muito. Por exemplo, se foi a primeira fábrica que isso tinha acontecido, tinham nos mandado para outros sítios, outras fábricas, ter nos arranjado trabalho. Mas não... o que foi uma pena. Mas hoje também já não há quase fábricas nenhuma... o percurso também não foi assim lá muito... ficou-se, cada um pro seu lado. Podia ter sido diferente³⁶.

Em 1985, os patrões franceses receberam uma indemnização de 40 milhões de escudos³⁷. Por sua vez, entre as 12 ex-operárias entrevistadas pela autora, todas passaram por dificuldades em conseguir emprego ou estabilidade na década de 1980 e, na verdade, algumas delas, na casa dos 60 anos, até hoje trabalham longas horas por salários mínimos em condições de vida, pode-se dizer, instáveis.

³⁴ BRINCA, Pedro; BAIÁ, Etelvina – Saneamento da administração e processo de autogestão da Sogantal. In *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal: 25 anos depois*. Setúbal: Setúbal na Rede, 2001-2002. vol. 1, p. 91.

³⁵ FERREIRA, José Maria Carvalho – Autogestão na Sogantal. In RODRIGUES, Francisco Martins, coord. – *O futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994. p. 46.

³⁶ TILHOU, Nadeja – *Nous ouvrières de la Sogantal* [Registo vídeo]. [Paris]: L’Armattan, cop. 2010. 1 DVD (58 min.). Documentário. (05:51-06:48/07:39-08:40) (transcrição da autora).

³⁷ Arquivo do Ministério das Finanças, Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16), Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros, Processo SETF/GSEF/008/0168

Já na Setenave, apesar das reivindicações terem progressivamente passado de um carácter qualitativo (controlo operário) para uma dimensão mais quantitativa (aumentos salariais, prémios, etc.) e de se ter assistido a uma degradação das conquistas laborais, verificava-se uma relativa estabilidade na empresa, pois existia um certo clima de otimismo acerca da sua viabilidade e pelo estabelecimento de canais de comunicação com a administração, considerados positivos pela CT, que dirigia as suas críticas mais para a componente externa (o governo) que para a dimensão interna – cenário que muda radicalmente nos anos 80.

Com efeito, em dezembro de 1980, a empresa é declarada em situação económica difícil pelo governo, em janeiro de 1981, a estação de desgaseificação (um dos setores mais lucrativos) é entregue à Lisnave (privada, com participação dos Mello), o Presidente do Conselho de Administração é afastado, começam os salários em atraso e negocia-se um contrato com a Thyssen em que os estaleiros se limitam a fornecer mão de obra, o que provoca a indignação dos quadros técnicos.

Procura-se reagir à crise com a introdução de métodos inovadores como o *jumboizing* (alongamento do navio), mas foi o caso do petroleiro Setebello (S-106) que veio a marcar todo o período posterior. Devido a atrasos na sua entrega, o armador Thyssen queria denunciar o contrato. Em janeiro de 1983, os trabalhadores encontravam-se à espera de receber o salário de dezembro e o subsídio de férias, pairando sob o estaleiro o espectro do encerramento, como chegou a ser noticiado na comunicação social. No fim do mês, chega-se a um acordo histórico nas relações de trabalho em Portugal. Pela primeira vez numa empresa pública, os trabalhadores aceitavam perder direitos a troco da viabilização económica³⁸.

O governo comprometia-se a assegurar o funcionamento do estaleiro para o acabamento do S-106 até agosto e os trabalhadores aceitaram em plenário, após forte controvérsia, a retenção de 6% do seu salário, o não pagamento de prémios e horas extraordinárias, subsídios de turno, além de abdicarem do direito à greve (exceto quando convocada nacionalmente). A CTS encarou estas medidas como “uma forma de empenhamento responsável e patriótico dos trabalhadores da Setenave e como um desafio consciente e decidido à viabilização futura da empresa”³⁹. O Setebello faria as suas provas de mar em agosto, os trabalhadores começam a sair às centenas em “rescisões voluntárias” e a empresa sobreviveria ainda, agonizante, mais meia dúzia de anos.

A imprensa rotularia este acordo como um «Pacto Social»⁴⁰. Com efeito, num contexto de aguda crise económica, começa a discutir-se, com cada vez mais insistência na sociedade portuguesa, a necessidade de um «diálogo social» capaz de institucionalizar e regular as relações laborais, que atingiam um grau de radicalidade sem precedentes desde o período revolucionário.

Muito contestado na sua ação, quer na Setenave, quer na região de Setúbal, o Estado vai-se legitimando através do discurso nacional que profere (nível macropolítico) e em que apela a vetores como: o sacrifício de interesses particulares à ideologia do progresso e da modernização; a exigência de racionalização das despesas públicas face ao cidadão-contribuinte; a submissão da conflitualidade local ao consenso nacional; a condição de paz e progresso por todos desejado. Mas o Estado também logra a sua legitimação ao nível local: quer pela obtenção de consensos pontuais (acordo para o acabamento do navio S-106), devidamente propagandeada, quer pela intensificação de diligências que conduzem ao estabelecimento de um programa de desenvolvimento regional participado por todos (autarcas, empresários e respetivas associações, sindicatos, organismos estatais descentralizados, eleitos locais, governo)⁴¹.

³⁸ FONTES, Jorge – O movimento operário na empresa Setenave. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL, 1, Lisboa, 2013 – Atas. Lisboa: IHC, 2015. vol. I, p. 335.

³⁹ Governo e trabalhadores vão viabilizar Setenave. *Correio da Manhã*. (28 janeiro 1983), p. 20.

⁴⁰ Pacto social viabiliza construção do «S-106». *Expresso*. (29 janeiro 1983), p. 14.

⁴¹ ROSA, Teresa [et al.] – *O Estado e o patronato na indústria naval*. Lisboa: [s.n., 199-]. Trabalho de investigação realizado no Instituto Superior de Ciências dos Trabalho e da Empresa (ISCTE). p. 17.

CONCLUSÕES

Em Portugal, durante o período revolucionário, “as intervenções do Estado nas empresas e até exigências de nacionalização, começaram por ser basicamente lutas de trabalhadores pelo direito ao trabalho, de resposta aos despedimentos, encerramento de empresas e *lock-out* dos patrões”⁴².

Com efeito, é para manter os postos de trabalho ameaçados pela crise económica e frequentemente pela sabotagem financeira patronal – que, numa luta económica, os trabalhadores ocupam as empresas, vendo-se obrigados a continuar a laboração em processos autogestionários nas unidades médias e pequenas, ou, algo mais difícil de medir por implicar uma análise qualitativa da relação de forças –, a adotar formas de vigilância e controlo da atividade produtiva e do circuito comercial nas maiores unidades, mais complexas, nas quais é mais curial o peso dos engenheiros e quadros técnicos, ou seja: o controlo operário.

Este artigo pretendeu dar testemunho dessas diferentes bifurcações, com dois casos de estudo paradigmáticos da estrutura produtiva coeva, que se traduz em diferentes formas de ação operária no contexto revolucionário.

Na Setenave, uma empresa de construção e reparação naval, os trabalhadores impuseram uma situação de controlo operário e a empresa foi nacionalizada. A luta na empresa teve um efeito de arrastamento de toda a ação dos trabalhadores e movimentos sociais na região de Setúbal durante o PREC⁴³. Por sua vez, a assinatura do pacto social nesta empresa teve efeitos de imitação em todo o mundo laboral, mudando o paradigma das relações laborais.

Na Sogantal, uma empresa têxtil de mão de obra barata e feminina e de capital estrangeiro, as trabalhadoras para salvarem os seus postos de trabalho entraram em autogestão, mas a fábrica acabou por encerrar, como sucedeu com muitas outras empresas multinacionais.

Por outro lado, a classe trabalhadora não é um grupo homogéneo ou um bloco indivisível, sendo atravessada por diferentes composições internas, pelo que é heterogénea⁴⁴. Homens e mulheres, por exemplo, exercem historicamente diferentes profissões e justamente por isso podem e devem, quando possível, ser analisados nas suas particularidades, para uma análise mais completa, como se pretendeu demonstrar.

As duas empresas são assim casos exemplares que retratam a evolução do movimento operário na sua pluralidade de composição interna (mão de obra masculina e feminina, metalomecânica pesada e têxtil) e de formas de ação no processo revolucionário.



⁴² MASCARENHAS, José Mário, coord. – *Quando o trabalhador se tornou cidadão: movimento operário, a década de 70*. Lisboa: Cooperativa de Artes Gráficas, 1997. p. 40.

⁴³ COSTA, Albérico – *Setúbal, cidade vermelha 1974-75*. Setúbal: Estuário, 2014.

⁴⁴ MATTOS, Marcelo Badaró – *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo do Ministério das Finanças

Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

Instituto Nacional de Estatística

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística – *25 de Abril: 40 anos de estatísticas*. Lisboa: INE, 2014.

Centro de Documentação 25 de Abril

Pasta Teresa Rosa, O Administrador-Delegado adjunto, A Todos os Trabalhadores da Setenave, Almada, 12 novembro 1974.

Pasta Teresa Rosa, A administração, A todos os trabalhadores da Setenave, Mitrena, 18 fevereiro 1975.

Pasta Teresa Rosa, O Administrador por parte do Estado, Moura Vicente, Carta aos trabalhadores da Setenave, 6 outubro 1975.

Pasta Teresa Rosa, Controlo Operário da Produção, 1974, Projecto de Decreto-Lei, pelo Conselho da Revolução.

Jornais

As operárias da Sogantal contam a sua luta. *Combate*. Ano I Nº 1 (21 de junho de 1974).

DECRETO-LEI nº 478/75 do Ministério da Indústria e Tecnologia. *D. R. I Série*. (75-09-01) [Consult. 25/04/2020]. Disponível na Internet: <https://dre.pt/application/conteudo/307630>.

Governo e trabalhadores vão viabilizar Setenave. *Correio da Manhã*. (28 janeiro 1983).

O nosso primeiro comunicado. *Jornal da Sogantal*. Nº1 (1974). [Consult. 06/11/2015]. Disponível na Internet: <https://ephemerajpp.com/2018/04/27/luta-das-operarias-da-sogantal-agosto-1974/>

Pacto Social viabiliza construção do «S-106». *Expresso*. (29 janeiro, 1983).

Orais

Entrevistas semidiretivas, concedidas à pesquisadora em setembro de 2018, Samouco, Portugal.

Vídeo

TILHOU, Nadejda – *Nous ouvrières de la Sogantal* [Registo vídeo]. [Paris]: L'Armattan, cop. 2010. 1 DVD (58 min.). Documentário.

ESTUDOS

ABADIA, Danúbia Mendes – *O jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)*. Goiânia: [s.n], 2010. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG).

ARCARY, Valério – *As esquinas perigosas da história: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista*. São Paulo: [s.n], 2000. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

- BRINCA, Pedro; BAIA, Etelvina – Saneamento da administração e processo de autogestão da Sogantal. In *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal: 25 anos depois*. Setúbal: Setúbal na Rede, 2001-2002. vol. 1.
- CABREIRA, Pamela Peres – “*Semeando ventos o governo colherá tempestades!*”: crise marcelista e a vaga revolucionária em Portugal (1968-1974). Rio de Janeiro: [s.n.], 2017. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.
- CHALHOUB, Sidney – *Trabalho, bar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- CONCEIÇÃO, Alberto; BARROS, António; SARDINHA, José – *Setenave: história de um estaleiro 1971-1989*. Lisboa: Colibri, 2005.
- COSTA, Albérico – *Setúbal, cidade vermelha 1974-75*. Setúbal: Estuário, 2014.
- FERNÁNDEZ CLEMENTE, Eloy – Problemas y ritmos de la modernización económica peninsular en el siglo XX. In TORRE GÓMEZ, Hipólito de la, ed. – *Portugal y España contemporáneos*. Madrid: Marcial Pons, 2000.
- FERREIRA, José Maria Carvalho – Autogestão na Sogantal. In RODRIGUES, Francisco Martins, coord. – *O futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.
- FONTES, Jorge – O movimento operário na empresa Setenave. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL, 1, Lisboa, 2013 – *Atas*. Lisboa: IHC, 2015. vol. I, p. 331.
- FONTES, Jorge – *Setenave: revolução, nacionalização, privatização*. Lisboa: Parsifal, 2018.
- LENINE, Vladimir – The collapse of the Second International. *Marxist internet archive* [Em linha] (tradução nossa). [Consult. 25/09/2015]. Disponível na Internet: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/csi/ii.htm#v21pp74h-212>.
- MASCARENHAS, José Mário, coord. – *Quando o trabalhador se tornou cidadão: movimento operário, a década de 70*. Lisboa: Cooperativa de Artes Gráficas, 1997.
- MATTOS, Marcelo Badaró – *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- MAXWELL, Kenneth – *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- PERROT, Michelle – *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005.
- ROCHA, Edgar – Crescimento económico em Portugal nos anos de 1960-1973: alteração estrutural e ajustamento da oferta à procura de trabalho. *Análise Social*. V. XX N.º 84 (1984-5), p. 621-644.
- ROSA, Teresa [et al.] – *O Estado e o patronato na indústria naval*. Lisboa: [s.n.,199-]. Trabalho de investigação realizado no Instituto Superior de Ciências dos Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- ROSA, Teresa – *Sistemas de trabalho, consciência e ação operária na Setenave*. Lisboa: [s.n.], 1983. Dissertação de licenciatura apresentada ao Instituto Superior de Ciências dos Trabalho e da Empresa (ISCTE).
- SANTOS, José Hipólito – *Sem mestres nem chefes, o povo tomou a rua: lutas dos moradores no pós-25 de Abril*. Lisboa: Letra Livre, 2014.
- SANTOS, Maria de Lurdes; LIMA, Marinús Pires de; FERREIRA, Vítor Matias – *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*. Porto: Afrontamento, 1976.
- SOUSA, Antónia – *O mercado de trabalho e a mulher*. Lisboa: Editora Arcádia, 1971.
- ZINN, Howard – *A people's history of the United States*. New York: Harper Perennial, 2005.

Submissão/submission: 31/01/2020
Aceitação/approval: 08/05/2020

Jorge Filipe Figueiredo Fontes, GIHGTCs – Grupo de Investigação História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais,
IHC–Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa,
1069-061 Lisboa, Portugal. fontes.jorge@gmail.com

Pamela Peres Cabreira, GIHGTCs–Grupo de Investigação História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais, IHC–Instituto
de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa,
Portugal. cabreiraperes@gmail.com

FONTES, Jorge; CABREIRA, Pamela – Entre a autogestão e o controlo operário: os casos da Setenave e Sogantal durante o
período revolucionário português (1974–1975).
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2019), p. 123-135.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/08_setenave.pdf

Um palacete, dois projetos: Palacete Mendonça (1900 e 1902)

One Palace, two projects: Mendonça Palace (1900 and 1902)

Júlia Zurbach Varela*

RESUMO

O Palacete Mendonça, situado em Lisboa, na Rua Marquês da Fronteira, foi construído para o roceiro Henrique Mendonça, entre 1900 e 1909, segundo projeto do Arquiteto Miguel Ventura Terra. O presente artigo dá a conhecer um primeiro projeto para este mesmo edifício que, apesar de não questionar a cronologia estabelecida, obriga a rever a questão da atribuição exclusiva da autoria desta obra a Ventura Terra. O objetivo deste artigo, apresentando um projeto até agora desconhecido, é também o de reiterar o papel fundamental de Ventura Terra no desenvolvimento do projeto desta obra de referência do ecletismo do virar do século. Reafirma-se que o palacete é um exemplar particularmente relevante para o estudo da obra deste autor, pelo modo como, no seu processo, confirmou o caráter consequente e informado da sua prática, no contexto da afirmação da profissão de arquiteto em Portugal do início do século XX.

PALAVRAS-CHAVE

Ecletismo / Miguel Ventura Terra / Rafael da Silva Castro / Arquitetura Doméstica

ABSTRACT

The Mendonça Palace, located in Lisbon at Rua Marquês da Fronteira, was built for the colonial settler Henrique Mendonça, between 1900 and 1909, according to the design of the architect Miguel Ventura Terra. This article introduces an earlier project for this same building which, despite not questioning the established chronology, invites us to revise the exclusive attribution of the authorship of this work to Ventura Terra. The presentation of this first project seeks, more than to question the authorship of Ventura Terra, to reiterate its fundamental role as a work of reference during the Eclecticism period at the turn of the century, and in this way, to reaffirm this building as of particular relevance to the study of Ventura's work, due to the way it confirms the consistent and informed character of his practice, in the context of a burgeoning architectural profession in Portugal at the beginning of the 20th century.

KEYWORDS

Eclecticism / Miguel Ventura Terra / Rafael da Silva Castro / Mendonça Palace / Domestic Architecture



Figura 1 Palacete Henrique Monteiro Mendonça, Prémio Valmor de 1909, Paulo Guedes, [post. 1909]. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000455.

INTRODUÇÃO

Construído para o próspero roceiro Henrique Mendonça (1864-1942)¹, no Alto do Parque Eduardo VII, nos terrenos da antiga Quinta do Seabra, o Palacete Mendonça é uma obra de referência da arquitetura eclética em Portugal. Em 1909, o reconhecimento da crítica era dado pela atribuição do Prémio Valmor, assim como pela ampla cobertura que a imprensa especializada deu ao edifício aquando da sua inauguração, reconhecendo o inextinguível bom gosto do proprietário e o génio de Miguel Ventura Terra (1866-1919)², o mais aclamado arquiteto de Lisboa à época.

¹ Henrique José Monteiro de Mendonça foi um importante homem de negócios do final do século XIX e início do século XX em Portugal. Proprietário da Roça da Boa Entrada, na ilha de São Tomé, foi um dos pioneiros do ciclo do cacau, tendo promovido o desenvolvimento de metodologias inovadoras no seu cultivo e processo de secagem. Para informação mais detalhada, ver MACEDO, Marta – Império de Cacau. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira, coord. – *O império colonial em questão: sécs. XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 289-316.

² Palacete do Sr. Henrique de Mendonça. *A Construção Moderna*. Nº 1 (5 Janeiro 1912), p. 1-2 e Palacete do Exmo. Sr. Henrique José M. de Mendonça. *A Architectura Portuguesa*. Nº 9 (Setembro 1911), p. 33-36.

Nos dias de hoje, o bom estado de conservação do edifício e o facto de este se ter mantido praticamente inalterado desde a sua construção conferem ao Palacete Mendonça um carácter de edifício-documento³, cuja circunstância particular convida a uma abordagem mais centrada no estudo do edifício do que nas menos abundantes fontes de arquivo. De facto, sem que haja notícia da existência de informação sobre este projeto nos arquivos do seu autor, o conjunto de documentação mais relevante sobre o palacete conhecido até hoje está depositado no Arquivo Municipal de Lisboa, no respetivo volume de obra⁴. Apesar de o conjunto de processos constantes neste volume permitir sequenciar de forma relativamente linear o processo de projeto e obra do edifício, persistem dúvidas acerca de um primeiro projeto, entregue no ano de 1900, e cuja atribuição a Ventura Terra, não sendo inequívoca, seria, por várias razões, muito provável⁵. Foi possível agora conhecer essa primeira proposta elaborada para Henrique Mendonça, para a antiga Quinta do Seabra, e perceber que, apesar da semelhança entre esta primeira proposta e o projeto que foi construído, o autor deste primeiro projeto terá sido, muito provavelmente, Rafael da Silva Castro e não Miguel Ventura Terra.

OS PROJETOS E A SUA DOCUMENTAÇÃO

O volume de obra referente ao Palacete Mendonça existente no Arquivo Municipal de Lisboa dá conta da entrega de vários projetos para o lote de Henrique Mendonça entre o ano de 1900 e o ano de 1909, data em que o edifício foi concluído. Nesse período, são entregues projetos para a portaria, para as arrecadações e para a vedação da propriedade⁶, além de dois projetos para o Palacete: um primeiro em 1900⁷, seguido de um pedido de alterações em 1902⁸. O projeto de alterações é precedido, em poucas semanas, da entrega de um novo termo de responsabilidade pela obra, até então assumida por Rafael da Silva Castro e que passará a estar a cargo de João Pedro dos Santos, a partir de julho de 1902⁹.

Se este segundo projeto está documentado graficamente com um conjunto de plantas, cortes e alçados que correspondem, praticamente na íntegra, ao edifício tal como ele foi construído, o primeiro projeto, entregue em 1900, não contém qualquer tipo de peças desenhadas, mas apenas documentos processuais como cálculos para pagamento de taxas, com a respetiva relação de áreas, assinados ou pelo cliente, ou por Rafael da Silva Castro. Dois elementos constantes neste volume de obra permitiam, no entanto, deduzir alguma informação a respeito desta primeira proposta. Por um lado, a mancha de implantação e a localização do projeto de 1900 seria muito semelhante à do projeto que veio a ser construído, conforme atesta a “Planta topográfica” no licenciamento da portaria, entregue em janeiro de 1901; e por outro, o pagamento adicional de taxas em 1902, dá conta de um aumento de 785m² de área de um projeto para o outro¹⁰.

³ Sobre a história do Palacete Mendonça durante o século XX, ver VARELA, Júlia; RODRIGUES, Paulo Simões; SILVA, Raquel Henriques da – Palacete Mendonça: de legado familiar a legado patrimonial. In ANDRÉ, Paula; RODRIGUES, Paulo Simões, org. – *Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património e artes: investigação, ensino e difusão* [Em linha]. Évora: CHAIA/UÉ, 2017. p. 19-34. Disponível na Internet: <http://www.chaia.uevora.pt/uploads/pdfs/775dd28cc5bcb01abc1593dc96e88146f0abd87d.pdf>

⁴ AML, Obra nº 31572.

⁵ Sobre questões fundiárias e licenças de obra associadas à construção do Palacete Mendonça, ver VARELA, Júlia – Palacete Mendonça: ecletismo, internacionalismo e progresso. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 5 (janeiro - junho 2016), p. 265-288.

⁶ AML, Obra nº 31572, Processo nº 9/1ª REP/PG/1901, Processo 4012/1903 e Processo 4329/1904, respetivamente.

⁷ AML, Obra nº 31572, Processo nº 6391/1ª REP/PG/1900.

⁸ AML, Obra nº 31572, Processo nº 3522/1ª REP/PG/1902.

⁹ Segundo termo de responsabilidade entregue em 28 de Julho de 1902. AML, Obra nº 31572, Processo nº 6391/1ª REP/PG/1900.

¹⁰ AML, Obra nº 31572, Processo nº 3522/1ª REP/PG/1902.

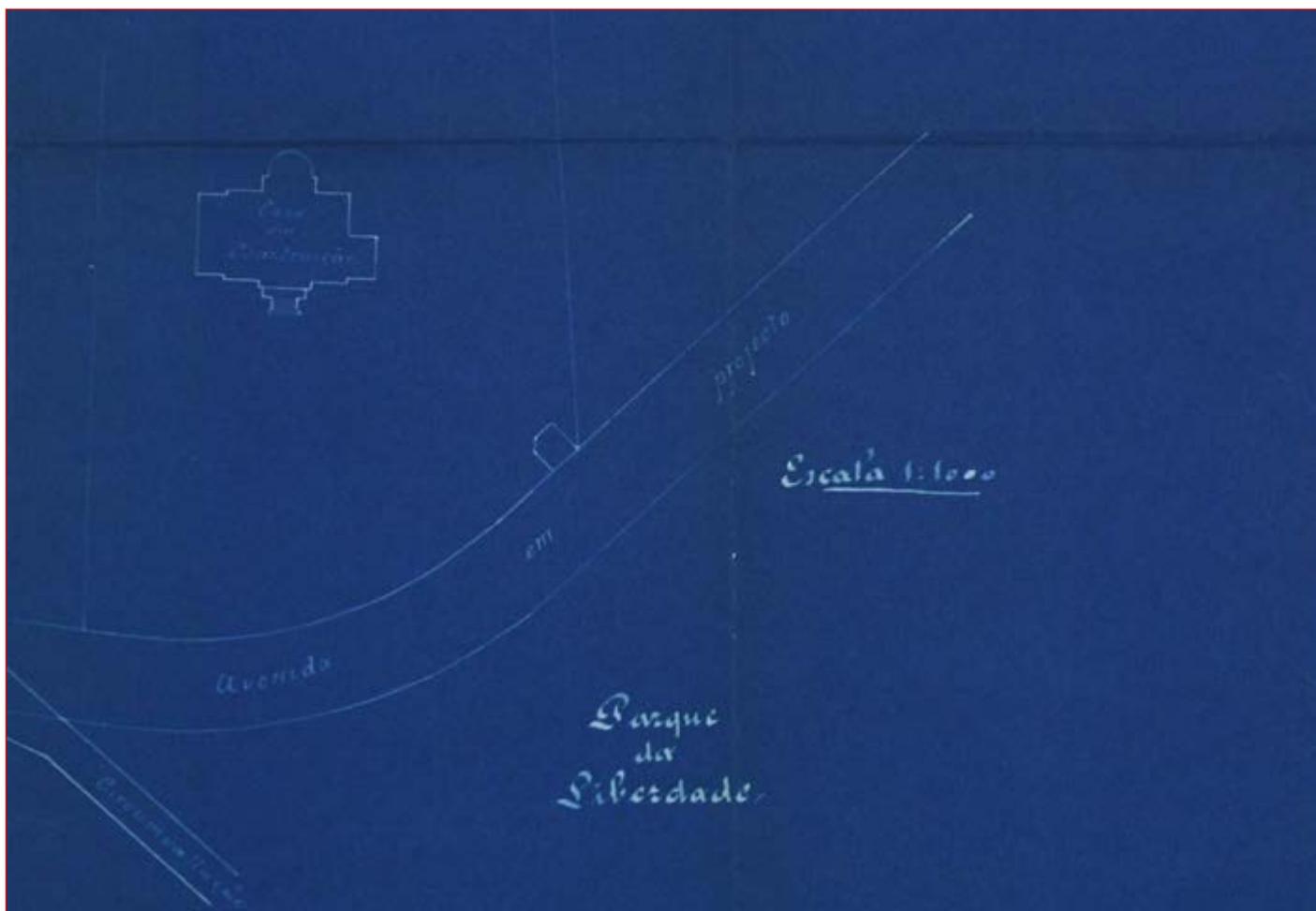


Figura 2 [Excerto do desenho do] Projecto para a habitação do porteiro da propriedade do Exm.º Sr. Henrique de Mendonça, Quinta do Seabra, São Sebastião da Pedreira. AML, Obra nº 31572, Processo nº 9/1ªREP/PG/1901, folha 2.

O acesso a um novo fundo documental permitiu conhecer outro projeto para o Palacete que, ao que tudo indica, é anterior ao projeto de alterações de 1902 e pode mesmo corresponder ao primeiro projeto, de novembro de 1900¹¹. Sem que tenha sido encontrada, ainda, qualquer peça escrita associada a este projeto, a nova documentação consiste num conjunto de dez aguarelas, todas com a mesma dimensão, com plantas, cortes e alçados do projeto para um Palacete, à escala 1:100, sem legenda nem data, mas com a assinatura “Rafael Castro”. Semelhante, nas suas linhas gerais, ao Palacete tal como ele veio a ser construído, estes desenhos confirmam ambos os dados conhecidos acerca deste projeto: no que se refere à diferença de áreas, mas também à mancha de implantação, que é perfeitamente coincidente com aquela da planta de conjunto incluída no projeto da portaria. De facto, apesar de se tratar de uma representação muito esquemática, o desenho das escadas exteriores do edifício corresponde à solução apresentada neste conjunto de aguarelas e não àquela do projeto de alterações de 1902.

Rafael Castro

Nascido em 1865, filho de Rafael da Silva Castro, aquele que era conhecido pelos nomes de Rafael Castro, Rafael da Silva Castro ou ainda como Rafael da Silva Castro Júnior, foi funcionário público em diversos Serviços e Direções Gerais sob a tutela do então Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria.

¹¹ APFHM.

O seu pai, Rafael da Silva Castro, ingressou na função pública como aprendiz de canteiro, passou à categoria de desenhador, depois de ter frequentado, sem, no entanto, ter concluído a Aula de Desenho da Inspeção das Obras Públicas¹². A sua longa carreira na função pública levá-lo-á ainda à categoria de condutor de obras públicas, para acabar a sua carreira como arquiteto de 1ª classe, nomeado em 1886.¹³ Apesar de nunca ter assumido cargos de grande protagonismo, o seu nome está associado a algumas das obras mais emblemáticas do século XIX em Lisboa¹⁴, vindo também a assinar em nome próprio o projeto para o edifício do Real Gabinete de Leitura, no Rio de Janeiro, concluído em 1888. Morre quatro anos mais tarde, em 1892, sendo substituído pelo “conductor de 3ª classe Rosendo Garcia d’Araújo Carvalheira”¹⁵, no cargo que então ocupava de “chefe da secção de architectura numero dois”¹⁶ do Serviço da Direção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa.

Rafael da Silva Castro Júnior, adiante designado por Rafael Castro, será apresentado, anos mais tarde, e já depois da morte de Rafael da Silva Castro, como discípulo do seu pai¹⁷, não havendo, por enquanto, conhecimento de uma efetiva colaboração entre os dois, quer em obra privada, quer em obra pública, apesar de terem estado em simultâneo ao serviço das Obras Públicas durante um período de cerca de dez anos.

De facto, Rafael Castro ingressou na Direção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa em janeiro de 1883¹⁸, enquanto ainda frequentava o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa¹⁹. Olheiro-desenhador num primeiro momento, ascende a desenhador de 1ª classe em 1887, tendo-se mantido nesta categoria até à cessação da sua atividade como funcionário público, em 1926. Não são conhecidas em detalhe as obras que realizou ou em que colaborou durante a sua carreira profissional, mas sabe-se que, tal como o seu pai, Rafael Castro foi um dos atores na longa história do restauro do Mosteiro dos Jerónimos, tendo obtido uma Portaria de Louvor²⁰ no concurso em que participou para o restauro da Igreja de Santa Maria de Belém e para a transformação da Ala Sul em Museu Nacional, em 1896²¹.

Se a carreira profissional do seu pai é marcada, aparentemente, por uma certa constância na sua atividade ao serviço das Obras Públicas, o percurso de Rafael Castro denota, pelo contrário, alguma errância e inconstância no serviço prestado enquanto funcionário. Para além de ter transitado com frequência entre vários serviços e direções gerais dependentes do então designado Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI)²², o seu percurso será marcado pelo pedido frequente de licenças, com e sem vencimento, que o afastaram dos vários serviços em que esteve colocado, por períodos mais ou menos longos. Sofria de doença crónica, o que o obrigou a ausentar-se com alguma frequência por motivos médicos mas, para além disso, outras licenças foram sendo

¹² Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério da Economia (BAHME), Fundo ex-MOPCI, Processo Individual de Rafael da Silva Castro.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ Rafael da Silva Castro esteve envolvido por duas vezes na obra de restauro do Mosteiro dos Jerónimos (em 1860 e em 1879), na construção do Pavilhão de Exposições na Tapada da Ajuda (1883), em reparações no Palácio da Ajuda e na construção das cavalariças e respetivas dependências nos terrenos a ele adjacentes (1877), em intervenções no Palácio de Belém (1886) e na obra do Liceu Passos Manuel (1888). *Ibidem*.

¹⁵ *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ SOCIEDADE NACIONAL DE BELLAS ARTES – *Primeira Exposição: 1901* [Em linha]. Lisboa: [SNBA] Imp. Typographia da Companhia Nacional Editora, 1901. [Consult. 17/04/2020]. p. 3. Disponível na Internet: <https://archive.org/details/exposicaocatalog01soci/page/n4/mode/2up>.

¹⁸ BAHME, Fundo ex-MOPCI, Processo Individual de Rafael da Silva Castro Junior.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Idem*, p. 3.

²¹ RODRIGUES, Paulo Simões – *Património, identidade e história: o valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: FCSH-UNL, 1998. vol. I, p. 326-327, 339, 341-343.

²² Rafael da Silva Castro presta serviço na Direção Geral da Agricultura, nos anos de 1887, 1888 e 1892. Estará ainda ao serviço da Direção dos Edifícios Públicos entre 1893 e 1899, ano em que é colocado na 2ª Zona dos Serviços de Obras Públicas do Distrito de Lisboa. Em 1901 é colocado na 1ª Direção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa e mais tarde, já depois da República, trabalhará ainda nas Casas Económicas. BAHME, Fundo ex-MOPCI, Processo Individual de Rafael da Silva Castro Junior.

requeridas para “tratar de negócios particulares”, uma vez que, paralelamente à sua atividade como funcionário público, Rafael da Silva Castro Júnior dirigia com alguma frequência obras particulares²³, estando mesmo inscrito no registos dos construtores da Câmara Municipal de Lisboa²⁴.

De facto, no período de cerca de ano e meio em que foi responsável técnico da obra do Palacete Mendonça, Rafael da Silva Castro Júnior solicitou várias licenças aos serviços a que estava então afeto²⁵. Estará ausente todo o mês de setembro de 1900, “fora do reino”, voltando a gozar de nova licença, agora por 90 dias, para tratar de negócios pessoais, a partir de 12 de novembro de 1900, período no qual entrega o pedido de licenciamento do primeiro projeto do palacete e o projeto para a portaria, em paralelo com o arranque da obra. Terá regressado ao serviço a meio do mês de fevereiro de 1901, para voltar a pedir duas licenças consecutivas que o afastaram do seu trabalho enquanto funcionário público entre abril e novembro de 1901. A partir dessa data e até 1907, quando pede licença “para se tratar” novamente, não haverá, ao que tudo indica, mais ausências ao seu trabalho na função pública. Será aliás nesse período que colabora, como condutor de Obras Públicas, na obra do edifício da Assistência Nacional aos Tuberculosos, ao Cais do Sodré, da autoria de Rosendo Carvalheira, inaugurado em 1906. O bom desempenho na condução dos trabalhos valer-lhe-á a atribuição do Grau de Cavaleiro da Ordem de Santiago, nesse mesmo ano, “pela forma distintíssima como se houve e pela inteligência e incedível zelo com que se dedicou para o bom êxito na Construção do edifício”²⁶.

DESENHADOR OU PROJETISTA: A PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DA SNBA EM 1901

Que o autor deste conjunto de aguarelas agora conhecido é Rafael Castro parece claro e irrefutável, mas resta ainda esclarecer se as assina enquanto desenhador ao serviço de um projetista, ou se é, ele próprio, o projetista. O catálogo da 1ª Exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes parece conter pistas para a resposta a esta questão, ao dar conta da presença, nessa exposição, de um projeto para um “Palácio em construção na Quinta do Seabra à circunvalação”, em que Rafael Castro, “discípulo do falecido architecto Raphael de Castro (...)”, surge como autor²⁷. O projeto esteve incluído na Secção de Arquitetura desta grande exposição de arte organizada pela recém-criada Sociedade Nacional de Belas Artes (SNBA), inaugurada a 15 de maio de 1901²⁸, momento em que Rafael Castro era o responsável pela obra do palacete.

Se as notícias da imprensa generalista sobre a inauguração desta mostra praticamente ignoram a secção de arquitetura²⁹, do lado da imprensa especializada, pelo contrário, *A Construção Moderna* dá especial destaque aos arquitetos representados, congratulando-se pelo número de trabalhos expostos. Num extenso artigo publicado em junho de 1901, descrevem-se ainda os trabalhos apresentados pelos oito autores representados na exposição, todos eles jovens arquitetos nascidos na década de 70 do século XIX: Raul Lino, Norte Júnior, Álvaro Machado e António Couto, entre outros. Rafael Castro vê-se assim rodeado, nesta ocasião, de alguns dos mais promissores

²³ *Ibidem*.

²⁴ Rafael Castro estava inscrito com o nº 136 no registo dos construtores da Câmara de Lisboa. AML, Obra nº 31572, Processo nº 6391/1ªREP/PG/1900 e Processo nº 9/1ªREP/PG/1901.

²⁵ BAHME, Fundo ex-MOPCI, Processo Individual de Rafael da Silva Castro Júnior.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ SOCIEDADE NACIONAL DE BELLAS ARTES (1901), *Op. cit.*, p. 3-4.

²⁸ QUEIRÓS, Amílcar de Barros – *Da Sociedade Promotora de Belas Artes e do Grémio Artístico à Sociedade Nacional de Belas Artes 1860-1851*. Lisboa: [SNBA/] Imp. Sociedade Industrial de Tipografia, 1951. p. 9.

²⁹ Ver, por exemplo: Sociedade Nacional de Bellas Artes: primeira exposição. *O occidente: revista illustrada de Portugal e do estrangeiro*. Nº 807 (30 maio 1901) p. 1 e Nº 808 (10 de junho de 1901), p. 2; Exposição de Bellas Artes. *Brasil-Portugal*. Nº 58 (16 junho 1901).

jovens arquitetos do virar de século com o projeto do seu “magnífico” palácio que, refere o artigo, está já em construção³⁰. Em julho de 1901, *A Construção Moderna* publica o projeto para uma “Casa de Jantar, em nogueira, estylo Luiz XIV”, do arquiteto Álvaro Machado, dando assim início à edição de uma série de números onde são publicados os projetos expostos na SNBA, à razão de um por número³¹. Aquando da publicação do quarto e quinto projetos desta série, em setembro de 1901, *A Construção Moderna* publica uma listagem dos projetos já publicados e a publicar e, estranhamente, não há qualquer referência a Rafael Castro e ao seu projeto para um palácio³², que, efetivamente, nunca virá a ser publicado.

Nem a imprensa da época, nem o catálogo da própria exposição contêm qualquer reprodução dos materiais expostos por Rafael Castro na SNBA e a listagem dos elementos expostos, constante no catálogo da exposição de 1901³³, pode ainda deixar margem para alguma indefinição. Porém, a dimensão das peças expostas tal como estão elencadas no catálogo da exposição coincide perfeitamente com a dimensão destas aguarelas³⁴ e, para além disso, a moldura da aguarela da fachada principal do edifício guarda, ainda hoje, um papel colado, onde o texto, parcialmente apagado, permite ainda ler “Premiado com [...] Medalha”, numa muito provável menção a uma medalha de 3ª ordem que terá sido atribuída a Rafael Castro nesta mostra³⁵.

UM NOVO PROJETO, UMA OBRA EM CURSO

O facto de, em setembro de 1901, *A Construção Moderna* já não prever a publicação do projeto de Rafael Castro, tem muito provavelmente que ver com problemas na obra que, ao que indica a documentação consultada, estaria, em dezembro de 1901, parada³⁶. Certo é que, em julho do ano seguinte, Rafael Castro deixa de ter a responsabilidade técnica da obra e, dois meses depois, é entregue um projeto de alterações ao projeto, da autoria de Ventura Terra. A documentação existente não permite ainda identificar os motivos e o momento exatos do afastamento de Rafael Castro, nem as circunstâncias da entrada de Ventura Terra no processo. Estas mudanças terão tido lugar no período de cerca de um ano que decorreu entre a exposição do projeto na SNBA, em maio de 1901, e a entrada de novos responsáveis pelo projeto e obra entre julho e setembro de 1902. Ao que tudo indica, o Caderno de Encargos do projeto de alterações de 1902 terá sido elaborado ainda em 1901, não havendo, no entanto, registo de pagamentos a Ventura Terra por trabalhos elaborados para o palacete, anteriores a dezembro de 1902³⁷.

Certo é que o projeto de alterações de 1902 é realizado não apenas sobre um projeto existente e aprovado pela Câmara de Lisboa, mas também sobre um edifício cuja construção tinha já sido iniciada. Não há dúvidas a esse respeito, uma vez que o Caderno de Encargos do projeto de alterações refere expressamente a existência de alguns elementos já construídos no local, mais precisamente ao nível do piso térreo. No ponto nº 3, respeitante

³⁰ Sociedade Nacional de Bellas Artes: primeira exposição. *A Construção Moderna*. Nº 33 (junho 1901), p. 4-5.

³¹ Casa de jantar em nogueira, estylo Luiz XIV. *A Construção Moderna*. Nº 36 (julho 1901), p. 1-3.

³² Projetos de um Museu de escultura e de um Arco triumphal. *A Construção Moderna*, Nº 39 (setembro 1901), p. 1-3.

³³ SOCIEDADE NACIONAL DE BELLAS ARTES (1901), *Op. cit.*, p. 3-4.

³⁴ *Ibidem*.

³⁵ Rafael Castro não voltará a participar nas exposições da SNBA senão em 1906, na secção de Aguarela. No catálogo de 1906, refere-se já lhe ter sido atribuída “[...] medalha de 3ª classe pela Sociedade Nacional de Bellas Artes”. SOCIEDADE NACIONAL DE BELLAS ARTES – *Sexta Exposição: 1906* [Em linha]. Lisboa: [SNBA/] Imp. Typographia da Companhia Nacional Editora, 1906. [Consult. 17/04/2020]. Disponível na Internet: <https://archive.org/details/exposicaocatalog27soci/page/n483/mode/2up>. p. 42.

³⁶ Arquivo Privado da Família Henrique Mendonça (APFHM), Carta de Custódio Martins para Henrique Monteiro de Mendonça (18 dezembro 1901).

³⁷ APFHM, [Recibo de pagamento de Miguel Ventura Terra] (15 dezembro 1902).

às alvenarias, pode ler-se: “As paredes do rez-do-chão – apesar da parte que já se encontra executada – terão a disposição indicada no projeto – demolindo e construindo-se de novo o que para esse efeito seja necessário.”³⁸ De facto, o esquema de compartimentação do piso térreo é igual em ambos os projetos e determina a matriz espacial dos pisos superiores. Assim, o projeto de 1902 trabalha não apenas sobre uma linha de limite do construído já definida, correspondente à mancha de implantação de 1900, mas também sobre uma matriz de desenho, definida pela grelha de muros que constituem os alicerces do edifício, e que determina o fundamental do desenho e dimensão dos espaços interiores do Palacete.

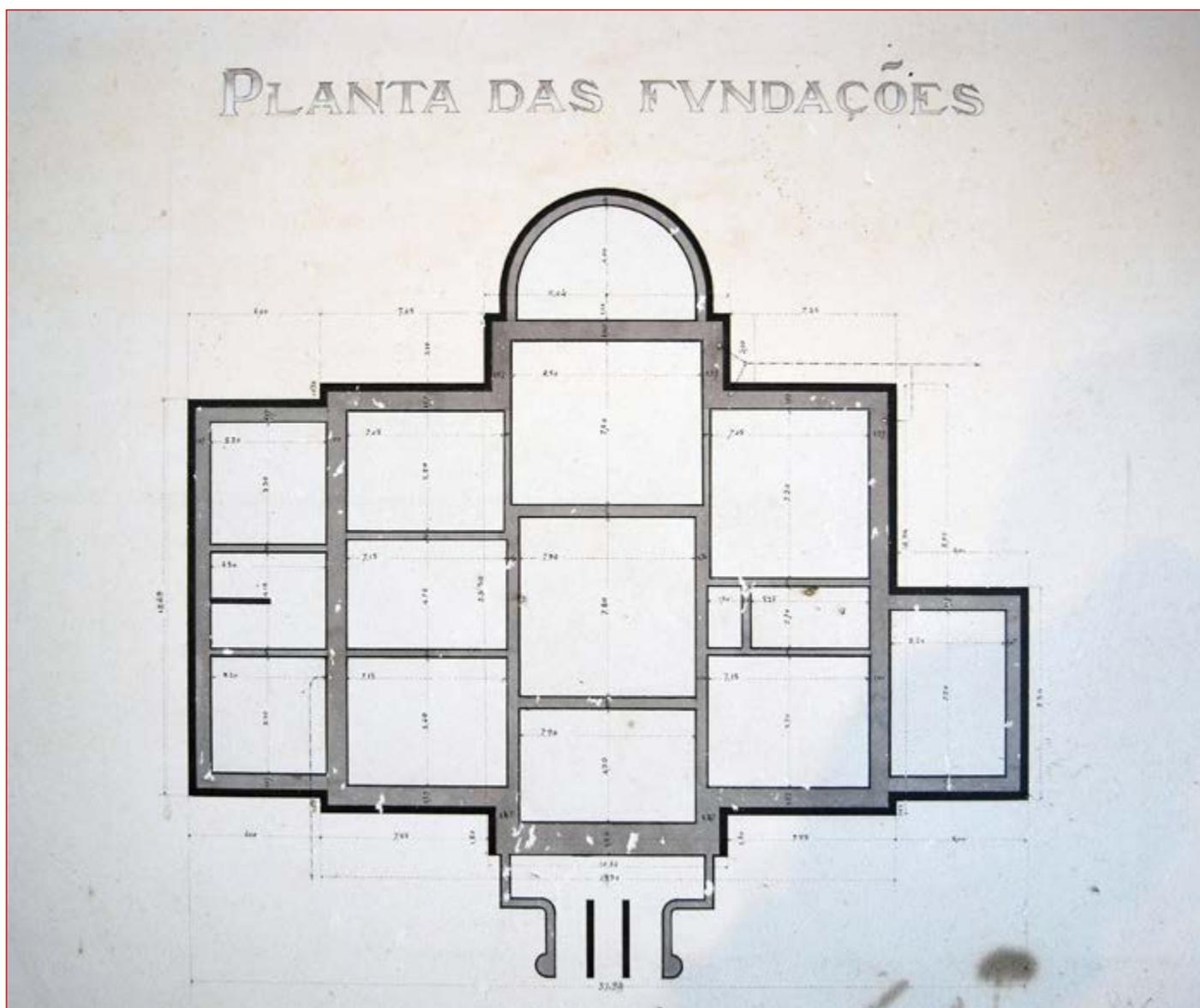


Figura 3 Planta das Fundações. APFHM.

³⁸ APFHM, [Palacete Mendonça:] Caderno de encargos, 1901.



Figura 4 [esq.] Corte Transversal. APFHM. [dir.] Corte Longitudinal. AML, Obra nº 31572, Processo nº 3522/1.º REP/PG-1902, folha 11.

As diferenças entre os dois projetos são tão subtis quanto substanciais e decorrem diretamente do facto de se tratar de alterações a uma obra em curso, o que permite entender a natureza das transformações operadas sobre o primeiro projeto de 1900, mas também o facto de, no essencial, a matriz espacial, organização programática do conjunto e mesmo a matriz de desenho dos alçados, ter sido mantida. De facto, os dois projetos adotam uma mesma tipologia de planta centralizada e uma distribuição canónica dos grandes conjuntos de funções por pisos, onde se encontram os serviços no piso semienterrado, os espaços de representação no piso intermédio e espaços para a intimidade no piso superior. Seguindo este mesmo esquema de organização, a proposta de 1902 acrescenta mais um piso de quartos, imediatamente acima daquele que já estava previsto, reforçando a centralidade do grande hall de duplo pé-direito, em torno do qual se distribuem os novos compartimentos.

Não sendo possível fazer, no âmbito deste artigo, uma enumeração exaustiva das diferenças entre os dois projetos, apontar-se-ão apenas as transformações fundamentais operadas em 1902, ao nível da organização geral dos espaços e do seu programa, do desenho do piso térreo, da organização das circulações verticais, da integração da técnica e da articulação dos espaços, entre si e com os espaços exteriores.

Em lugar de ocupar apenas parcialmente o piso térreo, as áreas de serviço passam, no projeto de alterações, a estender-se por toda a superfície deste piso semienterrado, o que, associado a uma reorganização das funções neste piso, que realoca a cozinha sobre o eixo central do palacete, vem reforçar a centralidade da planta e da globalidade da construção. Este novo desenho do piso de serviços e o aproveitamento de um ligeiríssimo declive na frente nascente do terreno permitirá igualmente a construção, ao nível do piso de serviços, de um átrio coberto, que dá acesso à entrada lateral no palacete, que deste modo transita da fachada poente, onde estava localizada, para o ponto onde atualmente se situa, na frente nascente.

O reposicionamento da entrada lateral está também associado a mudanças no modo de circular internamente entre pisos, uma vez que leva ao reposicionamento das circulações verticais, mas também à reformulação das suas funções e da sua hierarquia relativa no interior do espaço doméstico. Se, no primeiro projeto, as circulações verticais estão muito claramente separadas entre uma escada nobre – situada entre a entrada lateral e o grande hall central com a sua galeria –, e uma escada de serviço, de muito menor dimensão, no extremo nordeste do Palacete, o projeto de alterações vem, de certo modo, subverter este princípio. Conforme apontado por Rui Garcia Ramos, nesta e noutras obras de Ventura Terra, os espaços para os serviços apresentam uma nobreza e dimensão que não são comuns na arquitetura da época e, no palacete Mendonça, a nova escada de serviço, localizada junto à nova entrada lateral na ala nascente, “é tratada com uma dimensão pouco usual”, muito próxima da área do hall

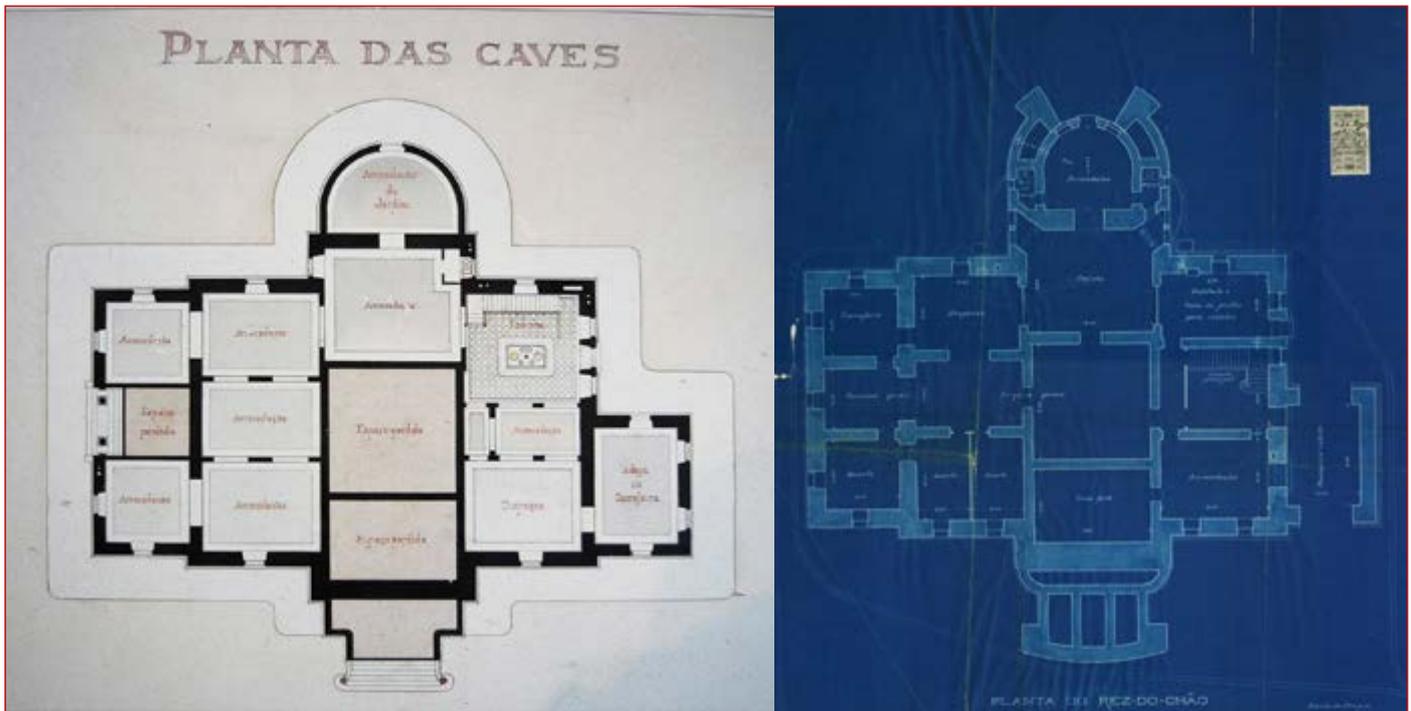


Figura 5 [esq.] Planta das Caves. APFHM. [dir.] Planta do Rez-do-Chão. AML, Obra nº 31572, Processo nº 3522/1ºREP/PG-1902, folha 2.

central que lhe é adjacente³⁹. Nesta escada, virá a encaixar um elegante elevador, que irá reforçar o carácter nobre desta circulação vertical. Assim, a nova escadaria nobre, que contorna o grande hall central de duplo pé-direito, acaba por, paradoxalmente, ficar algo secundarizada e remetida a um sentido mais cenográfico que utilitário, reforçando o carácter monumental da sequência de salões de aparato posicionados ao longo deste eixo central.

Este conjunto de espaços – vestíbulo, hall e sala de jantar – funciona, em ambos os projetos, em estreita articulação entre si, abrindo generosamente para o exterior, com um grande plano envidraçado, debruçado sobre a escadaria na entrada sul do palacete, que faz a ligação ao jardim na frente do lote. O projeto de 1902 virá enfatizar esta articulação entre espaços interiores e espaços exteriores, ao realocar o Jardim de Inverno, e ao implementar, no seu lugar, no extremo norte do eixo central, um espaço exterior de mediação, sob a forma de um terraço, ladeado por escadas que permitem o acesso direto à grande área verde existente na vertente a norte do lote. O Jardim de Inverno, por sua vez, na sua nova posição no extremo poente do edifício, assumirá assim uma dimensão pouco usual, tornando-se também ele, pela sua dimensão, programa e, mais tarde, pelo tratamento das superfícies e natureza dos materiais empregues, um espaço híbrido entre o interior e o exterior.

Não obstante a importância de todas estas alterações, que apontam para novos sentidos no entendimento da natureza dos dispositivos que constroem o espaço doméstico, importa ressaltar que as transformações operadas ao primeiro projeto são marcadas, num sentido global e transversal a todos os aspetos do projeto, por uma simplificação do desenho em planta, sobretudo no andar nobre, e por uma maior articulação entre os espaços. Espaços mais generosos, mais articulados entre si e a eliminação de corredores em favor de circulações mais fluidas marcam a solução de 1902, que dá conta de um maior domínio do desenho enquanto instrumento de projeto por parte do seu autor. Do mesmo modo, aspetos técnicos são integrados num pensamento global de desenho e submetidos à axialidade que rege o desenho do conjunto, conjugando um pensamento que tem em conta a racionalidade construtiva com princípios globais de composição, conforme se pode ler, por exemplo, na diferença do posicionamento das zonas de águas e da cozinha nas duas propostas.

³⁹ RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Porto: [s. n.], 2005. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

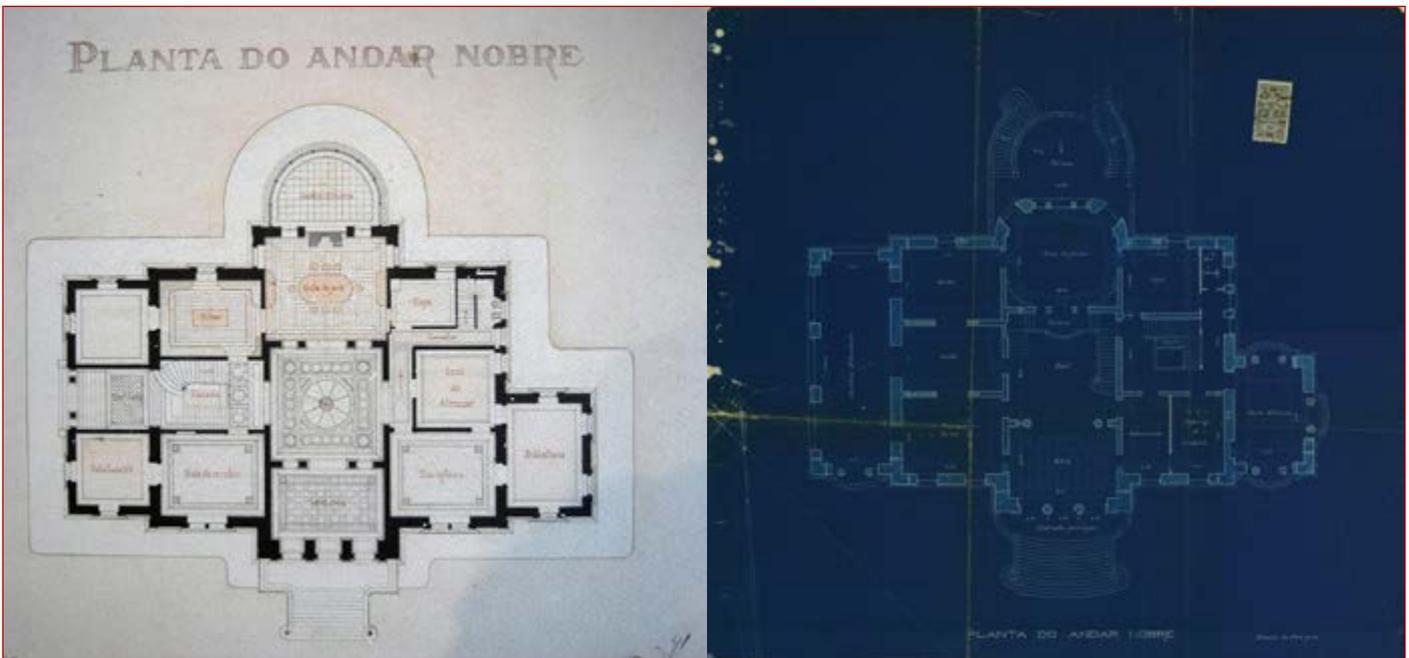


Figura 6 [esq.] Planta do Andar Nobre. APFHM. [dir.] Planta do Andar Nobre. AML, Obra nº 31572, Processo nº 3522/1.ª REP/PG-1902, folha 3.

No que respeita à relação entre o desenho da planta e o desenho dos alçados, a primeira solução denota igualmente um domínio menos sólido dos instrumentos de projeto, conforme demonstram de forma evidente os encontros menos conseguidos da escada de serviço e dos compartimentos associados a zonas de águas, com os amplos vãos rasgados nas fachadas do edifício. No projeto de 1902, estamos, pelo contrário, perante um trabalho mais consistente de articulação entre planta e alçado, onde não há lugar a este tipo de incongruências e onde as subtis variações operadas na dimensão e desenho dos vãos, decorrentes do desenho em planta e das diferenças na natureza e dimensão dos compartimentos, não impedem uma leitura clara das quatro fachadas como um todo homogéneo e coerente. Por fim, há ainda que notar, ao nível da linguagem, a influência italianizante em ambas as soluções que, talvez mais marcada na primeira proposta, se mantém na solução seguinte. De facto, se os alçados da segunda proposta têm uma filiação clássica, marcadamente *Beaux-Arts*, permanece a nota de inspiração italiana, com a *loggia* que coroa o topo da fachada principal.

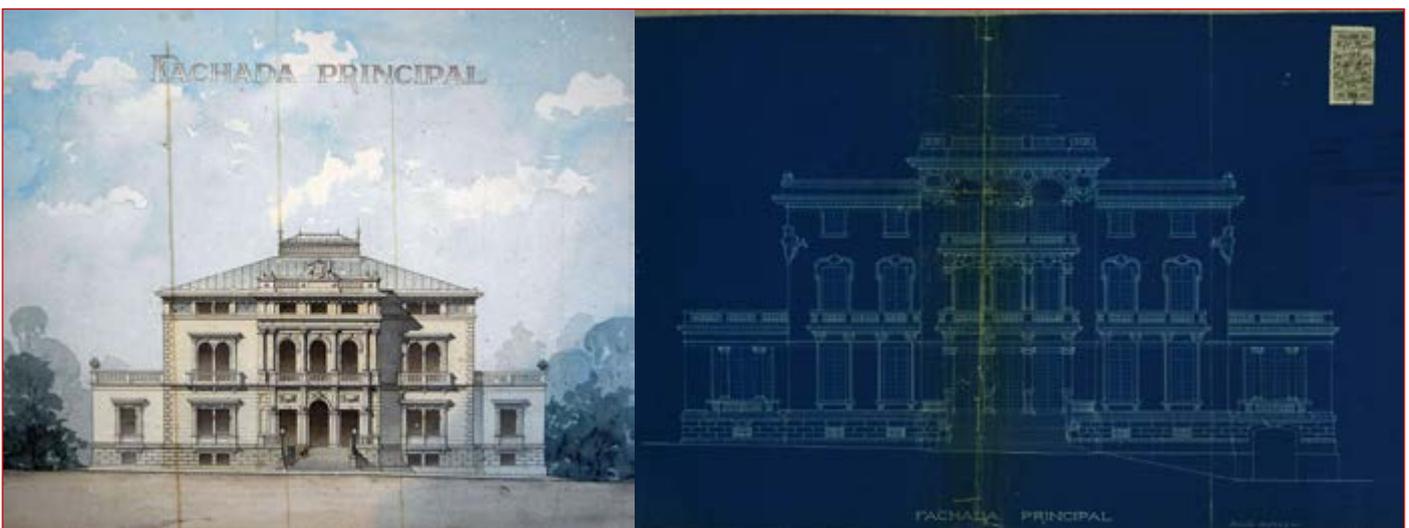


Figura 7 [esq.] Fachada Principal. APFHM. [dir.] Fachada Principal. AML, Obra nº 31572, Processo nº 3522/1.ª REP/PG-1902, folha 7.



Figura 8 [esq.] Fachada Posterior. APFHM. [dir.] Fachada Posterior. AML, Obra nº 31572, Processo nº 3522/1.ª REP/PG-1902, folha 8.

CONCLUSÕES

A leitura paralela dos dois projetos que aqui foi realizada vem apenas tornar mais claro o que foi já afirmado em trabalhos anteriores sobre este edifício e sobre a obra deste arquiteto, ou seja, o carácter informado e consequente do ecletismo de Ventura Terra⁴⁰, tornado aqui mais evidente, pelo modo como transforma uma primeira proposta para o palacete. De uma proposta para outra, as transformações são operadas por meio de um pensamento global e integrado de todos os elementos através do exercício da composição, eixo central da prática dos arquitetos ecléticos, que o entendem como modo de “tornar coerente a construção, a estrutura, as partes e os ornamentos”, ou seja, enquanto “capacidade de associar, justapor e integrar elementos heterogêneos em um conjunto capaz de funcionar como um todo”⁴¹. O projeto é, por isso, o lugar onde convergem todas estas questões e onde estas se tornam operativas, através do desenho e pela mão do arquiteto, figura central no universo da construção.

Se Ventura Terra é, neste e noutros projetos, profundamente eclético, encontramos no projeto de alterações do palacete, alguns elementos que Rui Ramos entende serem princípios que regem o caminhar para a modernidade no espaço doméstico e que justificam a sua inclusão no trabalho que desenvolveu sobre o espaço doméstico da casa unifamiliar⁴². De facto, com as alterações realizadas em 1902, o projeto do palacete pode ser considerado como parte de uma reflexão sobre princípios de modernidade tal como este autor os enunciou, pelo modo como propõe novas leituras sobre espaço central, movimento, núcleos de serviços, simplificação do programa, relação entre o interior e o exterior, mudanças na hierarquia interna e racionalidade construtiva⁴³. Ainda que enunciados, por vezes, de modo algo tímido, estes aspetos estão presentes nas transformações ao projeto inicial, que assim aponta para novos sentidos e leituras do ecletismo, mas também da modernidade de Ventura Terra.

⁴⁰ Para uma leitura da globalidade da obra do arquiteto Miguel Ventura Terra, ver SILVA, Raquel Henriques da – Ventura Terra em contexto. In AAVV – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 277-307.

⁴¹ PEDONE, Jacqueline – O espírito eclético na arquitetura. *ArqTexto* [Em linha]. Nº 6 (2005), p. 126-137. [Consult. 17/04/2020]. Disponível na Internet: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jacqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf.

⁴² RAMOS, Rui Jorge Garcia, *Op. cit.*

⁴³ *Ibidem.*

Não obstante, e sem querer retirar a Ventura Terra o papel central no processo de projeto e obra do Palacete Mendonça, se a nova documentação que veio agora à luz não implica rever a cronologia estabelecida, obriga a repensar atribuições. Efetivamente, tudo aponta para que a obra que foi licenciada em 1900 e está referida como estando em construção em maio de 1901 seja da responsabilidade de Rafael Castro, que surge, para todos os efeitos, como autor do projeto para um palácio na Quinta do Seabra, na 1ª Exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes. É sobre esta obra em curso que Ventura Terra desenhará o seu projeto de alterações ao palacete, em 1902.

Assim sendo, nem a escolha da posição do palacete no lote, nem as escolhas fundamentais ao nível tipológico e compositivo, nem tão-pouco o esquema estrutural de base que determina a partição global do conjunto terão sido da responsabilidade de Ventura Terra. Do mesmo modo, tudo o que respeita ao projeto e construção da portaria terá sido, igualmente, não da autoria de Terra mas de Rafael Castro, uma vez que o pedido de licenciamento respetivo foi entregue logo no início de 1901, ainda este era o responsável técnico pela obra. A construção deste edifício terá aliás ficado concluída a muito breve trecho, conforme demonstra a imagem do estaleiro de obra, onde, apesar de a obra da variante da Estrada de Circunvalação, diante do lote, não estar ainda realizada, o edifício da portaria está já finalizado. Um olhar mais atento, permite aliás, dar conta de diferenças não apenas no desenho dos vãos, mas também no trabalho de cantaria de ambos os edifícios, apresentando a portaria mais afinidades de desenho com o primeiro projeto do que com o projeto de alterações.

No que respeita ao palacete, toda a documentação consultada permite-nos equacionar uma hipótese, segundo a qual Rafael Castro é efetivamente o autor do projeto representado neste conjunto de aguarelas, que foi este o material exposto na Sociedade Nacional de Belas Artes em Maio de 1901 e que foi sobre esta solução que Miguel Ventura Terra elaborou o seu projeto de alterações. Porém, mais que medir a efetiva intervenção de Terra e Castro no projeto do edifício, que carece de mais estudos e acesso a mais informação, importa sobretudo refletir sobre de que modo este pequeno episódio da história deste edifício e dos percursos profissionais de Ventura Terra e Rafael Castro pode contribuir para a história do debate sobre a profissão de arquiteto e o seu estatuto no início do século XX.

O projeto de 1902 evidencia, como foi referido, um maior domínio da composição e do desenho, entendido como saber específico que coloca a prática e o saber do arquiteto no centro do processo de projeto. À época, esta questão está na base de um debate mais amplo e progressista, protagonizado por Terra e outros profissionais sobre o papel do arquiteto na sociedade, que culminará com a constituição da Sociedade dos Arquitetos Portugueses, em 1903, pela mão do próprio Terra e outros seus contemporâneos. De facto, com a entrada em cena de Terra na obra do Palacete Mendonça em 1902, não já não estamos perante uma relação dual, entre o cliente e o construtor-projetista, mas antes numa relação em triângulo, onde o arquiteto surge, de alguma forma, como mediador, com o seu conhecimento disciplinar específico, informado, culto e académico.

Do mesmo modo, a brevíssima referência que aqui se fez acerca do modo como foi ignorada, pela imprensa generalista, a secção de arquitetura da 1ª Exposição da SNBA, dá conta do quanto todas estas questões seriam marginais na sociedade da época, até em meios mais abastados e cultos. Mesmo no mundo do projeto e da construção, a definição de papéis entre os arquitetos, os desenhadores, os condutores de obras públicas, os construtores e os engenheiros era ainda fluída e difusa e a própria revista *A Construção Moderna*, aqui referida, pela natureza das suas publicações e constituição do corpo editorial e de autores, é o espelho deste início de século ainda à procura de entender as atribuições de cada um no mundo da Arquitetura.

O percurso de Rafael Castro revela igualmente uma sociedade em mudança que, por um lado, não hesita em colocá-lo lado a lado com o mundo da Academia na Exposição da SNBA de 1901, mas que, por outro lado, já não lhe terá proporcionado a mesma facilidade na ascensão de desenhador a arquiteto, por dentro da função pública, tal como terá acontecido ao seu pai, uma geração antes. O facto de, por alguma razão ainda hoje desconhecida, Henrique Mendonça ter efetivamente mudado de um construtor-desenhador para um arquiteto, na obra para o seu palacete, pode assim ser lido como um sinal de mudança dos tempos, em que o esforço desta geração

de ecléticos pela dignificação e afirmação da sua disciplina consegue conferir à figura do arquiteto um capital simbólico, capaz de se converter em sinal de distinção⁴⁴ para Henrique Mendonça, apenas chegado ao mundo da alta burguesia da Lisboa da época, desenhando-se assim um processo de valorização mútua, entre o arquiteto de formação parisiense e o seu abastado e culto cliente. Será o apagamento da figura de Rafael Castro deste processo, por parte da imprensa da época e da historiografia, parte deste processo de legitimação de um ofício e de um estatuto?

Restam ainda várias questões por esclarecer neste processo, nomeadamente as razões que estiveram na origem destas mudanças durante o ano de 1901. Porém, se esta investigação não avança com novos dados sobre as circunstâncias que levaram ao encontro entre Henrique Mendonça e Ventura Terra, lança, por outro lado, algumas pistas sobre a relação entre Ventura Terra e Rafael Castro que, aparentemente, se terão cruzado, em alguns momentos, neste virar de século. Com efeito, estiveram ao mesmo tempo na Direção dos Edifícios Públicos durante alguns anos⁴⁵, onde podem eventualmente ter trabalhado juntos. Mais enigmática, no entanto, será a presença de Miguel Ventura Terra no júri de admissão dos trabalhos para a exposição da SNBA em 1901⁴⁶, onde Rafael Castro surge, para todos os efeitos, como autor do projeto do Palacete Mendonça que virá, apenas um ano mais tarde, a estar sob a responsabilidade de Terra, e que é, hoje ainda, considerada uma das suas obras de referência.



Figura 9 [Vista panorâmica da zona de São Sebastião da Pedreira no local de construção do Palacete Henrique de Mendonça], Eduardo Portugal, [1900-1902]. AML, PT/AMLSB/POR/060668.

⁴⁴ O sentido da palavra “distinção” é empregue neste contexto, nos termos em que este é definido pelo sociólogo Pierre Bourdieu, na tensão entre desejos de distinção e de conformidade. BOURDIEU, Pierre – *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les éditions de minuit, 1982.

⁴⁵ No seu regresso a Portugal em 1896, também Ventura Terra ingressou na função pública tendo estado vários anos ao serviço da Direcção de Edifícios Públicos e Faróis. RIBEIRO, Ana Isabel – Biografia. In AAVV – *Arquitecto Ventura Terra (1866-1919)*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 77-135.

⁴⁶ Miguel Ventura Terra foi um dos membros efetivos do júri de admissão dos trabalhos da 1ª Exposição da SNBA, juntamente com José Malhoa, José Velloso Salgado, Columbano Bordalo Pinheiro e António Augusto da Costa Mota, sendo membros suplentes António Tomás da Conceição Silva, Ernesto Ferreira Condeixa e Jorge Colaço. SOCIEDADE NACIONAL DE BELLAS ARTES (1901), *Op. cit.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

Obra nº 31572.

Palacete Henrique Monteiro Mendonça, prémio Valmor de 1909, Paulo Guedes, [post. 1909], PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/PAG/000455.

[Vista panorâmica da zona de São Sebastião da Pedreira no local de construção do Palacete Henrique de Mendonça], Eduardo Portugal, [1900-1902], PT/AMLSB/POR/060668.

Arquivo Privado da Família Henrique Mendonça (APFHM)

Documentos avulsos não catalogados.

Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério da Economia

Fundo ex-Ministério das Obras Públicas, Comunicações e Indústria (BAHME, Fundo ex-MOPCI)

Processo Individual de Rafael da Silva Castro.

Processo Individual de Rafael da Silva Castro Júnior.

ESTUDOS, CATÁLOGOS E ARTIGOS EM PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

BOURDIEU, Pierre – *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.

Casa de jantar em noqueira, estylo Luiz XIV. *A Construção Moderna*. Nº 36 (julho 1901), p.1, 3.

Exposição de Bellas Artes. *Brasil-Portugal*. Nº 58 (16 junho 1901).

MACEDO, Marta – Império de Cacau. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira, coord. – *O império colonial em questão: sécs. XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 2012. p. 289-316.

Palacete do Sr. Henrique de Mendonça. *A Construção Moderna*. Nº 1 (5 janeiro 1912), p. 1-2.

Palacete do Exº Sr. Henrique José M. de Mendonça. *A Architectura Portuguesa*. Nº 9 (1911), p. 33-36.

PEDONE, Jacqueline – O espírito eclético na arquitetura. *ArqTexto* [Em linha]. Nº 6 (2005), p. 126-137. [Consult. 18.10.2010]. Disponível na Internet: http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf.

Projetos de um Museu de escultura e de um Arco triumphal. *A Construção Moderna*. Nº 39 (setembro 1901), p. 1-3.

QUEIRÓS, Amílcar de Barros – *Da Sociedade Promotora de Belas Artes e do Grémio Artístico à Sociedade Nacional de Belas Artes 1860-1851*. Lisboa: [SNBA] Imp. Sociedade Industrial de Tipografia, 1951.

RAMOS, Rui Jorge Garcia – *A casa unifamiliar burguesa na arquitectura portuguesa: mudança e continuidade no espaço doméstico na primeira metade do século XX*. Porto: [s.n.], 2005. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.

RIBEIRO, Ana Isabel – Biografia. In AAVV – *Arquitecto Ventura Terra: 1866-1919*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 77-135.

RODRIGUES, Paulo Simões – *Património, identidade e história: o valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: FCSH-UNL, 1998.

SILVA, Raquel Henriques da – Ventura Terra em contexto. In AAVV – *Arquitecto Ventura Terra: 1866-1919*. Lisboa: Assembleia da República, 2009. p. 277-307.

SOCIEDADE NACIONAL DE BELLAS ARTES – *Primeira Exposição: 1901* [Em linha]. Lisboa: [SNBA] Imp. Typographia da Companhia Nacional Editora, 1901 [Consult. 17/04/2020]. Disponível na Internet: <https://archive.org/details/exposicaoocatalog01soci/page/n4/mode/2up>.

SOCIEDADE NACIONAL DE BELLAS ARTES – *Sexta Exposição: 1906* [Em linha]. Lisboa: [SNBA] Imp. Typographia da Companhia Nacional Editora, 1906 [Consult. 17/04/2020]. Disponível na Internet: <https://archive.org/details/exposicaoocatalog27soci/page/n483/mode/2up>.

Sociedade Nacional de Bellas Artes: primeira exposição. *O occidente: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro*. Nº 807 (30 maio 1901), p.1 e Nº 808 (10 junho 1901), p. 2.

Sociedade Nacional de Bellas Artes: primeira exposição. *A Construcção Moderna*. Nº 33 (junho 1901).

VARELA, Júlia – Palacete Mendonça: ecletismo, internacionalismo e progresso. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 2ª Série Nº 5 (Janeiro - Junho 2016), p. 265-288.

VARELA, Júlia; RODRIGUES, Paulo Simões; SILVA, Raquel Henriques da – Palacete Mendonça: de legado familiar a legado patrimonial. In ANDRÉ, Paula; RODRIGUES, Paulo Simões, org. – *Laboratório colaborativo: dinâmicas urbanas, património e artes: investigação, ensino e difusão* [Em linha]. Évora: CHAIA/UÉ, 2017. p. 19-34. Disponível na Internet: <http://www.chaia.uevora.pt/uploads/pdfs/775dd28cc5bcb01abc1593dc96e88146f0abd87d.pdf>

Submissão/submission: 03/02/2020

Aceitação/approval: 08/05/2020

Júlia Zurbach Varela, CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, Universidade de Évora, 7000-809 Évora, Portugal. juliazvarela@gmail.com

VARELA, Júlia Zurbach – Um palacete, dois projetos: Palacete Mendonça (1900 e 1902). *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 137-152. Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/09_mendonca.pdf

DOCUMENTA

Luz e sombra: 100 imagens do mundo operário no limiar do século XX

Nuno Martins

NOTA INTRODUTÓRIA

A imagem visual tem sido utilizada, desde sempre e em todas as geografias, como veículo de comunicação e projeção do poder político. Terreno fértil e fascinante para cruzar em várias disciplinas, tem sido objeto para uma vasta produção de investigação, sobretudo na esfera anglo-saxónica. Contudo, em Portugal, o estudo sistemático no domínio da cultura visual é ainda frágil não obstante alguns importantes trabalhos¹. A imagem visual, nos seus vários suportes, tem sido, sobretudo, utilizada como um artefacto ilustrativo do texto, sem ser inquirida *per se* nas suas múltiplas valências e potência.

Na economia deste texto, não se pretende fazer algum tipo de estudo temático ou de caso, mas sim, expor um conjunto documental fotográfico organizado em quatro módulos, o qual, para além de registar momentos e aspetos ligados à indústria e ao operariado em Lisboa, num espectro cronológico entre os últimos anos do século XIX e a entrada da segunda metade do século XX, pode contribuir com valor de fonte para estudos nos domínios da história, da antropologia, da sociologia, entre outros.

Desta forma, cada módulo é constituído por várias fotografias selecionadas no acervo do Arquivo Municipal de Lisboa, acompanhadas por uma síntese de enquadramento. A produção historiográfica – política, social, económica – dos séculos XIX e XX português é reputada e vastíssima, e a centralidade desta *Documenta* é a fotografia como significante. Por isso, os capítulos não têm a ambição de serem peças de argumentação de âmbito historiográfico, mas, sim, apontar para os contextos em que as fotografias foram realizadas, e sugerir enquadramentos para a imagem e os seus significados. Os indícios podem ser vários: o diálogo entre um produtor e um recetor – pela representação, intermediação, leitura e receção –, o que revela ou omite, a escolha do objeto, a opção técnica e estética, os códigos de figuração simbólica, os locais escolhidos, a biografia social e política do autor, o contexto de encomenda, a finalidade objetiva e subjetiva². Ou seja, numa inversão à tendência ilustrativa, aquilo que a fotografia pode oferecer de informação se devidamente interrogada enquanto significante.

¹ Ultrapassando os limites que se concentram na história da fotografia, e recorrendo à sua utilização como fonte na perspetiva da cultura visual, com múltiplas abordagens, vejam-se os trabalhos sobre a produção e circulação de ideias, pessoas e imagens de Filipa Lowndes Vicente, sobre resistência e conflito de Afonso Dias Ramos, ambos em contextos coloniais, de Nuno Pinheiro no âmbito da História Social, ou Ana Gandum, a respeito da circulação da imagem fotográfica no circuito da emigração, bem como, os trabalhos apresentados no colóquio *O império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, ICS, 26-27 de setembro de 2013, nos domínios da representação de género, classificação, controlo populacional e sanitário, estudos antropológicos, identidade ou construção de saberes.

² Para o sentido de representação social e da sua inteligibilidade à audiência, ver CHARTIER, Roger – *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988. Para a noção das camadas de informação encerradas no significante, e a capacidade de perceção e leitura, bem como os diferentes tipos de receção, veja-se PANOFSKY, Erwin – *Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. É ainda útil recorrer-se ao entendimento proposto por Foucault, de que entre o real e uma ideia há uma proposta de relações intermediadas por *convenientia*, ou similaridade, *aemulatio*, analogia e simpatia, v. FOUCAULT, Michel – *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70, 2002.

CIRCUNSTÂNCIAS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS DE PORTUGAL NO LIMAR DO SÉCULO XX EUROPEU

Embora com variações muito desiguais consoante a cronologia, a taxa de crescimento da população portuguesa no decurso do século XIX manteve-se positiva e, em termos absolutos, quase que duplicou no fim da centúria³. Entre 1821 e 1850, a dimensão demográfica em Lisboa estabilizou, com algumas regressões de intermédio, enquanto o arranque do Porto, apesar de precoce, só se tenha verificado na segunda metade do século. Emigrava-se a partir do norte de Portugal, onde a população era mais elevada, devido à alta produtividade dos campos agrícolas. No sul, nomeadamente no Alentejo, a população era muito reduzida. As grandes cidades localizavam-se todas na foz dos rios – Lisboa, Porto, Faro, Viana do Castelo, Aveiro ou Setúbal. Portugal era um país periférico, de pequeno mercado, sem matérias-primas e com baixo nível de instrução⁴.

Em janeiro de 1837, o governo de Passos Manuel promulgou a Pauta Alfandegária, dando sequência a um anterior esboço embrionário de Mouzinho da Silveira. Esta medida protecionista teve reflexos imediatos, duplicando os impostos sobre as importações nas receitas das alfândegas, aumentando as receitas do Estado. Tratando-se de um instrumento financeiro, a lógica da Pauta foi produzir receitas fiscais, e não a proteção da indústria. Havia uma enorme dívida pública antiga, em grande parte ampliada pela guerra civil (1828-1834), alimentada à custa de empréstimos externos. Apesar de, até ao final do século, o Estado português permanecer subsidiado, em receitas próprias, pelas taxas alfandegárias, estas receitas não resolveram o endividamento público⁵. Em termos produtivos, 85% do tecido populacional português era agrário. Desde meados do século que ocorriam fluxos migratórios temporários e definitivos do Norte para o Sul do território, devidos ao crescimento da agricultura cerealífera e ao aumento dos grandes empreendimentos públicos⁶.

À entrada do século XIX, não existia em Portugal um sistema desenvolvido e coerente de transportes terrestres. A opção marítima era, de longa data, a mais frequente, consolidada e económica. Afastado do litoral, o interior era acessível, a longa distância, com recurso à tração animal, muito difícil e dispendiosa. Tudo isto alterou-se no decurso da segunda metade do século, com a introdução do caminho-de-ferro e a construção de novas vias de comunicação⁷.

Nos espaços europeus mais precocemente industrializados, desde o último quartel do século anterior e princípios do século XIX que se havia iniciado a construção sistemática de canais fluviais e outras vias de comunicação e obras públicas dentro dos territórios nacionais – estradas, canais, pontes, etc. Por oposição, em Portugal não houve esta fase antecedente e o primeiro troço ferroviário surgiu apenas em 1856. Este facto deveu-se às sucessivas crises institucionais e económicas que impediram o investimento público no desenvolvimento – em França, no mesmo período, um terço dos rendimentos do Estado foram investidos na construção e desenvolvimento de vias de comunicação.

³ Em acordo com as fontes disponíveis e com as devidas ressalvas quanto à sua fiabilidade e variações, é consensual que, em 1801, a população portuguesa estimava-se na ordem dos 2.900.000, ultrapassando os 5.000.000 em 1900, o que corresponde a um aumento na ordem dos 75%, *grosso modo*. Ver PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa – A evolução da população ao longo do século XIX: uma perspectiva global. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. Lisboa. Nº 6 (1992-93), p. 254; VEIGA, Teresa Rodrigues – *A população portuguesa no século XIX*. Porto: CEPES / Edições Afrontamento, 2004. p. 19-ss.

⁴ VAQUINHAS, Irene; NETO, Margarida – Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1993. vol. V, p. 325-337; TORRAL, Luís Reis – A instrução pública. In MATTOSO, José, dir. – *idem*. p. 609-651.

⁵ RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. p. 498-ss; LAÍNS, Pedro – O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização «concorrencial». *Análise Social*. V. XXIII Nº 97 (3º 1987), p. 481-503.

⁶ Para um panorama económico sobre o século XIX português, v. LAÍNS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da – *História económica de Portugal: o século XIX*. Lisboa: ICS, 2005. vol. II.

⁷ PINHEIRO, Magda – A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90). *Análise Social*. V. XIV Nº 101-102 (1988), p. 745-767.

Em 1852, a grande reforma das Finanças Públicas de Fontes Pereira de Melo permitiu atenuar o desequilíbrio da balança de pagamentos, consolidar as Finanças do Estado e, mais tarde, lançar um programa de construção de Obras Públicas.

Portugal começou a construir caminhos-de-ferro sem ter indústria do ferro. Não havia nenhuma siderurgia nem alto-forno a lenha. De qualquer forma, as necessidades de ferro para os caminhos-de-ferro nacionais não justificariam a existência e manutenção de uma empresa de alto-forno, mesmo que tradicional, a lenha. A partir de 1876, os carris passaram a ser de aço, em vez de ferro, mais fraco e deteriorável. Esta alteração piorou as hipotéticas necessidades de um alto-forno, aliado ao facto da qualidade do minério e do carvão mineral portugueses não ser boa.

A quimera positivista *fin-de-siècle* na crença do progresso científico inquestionável, que suportou os expansionismos nacionalistas bélicos, alimentados pela industrialização, carente de matérias-primas em abundância, colocou as potências europeias em concorrência por recursos naturais. Em 1885, as principais nações europeias detentoras de territórios ultramarinos, ou com ambições a eles, e os EUA, acordaram na Conferência de Berlim a partição do continente africano para os seus interesses geoestratégicos, exploração de recursos e projetos coloniais.

Em 1891, a par dos ecos da crise política do *Ultimatum* inglês no ano anterior, ocorreu um salto na produção agrícola e no desenvolvimento dos caminhos-de-ferro⁸. Estes, tornaram-se importantes para a circulação de produtos agrícolas e de animais (gado), e a população aderiu rapidamente ao transporte ferroviário, serviço que se tornou a principal fonte de rendimentos e estimulou a mobilidade inter-regional⁹.

No final do século, o dinheiro havia sido gasto em juros, em obras públicas (principalmente em ferrovia), no Exército, na Marinha, nas Colónias, na Justiça e Negócios Estrangeiros. Neste período, a Alemanha tornara-se a principal credora de Portugal¹⁰ devido ao seu interesse nas colónias portuguesas para obtenção de matérias-primas, de que necessitava para alimentar as grandes indústrias germânicas em poderosa ascensão.

No contexto do sul europeu, apesar do rápido crescimento da produção e do comércio externo desde meados do século XIX – e até 1914 –, Portugal foi o país que mais lentamente cresceu. A balança comercial era cronicamente deficitária e a dívida pública aumentou. No discurso intelectual coevo, a “nação decadente” tornara-se uma realidade confrangedora de uma inevitabilidade inconsequente.

Na transição para o século XX, a par da emergência do anarquismo, do socialismo e do anarco-sindicalismo, surgiram correntes de pensamento autoritárias que defendiam um Estado forte: o socialismo de Estado da Alemanha e a emergência de autoritarismos de direita, do antisemitismo e de nacionalismos anticapitalistas. Eram elementos extremamente contraditórios: por um lado, o socialismo anticapitalista, por outro, as miragens autoritárias que desembocariam nos totalitarismos da década de 1930.

⁸ Ainda assim, muito abaixo dos números europeus. Compare-se este e outros indicadores de desenvolvimento económico de Portugal e da Europa em 1910, em REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX (1850-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

⁹ ALEGRIA, Maria Fernanda – *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Geográficos, 1990. SILVEIRA, Luís Espinha da [et al.] – Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. *Ler História*. Nº 61 (2011), p. 7-37.

¹⁰ PINHEIRO, Magda – Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos de ferro em Portugal na segunda metade do século XIX. *Análise Social*. V. XV Nº 58 (1979), p. 265-286; Caminhos de ferro – In SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002. vol. I, p. 447-451.

Em Portugal, o rei D. Carlos comungou de uma ilusão de autoritarismo. A corte portuguesa era parcialmente uma casa privada e não detinha os recursos necessários para expor o fausto e tornar-se um símbolo nacional. Não conseguiu, por isso, ocupar o espaço do nacionalismo.

Num cenário de constante crise política e económica, e face à dificuldade dos governos em serem estáveis, o rei interveio cada vez mais, postura que acarretou uma quota de responsabilidade em tudo o que corresse mal. Em 1907, perante mais uma crise governativa, D. Carlos manifestou apoio e sancionou, de forma inequívoca, a solução de João Franco. Dissolvido o Parlamento, e mantida a ditadura de João Franco, o regime fechou-se e o monarca encontrou-se no epicentro da perturbação, e numa posição de irrefutável descrédito. Concorrente para a descredibilização da monarquia foram as permanentes dívidas dos adiantamentos à Casa Real, elementos que, na conjuntura, contribuíram para a deterioração da imagem de D. Carlos, principalmente no período antecedente ao seu assassinato no primeiro dia de fevereiro de 1908¹¹.

No seguimento do regicídio, o reinado de D. Manuel II já nada podia contra os ventos de mudança que se faziam sentir. Em 1910, e após várias tentativas falhadas de golpe pelos republicanos, a revolução de 5 de outubro depôs o rei, consagrou em definitivo o fim da monarquia constitucional e a separação entre o Estado e a Igreja – promulgada por lei no ano seguinte¹². Em 1914, o assassinio do arquiduque da Áustria foi a espoleta para a 1ª Grande Guerra, que se esperava breve e lesta, mas que ficaria marcada na memória nacional pela batalha de La Lys, em abril de 1918, quase um ano depois da primeira aparição de Fátima, em maio de 1917. Entre 65 a 70% da população portuguesa era analfabeta¹³.

No mesmo ano, e a dois tempos, em março e novembro, consumou-se a queda da monarquia do czar Nicolau II da Rússia e consolidou-se o novo governo socialista soviético. Em dezembro, Sidónio Pais executou um golpe de Estado, obrigando ao exílio o presidente da República Bernardino Machado, e impôs um governo autoritário centrado na sua pessoa e na imagem de um presidente-rei absolutista. No ano seguinte, a primeira guerra de cariz industrial terminaria em novembro, com uma mortandade nunca antes prevista, e com graves consequências para as relações económicas e políticas europeias. No mês seguinte, Sidónio Pais foi assassinado na Estação do Rossio, em Lisboa, por um militante republicano.

A história do longo século XX português desembocaria em modelos de governação autoritária e ditatorial, repressiva e policial, com o golpe militar de 1926 e a instituição do Estado Novo em 1933, e que só terminaria com uma nova revolução à entrada do último quartel do século¹⁴. Não obstante um crescimento económico e industrial sustentado e de abertura à economia mundial, a partir dos anos 1960, o crónico desfasamento com os mais desenvolvidos países europeus permaneceria em todos os índices de avaliação: político, social, económico, educação, saúde.

¹¹ Sobre o período do governo de João Franco, a questão dos adiantamentos e abonos entregues à Casa Real para fazer face às suas despesas, e que, por falta de pagamento, se avolumavam, bem como o panorama político até ao assassinato do rei, veja-se RAMOS, Rui – O governo de João Franco (1906-1908). In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994. vol. VI, p. 267-298.

¹² RAMOS, Rui – A estranha morte da Monarquia Constitucional. *Idem*, p. 335-400.

¹³ CANDEIAS, António; PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia, dir. e coord. – *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p. 120-ss.

¹⁴ ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *História da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2010; RAMOS, Rui – O mito da política nacional (1918-1926). In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994. vol. VI, p. 597-634. ROSAS, Fernando, coord. – O Estado Novo, 1926-1974. In MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, 1994. vol. VII, p. 151-ss.

ASSISTENCIALISMO E CONDIÇÃO SOCIAL

A suscetibilidade das sociedades medievais e modernas, fechadas e de cariz corporativo, às diferentes crises que a assolavam – guerras, epidemias, clima adverso – era elevada, e a importância dos ciclos familiares na fortuna dos indivíduos era essencial. Desde a Idade Média que era fundamental o enquadramento religioso e cultural da dimensão cristã da beneficência caritativa, na abordagem da secular questão da pobreza, mendicância e indigência¹⁵.

Numa perspetiva cronológica, desde o período medieval que o assistencialismo foi um suporte de amparo a pessoas com situações muito diversas, sendo assegurado por instituições distintas, como as mercearias, gafarias, hospitais, escolas, albergarias, casas para pobres, confrarias, ordens religiosas e, já na Época Moderna, pelas misericórdias. O fenómeno da assistência operava como mecanismo fundamental no conceito da caridade cristã, exercendo também uma forma de controlo social¹⁶.

A grande novidade ocorreu com a criação fulminante das misericórdias a partir do final do século XV – sendo o momento matricial a Misericórdia de Lisboa, por suposta vontade da rainha viúva D. Leonor em 1498, contando-se documentadas, pelo menos, 43 durante o reinado de D. Manuel I¹⁷. O importante papel da mutação ideológica operada pelas misericórdias, que atuavam no âmbito espiritual, material e judicial, com abundante património, tornou-se visível nas isenções, benefícios e privilégios outorgados pelos monarcas, elevando-as à mais poderosa das instituições assistenciais em Portugal ao longo dos séculos seguintes.

Se estabelecermos uma correspondência nas sociedades europeias do Antigo Regime, entre o recrudescimento da repressão aos pobres e indigentes, as reformas e laicização de instituições assistenciais, e a progressiva implementação de uma visão capitalista liberal que exaltava as virtudes do trabalho, percebe-se a implicação ambivalente destes fatores, com diferentes pesos consoante as geografias, na consequente alteração do tratamento dispensado à população mais desfavorecida e carenciada, associando-a à criminalidade, às doenças, e ao ócio, considerados párias da sociedade, logo, viciosa e alvo de correção ou punição.

Em *The Fable of The Bees: or, Private Vices, Publick Benefits* (1714) Bernard Mandeville defendeu uma visão sobre os pobres como exército de mão-de-obra indispensável aos interesses da engrenagem social. A terminar o século XVIII, Thomas Malthus, em *An Essay on the Principle of Population* (1798), considerou a miséria humana e a pobreza como flagelos e uma ameaça à homeostasia social, que só a natureza poderia equilibrar, pois, o engenho humano não tinha a capacidade de lidar com o crescimento económico e demográfico insustentável. Indiferenciados, os pobres incluíam uma amálgama de diferentes situações socioeconómicas, onde se incluía uma larga maioria de trabalhadores e artesãos, pois a sua volatilidade às crises era enorme e, aliada à inexistência de elos de fixação sociais – propriedade, residência, emprego, família –, facilmente cairiam no pauperismo. Pela mesma razão, eram recrutados compulsivamente para integrar contingentes para a guerra.

No decorrer do século XIX, a demografia rural e urbana transformou-se gradualmente por via da Revolução Industrial, com diferentes cronologias na geografia europeia. O impacto social da industrialização em grande escala foi enorme e acarretou implicações de ordem política, cultural e económica ímpares, por comparação com os anteriores sistemas de atividade e relações económicas nas sociedades europeias e norte-americanas. Se a industrialização impulsionou novos modelos de desenvolvimento, acarretou também um novo potencial gerador

¹⁵ Como introdução ao tema, na geografia europeia, veja-se GEREMEK, Bronislaw – *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995.

¹⁶ Para uma sùmula histórica das instituições medievais, veja-se PAIVA, José Pedro – Introdução. In PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae monumenta misericordiarum: antes da fundação das misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003. vol. 2, p. 7-20.

¹⁷ Sobre a criação das misericórdias em Portugal, veja-se SÁ, Isabel dos Guimarães; PAIVA, José Pedro – Introdução. In PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae monumenta misericordiarum: a fundação das misericórdias: o reinado de D. Manuel I*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2004. vol. 3, p. 7-24; bem como, SÁ, Isabel dos Guimarães – *As misericórdias da fundação à União Dinástica*. In PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae monumenta misericordiarum: fazer a história das misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002. vol. 1, p. 19-45.

de pobreza por via das crises económicas e da alteração dos paradigmas de trabalho, originando que largas fatias do operariado rural e urbano caíssem no desemprego e na miséria extrema.

Esta massa de população relativamente numerosa e frágil ganhou contornos de categoria social. Contudo, caracterizava-se, *lato sensu*, pela heterogeneidade, a qual, devido à sua composição e suscetibilidade às conjunturas, detinha fronteiras sociais fluidas. A partilha de traços comuns, entre eles a “incapacidade” de subsistência pelo trabalho, através de meios próprios, a ausência de direitos políticos, de propriedade e, muitas vezes, de residência, facilitaram a identificação generalista. Acrescenta-se ainda que, a constante recorrência a estratégias para assegurar a sobrevivência, quer legais (assistência social, trabalho ocasional, casamento tardio, famílias nucleares, migração, mendicidade – quando autorizada); quer ilegais (revolta, prostituição, mendicidade – quando proibida –, crime ou delinquência), contribuiu para amalgamar num mesmo grupo de pauperismo, longe de homogéneo, os indigentes, mendigos, enfermos, desempregados, órfãos, inválidos e idosos. Numa fronteira porosa, situavam-se os operários, camponeses, servos, e escravos – porque detinham meios de subsistência (mesmo que precários) e residência fixa (mesmo que degradada e independentemente do vínculo) –, que alimentavam aquela camada social¹⁸.

Ao longo do século XIX, aumentou a consciencialização progressiva da pobreza e da “cultura da pobreza” como um problema social e, tal como outras vertentes inerentes à sociedade, tornou-se objeto de estudo “científico” na esfera das investigações sociológicas, dos trabalhos etnográficos e antropológicos, da psicologia e da economia, na representação em obras artísticas, no domínio da literatura e das artes visuais¹⁹. Cresceu em importância e relevância nos debates públicos, na imprensa, nos parlamentos nacionais, nas sociedades filantrópicas, nas academias científicas e universitárias. Com a inexorável transformação das relações de trabalho operadas pelo capitalismo industrial e as visíveis consequências na condição social operária urbana –, um cenário que suscitou as sublimes, porque trágicas e belas, gravuras que ilustraram as urbes negras e sobrelotadas da época vitoriana do contemporâneo Gustav Doré –, as sondagens sobre as condições de vida do proletariado tornaram-se o terreno de eleição para vários estudos sobre a pobreza, no quadro das novas reflexões político-filosóficas que emergiam na Europa²⁰.

¹⁸ A exceção eram as ordens religiosas, que optavam por uma vivência mendicante.

¹⁹ Na produção nacional de monografias, assinala-se, na conjuntura anterior e após o virar do século, entre outros, os trabalhos de PEREIRA, José Augusto – *Resumo historico da Santa Casa e Irmandade da Misericórdia da cidade de Coimbra...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1842, de GOODOLPHIM, Costa – *As misericórdias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897, e de RIBEIRO, Victor – *A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: subsidios para a sua história, 1498-1898...* Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1902 (no campo das misericórdias); de COSTA, D. António da – *Historia da instrução popular em Portugal desde a fundação da monarchia até aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1871 (no campo da instrução popular); de CABRAL, José Curry – *Assistência pública e hospitalização*. In *Notas sobre Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908. vol. I (no campo da assistência hospitalar), de AZEVEDO, António de – *Habitações operárias em Portugal: relatório apresentado ao 3º Congresso da Liga Nacional contra a Tuberculose*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1905, e de MATA, José Caeiro da – *Habitações populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909 (no campo da habitação); de GOODOLPHIM, Costa – *A Associação: história e desenvolvimento das associações portuguezas*. Lisboa: Typ. Universal, 1876, *Idem* – *A previdência: Associações de socorro mútuo, cooperativas, caixas de pensões e reformas, caixas económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889, de RIBEIRO, Victor – *Historia da beneficencia publica*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1907. *O Instituto*. Vol. 48 a 54. Separata, de LIMA, José Lobo D’Avila – *Socorros mutuos e seguros sociais*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909 (no campo do assistencialismo); de PEREIRA, João Manuel Esteves – *A industria portugueza: século XII a XIX, com uma introdução sobre corporações operárias em Portugal*. Lisboa: Occidente, 1900, de LIMA, José Lobo D’Avila – *Movimento operário em Portugal*. Lisboa: Ferreira & Oliveira, 1905, de GONÇALVES, Luiz – *A evolução do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Adolpho de Mendonça, 1905, de POINSARD, Léon – *Portugal ignorado: estudo social, economico e político seguido de um appendice...* Porto: Magalhães e Moniz, 1912, de SILVA, Fernando Emygdio da – *O operariado português na questão social*. Lisboa: Typographia Universal, 1905, *Idem* – *Acidentes de trabalho*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913 (no campo do operariado); de GOMES, António Luís – *Ociosidade, vagabundagem e mendicidade...* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1892, e de AUGUSTO, António Ferreira – *Alienados criminosos, cadeias, serviços médico legais e toxicologicos, pessoal judiciário dos tribunaes criminaes*. Porto: Imprensa Commercial, 1894 (nos campos da pobreza e repressão).

²⁰ Um fluxo traçado desde o socialismo utópico e do cooperativismo de Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier, ao federalismo e anarquismo de Proudhon, e ao socialismo científico e revolucionário de Karl Marx e Friedrich Engels.

Sublinhe-se que o mapa da pobreza do proletariado europeu ocidental no século XIX não foi homogêneo nem linear, uma vez que os ritmos e a geografia do processo de industrialização, as crises das economias agrárias e manufatureiras, pré-industriais e industrializadas, e os contextos político, económico, demográfico, social, religioso e cultural eram heterogêneos entre os diferentes Estados-Nação, o que reflete a diversidade de situações específicas. Contudo, todos estes fatores de dimensão estrutural e conjuntural, e a aceleração indomável da industrialização, concorreram para os efeitos depauperativos da massa de trabalhadores, urbanos e rurais.

Embora no quadro mental dominante se insistisse na atribuição à mendicidade um carácter de crime, já no final do século XIX, e como culminar da progressiva dissociação entre as questões penal e social, verificou-se uma tendência para a despenalização dos “desempregados” temporários e indigentes involuntários, categorias onde caíam uma larga percentagem de operários e famílias que gravitavam na esfera das indústrias e fábricas. O papel político intervencionista do Estado, herdeiro do Iluminismo, reforçou-se e acentuou a conceção do individualismo liberal assente na propriedade, cidadania e trabalho. Por isso, é possível identificar na continuidade do problema da pobreza novos instrumentos para a mitigar e coartar, embora em contextos diferenciados e em transformação. Estas novas condições refletiram-se, necessariamente, nas formas de assistência e repressão. Na assistência consolidaram-se as propostas institucionais – eclesiásticas, privadas, filantrópicas –, contudo, persistiu a repressão do Estado, consubstanciada por leis e pela prisão. Na geografia da assistência e repressão, distinguiram-se pela precocidade os casos da Inglaterra, França e Holanda²¹. Em Portugal, o Código de 1852 punia a mendicidade, a embriaguez ou a prostituição, mas estabelecia a proteção através das freguesias e dos asilos a pobres “virtuosos”, crianças abandonadas, idosos e estropiados, entre outros²².

Com o novo regime constitucional saído da assinatura da convenção de Évora-Monte a 27 de maio de 1834, a nova organização administrativa do reino e do poder hierárquico no território nacional, em distritos (pelo governador civil), concelhos (em dupla estrutura, de administração e representação do Estado, e de representação autárquica, a câmara municipal) e paróquias (as freguesias), as misericórdias, hospitais e confrarias encontraram-se sujeitas a forte escrutínio e fiscalização por parte dos governadores civis, ao abrigo das novas jurisdições sobre a matéria. Apesar dos conflitos vários ao longo das décadas seguintes, de afrontas e choques, as misericórdias permaneceram estabelecimentos essenciais de caridade e filantropia, e continuaram a prestar serviços assistenciais fundamentais às camadas mais carenciadas da população²³.

Já no período da República, apesar de alterações no enquadramento, regulamentação e financiamento das instituições de beneficência, das graves dificuldades económicas que enfrentaram e, mais tarde, das aproximações e ambiguidade, na anuência às soluções políticas advindas em 1926 e em 1933, o papel meritório e indispensável das misericórdias permaneceu reconhecido no campo da assistência sanitária, como foi prova o desempenho decisivo durante o surto epidémico pneumónico de 1918-1919²⁴.

²¹ GEREMEK, Bronislaw – *Op. cit.*, p. 23-148 e 267-293; SCOTT, John – *Poverty & wealth: citizenship, deprivation and privilege*. London: Longman Group UK, 1994. p. 1-59; THOMPSON, Francis Michael Longstreth, ed. – *The Cambridge social history of Britain 1750-1950: social agencies and institutions*. Victoria: Cambridge University Press, 1990. vol. 3, p. 243-309 e 357-393; VAN LEEUWEN, Marco – *The logic of charity: Amsterdam, 1800-1850*. London: Macmillan Press, 2000. p. 1-37.

²² *Código Penal aprovado por decreto de 10 de Dezembro de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 74-76. Para uma perspetiva nacional, veja-se VAZ, Maria João – *Crime e sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

²³ Para uma síntese histórica das misericórdias no período da monarquia constitucional, veja-se LOPES, Maria Antónia; PAIVA, José Pedro – Introdução. In PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae monumenta misericordiarum tradição e modernidade: o período da monarquia constitucional (1834-1910)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2010. vol. 8, p. 7-30.

²⁴ Sobre a pandemia da pneumónica em Portugal, veja-se SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa – A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico. *Ler História*. Nº 73 (2018), p. 45-66. Sobre o percurso atribulado das misericórdias desde a República até ao final do século, veja-se PAIVA, José Pedro; FONTES, Paulo F. Oliveira – Introdução. In PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae monumenta misericordiarum: misericórdias e secularização num século turbulento (1910-2000)*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2010. vol. 9, tomo I, p. 7-36.

Note-se que a população agrícola permaneceu maioritária na demografia portuguesa, até bem tarde no século XX, enquanto o proletariado constituía uma minoria e concentrava-se, sobretudo, em Lisboa e no Porto. Nestas cidades, a mortalidade urbana era superior à rural, devido a doenças, sobretudo gastrointestinais e do foro respiratório, resultantes das deficientes condições de higiene associadas ao fornecimento de água e aos sistemas de esgoto, e à péssima qualidade do ar em espaços fechados. A elevada taxa de mortalidade infantil espelha a alta vulnerabilidade das crianças. Nas camadas populares, e no seio das famílias operárias²⁵, o acesso a roupa nova era muito difícil. Possuir vários jogos de roupa limpa era um sinal de distinção social, que a maior parte dos operários não tinha condições de assegurar. A higiene corporal era um ritual ocasional e não uma prática regular. Tomar banho era caro e trabalhoso, havia que comprar a água, transportá-la e aquecê-la.

Não é de estranhar, por isso, que a par da consolidação de instituições de tipo protetor, assistencialista, hospitalar e dedicadas à instrução popular, com ramificações em todo o território, as correntes de pensamento inspiradas em Owen, Fourier e Proudhon, tenham tido impacto em novos modelos de assistencialismo, nomeadamente na ampliação de uma cultura associativa e cooperativa operária que encontrou na criação das associações de ajuda mútua a sua expressão máxima, multiplicando-se velozmente ao longo da segunda metade do século XIX – sobretudo desde o último quartel e até à primeira década do século XX, sob o efeito da Comuna de Paris na expressão social e política dos trabalhadores²⁶. O mutualismo, materializado em centenas de sociedades de socorros mútuos e caracterizado como uma forma de organização coletiva centrada em exclusivo nos interesses dos associados – homens, mulheres, ou mistas –, teve como objetivo a salvaguarda e proteção dos trabalhadores e suas famílias em casos de acidente, invalidez, doença, prisão ou morte, tornando-se a expressão paradigmática da cultura associativa do proletariado²⁷.

A partir dos anos 1930, e após um enfraquecimento do movimento mutualista, o Estado Novo defendeu e promoveu a acomodação das associações de socorros mútuos a um modelo corporativo de Estado, moldado na política da moral, do altruísmo e fraternidade católica, reduzindo a expressão militante associativa de classe traduzida na vigilância institucional da beneficência e assistência pelo Estado, incorporadas numa rede de outras instituições de educação, saúde e assistência²⁸.

*

O conjunto de fotografias que integra esta secção, sobretudo do primeiro quartel do século XX, ilustra algumas das dimensões associadas à condição social dos trabalhadores e operários, e ao assistencialismo, embora se estendesse e abarcasse todo um conjunto mais vasto de indivíduos numa população desfavorecida, e não necessariamente empregada nas indústrias. Estas fotografias representam e apresentam o olhar e perspetivas de diferentes autores, em vários contextos de produção, sobre a mendicidade, a pobreza, o desemprego, a indigência, os mecanismos de assistencialismo, os asilos, os abrigos, as esmolos, os recolhimentos de órfãos, as cozinhas económicas, a sopa dos pobres, as creches e escolas maternais, os sanatórios e dispensários.

²⁵ Importa salientar a heterogeneidade da composição aglomerada na categoria popular. No meio rural eram artesãos e operários rurais, trabalhadores da agricultura, à jorna, sobretudo, servos e mendigos. No meio urbano eram mendigos, empregados, operários e artesãos, desde a pequena oficina à grande unidade industrial, pequenos e médios comerciantes. Apesar de se falar genericamente em camadas populares, havia grandes divergências de instrução, segurança e rendimentos.

²⁶ MÓNICA, Maria Filomena – *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Casa da Moeda / Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.

²⁷ Esta cultura cooperativa não se esgotou nas associações de socorros mútuos, e os domínios alvo do associativismo prolongaram-se na beneficência, no desporto, na cultura e recreio, na música e teatro, ou na instrução, estimando-se em mais de 3.000 associações criadas em Portugal entre a segunda metade do século XIX e a aprovação do Estatuto do Trabalho Nacional, no Estado Novo, promulgado no Decreto-Lei n.º 23048, de 23 de setembro de 1933. LOUSADA, Maria Alexandre – Tradição e renovação nas associações profissionais. In FREIRE, João, org. – *Associações profissionais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora, 2004. p. 21-55.

²⁸ Para uma história da evolução do mutualismo em Portugal, ver ROSENDO, Vasco – *O mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*. Lisboa: Montepio Geral, 1996, e BARROS, Carlos Pestana; SANTOS, José Carlos, coord. – *O mutualismo português: solidariedade e progresso social*. Lisboa: Vulgata, 1998.



Adolescente operário, largo de Santa Bárbara, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, [191-]. Arquivo Municipal de Lisboa (AML), PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000876.



Vila Dias, Beato, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 9x12 cm, [191-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000883.



Vila operária não identificada, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 9x12 cm, [191-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/000868.



Entrada do antigo Colégio dos Meninos Órfãos, Recolhimento do Amparo, com inúmeras ocupações desde a sua fundação em 1549, atualmente posto da Polícia de Segurança Pública e espaço recreativo INATEL, rua da Mouraria, 64, Lisboa, negativo de gelatina e prata em poliéster, Joshua Benoiel, 9x12 cm, [191-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000607.



Portal de entrada para o oratório do antigo Colégio dos Meninos Órfãos, denominado Ermida da Senhora da Guia, rua da Mouraria, 64, Lisboa, pátio interior, negativo de gelatina e prata em vidro, José Artur Leitão Bárcia, 13x18 cm, anterior a 1907. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/BAR/000911.



Bazar de sorteios e peditário para a sopa dos pobres, organizado pelo jornal *O Século*, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 9x12 cm, [ca 1900].
AML, PT/AMLSB/CMLSBH/PCSP/004/LIM/001395.



Rainha D. Amélia em visita ao Dispensário Dona Amélia, rua Saraiva de Carvalho, Prazeres, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, anterior a 1908. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/002603.



Cozinha N.º 6 da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa, inaugurada em 1906, servia maioritariamente operários, rua de São Bento, 140, entre as travessas da Arrochela e da Peixeira, negativo de gelatina e prata em vidro, Machado & Souza Fl., 13x18 cm, 1908. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/000875.



Dispensário de Alcântara, inaugurado em 1893, posto médico de puericultura e prevenção da tuberculose, gaveto entre a avenida Infante Santo e a rua Tenente Valadim, antiga freguesia dos Prazeres, atual Estrela, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1910. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/002862.



Reabertura das cozinhas económicas, Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas, fundada pela 3.^a duquesa de Palmela, Maria Luísa Holstein, e pela sua prima, Maria Isabel Saint-Léger, Palácio dos Viscondes de Lançada, rua do Século, 51-59, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1910. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001435.

Refúgio e Casas de Trabalho, da Provedoria Central da Assistência de Lisboa, fundado em 1905, após 1926 Asilo Dom Nuno Álvares Pereira, antigo Mosteiro da Visitação de Santa Maria, rua Alexandre de Sá Pinto, 26, Belém, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1915. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001544.



População aguarda a abertura de um armazém regulador de preços, instituídos por Sidónio Pais, na rua da Junqueira, 158, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1918. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001437.



Sidónio Pais visita a sopa dos pobres, a cargo da Obra de Assistência 5 de Dezembro, instituição assistencial criada por Sidónio Pais em 1918, no Asilo Dona Maria Pia, criado em 1867, Largo Marquês de Nisa, Xabregas, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1918. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001727.



Sidónio Pais agradece as manifestações populares, na inauguração da distribuição da sopa aos pobres, a cargo da Obra da Assistência 5 de Dezembro, rua da Mouraria, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1918. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001442.

Fornecimento de géneros alimentícios distribuídos e tabelados pelo governo, Armazém Geral Agrícola de Lisboa, largo do Terreiro do Trigo e rua Cais de Santarém, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1918. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001443.



Refeição de assistência a crianças e mulheres pobres, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Eduardo Portugal, 6x9 cm, 1924. AML, PT/AMLSB/POR/000829.



Balneário da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, rua da Esperança, 51, Estrela, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, [191-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000341.

Convento dos Moinhos, fundado em 1780, onde funcionou o Recolhimento de Nossa Senhora do Monte Carmo, ou Recolhimento de Meninas Orfãs Desamparadas, extinto em 1910, e demolido nos anos 1990 para acolher a Expo 98, Santa Maria dos Olivais, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Filmarte, 6x8,5 cm, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/FIL/000121.



Asilo de Santa Catarina, extinto Convento de S. João Nepomuceno, dos Carmelitas Descalços alemães, foi a partir de 1858, asilo e internato feminino, passando a integrar a Casa Pia de Lisboa em 1972, acesso pela calçada de Salvador Correia de Sá, Misericórdia, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Eduardo Portugal, 10x15 cm, 1948.

AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/000842.

Creche Fortunato de Abecassis, pertencente à fábrica Lusalite, Cruz Quebrada-Dafundo, Oeiras, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6x6 cm, 1961.

AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/002402.

GREVE E MANIFESTAÇÃO COMO INSTRUMENTOS REIVINDICATIVOS

A partir de 1851, com o governo da Regeneração, começaram os primeiros grandes empreendimentos de infraestruturas e obras públicas, que acolheram milhares de trabalhadores. A par deste desenvolvimento, que permitiu alargar e unificar o mercado interno, cresceram as indústrias a um ritmo regular. Em 30 anos, até 1881, o setor industrial sofreu um incremento enorme, sextuplicando os números do inquérito de 1852²⁹. Neste mesmo ano, fundou-se o Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas, e em agosto de 1853, foi criada a Comissão Promotora das Associações Operárias, que se declarava apolítica e, para além de colaborar com as existentes, se dispunha a organizar a criação de novas associações por todo o país.

Em 1881, o novo Inquérito Industrial declarava que existiam cerca de 90 mil operários, dos quais 39% eram mulheres jovens e 12% crianças. Na última década do século, havia um excedente de mão-de-obra operária em Lisboa, enquanto escasseava nas áreas rurais³⁰. Apesar do crescimento ser substancial e inequívoco, ainda assim, a população operária era bastante mais reduzida e frágil por comparação com outros espaços da Europa industrializada, nomeadamente o inglês e o francês, com um movimento operário já consolidado.

A decomposição das atividades pré-industriais, a permanência e transformação da pequena unidade de produção em sistema de oficina, e a consolidação das médias e grandes operações industriais, foram acompanhadas pela difusão de ideais e propostas anarquistas, socialistas, comunistas, anarco-sindicalistas, e outras, trazidas pelos ventos que transformavam o pensamento político. Parte destes grupos defendeu a ação direta revolucionária, a luta e o confronto como meios de combate efetivo, abdicando de projetos públicos comemorativos ou festivos. Outros, preferiram a ação sindical, mais sensíveis na colaboração com os republicanos. Todos socorreram-se da exposição pública das suas ideias e vozes proporcionada pelo periodicismo em explosão como veículo de disseminação e sedução³¹. Para além dos sindicalismos republicano e revolucionário, despontou também um sindicalismo católico, sobretudo no norte de Portugal³². Para almejar a rutura da hegemonia que os socialistas possuíam sobre os órgãos de classe, o radicalismo operário associou-se às lutas quotidianas, procurando assumir o protagonismo da iniciativa, pretendendo capturar os operários rurais do Sul, o grupo mais numeroso do proletariado português, cujas formas de resistência próprias tinham até aí ficado à margem do movimento organizado³³.

A expressão reivindicativa proletária adquiriu crescente visibilidade no último quartel do século, com a manifestação pública dos trabalhadores concertados por motivações comuns, de uma forma organizada e dotada de consciência de classe, o que, antes, não era evidente. No início de 1891, realizou-se em Lisboa o II Congresso das Associações de Classe onde se fizeram representar 50 associações e núcleos operários de todo o país.

A partir dos últimos anos do século XIX, a influência anarquista sobre o movimento operário acentuou-se e, fiéis ao primado de independência de Bakunine, destacaram-se nas atividades sindicais e na defesa de um sindicalismo autónomo dos partidos políticos. As duas maiores concentrações operárias situavam-se em torno de Lisboa e Porto e foi, sobretudo, na capital que se verificou a maior combatividade anarco-sindicalista³⁴.

²⁹ COSTA, Ramiro da – *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979. vol. I, p. 18-19.

³⁰ CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988. p. 129-154.

³¹ MÓNICA, Maria Filomena – *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

³² Sobre o sindicalismo católico e a Liga Operária Católica, veja-se REZOLA, Maria Inácia – *O sindicalismo católico no Estado Novo (1931-1948)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

³³ CABRAL, Manuel Villaverde – *Op. cit.*, p. 213-ss. Veja-se também PEREIRA, Ana Paula de Brito – As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*. V. XIX Nº 77-78-79 (1983), p. 477-511, especialmente p. 492-ss. Para o período e problemas específicos da 1ª Grande Guerra, v. REDONDO CARDEÑOSO, Jesús-Ángel – Protestas populares por las subsistencias en el Alentejo durante la Gran Guerra, 1914-1918. *Ler História*. Nº 70 (2017), p. 141-160.

³⁴ FREIRE, João – *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992; COSTA, Ramiro da – *Op. cit.*, p. 68-71.

Embora toleradas, o Código Penal criminalizava as greves. Antes dos grandes surtos grevistas, a greve não era um facto social relevante. A reunião organizada de trabalhadores havia sempre sido associada e gerada como insurreição, encarada como uma alteração da ordem pública e, como tal, tratada pelos poderes do Estado através da repressão pelas forças policiais³⁵.

Apesar dos insuficientes dados disponíveis, é seguro afirmar que o primeiro grande impulso grevista terá ocorrido entre 1871-73, coincidente com a progressiva consciência de classe e de um socialismo operário, em sintonia com os ecos da Comuna de Paris e do seu espírito, e dos rebates nas Conferências do Casino, entre maio e junho de 1871. As condições base da emergência e organização das lutas e reivindicações proletárias conjugaram-se com o crescimento da indústria e do número de trabalhadores operários³⁶. Com avanços e recuos, recrudescimento e retrações, que se traduziram numa maior conflitualidade social – greves, repressão, reivindicações, cedências, violência de parte a parte –, as lutas operárias cresceram de intensidade e em número.

À porta da crise de 1890, o proletariado conseguiu algumas importantes vitórias consubstanciadas na promulgação da legislação sobre o trabalho operário. Os regulamentos de 10 de fevereiro e de 7 de agosto desse ano, de 14 de abril de 1891 e, mais tarde, de 16 de março de 1893, promulgaram algumas importantes alterações na proteção ao trabalho dos menores e das mulheres, estabelecendo os mínimos de idade, as condições de emprego, a duração da jorna, o repouso semanal, os requisitos de higiene e segurança, entre outros aspetos. Para as mulheres conseguiu-se um período de isenção de 4 semanas após o parto, a obrigatoriedade de existir uma creche e o usufruto de intervalos de tempo para lactância no período de trabalho³⁷. No entanto, a aplicação foi frágil, pouco eficaz, e acarretou um efeito perverso, promovendo a ausência do registo de mulheres e crianças. Para além da diminuição de custos com salários, desqualificação, e de uma maior eficácia na aplicação de mecanismos de coação, o emprego de mulheres e crianças procurou, em alguns setores, diminuir a influência do operariado masculino, mais combativo, reivindicativo e virulento. Após a formação do governo de João Franco em 1906 e dos decretos ditatoriais do ano seguinte, em 1908 ocorreram graves tumultos em Alcântara.

Nos anos subsequentes à instauração da República acentuou-se o movimento grevista, reflexo da capacidade de combate, da propaganda e do envolvimento do anarco-sindicalismo.

Em 1911, regulamentou-se o descanso semanal obrigatório ao domingo, e existiriam 356 sindicatos em todo o país, a maioria fundada no ano imediatamente anterior, e organizou-se o congresso anarco-sindicalista em novembro. Três anos depois, no congresso operário de Tomar, foi criada a União Operária Nacional (UON). Em julho de 1917 foi declarado o estado de sítio em Lisboa e nos concelhos limítrofes devido ao forte movimento grevista. Dois anos mais tarde, no II Congresso Nacional Operário foi criada a Confederação Geral do Trabalho (CGT), com predominância do sindicalismo revolucionário, apologista da luta de classes e da revolução³⁸. Em maio do mesmo ano, em Lisboa, a UON conseguiu mobilizar 30.000 trabalhadores em manifestação onde, entre o clamor, se elogiou a revolução soviética de 1917.

A expansão e lutas sindicalistas atingiram o seu auge neste período e, até 1926, com múltiplos desenvolvimentos (surtos grevistas, greves gerais, ruturas, fracassos, violência, reivindicações, confrontos, cisões, repressão, declarações de estado de sítio, prisões) esteve frequentemente na ofensiva, concretizadas por metalúrgicos, ferreiros, torneiros, serralheiros, corticeiros, ferroviários, varinas, trabalhadores da CUF, da Carris, dos correios, dos telégrafos, dos têxteis e dos tabacos, entre tantos outros³⁹.

³⁵ TENGARRINHA, José – As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*. V. XVII N.º 67-68 (1981), p. 573-601.

³⁶ CABRAL, Manuel Villaverde – *Op. cit.*, p. 195-212; FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1980. vol. IV – *Greves e agitações operárias*.

³⁷ CABRAL, Manuel Villaverde – *Op. cit.*, p. 121-140.

³⁸ Já com uma idade assinalável, continua fundamental o trabalho de FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1980. vol. II – *Os primeiros congressos operários*.

³⁹ Para um excelente panorama sobre a situação portuguesa enquadrada no contexto europeu, veja-se PEREIRA, Joana Dias – O ciclo de agitação social global de 1917-1920. *Ler História*. N.º 66 (2014), p. 44-55. Referências clássicas são FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1980. vol. IV – *Greves e agitações operárias*; e COSTA, Ramiro da – *Op. cit.*, p. 79-101.

As imensas reivindicações encontravam-se ligadas à melhoria das condições de vida e de trabalho dos operários, relativamente à duração da jorna, à precariedade dos vínculos, à arbitrariedade dos despedimentos, aos acidentes de trabalho, à variação dos salários, ao descanso semanal e à revogação de leis antigas⁴⁰.

Em dezembro de 1924, Lisboa assistiu ao início de um ciclo de grandes manifestações populares contra a carestia de vida e os baixos salários. No ano seguinte, em resposta à ação direta de elementos da Legião Vermelha e à contestação da CGT, foram deportados para as colónias, sem julgamento, sindicalistas e revolucionários. Depois do golpe militar de 28 de maio de 1926, as estruturas sindicais de maior relevo ainda contemplaram a hipótese de uma greve geral revolucionária como forma de combate à perspectiva da ditadura militar que despontava no horizonte.

Durante os anos seguintes, várias greves gerais conseguiram vitórias pontuais com paralisações e a expressão de um movimento sindical que tentava acompanhar as revoltas que amiúde eclodiam, procurando derrubar o governo militar de Portugal, mesmo com violência, atos de sabotagem, greves, manifestações e uma cerrada luta que conseguisse na união de todos os trabalhadores sob o ideal anarco-sindicalista, a força necessária para o derrube da ditadura. O prospeto de uma vitória não se verificou, o malogro das várias ações e uma crescente divisão e enfraquecimento em várias correntes sindicais que almejavam a hegemonia sobre o movimento operário, e uma violenta repressão sobre os quadros sindicais e os trabalhadores, ditaram a falência de uma utopia sindical revolucionária.

Em 1933, o novo quadro legislativo tornou a greve ilegal, privou os trabalhadores de quaisquer formas de luta e reprimiu duramente quaisquer veleidades reivindicativas com pesadas penas de prisão. O cenário de resistência revolucionária tornou-se uma miragem e desarticulou-se. O enquadramento do trabalho industrial e latifundiário e a ação sindical encontraram-se enquadrados e condicionados em definitivo sob o colete de forças corporativo desenhado pelo Estado Novo⁴¹.

*

As fotografias que integram esta secção, retratam, sob o olhar de um único fotógrafo, para além da diversidade dos setores do trabalho, onde figuram trabalhadores masculinos e femininos, os espaços da cidade onde ocorreram as contestações e o trânsito de manifestantes, a reação à captação das imagens, o vestuário e alguns aspetos do aparelho policial e da exibição pública dos mecanismos de repressão e controlo do aparelho do Estado, numa cronologia que reflete o período de auge das reivindicações dos trabalhadores e sindicatos, entre o início da República e o golpe militar de 1926.

⁴⁰ COSTA, Ramiro da – *Op. cit.*, p. 76.

⁴¹ Apesar de tudo, durante o longo período do Estado Novo e até ao seu ocaso com a revolução de 25 de abril de 1974, ocorreram diversas greves, que não lograram perturbar a “paz social”, sendo ferozmente reprimidas. Após altos e baixos ao longo das décadas, nos últimos anos pré revolução dos cravos, as iniciativas grevistas recrudesceram de intensidade e ganharam visibilidade exponencial até ao 25 de abril. “Greves Operárias” e “Greves rurais e agitação camponesa”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. – *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. vol. I, p. 401-406; COSTA, Ramiro da – *Op. cit.*, p. 167-177. Veja-se ABRANTES, José João – O direito do trabalho do “Estado Novo”. *Cultura*. V. 23 (2006), p. 331-339, sobre os limites impostos na ação sindical e no direito do trabalho. Sobre o sistema corporativo do Estado Novo, veja-se entre outros LUCENA, Manuel de – *A evolução do sistema corporativo português: salazarismo*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, 1976. vol I; e SCHMITTER, Philippe C. – *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.



Operários têxteis entregam no Parlamento uma petição sobre a lei dos acidentes de trabalho, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1911. AML, PT/AMLSB/CMLSBHAH/PCSP/004/JBN/001476.



Operários da indústria têxtil a caminho de São Bento para entregar uma petição pedindo o horário de trabalho de 8 horas e outras regalias, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1911. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001473.



Operárias da indústria têxtil, frente ao palácio de São Bento, onde entregaram à Assembleia Constituinte um pedido de horário de 8 horas e outras regalias, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12cm, 1911. AML, PT/AMLSB/CMLSAH/PCSP/004/JBN/001377.



Grevistas da panificação aguardam a comissão que foi agradecer a promulgação do decreto sobre o descanso semanal, Praça do Comércio, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1911. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001413.



Operárias da Companhia União Fabril em greve, Alcântara, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1911. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001096.



Greve dos elétricos, grevistas reunidos num comício no Terreiro do Trigo, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1912.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001447.



Operários em greve promovida pela União dos Sindicatos Operários, frente à redação do jornal O Século, rua do Século, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1912. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/JBN/001479.



Grupo de manifestantes presos por ocasião da greve geral, com a suspensão de garantias, em direção ao forte de Monsanto, Belém, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1912. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001179.



Casa Sindical, sede das associações operárias, Palácio Pombal, rua do Século, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1912. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001475.



Varinas manifestam-se pelo direito de comprar peixe no mercado de Santos, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1912.
AML, PT/AMLSB/CMLSBHA/PCSP/004/JBN/001461.



O Rossio depois de decretado o estado de sítio, na sequência da greve do operariado em Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1912. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001183.

Greve dos estivadores, antigas docas frente ao largo do Museu da Artilharia, fachada do Museu Militar, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1912. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001381.

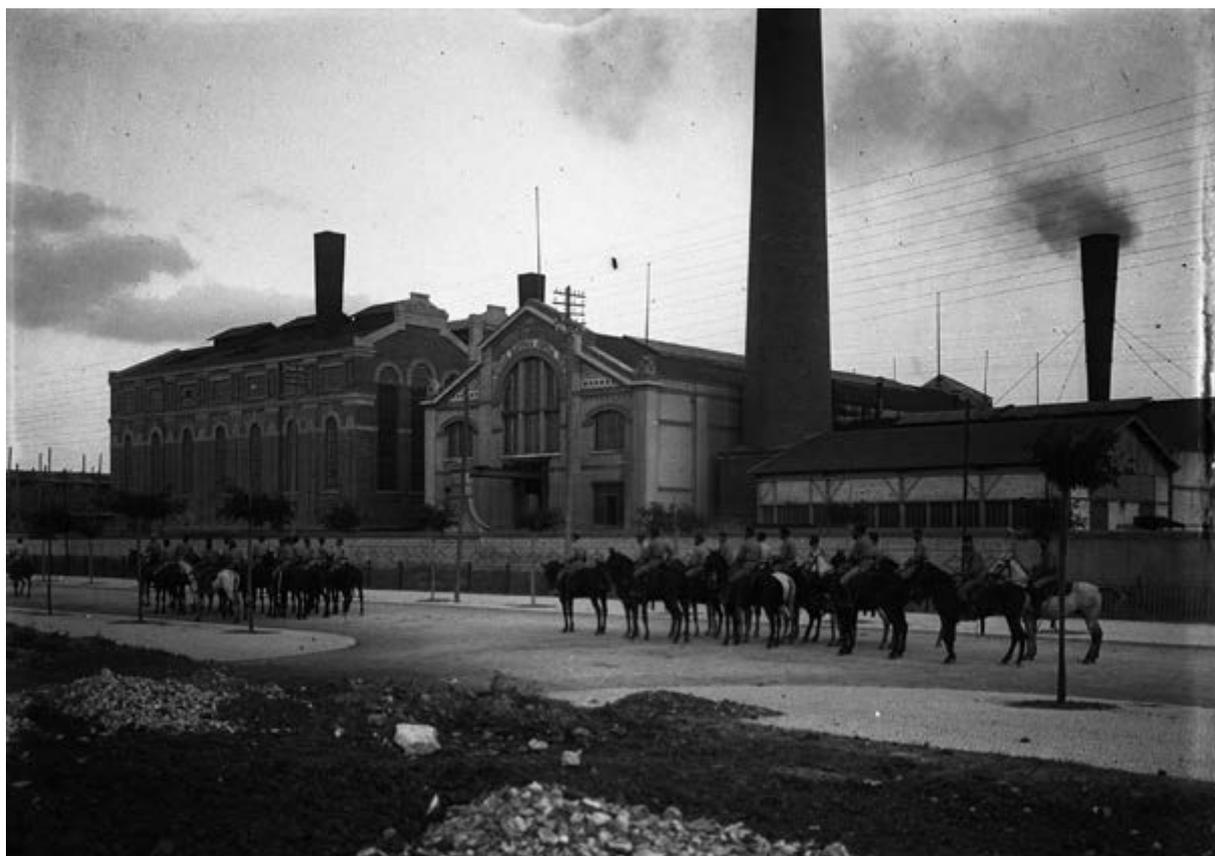


Largo de São Domingos ao Rossio durante a greve geral, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1912. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/002723.



Greve dos trabalhadores dos elétricos, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1912.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000433.

Varinas em greve pelo direito de comprar peixe no novo mercado, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1913.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000108.



Guarda Nacional Republicana junto à Central Tejo durante a greve dos elétricos, Belém, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, 1916. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000432.



Reunião da Assembleia Geral do Sindicato dos Empregados do Comércio e da Indústria, para nomeação dos elementos encarregados de fiscalizar o horário de trabalho, Palácio Almada, Largo de São Domingos, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, autor não identificado, 9x12 cm, 1926. AML, PT/AMLSB/EFC/000016.

ESPAÇOS DE TRABALHO: INDÚSTRIAS, FÁBRICAS E OFICINAS

Apesar de todas as dificuldades e vicissitudes, a indústria portuguesa cresceu sistematicamente ao longo do século XIX, em função de uma adaptação às particularidades e limitações nacionais. Em meados do século, nos meios urbanos e em atividades semi-industriais, continuava a haver mais artesãos que operários, com uma participação sempre ativa na defesa de direitos e privilégios corporativos⁴², e seria um erro julgar que os artesãos desapareceram no final de novecentos. Se por um lado, as grandes máquinas nas unidades fabris exigiam vários trabalhadores para as operar, o pequeno motor facilitou a criação e manutenção de pequenas unidades artesanais.

Nas cidades mais importantes – Lisboa, Porto, Braga, Aveiro, Coimbra, Évora –, convergia a totalidade dos ramos artesanais. As maiores unidades fabris concentravam-se em Lisboa, embora houvesse mais indústrias na zona do Porto.

Cresceram as indústrias do ferro, no mobiliário urbano e doméstico (camas, varandas, guardas, grades, corrimões, candeeiros, portões, coretos, pavilhões, entre muitas outras aplicações). As empresas de metalurgia portuguesas conseguiam fazer estas peças recorrendo à importação de ferro, sobretudo da Suécia, cuja produção era de alta qualidade para utilização nas pequenas indústrias. Por outro lado, as empresas portuguesas não tinham a capacidade nem a qualidade para produzir e construir grandes máquinas industriais, que tinham de ser importadas dos principais centros industriais europeus.

A única indústria clássica da revolução industrial em que Portugal possuía matéria-prima, era a lã. Progressivamente, as cidades tornaram-se grandes consumidoras de carvão e lenha originando períodos de escassez e de concorrência elevada. Devido aos protestos, a indústria do vidro foi transferida para a Marinha Grande, onde já não havia concorrência urbana para o consumo de carvão, embora, a nível nacional, não existisse carvão de qualidade. Nas indústrias não clássicas, para as quais Portugal já possuía matéria-prima, contavam-se o cimento, cerâmica, papel, cortiça, destilação do vinho e bagaço, lanifícios, fição e tecidos de algodão, linho e seda, cordoaria, chapéus, artefactos de cortiça, curtumes, explosivos, fósforos, fundição, louças e cerâmicas, vidro, papel, tabaco, conservas⁴³.

Na segunda metade do século XIX, o Douro encontrou-se em crise na produção e exportação de vinho, que havia sido um dos produtos essenciais durante o século XVIII, em sequência do Tratado de Methuen. Ainda assim, a indústria do vinho empregou muitas pessoas e foi um produto altamente exportável, fundamental no desenvolvimento português. Mesmo com a crise dos vinhos de 1890, Portugal ultrapassou as dificuldades do mercado, ao começar, paulatinamente, a exportar vinho para as colónias, fomentando o seu consumo e a emergência de um novo mercado. Para além do propósito económico de expansão do mercado e suplantação da crise, o alcoolismo em África desempenhou um papel instrumental na dominação colonial, pela dependência que criou e fomentou, agravado pela facilidade de fabrico de álcool a partir do arroz, milho, cana sacarina ou batata doce⁴⁴.

A par do estímulo na exploração colonial, em anos de crise económica e de perturbação da vida política continuou a verificar-se um crescimento industrial e, a partir de 1890, houve um aumento substancial de indústrias sob a forma de sociedades anónimas.

Como se sabe, a intensificação da produção e das mais-valias do trabalho promoveu a necessidade de mão-de-obra, geralmente precária e de baixo custo, onde se incluíam mulheres e crianças, a que correspondeu difíceis

⁴² FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX. In VIEIRA, Benedicta Maria Duque, org. – *Grupos Sociais e Estratificação Social em Portugal no Século XIX*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2003. p. 53-64; PEREIRA, Miriam Halpern – Artesãos, operários e o liberalismo: dos privilégios corporativos para o direito do trabalho. *Ler História*. Nº 14 (1988), p. 41-86.

⁴³ Para um panorama histórico da evolução industrial em Portugal, ver MENDES, José Amado – *A indústria em Portugal na 2ª metade do século XIX*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1990.

⁴⁴ Sobre as relações de domínio colonial através da exportação de bebidas alcoólicas, a criação de um novo mercado nas colónias portuguesas, e o fomento do consumo de álcool, no caso de Moçambique, ver CAPELA, José – *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009. Para o caso de Angola, ver CURTO, José C. – Alcohol under the context of the Atlantic slave trade: the case of Benguela and its hinterland (Angola). *Cahiers d'études africaines*. Nº 201 (2011), p. 51-85.

e deficientes condições de trabalho e de vida dos operários e suas famílias. As crianças eram empregues na indústria e na agricultura assim que tivessem autonomia e destreza motora, sacrificando uma educação a que não tinham acesso para trabalhar com muito poucos, ou nenhuns, direitos, em duras condições, sem remuneração como aprendizes, ou por parca recompensa.

Mas, à variedade e complexificação da atividade industrial urbana correspondiam diferenças nas qualificações e instrução dos trabalhadores, e nas condições de trabalho nos espaços das oficinas e fábricas.

A produção industrial foi-se transformando no compasso das inovações tecnológicas e ao ritmo das necessidades de produção, transformação e manufatura. No espaço da fábrica, era comum o horário de trabalho ser de doze horas diárias, seis dias por semana, sem períodos de descanso, uma disciplina férrea e um apertado controlo. Esta disciplina fabril foi uma mudança em relação à pequena unidade de oficina, que se caracterizava pelo relacionamento pessoal e por uma gestão própria dos horários, dos ritmos, do comportamento e do espaço de trabalho. A imposição concentrada desta disciplina de fábrica aos grupos de operários e técnicos, envolveu a fiscalização do cumprimento das tarefas e a vigilância da conduta, com reflexo, muitas vezes, na retribuição salarial de acordo com a produção e o comportamento individual na fábrica. A progressiva mecanização e complexidade tecnológica, a especialização e a escalada de produção, trouxe também a burocratização e hierarquização da organização do espaço da fábrica, promovidas e orientadas para o fluxo de produção.

Os espaços de trabalho fabril eram no dealbar do século XX, lugares de pouca higiene, fraca iluminação e circulação de ar, e débil segurança, propícios ao acidente e à doença, sobretudo por contaminação, infeção ou envenenamento. Acrescente-se as grandes debilidades no alojamento, na subsistência e na alimentação, aliados à precariedade dos vínculos de trabalho, e obtém-se a receita para as difíceis condições de vida do proletariado em geral⁴⁵.

Do lado dos empreendedores industriais, o mapa português era extremamente ambivalente. Existia um polo de grandes industriais da alta sociedade e, por outro lado, um grupo oriundo do mundo rural que se dedicava à pequena indústria. O primeiro grupo era detentor de grandes fortunas, enquanto o segundo grupo caracterizava-se por um acumular, lento, mas progressivo, de capitais pelo trabalho gerado.

Os banqueiros pouco investiam na indústria. Contudo, foi a própria industrialização que produziu o desequilíbrio da balança comercial. Aumentaram as importações de matérias-primas (para além das constantes importações de produtos alimentares – cereais – incrementadas pelo aumento da população) e não houve compensação com as exportações. A cobertura iria diminuir paulatinamente ao longo do século XX, desde os finais do século anterior.

Não obstante a libertação das forças produtivas e das importantes modificações estruturais, com reflexo num rápido crescimento da produção e do comércio externo desde meados do século XIX e até ao início da 1ª Grande Guerra, Portugal não conseguiu acompanhar o ritmo das economias mais desenvolvidas. Na longa discussão da historiografia portuguesa para as causas do atraso económico, Miriam Halpern Pereira enfatizou a existência de grandes latifúndios no sul do país e a excessiva especialização agrícola, em paralelo com a associação do livre-cambismo, para a estagnação industrial, enquanto Jaime Reis destacou a enorme deficiência de capital humano, num feixe que articula o atraso económico ao atraso social e educativo dos agentes económicos, que pouco poderiam fazer para ultrapassar, no imediato, essas condições⁴⁶.

⁴⁵ MARTINS, Conceição Andrade – Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. V. XXXII N.º 142 (1997), p. 483-535.

⁴⁶ Cf. as conceções historiográficas qualitativas da estrutura da propriedade agrícola em PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre câmbio e desenvolvimento económico em Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Cosmos, 1971, e os modelos de análise quantitativa contra-factual, da *nova história económica*, em REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX (1850-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993 e, mais recentemente, em LAINS, Pedro – *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1995, que atribui as causas a uma economia periférica e pequena, cujo desempenho na segunda metade do século XIX e até ao final dos anos 1910 teve uma apreciação positiva, mas, contudo, a evolução do produto agrícola, da indústria e do comércio externo pouco melhor desempenho poderiam ter para diminuir o fosso em relação a outros países europeus.

Após 1926, o domínio normativo do Estado sobre a organização das formas de produção, criou as condições que entendeu necessárias para a consolidação de um plano de industrialização nacional de iniciativa estatal, desenhado e titulado à medida das ambições e capacidades do regime militar.

A partir da década de 1930, entre a desconfiança num acelerado fomento industrial, que inevitavelmente reproduziria uma mole de operários vista com alarme para a “paz social” do Estado Novo, e a necessidade de recuperar setores vitais do país para acompanhar o ritmo económico mundial, radicava a incógnita dualidade do ruralismo enquadrado numa ideia política tradicionalista de família e moral, e os fundamentos progressistas defensores de uma industrialização nacional, que algumas áreas da sociedade pugnavam, de forma a Portugal abraçar e acompanhar a economia mundial⁴⁷.

A estratégia configurada pelo Estado, enquadrada e condicionada pelo regime corporativo, iria, a partir dos anos 1930, potenciar o aumento contínuo, regrado e espartilhado de um processo de industrialização que, não obstante um papel vital em alguns setores e por via das ruturas e carências da economia de guerra – o que lhe permitiu, apesar das dificuldades e condicionamentos, um impulso localizado e pontual neste período –, continuaria subdimensionado por comparação aos padrões da Europa ocidental. Ajustado ao mercado interno, satisfazendo e perpetuando um cenário de estabilidade sem grandes projetos que pudessem irromper a normalidade das relações sociais, económicas e políticas, a industrialização de Portugal só sofreria alguma potenciação com o arranque de grandes empreendimentos públicos já na segunda metade do século⁴⁸.

Os espaços do trabalho, as fábricas e oficinas, altamente regulados e disciplinados, diversificaram-se e, consoante os setores de atividade, mecanizaram-se à medida das possibilidades tecnológicas. Embora algumas grandes indústrias se tenham modernizado por via da sua própria exigência, libertando-se de espaços fechados, de iluminação deficiente e ar saturado, muitas outras continuaram a laborar em condições de higiene e segurança precárias. Para além do espaço físico, os ritmos, horários, relações e direitos operários permaneceram soterrados na pirâmide das prioridades do capitalismo industrial, para o qual os anseios dos trabalhadores pouco contava. No outro prato da balança do Estado, e de forma a procurar um equilíbrio simulado, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho – criada em 1935 e extinta em 1974 – propunha e oferecia atividades de lazer, recreio, cultura e desporto, uma promoção paternalista e fantasiosa da condição física e psicológica dos trabalhadores, para a “valorização do trabalho nacional”, que almejava dirimir o descontentamento e anular quaisquer veleidades de classe⁴⁹.

*

As fotografias que se apresentam nesta secção, distribuem-se em dois grupos cronológicos distintos. O primeiro entre a última década do século XIX e os primeiros anos do século seguinte, enquanto o segundo se concentra desde o início do Estado Novo até aos anos 1960. Apesar deste segundo grupo se encontrar fora do âmbito cronológico, pode servir como material visual de indústrias cujo passado não se encontrava assim tão distante. Pese embora a distância tecnológica, são registos onde se encontram vestígios de ambientes e formas de organização do trabalho que remontam à décadas anteriores. Na sua maioria, estas fotografias retratam operários nos seus locais de trabalho, em oficinas e fábricas de indústrias diversas, quer do setor base, ou bens de produção, do setor de bens intermediários e, ainda, dos bens de consumo. Por vezes em pose expectante ou em registo desprevenido, as fotografias permitem observar homens, mulheres e crianças em trabalho, a divisão de género, os espaços, as máquinas, ou o vestuário. Numa subcamada, é de salientar as composições que os diferentes fotógrafos idealizaram e realizaram, seja na utilização da luz, mais dura ou mais difusa, conseguindo uma qualidade pictórica ora grosseira, ora singela, a que, porventura, não será alheia a cronologia.

⁴⁷ Indústria/Industrialização. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. – *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. vol. I, p. 460-461.

⁴⁸ *Idem*, p. 463-ss.

⁴⁹ A atividade da FNAT, replicando a versão fascista italiana Opera Nazionale Dopo Lavoro de 1925, inseria-se na ideologia política do Estado Novo, de promoção da “política do espírito” e de um “homem novo”, no “ressurgimento do povo português”, e da qual fizeram parte outras instituições e iniciativas. Entre outros, ver VALENTE, José Carlos – *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Colibri/INATEL, 1999; DOMINGOS, Nuno – Desproletarizar: a FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo. In DOMINGOS, Nuno; PEREIRA, Victor, eds. – *O Estado Novo em questão*. Lisboa: Edições 70, 2010; e ROSAS, Fernando – O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*. Nº 157 V. XXXV (2001), p. 1031-1054.



Trabalhadores adultos e crianças numa serração, negativo de gelatina e prata em vidro, autor não identificado, 18x24 cm, [ca 1890-192-].AML, PT/AMLSB/NEG/000373.



Dirigentes e operários da fábrica de cimento em Alcântara, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Francesco Rocchini, 30x38 cm, [ant 1893].
AML, PT/AMLSB/ROC/000101.





Operários adultos e crianças numa oficina de móveis metálicos, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 13x18 cm, [191-].
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002904.



Operário na forja de metal, oficina de ferreiro, indústria metalúrgica, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, [191-]. AML, PT/JAMLSB/CMLSB/PCS/004/LIM/002910.



Operários adultos e crianças numa oficina de torneiro mecânico, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 13x18 cm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002915.



Operários numa oficina de latoeiro, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 13x18 cm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002923.



Operários adultos e crianças numa oficina de fresa e torneiro mecânico, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 13x18 cm, [19-].
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002900.





Máquinas industriais no interior de uma fábrica, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 13x18 cm, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LIM/002898.





Operários na descarga de carvão na Fábrica de Gás da Boavista, avenida 24 de Julho, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoliel, 9x12 cm, 1907. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000566.

Operários do estaleiro naval onde foi construído o contratorpedeiro Douro, reunidos no castelo da proa do navio, negativo de gelatina e prata em vidro, Ferreira da Cunha, 9x12 cm, 1933. AML, PT/AMLSB/EFC/001001.



Operário na limpeza de fornos na Fábrica de Gás de Belém, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Kurt Pinto, 6x9 cm, [194-].
AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/KPI/000215.

Preparação de atum em fábrica de conservas, indústria conserveira, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur Pastor, 6x6 cm, [1944-1946].
AML, PT/AMLSB/ART/005625.



Trabalhadores selecionando aparas de cortiça, indústria corticeira, Sociedade Granuladora de Cortiça, Barreiro, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6x6 cm, [19-].
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/002683.



Trabalhadores ensacando aparas de cortiça, indústria corticeira, Sociedade Granuladora de Cortiça, Barreiro, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6x6 cm, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/002684.



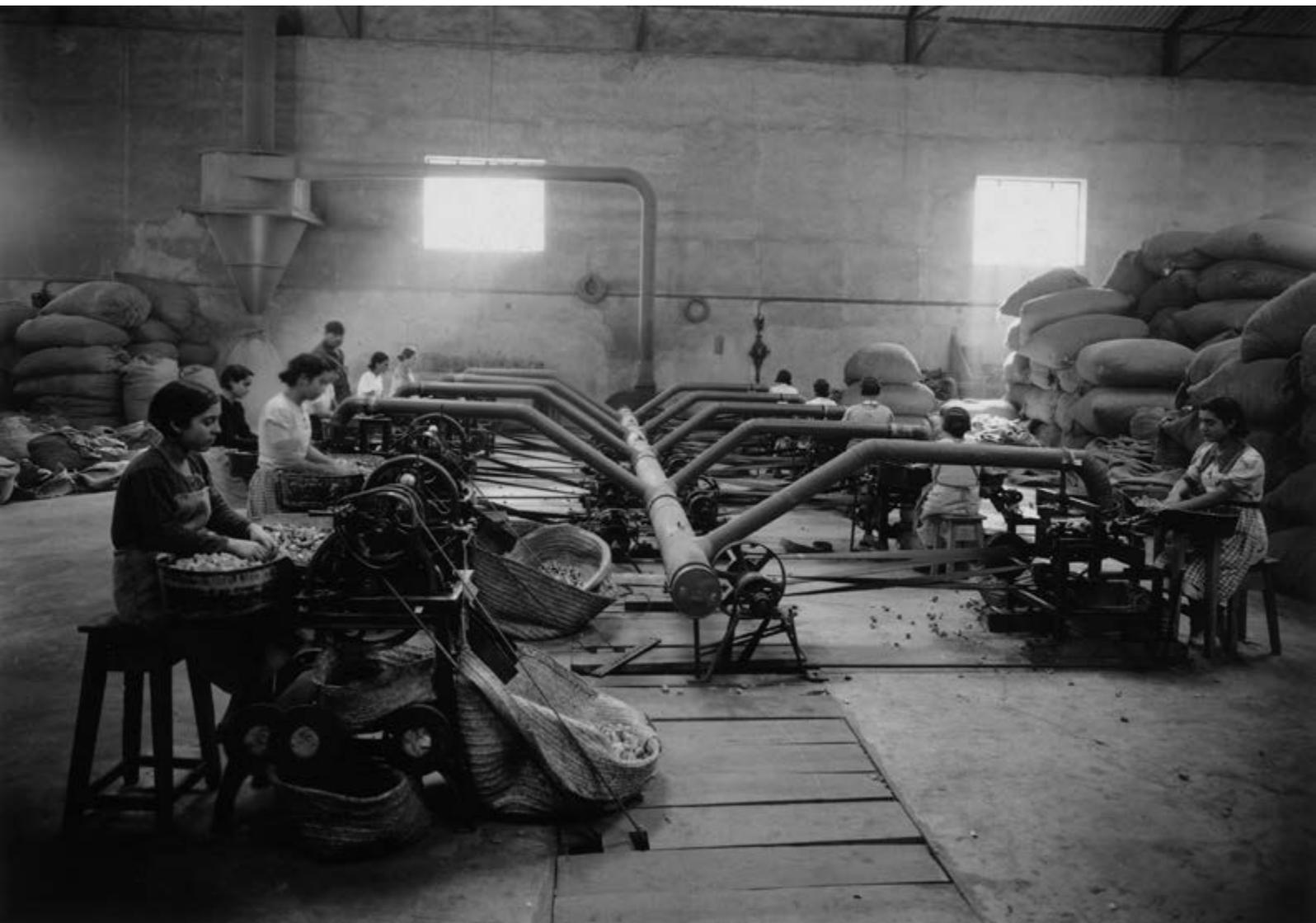
Operário e carroça para transporte de cortiça, indústria corticeira, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6x6 cm, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/ARM/02673.



Trabalhadores na preparação de azeitonas em conserva, indústria conserveira, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur Pastor, 6x6 cm, [1957-1961]. AML, PT/AMLSB/ART/007907.



Operárias na preparação de azeitonas em conserva, indústria conserveira, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur Pastor, 6x6 cm, [1957-1961].
AML, PT/AMLSB/ART/007906.



Operárias no fabrico de rolhas, indústria corticeira, Junta Nacional dos Resinosos, Alentejo, prova em papel de revelação baritado, Artur Pastor, 13x18 cm, [ca 1960].
AML, PT/AMLSB/ART/022333.





Fábrica de transformação de lã, indústria têxtil, Junta Nacional dos Produtos Pecuários, prova em papel de revelação baritado, Artur Pastor, 13x 18 cm, [ca 1960]. AML, PT/AMLSB/ART/022392.



Operários no tratamento de cortiça, indústria corticeira, prova em papel de revelação baritado, Artur Pastor, 13x 18 cm, [ca 1960]. AML, PT/AMLSB/ART/022311.



Operárias no tratamento da cortiça, indústria corticeira, prova em papel de revelação baritado, Artur Pastor, 13x18 cm, [ca 1960]. AML, PT/AMLSB/ART/022314.



Operária operando máquina de corte da cortiça, indústria corticeira, prova em papel de revelação baritado, Artur Pastor, 13x18 cm, [ca 1960]. AML, PT/AMLSB/ART/022319.



Fumigação de cortiça, indústria corticeira, Junta Nacional dos Resinosos, Alentejo, prova em papel de revelação baritado, Artur Pastor, 13x18 cm, [ca 1960]. AML, PT/AMLSB/ART/022316.

O PROBLEMA DA HABITAÇÃO: BAIRROS E VILAS OPERÁRIAS

São inúmeros os estudos que se têm debruçado, direta ou colateralmente, em síntese ou estudos de caso, sobre os programas de acesso à habitação – social, económica e operária –, desde o século XIX e, sobretudo, no período do Estado Novo⁵⁰. Uma reflexão imediata sobre o problema da habitação das classes operárias, coloca uma labiríntica, porque multifacetada, prospeção de problemas e formas de abordagem: a disponibilidade e modalidades de oferta, tipologias existentes, condições de habitabilidade, de higiene e segurança, a geografia da distribuição urbana, as estratégias de usufruto e/ou ocupação, a composição dos agregados familiares, a sensibilidade e ideologia política, os programas de governo na criação de habitação acessível, entre outros aspetos adicionais, todos variáveis na cronologia.

Devido ao crescente fluxo demográfico para os centros urbanos, a escassez da habitação disponível acentuou-se. O desenho das cidades alterou-se, demoliram-se áreas, reconverteram-se quintas, alargaram-se arruamentos, abriram-se avenidas, construíram-se bairros inteiros novos segundo os primados do planeamento urbano novecentista de inspiração *haussmanniana*⁵¹. Para Friedrich Engels, o problema habitacional coevo e a produção social da miséria urbana encontravam-se intrinsecamente ligados ao modo capitalista de produção, a extração e acumulação privada das mais-valias do trabalho, pois a geração de riqueza convivia com o crescimento da miséria dos trabalhadores, acentuando o pauperismo, do qual a questão da habitação era uma parte da equação⁵².

O fenómeno teve como consequência múltiplas estratégias, nomeadamente a ocupação e instalação de famílias em edifícios precários, conventos ou casas apalaçadas abandonadas, a oportunidade de ocupação de edifícios secundários de quintas, em sobrelotação e com zonas fechadas ao exterior, e o arrendamento de casas, geralmente degradadas ou em condições exíguas e muito débeis de espaço, segurança, saneamento e salubridade, que se multiplicaram no fenómeno espontâneo dos pátios, gerando microcosmos em zonas de elevada densidade populacional⁵³.

Em Lisboa, num relatório parcial, feito em 1902, por incumbência do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria, em que se recensearam 130 pátios de arrendamento particular situados em 18 freguesias de Lisboa⁵⁴ (faltando completar o trabalho de examinação em outras 11 freguesias), com o objetivo de “reconhecer o valor hygienico das habitações mais perigosas de Lisboa”⁵⁵, o eng. Ângelo de Sarrea Prado qualificava-os de “na maioria imundos e miseravelmente habitados”⁵⁶.

⁵⁰ O tema tem sido objeto de uma enorme produção no âmbito historiográfico e sociológico, e não é propósito fazer-se um exaustivo estado da arte. A título de indicação de alguns estudos sobre a habitação social e os programas de habitação económica do Estado Novo, desde o final do século XIX e durante o Estado Novo, entre outros, vejam-se LISBOA. Câmara Municipal, ed. – *Habitação social na cidade de Lisboa, 1959-1966*. Lisboa: Câmara Municipal, 1967; TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*. V. XXVIII 1 N.º 115 (1992), p. 65-89; PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*. V. XXIX N.º 127 (1994), p. 509-524; BAPTISTA, Luís V. – *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999; ANTUNES, Gonçalo – *Políticas de habitação: 200 Anos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018; ou LAMEIRA, Gisela, RÓCHA, Luciana, coord. – *Mapa da habitação: guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.

⁵¹ Para Engels, atento à realidade do seu tempo, a gravidade do problema do parque habitacional existente, ou a falta dele, para acolher a grande massa de trabalhadores, não se colocou nas cidades desenvolvidas a partir de grandes centros industriais (como Manchester), mas sim, nas seculares, que haviam sofrido o impacto da transformação e do crescimento industrial, agudizando o problema (como Paris ou Londres e, acrescenta-se, Lisboa). Ver ENGELS, Friedrich – *O problema da habitação*. Lisboa: Estampa, 1975.

⁵² Atento às dinâmicas urbanas no sistema industrial coevo, Engels construiu o seu pensamento sobre as condições da classe operária e a evolução do capitalismo industrial, observando, entrevistando e estudando, entre 1842 e 1844, o grande centro industrial inglês da cidade de Manchester. V. ENGELS, Friedrich – *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1975.

⁵³ Ver PEREIRA, Nuno Teotónio – *Op. cit.*

⁵⁴ Sacramento, Socorro, Coração de Jesus, Mercês, S. José, S. Cristovão, Sé, S. Miguel, Santo Estevão, Santo André, S. Vicente, Santa Engrácia, Santa Cruz do Castelo, S. Tiago, Anjos, Arroios, Santa Catarina e S. Paulo. Arrolamento feito a partir de um roteiro da CML. V. PORTUGAL. Ministerio das obras Publicas, Commercio e Industria. Conselho dos Melhoramentos Sanitarios – *Inquerito aos pateos de lisboa: ano de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903. p. 3-4.

⁵⁵ PORTUGAL – *Op. cit.*, p. 3.

⁵⁶ *Ibidem*.

Dos 130 espaços elencados no roteiro, 28 já se encontravam transformados em via pública, demolidos ou reconfigurados em oficinas e depósitos, sendo que, nos 102 pátios existentes haviam 4294 moradores distribuídos por 1106 habitações. Destes, Ângelo Prado considerava 32 em condições habitáveis, 45 em mau estado, mas suscetíveis de melhoramentos, e 35 “em condições manifestamente condenáveis por impróprios á habitação humana”, onde se albergavam 1225 moradores em 293 habitações, acrescentando que faltavam “condições de hygiene e salubridade para serem habitados, e só a muita miséria e falta de recursos leva os seus infelizes moradores a abrigarem-se em taes espeluncas, sem ar puro, sem luz, nem possível asseio”⁵⁷.

Relativamente à tipologia das habitações, assinalou uma elevada heterogeneidade, com escala e configuração variáveis, umas “abarracadas e irregularmente dispersas em quintaes, outros rodeados de casas altas, que as affrontam mais na sua mesquinhez”, outras “pardieiros e casas antigas aproveitadas nas suas ruínas, lojas sombrias e encaixadas”, ou ainda “pequenas habitações de construção defeituosa e muita limitada capacidade, húmidas por encostarem ao terreno, ou terem lojas subterraneas (...) em deploráveis condições de salubridade”⁵⁸.

Associado à decrepitude das habitações encontrava-se um conjunto de fenómenos que concorriam para a eclosão de doenças e problemas de saúde: a defeituosa disposição ou inexistência de sistemas de esgoto, a deficiente canalização de água e a falta de circulação de ar. Em 1891, havia eclodido uma epidemia de cólera em Lisboa. Analisando a cubagem de ar, Prado concluiu que em 66 pátios (não indicando o número de habitações) respirava-se “um ar viciado pelas exalações dos proprios moradores demasiadamente accumulados”. Os potenciais problemas de saúde eram então confrontados com a mortalidade por tuberculose, uma relação identificada como “coincidencia notável”, pelo facto “de se encontrarem os pateos mais condenáveis justamente nas freguesias onde tem sido maior a mortalidade pela tuberculose”⁵⁹. Os sucessivos indicadores das taxas de mortalidade exprimiam as miseráveis condições de vida dos operários, trabalhadores diversos e classes mais pobres⁶⁰.

A moral não ficava de fora dos considerandos, “vivendo promiscuamente naqueles míseros albergues, sem conforto e mal conservados”, e deduzia-se que “alguns d’esses recintos formam escolas terríveis de immoralidade, a par do estiolamento d’esses desgraçados, cuja apparencia bem demonstra a sua miseria em todos os sentidos”⁶¹.

O pungente diagnóstico expunha um sintoma que refletia uma realidade conhecida, nas palavras do autor do inquérito, a “falta que se nota em Lisboa de casas convenientes para operarios e classes pobres e indigentes”⁶², cuja resolução apontava para incentivos financeiros à iniciativa particular de forma a “emprender a construção de bastantes casas e bairros para operarios e classes pobres”⁶³.

Apesar da distância social que sobressai da posição de Prado, a avaliação coaduna-se com as preocupações político-filosóficas que emergiam desde o século XIX com as condições da habitação das famílias operárias e populações mais desfavorecidas, e que levariam mais tarde à idealização do primeiro projeto do Bairro Social do Arco do Cego, em Lisboa, uma primeira tentativa, utópica e gorada, do Estado assumir a construção de habitação acessível para os estratos sociais mais desfavorecidos, e cuja continuidade desembocaria em múltiplos programas de construção de habitação a preços acessíveis, já durante o Estado Novo⁶⁴.

⁵⁷ *Idem*, p. 5.

⁵⁸ *Ibidem*. A elevada diversidade tipológica dos pátios advém da sua própria raiz, ao serem, na sua maioria, o resultado do aproveitamento de espaço pré-existent, não diferindo muito das características das vilas sucedâneas. Para uma visão da diversidade de tipologias, ver PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995. p. 262-369.

⁵⁹ PORTUGAL – *Op. cit.*, p. 7.

⁶⁰ Para o decénio 1887-1897, a mortalidade infantil em Lisboa, variou entre 24,69% (1890) e 22,55 (1896), enquanto a mortalidade geral se situou entre os 20,44% (1887) e 27% (1897). COSTA, Ramiro da – *Op. cit.*, p. 78.

⁶¹ PORTUGAL – *Op. cit.*, p. 7.

⁶² *Idem*, p. 5.

⁶³ *Idem*, p. 8.

⁶⁴ Os programas foram vários, com diferentes enquadramentos legais, destinatários e modalidades. V. LAMEIRA, Gisela; ROCHA, Luciana, coord. – *Op. cit.*, p. 39-93. Para a evolução das soluções habitacionais nos contextos da Monarquia Constitucional e da 1ª República, v. ANTUNES, Gonçalo – *Op. cit.*, p. 27-146.

Quase a rematar as conclusões do relatório parcial, Ângelo Prado asseverava que a urgência nas “providencias que teem de realizar-se para melhorar e salvaguardar a salubridade publica atingem tambem a hygiene moral, que não tem menor importancia para garantia dos progressos benéficos da civilização”⁶⁵.

Entre critérios de higiene, moral e economia, opunham-se duas visões político-ideológicas: a “classe industrial” preconizada por Saint-Simon e o socialismo utópico, a par de Owen e Fourier; e a filosofia sociológica social-cristã de Frédéric Le Play, da família entendida como núcleo de estudo da condição de uma sociedade e, como tal, recetora por direito da solidariedade patronal. Segundo Le Play, e apenas de um ponto de vista produtivo, o capitalista beneficiaria da moralização e do equilíbrio físico e mental dos operários de forma a retirar o máximo partido da sua condição produtiva. Concomitantemente, o acesso a alojamento salubre seria uma forma de controlo social e familiar, já que promovia a submissão do operário aos interesses do patronato, enfeitando uma natureza puramente benemérita. Foi este ângulo de pensamento que, entre a contínua procura por habitação de baixo custo, e a necessidade de concentrar os operários e trabalhadores das fábricas junto às zonas industriais, conduziu à construção de vilas operárias, estruturas habitacionais coletivas construídas de raiz em zonas de menor densidade populacional, com tipologias diversificadas na disposição do terreno e implantação urbana, espaços exteriores e estruturas de apoio comunitário.

Vinte e cinco anos depois do relatório de Ângelo Prado não se verificavam substanciais melhorias. Em 1937, num pequeno artigo para um boletim camarário, Álvaro da Fontoura, engenheiro da Repartição das Edificações Urbanas, assegurava que “entre nós é muito pouco o que há feito e mesmo êsse pouco só realizado ou concluído, já pelo Estado Novo”⁶⁶.

Defendendo a realização de um profundo inquérito em Lisboa, o diagnóstico era em tudo similar ao anterior. As famílias viviam “em promiscuidade, sem ar e sem luz, na zona central” da cidade. Para além do centro, haveriam “vários prédios de rendimento em cujos andares se abriga em cada quarto uma família, cosinhando em fogões de petróleo com perigo para a saúde e segurança”, bem como “várias barracas que, de más arrecadações ou armazéns, se transformaram em apetecidas habitações”. Por fim, nos limítrofes da cidade, haviam “milhares de barracas, de madeira e latas velhas, as chamadas barracas clandestinas (...) espalhadas por zonas onde nem sequer existe canalização de esgotos”⁶⁷. Embora os “bairros de lata” não tivessem nascido com a industrialização, o grande afluxo de gente às cidades contribuiu para que este tipo de construção se expandisse enormemente.

O estudo e urgência na resolução do problema habitacional “das classes trabalhadoras da capital” residia no mesmo feixe de motivos: “higiene, moral, ordem, disciplina, organização da família, restrição dos direitos de propriedade pela lei do inquilinato, emprêgo de capitais, combate ao desempregado na construção civil, etc”⁶⁸.

Defendendo as primeiras iniciativas do Estado Novo, no âmbito da legislação para fomento da construção das Casas Económicas, Fontoura concluía, no entanto, que “nenhuma das providências legislativas até hoje promulgadas conseguiu atacar o problema”, pois, “tornando-se necessária a construção de mais de onze mil habitações económicas para trabalhadores, construíram-se, por enquanto, umas centenas”, as quais seriam “inasecíveis aos ocupantes dos bairros clandestinos”⁶⁹.

⁶⁵ PORTUGAL – *Op. cit.*, p. 7.

⁶⁶ LISBOA. Câmara Municipal – *Boletim Cultural e Estatístico*. Lisboa: Câmara Municipal. V. I N° 1 (1º trimestre de 1937), p. 59.

⁶⁷ LISBOA. Câmara Municipal, *idem*, p. 58. Sobre esta tipologia de bairros improvisados e extremamente degradados na cercadura da cidade, e no domínio da representação fotográfica do espaço urbano, veja-se o caso singular do álbum de fotografias de Eduardo de Portugal sobre o Bairro das Minhocas, realizado precisamente na mesma época, em SANTOS, Denise – Representações fotográficas de um plano de reabilitação do espaço urbano: o caso do Bairro das Minhocas e do Bairro da Quinta da Calçada por Eduardo Portugal (1938-1944). *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. 2ª Série N° 4 (julho-dezembro 2015), p. 369-390. Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/4/4_varia02.pdf.

⁶⁸ LISBOA. Câmara Municipal – *idem*, p. 58-59.

⁶⁹ LISBOA. Câmara Municipal – *idem*, p. 61.

Com efeito, os orçamentos familiares eram tão reduzidos que dificilmente faziam face às despesas básicas, como a alimentação, o vestuário, iluminação e aquecimento, ou uma renda de habitação. Um bom vestuário e calçado era inatingível, um “luxo” que não era possível de satisfazer. Sempre que possível, as roupas eram utilizadas por todos os membros do agregado familiar, mesmo que degradadas, e passavam de irmãos em irmãos e de pais para filhos. Para as crianças, o calçado, na maior parte das vezes, era inexistente e, frequentemente, andavam descalças. Questão como a limpeza, a salubridade, ou a higiene, apesar de fundamentais, tornavam-se secundárias.

O Fundo das Casas Económicas, regulamentado pelo decreto-lei Nº 23052 de 23 de Setembro de 1933, dirigia-se “aos operários e funcionários modestos com regularidade de emprêgo assegurado”⁷⁰. De fora, ficava toda uma mole de famílias que habitavam em condições miseráveis e degradadas, mas que alimentavam as necessidades industriais diversas, com contratos precários e à jorna, não qualificados para uma candidatura a habitação, nem sequer com condições económicas de a cumprir. Com efeito, o Estado Novo iria apostar em vários programas de habitação social dirigidos sobretudo às camadas de funcionários públicos (serviços, militares, forças de segurança, etc.), devidamente enquadradas pelas regras do serviço público e da moral de Estado⁷¹.

*

As fotografias que constituem esta última secção foram realizadas, na sua esmagadora maioria, em meados do século XX, entre os anos 1940 e o final da década de 1960. Os registos anteriores são escassos e, provavelmente, não foram objeto de atenção pelos fotógrafos. Por esta razão, e porque é muito plausível que a grande maioria destes bairros tenha a sua origem algumas décadas atrás, subsistindo com poucas alterações, optou-se por incluir estes registos, funcionando como fontes para uma arqueologia visual destas habitações e espaços. Esta assunção ganha consistência ao cotejarmos as imagens mais antigas com representações visuais posteriores (ou mesmo atuais) que delas conhecemos. Os autores são diversos, e as suas fotografias registaram diversas tipologias de habitação operária, sempre a partir de uma vista do exterior. A identificação destas vilas e pátios permite localizá-las espacialmente e verificar a sua distribuição na cidade. Em muitos casos, parcialmente ou na sua totalidade, ainda subsistem na malha urbana atual. Outras foram, entretanto, demolidas e outras ainda, não foi possível localizá-las. No registo dos diferentes fotógrafos houve, em muitas das ocasiões, a preocupação de incluir o elemento humano, geralmente mulheres e crianças e, mesmo que subtil, é possível extrair informação sobre as condições de habitação e os seus habitantes, na época em que as fotografias foram realizadas. Na generalidade das imagens, nota-se que a preocupação do autor foi a do registo visual dos espaços habitacionais, uma fotografia documental.

⁷⁰ LISBOA. Câmara Municipal – *idem*, p. 63.

⁷¹ ANTUNES, Gonçalo – *Op. cit.*, p.181-343; BAPTISTA, Luís V. – *Op. cit.*; e TEIXEIRA, Manuel C. – *Op. cit.*, p. 65-89.



Vila Sousa, largo da Graça, Lisboa, Machado & Souza, [1898-1908].
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/FAN/003177.



Vila Dias, ao Beco dos Toucinheiros, Beato, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Alberto Carlos Lima, 9x12 cm, [191-].
AML, PT/AMLSB/CMLSBH/PCSP/004/LIM/000884.



Bairro Grandella, construído sobre a cobertura da regueira de Benfica que ligava à ribeira de Alcântara, por Francisco de Almeida Grandella para os operários da sua fábrica de têxteis, São Domingos de Benfica, Lisboa, negativo de gelatina e prata em vidro, Joshua Benoiel, 9x12 cm, [191-].
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/000685.



Arco da Vila Dias e viaduto ferroviário de Xabregas, beco dos Toucinheiros, Xabregas, Lisboa, prova em papel de revelação baritado, Eduardo Macedo Portugal, 10x15 cm, 1940.
AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/EDP/002208.



Vila Maia, rua Domingos de Sequeira, Lapa, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6x6 cm, 1960. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJG/000441.



Vila Miguéis, já demolida, Campo Grande, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6x6 cm, 1960. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000749.



Vila Afifense, rua Doutor Gama Barros, Alvalade, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6x6 cm, 1960. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/000865.



Vila Benitez, entre as ruas Campo de Ourique, Pereira e Sousa, e Tomás da Anunciação (ocupando parte do que é hoje a Praça Afonso do Paço), edificada por Firmino Benitez Lopes (um dos primeiros proprietários em Campo de Ourique, e um dos promotores do Pátio das Barracas, rua da Infantaria, 16), em 1888, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Augusto de Jesus Fernandes, 6x6 cm, 1961. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/000131.



Vila Benitez, Campo de Ourique, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Augusto de Jesus Fernandes, 6x6 cm, 1961. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/000309.



Vila Benitez, Campo de Ourique, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Augusto de Jesus Fernandes, 6x6 cm, 1961. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/000310.



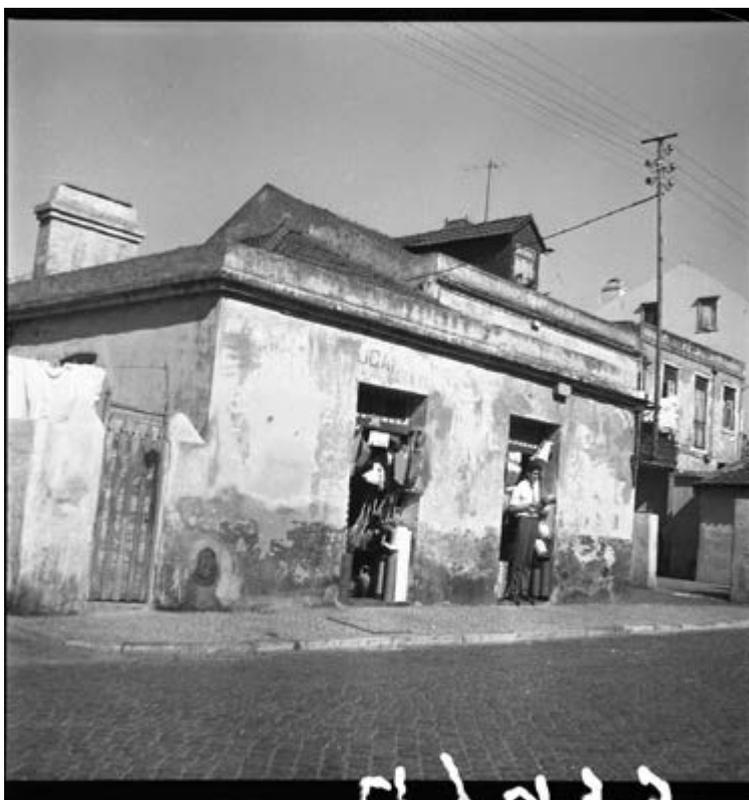
Vila Benitez, Campo de Ourique, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Augusto de Jesus Fernandes, 6x6 cm, 1961. AML, PT/AMLSB/CMLSAH/PCSP/004/AJF/000313.



Vila Ramos, rua Maria Pia, Prazeres, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6x6 cm, 1962. AML, PT/AMLSB/CMLSBH/PCSP/004/AJG/003574.



Vila Estefânia, rua Barão de Sabrosa, Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Augusto de Jesus Fernandes, 6x6 cm, 1964.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJF/001354.



Vila Lopes, bairro da Liberdade, Campolide, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6x6 cm, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJG/SD2560.



Vila Mota, rua Soares dos Reis, Campolide, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Augusto de Jesus Fernandes, 6x6 cm, 1965. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/AJF/001756.



Vila Matos, rua Maria Pia, Prazeres, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Artur João Goulart, 6x6 cm, 1966. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/S02830.



Vila Elvira, 1, 2 e 3, sítio do Calhau, São Domingos de Benfica, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Armando Maia Seródio, 6x6 cm, 1966.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/007851.



Vila Maia, rua Domingos de Sequeira, Estrela, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Goulart, 6x6 cm, 1966.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/000505.



Vila da Bela Vista, Alto dos Toucinheiros, Beato, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Goulart, 6x6 cm, 1966.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/000572.



Via Celeste, construída em 1910, hoje integrada na via pública por rasgamento do fundo, destruindo o antigo pátio; projetada à rua Castelo Branco Saraiva, Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 35mm, 1967. AML, PT/AMLSB/CMLCSBAH/PCSP/004/IARM/005352.



Via Rosário, rua da Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Vasco Gouveia de Figueiredo, 6x6 cm, 1967. AML, PT/AMLSB/CMLCSBAH/PCSP/004/VGF/001130.



Vila Saraiva, calçada do Poço dos Mouros, Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Goulart, 6x6 cm, 1967. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/001136.



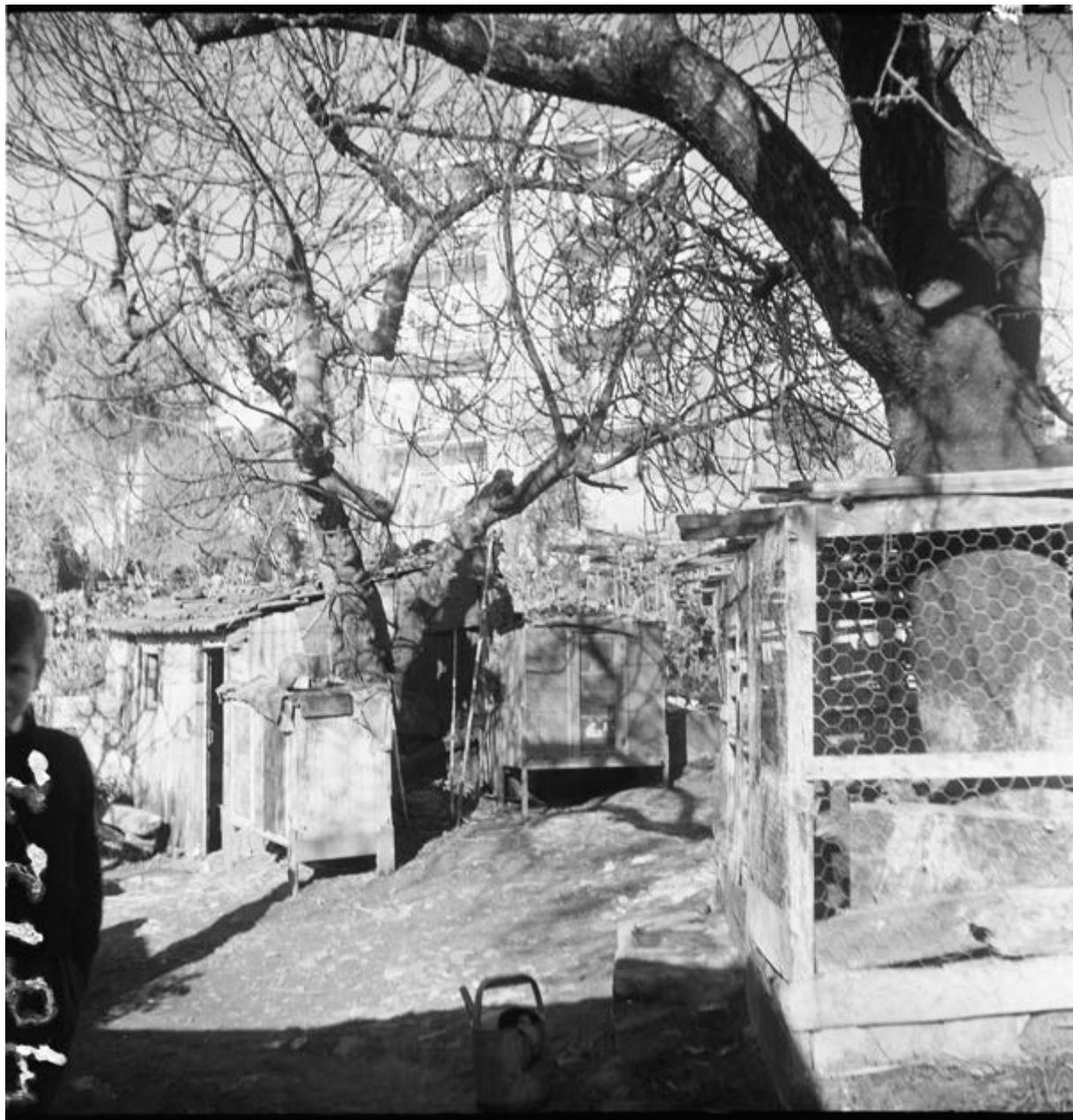
Vila Cordoaria, estrada dos Prazeres, Santo Condestável, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Goulart, 6x6 cm, 1968.
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/001898.



Vila Elvira, travessa do Tarujó, Campolide, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Armaldo Madureira, 35 mm, 1968. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/006110.



Vila Sete Rios, antiga estrada de Benfica, Sete Rios, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, João Hermes Goulart, 6x6 cm, 1969. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JHG/003159.



Vila Lourenço, travessa do Tarujo, Campolide, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6x6 cm, [19-].
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/004359.



Vila Sousa, travessa do Tarujo, Campolide, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6x6 cm, [19--].
AML, PT/AMLSB/CMLSBH/PCSP/004/ARM/004366.



Vila Correia, rua Bartolomeu Dias, Belém, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Arnaldo Madureira, 6x6 cm, [19--].
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ARM/004474.



Vila Emília, rua do Alvito, Alcântara, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Vasco Gouveia de Figueiredo, 6x6 cm, [19-]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000110.



Vila Emília, rua do Alvito, Alcântara, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Vasco Gouveia de Figueiredo, 6x6 cm, [19-].
AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/VGF/000111.



Vila Tanque, sítio do Alto da Eira, Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Vasco Gouveia de Figueiredo, 6x6 cm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/VGF/000382.



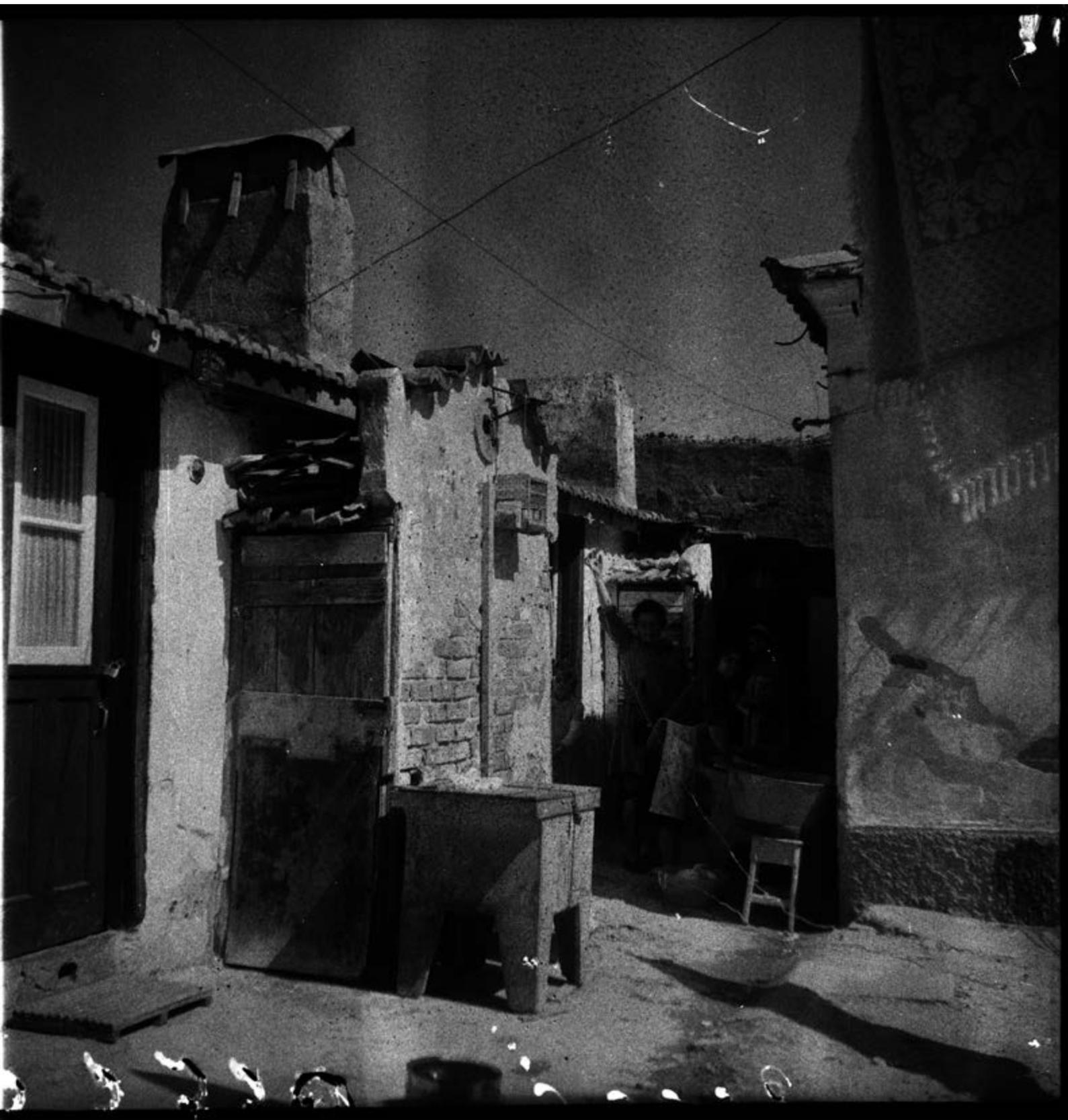
Vila Conceição, sítio do Alto da Eira, Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Vasco Gouveia de Figueiredo, 6x6 cm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/VGF/000508.



Vila Sampaio, sítio do Alto da Eira, Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Vasco Gouveia de Figueiredo, 6x6 cm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000512.



Vila Beirão, sítio do Alto da Eira, Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Vasco Gouveia de Figueiredo, 6x6 cm, [19--]. AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000680.



Vila Henriques da Silva, sítio do Alto da Eira, Penha de França, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Vasco Gouveia de Figueiredo, 6x6 cm, [19-].
AML, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/VGF/000683.



Vila operária, Lisboa, negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, Amadeu Ferrari, 6x6 cm, [19-]. AML, PT/AMLSB/008104.

BIBLIOGRAFIA

- ABRANTES, José João – O direito do trabalho do “Estado Novo”. *Cultura*. V. 23 (2006), p. 331-339.
- ANTUNES, Gonçalo – *Políticas de habitação: 200 Anos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2018.
- BAPTISTA, Luís V. – *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- CABRAL, Manuel Villaverde – *Portugal na alvorada do século XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- LISBOA. Câmara Municipal – *Boletim Cultural e Estatístico*. Lisboa. Câmara Municipal. V. I Nº 1 (1º trimestre de 1937).
- LISBOA. Câmara Municipal, ed. – *Habitação social na cidade de Lisboa, 1959-1966*. Lisboa: Câmara Municipal, 1967.
- CANDEIAS, António; PAZ, Ana Luísa; ROCHA, Melânia, dir. e coord. – *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- CAPELA, José – *O vinho para o preto: notas e textos sobre a exportação do vinho para África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009.
- CHARTIER, Roger – *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- COSTA, Ramiro da – *Elementos para a história do movimento operário em Portugal*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979. 2 vol.
- CURTO, José C. – Alcohol under the context of the Atlantic slave trade: the case of Benguela and its hinterland (Angola). *Cahiers d'études africaines*. Nº 201 (2011), p. 51-85.
- DOMINGOS, Nuno – Desproletarizar: a FNAT como instrumento de mediação ideológica no Estado Novo. In DOMINGOS, Nuno; PEREIRA, Victor, eds. – *O Estado Novo em questão*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- ENGELS, Friedrich – *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Lisboa: Presença, 1975.
- ENGELS, Friedrich – *O problema da habitação*. Lisboa: Estampa, 1975.
- FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – Os artesãos e a política na primeira metade do século XIX. In VIEIRA, Benedicta Maria Duque, org. – *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*. Lisboa: CEHCP-ISCTE, 2003, p. 53-64.
- FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1980. vol II – *Os primeiros congressos operários*.
- FONSECA, Carlos da – *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1980. vol. IV – *Greves e Agitações operárias*.
- FOUCAULT, Michel – *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- FREIRE, João – *Anarquistas e operários: ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*. Porto: Afrontamento, 1992.
- GEREMEK, Bronislaw – *A piedade e a força: história da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995.
- LAÍNS, Pedro – O proteccionismo em Portugal (1842-1913): um caso mal sucedido de industrialização «concorrencial». *Análise Social*. V. XXIII Nº 97 (3º 1987), p. 481-503.
- LAÍNS, Pedro – *A economia portuguesa no século XIX*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1995.

- LAÍNS, Pedro; SILVA, Álvaro Ferreira da – *História económica de Portugal*. Lisboa: ICS, 2005. vol. II – *O século XIX*.
- LAMEIRA, Gisela; ROCHA, Luciana, coord. – *Mapa da habitação: guia para uma terminologia específica em arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.
- LOPES, Maria Antónia – *Protecção social em Portugal na Idade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010.
- LUCENA, Manuel de – *A evolução do sistema corporativo português*. Lisboa: Perspetivas & Realidades, 1976. vol. I – *Salazarismo*.
- MALTHUS, Thomas – *Ensaio sobre o princípio da população*. Lisboa: Relógio D'Água, 2014.
- MARTINS, Conceição Andrade – Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*. V. XXXII N° 142 (1997), p. 483-535.
- MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1993-1994. vol. V, VI e VII.
- MENDES, José Amado – *A indústria em Portugal na 2ª metade do século XIX*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, 1990.
- MÓNICA, Maria Filomena – *A formação da classe operária portuguesa: antologia da imprensa operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MÓNICA, Maria Filomena – *O movimento socialista em Portugal (1875-1934)*. Lisboa: Casa da Moeda / Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1985.
- PANOFSKY, Erwin – *Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- PAIVA, José Pedro, coord. – *Portugaliae monumenta misericordiarum*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002-2004. vol. 1, 2, 3, 8 e 9-tomo I.
- PEREIRA, Ana Paula de Brito – As greves rurais de 1911-12: uma leitura através da imprensa. *Análise Social*. V. XIX N° 77-78-79 (1983), p. 477-511.
- PEREIRA, Joana Dias – O ciclo de agitação social global de 1917-1920. *Ler História*. N° 66 (2014), p. 44-55.
- PEREIRA, Miriam Halpern – *Livre câmbio e desenvolvimento económico em Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Cosmos, 1971.
- PEREIRA, Miriam Halpern – Artesãos, operários e o liberalismo – dos privilégios corporativos para o direito do trabalho. *Ler História*. N° 14 (1988), p. 41-86.
- PEREIRA, Nuno Teotónio – Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*. V. XXIX N° 127 (1994), p. 509-524.
- PEREIRA, Nuno Teotónio; BUARQUE, Irene – *Prédios e vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1995.
- PINHEIRO, Magda – Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos de ferro em Portugal na segunda metade do século XIX. *Análise Social*. V. XV N° 58 (1979), p. 265-286.
- PINHEIRO, Magda – A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1855-90). *Análise Social*. V. XIV N° 101-102 (1988), p. 745-767.
- PINTO, Maria Luís Rocha; RODRIGUES, Teresa – A evolução da população ao longo do século XIX: uma perspectiva global. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. N° 6 (1992-93), p. 245-284.

- PORTUGAL. Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria. Conselho dos Melhoramentos Sanitarios – *Inquerito aos pateos de lisboa: ano de 1902*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- REDONDO CARDEÑOSO, Jesús-Ángel – Protestas populares por las subsistencias en el Alentejo durante la Gran Guerra, 1914-1918. *Ler História*. Nº 70 (2017), p. 141-160.
- REIS, Jaime – *O atraso económico português em perspectiva histórica: estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX (1850-1930)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- REZOLA, Maria Inácia – *O sindicalismo católico no Estado Novo (1931-1948)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- ROSAS, Fernando – O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*. V. XXXV Nº 157 (2001) p. 1031-1054.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de, dir. – *Dicionário de história do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 2 vol.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *História da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- ROSENDO, Vasco – *O mutualismo em Portugal: dois séculos de história e suas origens*. Lisboa: Montepio Geral, 1996.
- SANTOS, Denise – Representações fotográficas de um plano de reabilitação do espaço urbano: o caso do Bairro das Minhocas e do Bairro da Quinta da Calçada por Eduardo Portugal (1938-1944). *Cadernos do Arquivo Municipal* [Em linha]. 2ª Série Nº 4 (julho-dezembro 2015), p. 369-390. [Consul. 03/04/2020]. Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/4/4_varia02.pdf.
- SCHMITTER, Philippe C. – *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.
- SILVEIRA, Luís Espinha da; ALVES, Daniel; LIMA, Nuno Miguel; ALCÂNTARA, Ana; PUIG-FARRÉ, Josep – Caminhos de ferro, população e desigualdades territoriais em Portugal, 1801-1930. *Ler História*. Nº 61 (2011), p. 7-37.
- SERRÃO, Joel, dir. – *Dicionário de história de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 2002. vol. I.
- SCOTT, John – *Poverty & wealth: citizenship, deprivation and privilege*. London: Longman Group UK, 1994.
- SOBRAL, José Manuel; LIMA, Maria Luísa – A epidemia da pneumónica em Portugal no seu tempo histórico. *Ler História*. Nº 73 (2018), p. 45-66.
- TEIXEIRA, Manuel C. – As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*. V. XXVIII 1 Nº 115 (1992), p. 65-89.
- TENGARRINHA, José – As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*. V. XVII Nº 67-68 (1981), p. 573-601.
- THOMPSON, Francis Michael Longstreth, ed. – *The Cambridge social history of Britain 1750-1950: social agencies and institutions*. Victoria: Cambridge University Press, 1990. vol. 3.
- VALENTE, José Carlos – *Estado Novo e alegria no trabalho: uma história política da FNAT (1935-1958)*. Lisboa: Colibri/INATEL, 1999.
- VAN LEEUWEN, Marco – *The logic of charity: Amsterdam, 1800-1850*. London: Macmillan Press, 2000.
- VAZ, Maria João – *Crime e sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- VEIGA, Teresa Rodrigues – *A população portuguesa no século XIX*. Porto: CEPES; Edições Afrontamento, 2004.

Nuno Gomes Martins, Divisão de Arquivo Municipal – Câmara Municipal de Lisboa, 1070-017 Lisboa, Portugal.
nuno.martins@cm-lisboa.pt

MARTINS, Nuno – Luz e sombra: 100 imagens do mundo operário no limiar do século XX.
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2.ª Série N.º 13 (janeiro-junho 2020), p. 153–254.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/010_doc13.pdf

RECENSÃO

CONGRESSO HISTÓRICO INTERNACIONAL, 2, Guimarães, 2017 – *As cidades na história: sociedade: atas.* Guimarães: Câmara Municipal, 2019. vol. 3 – Cidade industrial.

Susana Serrano Abad

El II Congreso Histórico Internacional *Las ciudades en la historia: sociedad*, organizado por el Ayuntamiento de Guimarães en colaboración con el Centro de Investigación Transdisciplinar “Cultura, Espacio y Memoria” (CITCEM) de la Universidad de Oporto y con el Centro de Estudios de Comunicación y Sociedad (CECS) y el Laboratorio de Paisaje, Patrimonio y Territorio (Lab2PT) de la Universidad del Miño, tenía lugar en Guimarães los días 18 al 20 de octubre de 2017. En esta segunda edición mantenía su identidad de partida abordando la evolución de las ciudades en diversos contextos históricos y geográficos, desde la ciudad del mundo antiguo hasta la ciudad del presente que mira hacia el futuro.

Dentro de este marco general, había correspondido al profesor Jorge Fernandes Alves coordinar el área temática relativa a la “Ciudad industrial”, la cual, desde la misma fase de propuestas, suscitó numerosos interrogantes, lanzados a modo de hipótesis, para impulsar la investigación sobre las complejas y poliédricas ciudades industriales. ¿Cómo se configura una ciudad industrial? ¿Cuáles son sus luces, sus sombras? ¿Sus agentes, sus máquinas, sus sitios, los contornos de su paisaje? Sólo son algunos de los interrogantes que establecieron el punto de partida, señalando ya los rasgos que han terminado por definir el conjunto de estudios presentados: investigación y pluralidad. Los resultados se han publicado en esta valiosa aportación que son las actas, que agrupan dos conferencias introductorias y veintitrés trabajos de investigación presentados.

Porque he de destacar, en primer lugar, que estamos ante trabajos de investigación que han partido de fuentes primarias, de archivo para conformar el cuerpo de análisis, fuentes de diversa índole y naturaleza: censos y padrones de población, licencias y encuestas industriales, archivos de empresas, registros comerciales, etc. Amplio abanico que se ha visto enriquecido en ocasiones por fuentes de hemeroteca. Además de la contribución que en si mismas suponen, permiten orientar y abrir nuevas vías en la búsqueda de fuentes a otros investigadores. En segundo lugar, mencionar la mirada plural desde la que se ha contemplado el análisis de la ciudad industrial, huyendo de simples reduccionismos y/o visiones trasnochadas. La ciudad industrial es compleja, poliédrica, como se ha dicho, y son diversas y variadas las realidades que se nos presentan, también los caminos para llegar a “lo industrial”.

Dejándose llevar por un inicial afán clasificatorio, Modernidad y Modernización, conceptos entendidos en su más amplio sentido, desde la innovación técnica a los cambios en los modos de vida y mentalidades, así como Patrimonio y Memoria, son quizá las temáticas más representativas de las investigaciones presentadas. Este encasillamiento, sin embargo, supone obviar los múltiples matices, perspectivas y/o interrelaciones que se ofrecen: poder local e industrialización/planificación, ciudad y representación cartográfica, empleo y dinámica urbana, entre ellos. De algún modo también esta pluralidad temática responde a la interdisciplinariedad que subyace en dichos trabajos.

Abren estas actas las conferencias de Gonzalo Andrés López y Jorge Fernandes Alves. La primera de ellas poniendo en valor el peso de la industria y su trascendencia en la configuración de las ciudades medias españolas durante los últimos 150 años, superando la visión tradicional que restringía la historia industrial a la de los núcleos de mayores dimensiones. Destaca el autor su valor social y económico, aportando cifras de volúmenes de empleo y de uso y ocupación del suelo, así como el fuerte impacto de las unidades productivas en el espacio urbano de estas ciudades medias. Para finalmente plantear una interesante reflexión sobre la escasa valoración de la industria en la identidad de las ciudades medias, haciendo una llamada en clave de recuperación de esta identidad y del patrimonio material.

Por su parte, Jorge Fernandes Alves nos lleva a reflexionar sobre los rasgos, los elementos por los que hemos considerado una ciudad industrial. Ciudad industrial que atrae más que repele, en términos de sociedad, por las nuevas formas de vida, de sociabilidad, de arquitectura, de paisajes, ... que conlleva. Asimismo, porque nos trae las diferencias ideológicas, la ciudadanía, la opinión pública y hace proliferar la utopía. Pero, al tiempo, estas ciudades industriales nos asustan en la evolución de sus crisis, en el juego de convergencias y divergencias que a veces explotan. Pero, siempre, ante la herencia que nos legan, están sus nuevos retos y desafíos.

Dentro del marco Patrimonio y Memoria, distinguimos la investigación realizada por Andreia Silva sobre la Quinta de Vila Verde de Guimarães, localización de una antigua industria tras la cual hay tres generaciones de curtidores. Destacada intervención arqueológica la llevada a cabo que demuestra el enorme potencial arqueológico y patrimonial de aquella. Por su parte, Edgar Ávila Gandra y Silvio Roberto Stéfano estudian, en perspectiva comparada, a los trabajadores portuarios de la ciudad de Río Grande (Brasil) y de Lisboa en la década de los años sesenta del pasado siglo, enfatizando en las cuestiones identitarias vinculadas al universo portuario y en la recuperación de esta memoria colectiva. En este mismo sentido aborda el Gabinete J. A. Gonçalves el pasado portuario e industrial de Vila Nova de Gaia, que reivindica a través del análisis del comercio de este puerto y la industrialización a él ligada, vinícola y textil fundamentalmente, dadas las funciones turísticas que desempeña la ciudad en la actualidad.

Un ejemplo más se suma a los anteriores, el trabajo de Manuel Ferreira sobre el proceso de industrialización de Aveiro que arranca en la segunda mitad del siglo XIX, lento y tímido, pero cuyas transformaciones urbanas se aprecian ya desde mediados del siglo XX. Ante la desindustrialización, aboga por el patrimonio industrial, material y documental, en concreto archivos de empresas que se pierden. De la mano de Paula Amaro y Décio R. Martins nos llega el estudio sobre los aprovechamientos hidroeléctricos en Guarda desde finales del XIX, la llegada de la luz eléctrica, las transformaciones ligadas a la misma, y el legado de las centrales hidroeléctricas que se conservan. Asimismo, ha merecido la atención de Sheila Palomares, el mercado de abastos Praça 1º de Maio de Évora, dando muestras de las intervenciones realizadas en un recorrido desde el pasado hasta el presente y mostrando su adaptación a los nuevos tiempos. Por último, Paula R. Nogueira, Décio R. Martins, Carlos Fiolhais y Gilberto Santos, han puesto el acento en la Exposición Industrial de 1884 de Guimarães, punto de partida para la creación de la requerida escuela industrial en la ciudad, dar impulso a la industria, así como para reivindicar la conservación del patrimonio, mediante la creación de un proyecto museológico.

Al concepto de Modernidad y Modernización se encuentran ligadas diversas investigaciones, es una de ellas la realizada por Eva Baptista sobre las guarderías que surgen en el concejo de Vila Nova de Gaia a impulsos de la industrialización a finales del siglo XIX, asociadas al trabajo femenino y una elevada mortalidad infantil. Surgidas

desde la filantropía y el regeneracionismo, a partir del siglo XX con la regulación del trabajo femenino e infantil, cambia su concepción hacia postulados educacionales. Atractiva aportación es también la de Gilmar Mascarenhas que incide en la asociación industrialización, modernidad y fútbol en las ciudades brasileñas. Empresas del sector industrial promocionan y apoyan los equipos y estadios de fútbol, entrando a formar parte de la dinámica fabril. Por su parte, José Pedro Maia analiza los factores que definen a la ciudad moderna a través del estudio de caso de Trofa y su paso de villa a ciudad.

Factores, elementos y símbolos de modernidad y progreso que alcanzan su máximo valor en el interesante estudio de Leticia Souto Pantoja sobre Belém do Pará (Brasil), que comienza en el período de entreguerras su expansión territorial ligada al ferrocarril y, en adelante, electricidad, automóvil, teléfono... se incorporan sin que se pueda ceder a los “flujos irresistibles de la modernidad”. Otra muestra más es la presentada por Licínio Santos, que toma a Vila Nova de Gaia como objeto de estudio para establecer las relaciones entre diversificación industrial y asociacionismo. Y finalmente se incluye, el gran trabajo de Santiago de Miguel sobre las dinámicas de movilidad residencial en el casco antiguo de Madrid durante el primer tercio del siglo XX, a través de dos cortes del Padrón municipal de habitantes (1905 y 1930) y diferenciando categorías profesionales, para en último término incidir en los factores económicos, sociales y culturales que motivaron dichos cambios de domicilio.

No menos interesantes son los estudios que quedan al margen de dicha clasificación, que como he mencionado con anterioridad pretende tan sólo la agrupación temática de las investigaciones presentadas. Destacar a Celma Chaves y Rebeca Dias en la asociación cartografía histórica-historia urbana que realizan sobre la ciudad de Belém (1886-1912), poniendo el énfasis en la ciudad representada como un ejercicio de poder, con omisiones deliberadas u otras intenciones reflejadas en el mapa que fortalecen a una determinada ideología. Sobresale por su impacto social el trabajo de Denis Cereja do Santos, Silvio Roberto Stefano y Edgar Gandra, cuyo objetivo ha sido medir el alcance de la falta de oportunidades en el empleo en el desenvolvimiento actual de los pequeños municipios de Brasil, como es el caso que presentan de Cambira. Por su parte, Eduardo Fernandes analiza el actual largo de Mumadona en Guimarães, como espacio de confrontación entre el poder local y estatal durante buena parte del siglo XX. Asimismo, Elsa Pacheco y Jorge Fernandes presentan las propuestas de mejora portuaria articuladas en torno a Douro y Leixões en la segunda mitad del siglo XIX, en detrimento del primero, que adquirió un carácter subsidiario. Seguidamente, Jorge Mano analiza el papel del Gremio del Comercio dentro de la política industrial de Guimarães durante los años cincuenta al setenta del pasado siglo. María da Luz Sampaio aborda las actuaciones de la Comisión Municipal de Higiene de Oporto en el segundo tercio del siglo XX, fase de crecimiento demográfico y complejidad del espacio urbano. La ciudad media de Leiria ha servido de estudio a Maria Elvira Callapez, Sara Marques da Cruz y Guilherme Francisco, que se centran en el impacto de la industria de plásticos en los años 1930-70, años de crecimiento industrial y alteración de la estructura urbana. Y por último, Miguel Castro analiza las dinámicas del comercio tradicional de Portalegre, núcleo del interior de marcada ruralidad, así como la evolución espacial del área de comercio desde los años 20 del pasado siglo hasta la actualidad.

Tomará el relevo el III Congreso Histórico Internacional, a celebrar en 2022 y cuya temática será la economía.

Susana Serrano Abad, DHC- Departamento de Historia contemporánea, Universidad del País Vasco
/ Euskal Herriko Unibertsitatea, 48940 Leioa, Bizkaia, España. susana.serrano@ehu.eus

ABAD, Susana Serrano – Recensão ao livro do CONGRESSO HISTÓRICO INTERNACIONAL, 2, Guimarães, 2017 –
As cidades na história: sociedade: atas. Guimarães: Câmara Municipal, 2019. vol. 3 – Cidade industrial.
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 255 – 257.
Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/011_rec_ABAD.pdf

RECENSÃO

TORRES, Eduardo Cintra – *A greve geral de 1903 no Porto: um estudo de história, comunicação e sociologia.***Porto: Afrontamento, 2018.**

Paulo E. Guimarães

Eduardo Cintra Torres (ECT) oferece-nos um estudo aprofundado da greve dos tecelões do Porto a partir de um inquérito original que cruza duas perspetivas analíticas: a da história social e a da comunicação social. Estamos perante um estudo de fôlego, desenvolvido ao longo de duas décadas, em torno de um conflito operário que ficou na memória duma geração de sindicalistas portuenses. A abordagem é essencialmente historicista, visando estabelecer factos históricos a partir da análise das fontes disponíveis: a imprensa diária, sindicalista e socialista, complementada e cotejada com documentação relevante que consultou nos arquivos e bibliotecas de Lisboa e do Porto. Os eixos temáticos devem muito à sua formação e aos estudos anteriores de comunicação social, em torno das multidões, da imagem e da opinião pública. Estamos, pois, perante um estudo marginal às análises extensivas e comparativas no estudo das greves, servindo de exemplo os estudos de caso editados por Sjaak van der Velden e outros em *Strikes around the world: 1968-2005* (Amsterdam: Arksant, 2007). Em Portugal, como resultado de reuniões académicas patrocinadas pelo Instituto de História Contemporânea (IHC-NOVA FCSH), refira-se a obra coordenada por Raquel Varela e outros, *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX* (Lisboa: Colibri, 2012) ou ainda *De pé sobre a terra: estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal* [Em linha], coordenada por Bruno Monteiro e Joana Dias Pereira (Lisboa: Instituto de História Contemporânea, 2013). Não são abordagens que o autor desconheça, como atesta a extensa bibliografia utilizada na discussão teórica que vai suscitando ao longo dos vários capítulos. Tratou-se de uma opção deliberada. Neste caso, ECT descreve analiticamente a greve operária que envolveu os tecelões da cidade do Porto, entre abril e agosto de 1903, contou com a solidariedade de outras “classes” profissionais, mobilizou a imprensa diária, diferentes grupos sociais e os poderes públicos. No meio da profusão de estudos sobre o movimento operário publicados no último meio século, faltava-nos um estudo pormenorizado de um desses conflitos marcantes da vida social nas primeiras duas décadas do século XX, conflitos que foram pautados por condutas e valores distintos das greves disciplinadas pelos partidos marxistas na Europa Ocidental no último quartel deste século. Foram, além disso, greves que, na época, deixariam traços na própria literatura portuguesa. Tem, por isso, alguma razão o autor quando nota criticamente na Introdução que a historiografia ligada à social-democracia (a que chama de extrema-esquerda) “tem ignorado a greve, apesar do impulso que deu ou pretende dar ao estudo dos conflitos laborais em Portugal” (p. 18). Ora, mais do que ignorar as greves que, de facto, aparecem frequentemente identificadas em narrativas mais amplas, como aconteceu com esta, parece-nos que tem sido a leitura ideologicamente enviesada sobre a prática do sindicalismo revolucionário e do anarquismo que têm feito carreira. É, pois, a narrativa em torno das “insuficiências estratégicas” do sindicalismo livre do passado que o autor acaba por contrariar ao tratar a

greve operária como *movimento social*, estabelecendo a sua estratégia de investigação multidisciplinar e “factual” (p. 19). Percebe-se o fascínio do investigador que descobre que a greve operária era então *outra coisa*, um evento excepcional que ficava gravado naqueles que a viviam (veja-se por exemplo o relato dessa experiência no filme *How green was my valley*, de John Ford, de 1941): uma luta desigual em que os operários sofriam quase sempre com a fome e repressão e que duraria até que uma das partes capitulasse. Por isso mesmo, interessou recuperar a memória de um conflito-marco que nos abre uma porta para o universo operário deste período.

No primeiro capítulo, ECT apresenta-nos um quadro impressionista da cidade e da sua população, da estrutura e geografia industrial têxtil (dividida em sistema fabril e doméstico), das condições de trabalho, salários e custo de vida. Aí refere a difícil situação económica da indústria têxtil do Porto a braços com o excesso de produção. As políticas protecionistas promovidas pelos sucessivos governos tinham feito prosperar os industriais sem que as condições de vida da população trabalhadora melhorassem. O capítulo realça a diversidade da condição operária, o binómio trabalhador(a) fabril – trabalhador(a) doméstico(a), o trabalhador da cidade e o dos arrabaldes (a população urbana flutuante). A concorrência das “mulheres do campo”, a indústria rural, deprimia ainda mais os magros salários dos operários fabris. A narrativa assenta nos relatos da imprensa operária e das inquirições industriais da época. Assim, por exemplo, a fábrica é o “grande cárcere industrial” onde, em alguns casos, as crianças trabalhavam 16 horas por dia a 70 e 80 réis. Em nenhuma se trabalhava menos de 11 horas por dia. O “operariado têxtil era muito jovem (...) Segundo uma organização operária, três quartos da população operária têxtil do Norte eram menores e crianças” (p. 49). Etc. Estas fontes permitem-lhe ultrapassar análises habituais, mais rigorosas, centradas nos salários, mas que ignoram a distribuição do poder no seio das organizações. Ora, a exploração, decorrente do poder desigual entre mulheres e patrões, passava também pelo assédio sexual (p. 53). A mobilização das mulheres na greve é desde logo destacada. Outras duas dimensões são ainda referidas em cores vivas: a habitação popular coletiva (“as ilhas”) e a sociabilidade.

No segundo capítulo, ECT analisa a atuação do governo de Hintze Ribeiro e das forças repressivas durante o conflito, no qual o governador civil, Adolfo Pimentel, teve um papel central. A greve foi objeto de intervenções de deputados no parlamento face a um governo que se coloca acima dos conflitos particulares mas que, na prática, intervém contra os operários em nome da “ordem pública”. Ficamos sem perceber em que consistia a *tolerância* das autoridades (p. 82-83), visto que as greves e o incitamento à greve eram crimes puníveis com prisão, prerrogativa que as autoridades não deixaram de exercer. A legislação que criou as associações de classe proibia que estas fossem usadas para promover greves, como o autor reconhece (p. 90). Face ao impasse e dimensão da greve, é o próprio Hintze Ribeiro que dá instruções duras ao governador do Porto para que proibisse as esmolas, garantisse a abertura das fábricas e proibisse as reuniões numa altura em que a maioria das pessoas tinha compaixão pelos famintos que invadiram o centro burguês do Porto. (A geografia das *ilhas* pareceu-nos que merecia maior atenção). Ora, sabemos que a mediação dos poderes públicos é reclamada pelo Conselho Central da União Nacional das Artes Têxteis de Portugal (*Diário da Câmara dos Deputados*, 8.6.1903, p. 812) mas que os sindicalistas a rejeitaram. Tal como noutros conflitos, os poderes instituídos não sabiam como lidar com “a questão social”. Republicanos e católicos nacionalistas surgiram neste contexto a especular politicamente sobre uma greve geral que contou com a oposição dos socialistas.

Depois o autor descreve detalhadamente o comportamento da polícia civil, da guarda municipal, da guarda-fiscal, da polícia secreta e dos agentes do Juízo de Instrução Criminal, dando-nos uma visão da dimensão das forças repressivas à ordem das autoridades. O governo mobilizou ainda dois navios de guerra que serviram de prisão. Foram presas centenas de pessoas sem processo nem julgamento durante os meses que durou a greve porque a lei assim o permitia. Da outra parte, os grevistas responderam com a estratégia da “não-violência”, a qual não deixava de envolver ações de persuasão e até de coação face a outros trabalhadores (p. 140-141).

No capítulo seguinte, ECT trata do papel central das greves operárias nos êxitos do movimento operário no Porto, uma tendência partilhada igualmente pela ação sindicalista noutros contextos europeus (p. 144). ECT defende que a experiência adquirida pelos tecelões do Porto na greve de 1895, em que as lideranças socialistas acabaram por trair os tecelões, explicam a adesão à estratégia de inspiração libertária. Uma estratégia que, por

vezes, parece não compreender (p. 151-152). Ora, precisamente por os anarquistas serem contra o Estado é que as greves sob sua influência acabariam por se mostrar mais aguerridas na defesa de medidas concretas que aliviassem ou melhorassem a condição operária. A crítica ácida que fazem aos socialistas por assumirem comportamentos colaboracionistas ou *possibilistas* acaba por ser documentado neste caso quando ECT trata das divisões ideológicas e estratégias no meio operário (p. 162-209). Também os sindicatos operários “não foram legalizados em 1891 com o nome de associações de classe” (p. 155), visto que até aí eram permitidas por alvará ou tinham funções assumidas pelos montepios operários (v. por ex. PORTARIA de 27 de Fevereiro de 1888. D.G., 47 (1888-02-28). O decreto de 9 de Maio de 1891: [D.G., 106 (1891-05-14)] foi uma tentativa do regime constitucional para disciplinar a atividade das “associações de classe” fossem elas patronais, de empregados, de operários e trabalhadores ou mistas, tal como era já manifesto na Portaria de 20 de fevereiro desse ano (D.G., 40, 1891-02-21). Também os governos receram que os fundos das mutualidades operárias servissem para apoiar grevistas.

A parte mais rica e interessante deste capítulo consistiu em mostrar como se comportavam, *na prática*, os socialistas (intermediários disponíveis para negociar compromissos, sacrificando para tal as aspirações da classe que representariam) e os anarquistas (divididos em várias correntes) que, desde a década de 1880, eram ativos no Porto (p. 179). A greve de 1903 assinala a entrada destes últimos no meio sindical, sem que deixassem de criticar *por isso mesmo* a vida medíocre de muitos sindicatos operários submetidos às orientações partidárias (p. 178). Face às classes dominantes, ECT nota diferentes atitudes: “os anarquistas representavam a insolência (...) e os socialistas representavam o respeito, a herança das antigas corporações mas também o resultado do orgulho de classe. (...) Os insolentes não respeitam nada” (sic). Apesar de reconhecer as diferenças de fundo face aos socialistas marxistas, o autor mostra dificuldades em conciliar a defesa acratada da ação direta com a sua “opção pela não-violência” (sic), bem como o sentido do seu apoliticismo que identifica com falta de cultura política ou *despolitização* (p. 192-194). Ora, se reconhecemos princípios anarquistas no repertório do conflito, a dimensão do seu envolvimento ficou por estabelecer. No final, o autor acaba por confessar que “os indícios mais concretos da presença anarquista na greve são escassos” pois eles “não são identificados nem singularizados como líderes” (p. 203). Em contrapartida, a influência do anarquismo no meio académico é notável, chegando a constituir-se um Comité Académico-Operário. A parte final do capítulo é destinada aos nacionalistas católicos e ao seu projeto cultural colaboracionista, apresentando com maior detalhe a ação do Círculo Católico dos Operários do Porto. Também eles se opuseram à greve, não deixando, porém, de socorrer os famintos.

O capítulo 4 descreve e analisa a greve *enquanto movimento*, identificando cinco fases entre 28 de abril e 12 de agosto. Sem surpresa, mostra-se o papel relativamente secundário das associações de classe, a natureza clandestina da greve (devido às perseguições policiais), as formas de decisão democrática (“a soberania do coletivo”), de coação e a resposta à violência emergente a partir de baixo (a “violência”), enfim, o papel importante que teve a solidariedade dos trabalhadores das diferentes fábricas e de outras classes para resistir aos meses de fome. O autor destaca a ação desenvolvida por grupos de operários junto dos fura-greves e dos “traidores da classe”, entre outras ações que classifica como “tática não-violenta” (p. 268). Esta passava também pela *conquista dos corações* (expressão nossa), por estratégias de comunicação destinadas a captar a compaixão pública, pela exibição pública da miséria acusatória, pela mendicidade no centro da cidade, pela resistência passiva à autoridade. Refere ainda a cozinha económica, a distribuição dos filhos dos grevistas por outras classes e algum apoio internacional. Pouca informação temos, porém, sobre as reivindicações salariais de uma classe dividida entre operários têxteis mecânicos (fabris) e manuais, entre grupos etários e sexuais, ofícios e tarefas.

Os três capítulos finais, mais curtos, são destinados à análise dos diferentes tipos de “multidão na greve geral”, da imprensa portuense (“um quarto poder inesperado”) e do “impacto da greve na literatura”. ECT mostra-nos a importância do espaço público: os grevistas saíam das ilhas-gueto para ocupar os espaços urbanos centrais, exibindo a miséria coletiva. Essa “estratégia” captaria a simpatia do público e da imprensa para a sua causa, a qual teria um papel importante no desenrolar dos acontecimentos. A ação hesitante das autoridades passou, pois, pela repressão das multidões. A independência do jornalista e da imprensa popular são destacadas num país onde “a liberdade de imprensa era quase total” (p. 346). Os acontecimentos eram então “descritos com detalhes a que o leitor contemporâneo já não está habituado” (p. 360). Entramos aqui no universo profissional da informação

popular diária que vive um período áureo. O último capítulo é quase um apontamento, onde, a par dos poemas alusivos à greve, ECT se detém na descrição d' *Os famintos* de João Grave (1872 - 1934), obra publicada como folheto no jornal da classe têxtil.

Nas conclusões finais, o autor acaba por identificar nesta greve o que podemos apontar como comunalidades no reportório de ação coletiva das greves operárias até ao final do primeiro terço do século XX. Em primeiro lugar, o de se transformarem em *movimento* capaz de evoluir devido à sua duração, dureza (fome) e à resposta repressiva do poder político. Depois, distinguem-se pela autonomia dos grupos atuantes face às direções sindicais, pela sua democraticidade interna, pelas formas de solidariedade que se geraram, pelas simpatias que foram capazes de gerar junto do público e da imprensa diária. Finalmente, na linha do que nós próprios mostrámos há muito para o sindicalismo mineiro alentejano durante a República, estamos perante conflitos industriais modernos.

A obra apresenta-se profusamente ilustrada com fotografias, desenhos (caricaturas), postais e documentos fac-similados inéditos que ora ilustram o texto, ora fundamentam as ideias do autor ou nos remetem para o universo mediático e simbólico do período. A par destas imagens, o autor insere no texto “caixas” com notas informativas e documentais (transcrições) complementares. O resultado é esteticamente apelativo e a obra certamente interessa, pela sua atualidade, a um público mais vasto que o académico. Não cabe aqui fazer uma análise crítica a um trabalho extenso bem documentado que permite ao leitor reconstruir sentidos e interpretações, abrindo pistas ao investigador. No conjunto, estamos perante uma das contribuições mais interessantes e valiosas produzidas nos últimos anos para compreendermos a ação sindicalista e o universo operário dos princípios do século XX em Portugal bem como as propostas emergentes, por parte dos grupos dominantes, para resolver “a questão social”.

Pinhal Novo, 8-10 de abril de 2020

Paulo Eduardo Marques da Costa Guimarães, CICP – Centro de Investigação em Ciência Política,
Universidade de Évora, 7000-554 Évora, Portugal. peg@uevora.pt

GUIMARÃES, Paulo E. – Recensão ao livro de TORRES, Eduardo Cintra – A greve geral de 1903 no Porto: um estudo de história, comunicação e sociologia. Porto: Afrontamento, 2018.
Cadernos do Arquivo Municipal [Em linha]. 2ª Série Nº 13 (janeiro-junho 2020), p. 259-262.

Disponível na Internet: http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/fotos/editor2/Cadernos/2serie/13/012_rec_TORRES.pdf
